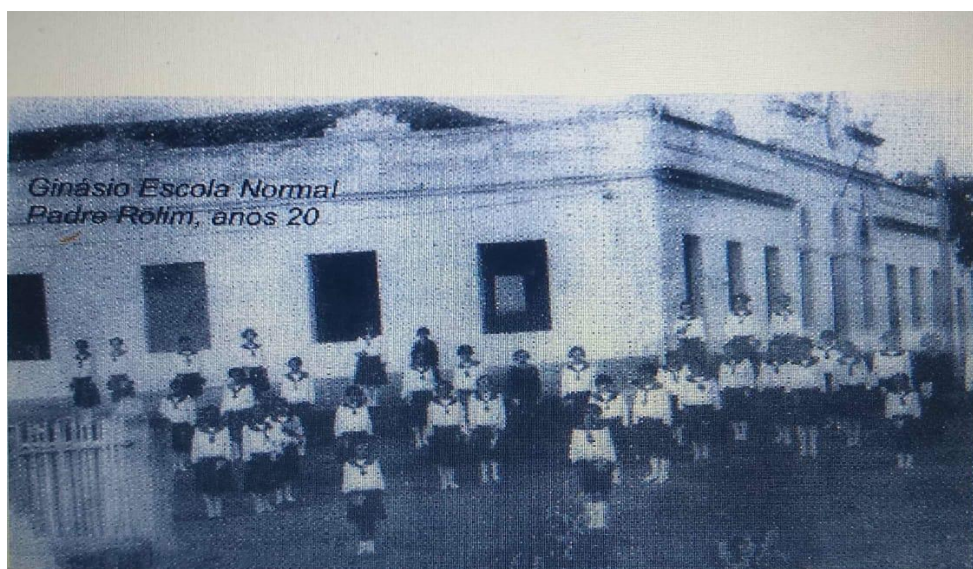




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO



Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes
– Cajazeiras - PB (1928 - 1961)

Edinaura Almeida de Araujo

Orientador: Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

João Pessoa-PB

2020

EDINAURA ALMEIDA DE ARAUJO

**Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes
– Cajazeiras - PB (1928 - 1961)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
vinculada a linha de pesquisa História da
Educação, como requisito para obtenção do
título de Doutora em Educação.**

**Orientador: Profº Dr. Antonio Carlos
Ferreira Pinheiro.**

**João pessoa-PB
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663t Araujo, Edinaura Almeida de.
Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de
Lourdes-Cajazeiras-PB (1928-1961) / Edinaura Almeida de
Araujo. - João Pessoa, 2020.
238 f. : il.

Orientação: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro Pinheiro.
Tese (Doutorado) - UFPB/UFPB-CE-PPGE.

1. Romanização. Instituição Escolar Confessional. I.
Pinheiro, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. II. Título.

UFPB/BC

EDINAURA ALMEIDA DE ARAUJO

**Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes
– Cajazeiras - PB (1928 - 1961)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, vinculada a linha de pesquisa História da Educação, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Profº Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Aprovada em: 05 / 03 / 2020

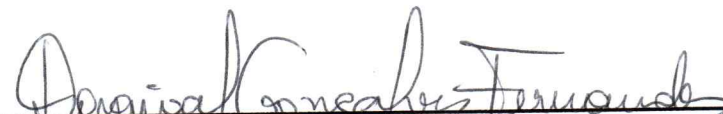
Banca Examinadora:



Profº. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (Orientador) (UFPB)



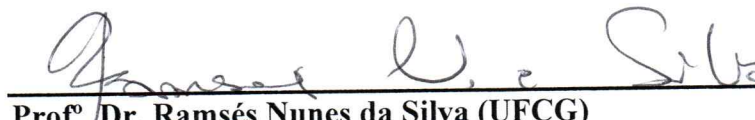
Profº. Dr. Charliton José dos Santos Machado (UFPB)



Profº. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes (UFCG)



Profº. Dr. Wilson José Félix Chavier (UFPB)



Profº. Dr. Ramsés Nunes da Silva (UFCG)

As minhas sobrinhas e sobrinhos que acreditam na educação como o mais importante meio para o crescimento e a mudança social e cultural de uma nação.

A João Felipe que me acompanhou do primeiro rabisco até o b, a, ba; parceirinho de todas as horas, agora com seus quatro (04) aninhos, que cuidava do computador de Naia para ninguém mexer.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é fácil é simples, contudo, as vezes injusto, pois agradecer aos que estiveram conosco na atividade de pesquisa e do trabalho científico, pode no auge de nossa ansiedade pelo fechamento do trabalho não percebermos que em pequenos gestos abre-se caminho, em poucas palavras abre-se a mente. É de praxe também agradecer primeiramente a Deus, mas Deus já sabe que lhe sou grata quando reconheço o valor de cada um ser que foi colocado no meu caminho e na minha vida. Assim, ao lembrar deles alegro Deus que ensina a humildade para reconhecer que nada fazemos sozinhos(as).

A Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, pela orientação, pelo respeito, carinho, paciência e compreensão no processo de pesquisa e construção dessa tese. Seus ensinamento estão presentes desde o processo de aperfeiçoamento na especialização, com quem aprendi a aprender ser a professora de história, me orientou no mestrado e agora no doutorado, sempre presente e atento, linha por linha.

Aos professores: Profº. Dr. Charliton José dos Santos Machado (UFPB), Profº. Dr. Dorgival Fernandes (UFCG), Ptofº. Ptofº. Dr. Wilson e Profº. Dr. Ramsés Nunes da Silva (UFCG) pela disponibilidade em participar na construção desde a qualificação quando contribuíram com sugestões e ideias.

A minha família, pais irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas e cunhadas.

A Casa Provincial do Recife, arquivo da Região Nordeste.

A Irmã Mariluce Morcourt, arquivista da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, pela e confiança e incentivo.

A professora Marinice Simon do Colégio das Dorotéias de Porto Alegre.

Ao meu irmão Edivam e minha cunhada Fátima pelo apoio, incentivo e companheirismo de sempre, são portos seguros em minhas caminhadas.

Aos funcionários do Colégio Nossa senhora de Lourdes pela presteza no atendimento e a presidente da Associação da ex alunas Doroteis Maria das Neves dos Santos e a secretária da associação Maria José Pereira Bezera

As amigas Vanessa, Nozangela Rolim, Maria José e Débia Suênia

A Amanda Abreu, amiga de todas as horas, apoiando, acompanhando e incentivando nesta caminhada;

As amigas que encontrei no curso e estão sempre presentes: Charya, Iolanda, Creusa, Jorilene, Katherine e os demais colegas do doutorado.

RESUMO

As relações de poder que se instituíram entre a Igreja Católica e os governos do Brasil desde os primeiros momentos da colonização foram marcadas por uma forte doutrinação e dominação por parte dos representantes religiosos que se aventuraram a desbravar o novo território e estabelecer um domínio a partir da instrução com princípios religiosos. Essa forte e quase permanente relação sofreu algumas mudanças especialmente quando foi instaurado o regime republicano em 1889. Com a separação Estado/Igreja, pelo menos do ponto vista formal, a recém constituída República instaurou-se como Estado laico. Essa nova estrutura político-institucional levou a Igreja Católica a reagir e criar uma série de novas estratégias de ação, no sentido de manter e de recuperar o que havia sido abalado com a nova perspectiva constitucional republicana. Uma das estratégias utilizadas pela Igreja foi o da execução de um projeto educativo romanizado para o Brasil, o que elevou sobremaneira o número de colégios confessionais. Assim, considerando esse amplo movimento, definimos como objeto desta pesquisa o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, localizado em Cajazeiras-PB, voltado para oferecer educação para as meninas sob os auspícios da Congregação das Irmãs Dorotéias, fundamentada nos princípios religiosos e pedagógicos norteados pela perspectiva de Paula Frassinetti. Nesse sentido, o principal objetivo deste estudo é de contribuir com a construção da história da mencionada instituição sob a perspectiva do seguinte argumento de tese: O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fez parte de um projeto educacional tutelado pela Igreja Católica, que consolidava o seu poder como mediadora, organizadora e normalizadora da ação educativa, interferindo principalmente no processo de formação de novas professoras que garantiriam a difusão dos princípios morais cristãos. Assim, para além desse aspecto realçamos que esse processo, na Paraíba, foi mais intenso nas suas regiões interioranas, na qual entendemos assumiu características particulares e específicas. As Dorotéias administraram o mencionado Colégio por oito décadas, contudo resolvemos estabelecer o recorte temporal considerando o ano de 1928, quando de sua criação até o ano de 1961, quando o projeto educativo doroteano sofreu possivelmente algumas alterações em virtude da publicação naquele ano da primeira Lei de Diretrizes e Base. Esse último marco temporal, na verdade ultrapassa a especificidade da história do mencionado Colégio uma vez que se constitui uma importante referência para a História da Educação brasileira. Desenvolvemos a nossa discussão aportada na pesquisa bibliografia pertinente a história da educação além de um amplo espectro de fontes documentais, especialmente as “Cartas da Casa de Cajazeiras” hoje arquivadas na Casa Provincial do Nordeste, localizada na cidade Recife - PE sob a responsabilidade das Irmãs Dorotéias. Também consultamos alguns exemplares do *Jornal A Imprensa* e da *Revista Flor de Liz*. Toda a base documental foi analisada e interpretada a partir das referências vinculadas a História das Instituições Escolares, especialmente tomando como orientação mais ampliada os estudos realizados por Justino Magalhães (2004) além de Paolo Nosella e Esther Buffa (2009), nos detendo mais especificamente na segunda parte deste estudo ao conceito de *cultura escolar* na perspectiva de Dominique Juliá (2001).

Palavras-chave: Romanização. Instituição Escolar Confessional. Cultura Escolar.

ABSTRACT

The power relations that were established between the Catholic Church and the governments of Brazil since the first moments of colonization were marked by a strong indoctrination and domination by religious representatives who ventured to explore the new establish a domain from education with religious principles. This strong and almost permanent relationship underwent some changes especially when the Republican regime was introduced in 1889. With separation State/Church, at least from a formal point of view, the newly constituted Republic established itself as a secular State. This new political-institutional structure led the Catholic Church to react and create a series of new action strategies to maintain and recover what had been shaken by the new Republican constitutional perspective. One of the strategies used by the Church was the implementation of a Romanized educational project for Brazil, which greatly elevated the number of confessional colleges. Thus, considering this broad movement, we define as an object of this research the College Of Our Lady of Lourdes, located in Cajazeiras-PB, aimed at offering education to girls under the auspices of the Congregation of the Dorothean Sisters, based on the religious and pedagogical principles guided by the perspective by Paula Frassinetti. In this sense, the main objective of this study is to contribute to the construction of the history of the aforementioned institution from the perspective of the following argument of thesis: The College Of Our Lady of Lourdes, was part of an educational project protected by the Church Catholic Catholic, which consolidated its power as a mediator, organizer and normalizer of educational action, interfering mainly in the process of training new teachers that would ensure the dissemination of Christian moral principles. Thus, in addition to this aspect we highlight that this process, in Paraíba, was more intense in its inner regions, in which we understand assumed particular and specific characteristics. The Dorotheas administered the aforementioned College for eight decades, however we decided to establish the time cut considering the year 1928, when it was created until the year 1961, when the dorotean educational project possibly underwent some changes due to the publication that year of the first LDB. This last time frame actually goes beyond the specificity of the history of the aforementioned College since it is an important reference for the History of Brazilian Education. We developed our discussion contributed in the bibliography research pertinent to the history of education beyond a wide spectrum of documentary sources, especially the "Letters of the House of Cajazeiras" now filed in the Provincial House of the Northeast, located in the City Recife - PE under the reponsability of the Dorothean Sisters. We also consulted some copies of The Press Newspaper and The Flor de Liz Magazine. The entire documentary base was analyzed and interpreted from the references linked to the History of School Institutions, especially taking as a broader orientation the studies conducted by Justino Magalhães (2004) in addition to Paolo Nosella and Esther Buffa (2009), detaining us more specifically in the second part of this study to the concept of school culture from the perspective of Dominique Juliá (2001).

Keywords: Romanization. Confessional School Institution. School Culture.

RESUMEN

Las relaciones de poder que se establecieron entre la Iglesia Católica y los gobiernos de Brasil desde los primeros momentos de colonización estuvieron marcadas por un fuerte adoctrinamiento y dominación por parte de los representantes religiosos que se aventuraron a explorar el nuevo territorio y establecer un dominio a partir de la instrucción con los principios religiosos. Esta relación fuerte y casi permanente experimentó algunos cambios, especialmente cuando el régimen republicano fue introducido en 1889. Con la separación Estado/Iglesia, al menos desde el punto de vista formal, la se estableció como un estado secular. Esta nueva estructura político-institucional llevó a la Iglesia Católica a reaccionar y crear una serie de nuevas estrategias de acción para mantener y recuperar lo que había sido sacudido por la nueva perspectiva constitucional republicana. Una de las estrategias utilizadas por la Iglesia fue la implementación de un proyecto educativo romanizado para Brasil, que elevó en gran medida el número de colegios confesionales. Por lo tanto, teniendo en cuenta este amplio movimiento, definimos como un objeto de esta investigación el Colegio de Nuestra Señora de Lourdes, ubicado en Cajazeiras-PB, destinado a ofrecer educación a las niñas bajo los auspicios de la Congregación de las Hermanas Dorosoras, basada en los principios religiosos y pedagógicos guiados por la perspectiva por Paula Frassinetti. En este sentido, el objetivo principal de este estudio es contribuir a la construcción de la historia de la institución antes mencionada desde la perspectiva del siguiente argumento de la tesis: El Colegio de Nuestra Señora de Lourdes, formó parte de un proyecto educativo protegido por la Iglesia Católica, que consolidó su poder como mediador, organizador y normalizador de la acción educativa, interfiriendo principalmente en el proceso de formación de nuevos profesores que garanticen la difusión de los principios morales cristianos. Así, además de este aspecto destacamos que este proceso, en Paraíba, fue más intenso en sus regiones internas, en las que entendemos características particulares y específicas. Los Dorotheas administraron el mencionado Colegio durante ocho décadas, sin embargo decidimos establecer el tiempo recortado teniendo en cuenta el año 1928, cuando fue creado hasta 1961, cuando el proyecto educativo doroteano posiblemente sufrió algunos cambios en virtud de la publicación ese año del primer LDB. Este último marco de tiempo va más allá de la especificidad de la historia del mencionado Colegio ya que es una referencia importante para la Historia de la Educación Brasileña. Desarrollamos nuestro debate aportó en la investigación bibliográfica pertinente a la historia de la educación más allá de un amplio espectro de fuentes documentales, especialmente las "Cartas de la Casa de Cajazeiras" ahora presentadas en la Casa Provincial del Noreste, ubicada en la Ciudad Recife - PE bajo la capacidad de las Hermanas Dorothean. También consultamos algunas copias de The Press Newspaper y The Flor de Liz Magazine. Toda la base documental fue analizada e interpretada a partir de las referencias vinculadas a la Historia de las Instituciones Escolares, tomando como orientación más amplia los estudios realizados por Justino Magalhaes (2004) además de Paolo Nosella y Ester Buffa (2009), detenándonos más concretamente en la segunda parte de este estudio al concepto de cultura escolar desde la perspectiva de Dominique Juliá (2001).

Palabras clave: Romanización. Institución Escolar Confesional. Cultura Escolar.

LISTA DAS IMAGENS

Imagem 1 – Dom Antonio Macedo da Costa, nomeado Bispo do Grão Pará, em 21 de abril de 1861.....	61
Imagem 2 – D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Bispo (1894 - 1914) e primeiro Arcebispo da Paraíba (1914-1935).....	65
Imagem 3 – D. Moisés Sisenando Ferreira Coelho, nomeado Bispo da Diocese de Cajazeiras em 16 de novembro de 1914.....	67
Imagem 4 – Fachada do Ginásio Escola Normal Padre Rolim – década de 1920.	71
Imagem 5 – As primeiras alunas do Brasil, no destaque cinco das seis irmãs que iniciaram a obra em Recife.....	80
Imagem 6 – Trecho da primeira carta, de 11 de fevereiro de 1928, do CNSL, encaminha a Madre Provincial.	95
Imagem 7 – <i>Revista Flor de Liz</i> , julho de 1927.	97
Imagem 8 – <i>Revista Flor de Liz</i> , agosto de 1927.	99
Imagem 9 – Carta da Casa de Cajazeiras (1936, p. 3).....	100
Imagem 10 – Carta da Casa de Cajazeiras (1928).....	101
Imagem 11 – Carta da Casa de Cajazeiras (1928).....	103
Imagem 12 – Coletânea: A serviço da Igreja, pela Educação: Irmãs Dorotéias no Brasil 1866-1966.....	104
Imagem 13 – Escritura do termo de transmissão de propriedade.....	107
Imagem 14 – Outro trecho da Escritura do termo de transmissão de propriedade.....	107
Imagem 15 – Trecho da Carta da Casa de Cajazeiras -1935.....	109
Imagem 16 – Foto aérea do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.	110
Imagem 17 – Detalhamento do número de matriculadas no ano de 1961.....	113
Imagem 18 – Detalhamento do número de matriculadas no ano de 1961.....	113
Imagem 19 – Carta da Casa de Cajazeiras –PB (1953).....	120
Imagem 20 – Carta da Casa de Cajazeiras (1928, p. 2).....	132
Imagem 21 – Carta da Casa de Cajazeiras (1929, p. 1).....	133
Imagem 22 – Trecho da Carta da Casa de Cajazeiras – (1940, p. 2).....	133
Imagem 23 – Detalhe da página de abertura do manuscrito: “A educadora conforme a pedagogia da Beata Paula Frassinetti”.	138
Imagem 24 – Planejamento dos Colégios doroteanos (1950, p. 2).	145
Imagem 25 – Planejamento dos Colégios doroteanos (1950, p. 1).	146

Imagem 26 –	Planejamento dos Colégios doroteano (1950, p. 3).....	148
Imagem 27 –	Carta do CNSL encaminha a Madre Provincial (1929, p. 1).	149
Imagem 28 –	Carta do CNSL encaminha a Madre Provincial (1929, p. 3).	153
Imagem 29 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1934, p. 6).....	154
Imagem 30 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1941, p. 3).....	155
Imagem 31 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1939, p. 5).....	156
Imagem 32 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1941, p. 2).....	157
Imagem 33 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1945, p. 3).....	157
Imagem 34 –	1ª Capa do Regulamento para a educação das alunas e professoras Dorotéias (1918.).....	166
Imagem 35 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1928, p. 1).....	168
Imagem 36 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1932, p. 2).....	169
Imagem 37 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1935, p. 2-3).	170
Imagem 38 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1945, p. 2).....	171
Imagem 39 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1945, p. 2).....	175
Imagem 40 –	Aposição da pedra fundamental para a construção da sede-escola das Ex- alunas Dorotéia (1953).....	177
Imagem 41 –	Flagrante em que a Madre Superiora do Colégio se reúne com membros da Associação de Ex-alunas (out. 1954)	178
Imagem 42 –	Crianças e jovens sendo atendidas(os) na Escola da Associação das ex-alunas (1956).....	179
Imagem 43 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1934, p. 7).....	180
Imagem 44 –	Time de vôlei do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Década de 1960...	180
Imagem 45 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1939, p. 7).....	181
Imagem 46 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1939, p. 7).	186
Imagem 47 –	Carta da Casa de Cajazeiras (1929, p. 1).....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Colégios e internatos ligados a congregações religiosas e localizados no sertão paraibano	34
Quadro 2 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Brasil, a partir de 1866.....	83
Quadro 3 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Interior do Nordeste e na Paraíba.....	84
Quadro 4 – Demonstrativo de matrículas do CNSL (1928 - 1961)	111
Quadro 5 – Demonstrativo de matrículas da Escola Gratuita do CNSL (1941 - 1961).....	117
Quadro 6 – Professoras egressas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes que atuaram em escolas públicas	123
Quadro 7 – Currículo desenvolvido pelas Dorotéias para os Colégios da Congregação.....	185

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos Colégios e internatos ligados a congregações religiosas e localizados no sertão paraibano.....	35
Mapa 2 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Brasil, a partir de 1866	84
Mapa 3 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Interior do Nordeste e na Paraíba	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demonstrativo de alunas internas e externas do CNSL (1928-1961).....	112
Gráfico 2 – Dados de alunas matriculadas e alunas concluintes	112
Gráfico 3 – Demonstrativo de matrículas da Escola Gratuita do CNSL (1941-1961).....	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 Nas veredas dos sertões: as rotas da pesquisa.....	15
1.1.1 Delineando a pesquisa.....	25
1.2 Instituições escolares: conceituando e compreendendo o seu significado no âmbito da História da Educação	30
1.3 Percurso metodológico da pesquisa: Por entre arquivos acervos e fontes.....	41

PRIMEIRA PARTE

EDUCAÇÃO EM CAJAZEIRAS: UM PERCURSO GUIADO PELA FÉ

CAPÍTULO I – A SERRARIA DO CAJÁ E A ORIGEM DE CAJAZEIRAS: relações entre o poder político, a igreja e educação	49
1.1 Exórdio sobre a cidade de Cajazeiras	49
1.2 Sob a égide da religião cresceu a cidade e se fundaram escolas.....	53
1.3 Romanização e ação educativa: esteio e relações religiosas.....	56
1.3.1 Inserções romanizadoras na Paraíba e em Cajazeiras.....	65
1.4 A Escola Normal de Cajazeiras: Nascido de um projeto educativo romanizado ...	68
1.5 As Irmãs Dorotéias e a sua missão educadora	75
1.5.1 Dorotéias no Brasil: missão e compromisso com o projeto eclesial.....	78
CAPÍTULO II – O COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES: Dinâmica de um itinerário.....	88
2.1 Compreendendo o momento histórico de criação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras	88
2.2 Breves apontamentos sobre a institucionalização de escolas para a formação de professores	91
2.3 A fundação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes: A afirmação de um projeto educativo, religioso e social.....	95
2.3.1 O CNSL: uma prestigiosa instituição educativa e algumas das suas egressas	120

SEGUNDA PARTE

OS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DOROTEANOS E A CULTURA ESCOLAR DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

CAPÍTULO III – PRESCRIÇÕES EDUCATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE

“MESTRAS” DOROTEANAS	128
3.1 Princípios da pedagogia de Paula Frassinetti	128
3.2 A formação da “mestra” doroteana guiada pela fé	135
3.3 As tecelãs: terços, tintas, linhas e agulhas na formação das sertanejas	150

CAPÍTULO IV – CULTURA RELIGIOSA E CULTURA ESCOLAR: interações e

influências no Colégio Nossa Senhora de Lourdes	160
4.1 A cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes: influência religiosa	160
4.2 As práticas culturais: as festividades, os retiros, as associações e o esporte	166
4.3 O currículo, uma das dimensões da cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes	182
4.3.1 Um novo estatuto e regimento para o Colégio Nossa Senhora de Lourdes: A produção de uma nova cultura escolar?	192
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	202
ANEXOS	215
Anexo A – Capa do regulamento para as professoras e educandas da congregação ..	216
Anexo B – Atos praticados pelas alunas	224
Anexo C – Ata de fundação da Associação das Ex-Alunas Doroteias	225
Anexo D – Estatuto do Colégio Nossa Senhora de Lourdes	227
Anexo E – Histórico Escolar da 4ª série do 1º ciclo de 1951	229
Anexo F – Histórico Escolar da 1ª série do Curso Normal.1951	230
Anexo G – Primeiro Regimento do Colégio Nossa Senhora de Lourdes	231
Anexo H – Documento de alteração do Regimento Interno	238

1 INTRODUÇÃO

1.1 Nas veredas dos sertões: as rotas da pesquisa

Quando enveredamos nos caminhos da História da Educação da Paraíba desbravamos um território de produções e achados significativos de como e porque os projetos educacionais foram se consolidando ao adentrar no Alto Sertão do Estado. As indagações iniciais se constituíram em um emaranhado de ideias, hipóteses e conjecturas que muitas vezes não responderam significativamente ao que inicialmente compreendemos como um percurso que transcorreu e que propiciou o desenvolvimento sócio cultural da sociedade paraibana na sua perspectiva mais ampliada. Nesse sentido, a complexidade que reveste o desenvolvimento da educação, a qual está intrinsicamente relacionada às questões políticas, impõe a necessidade de um olhar que vá para além, por exemplo, do processo de expansão escolar e do aumento da oferta de vagas.

Historicamente e convencionalmente nos é apresentada uma versão da história da educação no Alto Sertão paraibano, cuja constituição está assentada em dois pilares circunstanciais: implantação de projetos desenvolvimentistas e a erradicação do analfabetismo que nas últimas décadas da Primeira República se constituiu como um entrave ao desenvolvimento econômico almejado e exposto nas propostas governamentais. Considerando que o índice de analfabetos naquele período na Paraíba atingia patamares alarmantes, compreendemos que o engajamento dos grupos que detinham o poder político no sentido de consolidar um projeto que viesse de encontro às necessidades educacionais do paraibano e, principalmente, do sertanejo, agregando também os ideais de consolidação e de supremacia dos grupos religiosos que vinham implantando em algumas localidades espaços de aprendizagem e formação religiosa. Compreendemos que os entrelaces desses atores políticos no âmbito educacional nos impuseram desenvolver reflexões acerca das condições em que o projeto educacional/escolar foi organizado no Alto Sertão paraibano na Primeira República. Suas raízes e o contexto político social em que se assentou suas propostas, as quais muito refletiam o jogo de interesse dos grupos dominantes, fossem estes políticos ou religiosos. É importante ainda considerarmos que naquele momento histórico a sociedade brasileira viveu a transição e consolidação do regime de governo que buscava uma auto afirmação como nação independente e em vias de progresso econômico.

Alicerçados nessas proposições o nosso estudo tem como uma das nossas preocupações a escolarização no Alto Sertão paraibano considerando o papel sociocultural e, especialmente,

educacional do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Cajazeiras. Para tanto, iniciamos este estudo tomando como referência o ano de 1928, quando ocorreu a fundação da mencionada instituição escolar até 1961, ano de promulgação de primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) que instituiu novas propostas e redirecionamentos pedagógicos e curriculares, iniciando, portanto, no nosso entendimento, um novo momento da história educacional brasileira e certamente paraibana. Assim, partimos do pressuposto que a mencionada instituição exerceu um importante papel de propulsão no processo de escolarização naquela região com um projeto educacional que foi conduzido pela Congregação das Irmãs Dorotéias. A mencionada Congregação é de origem italiana, fundada pelo Padre Lucas de Passi e inicialmente denominada de Pia Obra de Santa Doroteia. Logo o Padre Lucas de Passi convidou a Irmã Paula Ângela Maria Frassinetti para participar dos trabalhos da Congregação que terminou fundando em 1834 na cidade italiana de Quito, o Instituto de Santa Doroteia que, em linhas gerais, iniciou um projeto religioso com o apoio das colegas de catequese, abrindo uma escola paroquial e a estabelecendo como a primeira casa de ensino “doroteana”.

Ao longo dos anos o trabalho foi se consolidando e a Congregação conseguiu expandir-se pela Europa ganhando adeptas em vários países. Em 1866 a Congregação chegou ao Brasil a convite do bispo de Olinda, Dom Manoel do Rego Medeiros para fundar uma casa fora da Europa. Naquela época, isto é, na segunda metade do século XIX tanto na Itália, berço de Congregação das Dorotéias, quanto no Brasil, mudanças importantes ocorreram na sociedade no tocante ao desenvolvimento econômico e cultural que exigiram, por conseguinte, mudanças na educação. De acordo com Ribeiro (2003, p. 59),

No Brasil acontecia a passagem de uma sociedade exportadora-rural-agrícola para uma exportadora-urbana-comercial; na França por outro lado, a passagem era para uma sociedade industrial avançada. E é determinada pela estrutura social resultante do capitalismo industrial que surge e se desenvolve a escolarização, mesmo que elementar, de um contingente maior da população (RIBEIRO, 2003, p. 59).

Aquele foi também um período de mudanças, investimentos e férteis realizações no campo educacional brasileiro, porém, restritas em sua maioria ao município da Corte. Dentre as realizações destaca-se a criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (RIBEIRO, 2003).

Foi naquele contexto de desenvolvimento, exigências culturais e ao mesmo tempo de descaso pela educação escolar nas províncias do país que as escolas normais e colégios organizados e dirigidos por ordens religiosas passaram a ocupar progressivamente os espaços não ocupados pelo estado e, ao mesmo tempo, se configurando como campos de excelência da

formação educativa. Assim, a chegada das Irmãs Dorotéias, em Olinda-Pernambuco, tornou-se um marco na História da Educação do Nordeste brasileiro e caracterizou-se como a primeira Congregação feminina que não vivia em clausura a se instalar no Brasil. A vinda das Irmãs Dorotéias marcou uma nova etapa na história educacional e também o pioneirismo no projeto educativo voltado para a educação feminina nessa região do Brasil.

Com relação ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras, o que motivou o interesse em pesquisar a sua história e o seu percurso, foram as inquietações advindas das leituras e discussões ocorridas no Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR-PB, onde percebíamos uma lacuna historiográfica acerca do(s) de processo(s) de escolarização no Alto Sertão paraibano. Apesar da existência de muitas pesquisas e produções literárias acerca da História da educação na Paraíba, essa localidade não figura ainda nessas pesquisas. Ao mesmo tempo tínhamos conhecimento da existência do mencionado Colégio centenário, cuja origem remonta ao antigo Colégio Padre Rolim, mas salvo o estudo realizado por Cunha (2000) e, mais recentemente por Sousa (2018), não identificamos nenhuma outra referência acerca do seu percurso histórico, isto é, sobre a sua fundação, organização etc.

Outro fator que indiretamente também nos incentivou para nos debruçarmos sobre a mencionada instituição, foram as minhas memórias sobre as experiências vividas como ex-aluna de uma escola normal localizada no Alto Sertão paraibano na década de 1980, ou seja, no Curso Pedagógico do Colégio Josué Bezerra na cidade de Pombal-PB, também uma instituição mantida pela Igreja Católica e dirigida por várias décadas pela Congregação das Irmãs Carmelitas.¹ Contudo, por ser a única escola com curso de preparação para o magistério na região havia um empenho de outros segmentos sociais em adentrar a escola como aluna do magistério. Foi nessa época que tivemos a oportunidade de fazer o Curso Pedagógico que formava professoras para atuarem na educação infantil. Realizar o mencionado Curso, naquela época era a única chance que tinham as moças/meninas da nossa classe social para galgar uma formação profissional e exercer uma atividade remunerada. Não foi uma experiência boa, vivemos naquele Colégio momentos de injustiça e de preconceitos. Para as jovens da classe

¹ O Colégio foi fundado em 1950 e durante as primeiras décadas funcionou sob a forma de internato. Era uma escola para as meninas “ricas” do município e regiões próximas. A partir da década de 1980 passou a funcionar em parceria com o Estado e seus professores eram funcionários cedidos pelo mesmo. Mesmo com as mudanças que ocorriam no sistema educacional brasileiro com vistas a disseminar a educação para uma maior parcela da população, a saída da Congregação da direção e as parcerias firmadas não houve naquele momento alterações no tocante a população a qual atendia, ou seja, a escola manteve o *status* de ser destinada para os ricos.

média e aquelas cujo sobrenome era “Bezerra”² a Igreja oferecia bolsas de estudo, os demais pagavam as mensalidades sob pena de qualquer atraso ser impedida de frequentar as aulas ou de fazer as provas.

Vale também registrar que já como professora na UFCG – Campus de Cajazeiras e, residindo próximo ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, (CNSL) as lembranças foram reavivadas ao observar todas as manhãs a entrada dos alunos e alunas naquela escola, símbolo de imponência e local de excelência educativa para os cajazeirenses. Assim, terminava voltando no tempo, lembrando também de situações vivenciadas no Colégio Josué Bezerra.

Aquelas saias azuis com pregas bem engomadas e as blusas com os seus bolsos bordados era para nós alunas/os da escola pública, sem fardamento, sem bolsas e sem lancheiras, um deslumbre. E ali sentada observava o vai e vem dos carros para deixar as/os alunas/os no CNSL evidenciando sua classe social, a antiga Escola Normal, já não mais sob a direção das Doroteias, mas ainda na tutela da Igreja Católica, que continua até os dias atuais a exercer as suas atividades educativas com princípios filosóficos assentados na formação cristã e com mensalidades inacessíveis a maioria da população.

Porém, considerando sua trajetória e permanência como uma Instituição educativa que viveu as principais reformas do ensino nos anos de 1930 e chegou ao século XXI em plena atividade, configura-se a mesma como uma Instituição que pode nos dizer muito sobre a educação da região.

Tais acontecimentos nos instigaram a compreender os mecanismos que deram suporte para a criação da primeira escola normal do Alto Sertão³ paraibano e sua influência como instituição de formação num período marcado por rupturas políticas e expansão de novas propostas para a educação. Nesse sentido, o presente estudo tem também como preocupação construir uma história da instituição escolar e a influência que exerceu a Congregação das Dorotéias na missão de educar as jovens dentro dos princípios de uma moral católica. Para tanto, procuramos analisar o papel que assumiu a mencionada Instituição em um contexto de afirmação de um projeto que objetivava consolidar o poder da Igreja Católica, através da força da militância e da intelectualidade católica que influenciou a vida social, cultural e política do

² Bezerra era o sobrenome de uma tradicional família da cidade de Pombal, cujo nome do Colégio “Josué Bezerra” era uma homenagem a um membro da referida família.

³ A mesorregião do Sertão paraibano é uma das quatro mesorregiões do estado da Paraíba. Ela é formada por 83 municípios agrupados em sete microrregiões. Com a nova divisão regional do Brasil, lançada pelo IBGE em junho de 2017, a mesorregião se dividiu em duas regiões geográficas intermediárias, quais sejam: Patos, Sousa e Cajazeiras. Diante disso o termo “Sertão” antes usada como divisão política administrativa, ganhou um caráter mais cultural, podendo ser relacionada, geograficamente, ao polígono do Semiárido brasileiro (IBGE, 2017).

Brasil nas décadas de 1920 e de 1930 estruturando-se em torno da proposta de “recristianizar” a sociedade brasileira, pelos processos educacionais e de escolarização.

É importante observarmos que naquele período a Santa Sé muito investiu na execução de ações que promovessem a cristianização da sociedade brasileira apoiando as estratégias que viabilizassem a concretização de seus objetivos. Dessa forma foi que:

A partir de 1920 a Santa Sé articulou parte dos elementos necessários para a implantação do projeto de defesa e conquista dos interesses católicos na república laica brasileira: designou um Núncio experiente e respeitado pela hierarquia eclesiástica local: nomeou um eclesiástico (D. Leme) dinâmico e ativo como auxiliar do Cardeal Arcoverde na administração da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a partir de onde seriam difundidas as ações católicas para o resto do Brasil (ROSA, 2011, p. 107).

Aquele período também foi marcado por uma série de mudanças advindas da revisão constitucional de 1925-1926. Contudo, as discussões estavam assentadas em questões inerentes a autonomia estadual e de distribuição orçamentária conforme análise realizada por Venâncio Filho (1996). Para o autor as ideias predominantes da Constituição de 1891 foram tímidas e cautelosas em matéria de educação. Comungando deste pensamento Carvalho e Ferreira (2016, p. 55), apontam que:

Mesmo com o entusiasmo que marcou os primórdios da República, a educação não se tornou alvo central da preocupação do governo republicano, pois a proclamação da república não modificou suficientemente as estruturas de poder, reforçado em cada estado federado e nas localidades que o compunham (CARVALHO; FERREIRA, 2016, p. 55).

Naquele cenário de mudanças no sistema político administrativo não se percebia mudanças consistentes no setor educacional, até mesmo porque permaneciam também os antagonismos. Ferreira (2002, p. 49) lembra que “a mudança do regime político monárquico para o republicano não significou alteração na política clientelista, que pelo contrário foi se aperfeiçoando e acabou por consolidar-se como prática política dominante”. Outra questão interessante nesse processo, é que a medida que se apresentava uma proposta de proporcionar educação a nação, cuidava-se para que tais ações não interferissem na “autonomia reservada aos Estados na construção de seu sistema de ensino”, o que acabou gerando desorganização “na construção do sistema educacional” (ROMANELLI, 2014, p. 43).

No entanto, analisando a forma de organização escolar na década de 1920, Ribeiro (2003) aponta mudanças políticas que vão interferir de forma significativa no sistema educacional, dentre elas o declínio das oligarquias em decorrência do surgimento de “novas forças sociais” que emergiam com as mudanças na estrutura econômica com a industrialização, o operariado e

uma burguesia industrial nascente no Brasil. Uma realidade ainda desconhecida dos cajazeirenses que mantinham uma economia de subsistência e as mesmas relações sociais do períodos colonial e imperial, salvo alguns grupos composto por fazendeiros e pequenos comerciantes, a maioria da população vivia aquém das mudanças que vinham ocorrendo em outras regiões do país.

A relação estabelecida entre estes novos componentes sociais apresenta traços distintos que levam a choques de interesses econômicos que refletiram na área política. E como resultado desses choques vivenciou-se naquele período momentos de tensões, e em várias partes do país eclodiram movimentos contestatórios como o Tenentismo nas décadas de 1920 e 1930.

Os Tenentistas promoveram revoltas como a do Forte de Copacabana (1922) e a Coluna Prestes (1925 a 1927) lideradas por militares com a participação de civis. Estes insatisfeitos com a estrutura política marcada pela dominação das oligarquias agrárias reivindicaram reformas políticas e sociais. Assim, os “oposicionistas” como eram denominados naquele momento histórico, começaram a ganhar força na década de 1920 e se estenderam por vários anos com o objetivo de tornar a sua ideologia política hegemônica no país (CARVALHO, 2002).

Naquele contexto de insatisfação, revoltas e agitação, emergiram também movimentos em defesa da educação, denunciando a insuficiência do atendimento escolar e os altos índices de analfabetismo. Tais questões fizeram parte do que foi interpretado como o “entusiasmo pela educação”⁴ e “otimismo pedagógico”⁵. Carvalho e Ferreira (2016, p. 09) destacam os anos de 1920 e 1930 como um período de grande ebulição política com reformas na educação e “foi uma época de proposta de mudanças na educação, resultante de um clima de discussões que traduziam certo entusiasmo pela educação que superestimavam o papel da educação na renovação da sociedade e da economia dentre outras esferas.” Essa era uma concepção dos reformadores, as mudanças nem sempre atingiam os objetivos almejados nem alcançavam todos os municípios do país.

O momento era de repensar o novo Brasil que se construía, a simples substituição de governo não implicaria em reformas condizentes com as reais necessidades da população, pois tanto nos setores dominantes como nos dominados havia o desejo de mudanças. Ribeiro (2003, p. 98) lembra que “era de se esperar que nesse ambiente de agitação, de contestação de ideias e

⁴ “Crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população nas sendas do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo.” (NAGLE, 1976, p. 99-100).

⁵ “A crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (NAGLE, 1976, p. 99-100).

práticas estabelecidas, também aquele que caracterizavam a organização escolar do período fossem combatidas”. Nagle (1976, p. 101), em suas análises sobre as mudanças que caracterizaram os movimentos em prol da educação naquele período considerou que:

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizaram a década dos anos 20, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos políticos sociais e que consistia em atribuir à importância cada vez maior ao tema da instrução, nos diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem na década dos anos 20 que aqui está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico (NAGLE, 1976, p. 101).

A compreensão dos acontecimentos desse período nos suscitaram inquietações que permearam o nosso interesse em realizar esta pesquisa, no sentido de compreendermos as estratégias, as motivações e os interesses políticos dos dirigentes cajazeirenses na organização de um sistema de ensino, sobretudo, para a educação feminina. E considerando o cenário de mudanças que marcou o século XX buscamos explorar a criação, a organização e o funcionamento do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, procurando averiguar os fatores que estimularam a sua fundação que, consideramos, estavam diretamente atrelados aos interesses da Igreja e aos processos de modernização principiada nos maiores centros urbanos do país, mas que ainda não haviam sido encetados em Cajazeiras, local onde prevaleciam relações políticas e sociais muito tradicionalistas e conservadoras e, em alguns aspectos, atrasadas economicamente.

Considerando que no Alto Sertão paraibano nas primeiras décadas do século XX, as cidades e povoados se organizavam político e socialmente obedecendo os preceitos estabelecidos e impostos pela conjuntura estadual, que muitas vezes, não favorecia nem atendia as necessidades das regiões mais longínquas do estado, as inovações educacionais realizadas na capital levaram até décadas para adentrarem nas regiões interioranas e, quando chegavam, eram as vezes suprimidas pela deficiência de quadros de pessoal qualificado e também pela falta de interesse dos dirigentes locais. Assim, o sentimento propulsor da educação tinha sentidos diferentes para a Igreja, para o Estado e para o povo. Para a Igreja que almejava disseminar as ideias e objetivos traçados para a sua maior presença no setor educacional que tinha como sentido aproveitar a oportunidade de estar presente em um número cada vez maior nas médias e, especialmente nas pequenas cidades, ocupando um espaço até então pouco negligenciado pelo Estado brasileiro e/ou estadual que não tinha(m) ainda um projeto educacional que alcançasse o Alto Sertão nordestino e, conseqüentemente, paraibano.

Entretanto, em Cajazeiras-PB, nas primeiras décadas do século XIX, consolidou-se a educação confessional empreendida pelo Padre Rolim a partir do ano de 1843.⁶ A história de vida do Padre Rolim esteve em sincronia com a história de fundação do povoado de Cajazeiras que teve sua origem no Sítio Serrote numa pequena propriedade onde Vital Rolim, seu pai, foi residir após seu casamento com Anna Francisca de Albuquerque em 1795, numa gleba de terra que recebera de seu sogro Luís Gomes de Albuquerque como dote de casamento. Segundo Leitão (1991, p. 21): “A casa construída por Vital Rolim deu origem à povoação que começou a se formar em suas vizinhanças. Os filhos e parentes que dele se aproximavam iam construindo um pequeno aglomerado urbano”.

Ainda de acordo com o mencionado autor, Padre Inácio de Sousa Rolim nasceu em 22 de agosto de 1800 na Fazenda Cajazeiras fundada por seu pai. Com 17 anos de idade Inácio Rolim iniciou seus estudos na cidade do Crato adquirindo os conhecimentos que o possibilitou ingressar no Seminário de Olinda ordenando-se padre em 02 de outubro de 1825. De volta a sua terra natal para o exercício do sacerdócio o Padre Rolim também deu início as suas atividades de educador na escolinha de Serraria no ano de 1829.

A escolinha, malgrado a modéstia das suas instalações, ia crescendo em número de alunos. De localidades vizinhas iam aparecendo os que procuravam os ensinamentos daquele Padre Mestre, egresso do grande centro educacional que era o seminário de Olinda para se internar nos sertões do Rio do Peixe, como se tivesse uma missão a cumprir. Cajazeiras, a pequenina povoação plantada na fazenda dos seus pais, fora o local escolhido para o exercício daquele apostolado. Ali sem medir sacrifícios, indiferente a glória que pudesse resultar da sua ação educacional, deixou-se ficar, sem outra preocupação senão a de conduzir o seu povo para a conquista de um futuro melhor (LEITÃO, 1991, p. 41- 42).

Assim, a história do desenvolvimento da cidade esteve intimamente atrelada as ações educativas empreendidas pelo mencionado religioso. Nesse sentido, Silva e Santos (2012) destacam o protagonismo dos colégios centrados na fé católica, cujas análises “se confunde com a própria discussão, já avançada, dos processos de institucionalização das sociedades como um todo”, buscando adaptar-se as circunstâncias locais com objetivos de uma efetivação com êxito. Afinal, como destacam os autores:

⁶ O historiador João de Lyra Tavares afirma que a fundação do Colégio Padre Rolim ocorreu em 1843 e destaca que o início das suas atividades educacionais, no ano de 1836, se deram em uma casa improvisada que foi organizada por Anna Francisca de Albuquerque, “Mãe Aninha” como era conhecida a mãe do Padre Inácio, uma mulher religiosa e comprometida com o desenvolvimento da cidade. Segundo a historiografia trabalhou incansavelmente para a construção da capela de Nossa Senhora da Piedade de quem era devota.

A igreja católica e seus respectivos líderes, enquanto corpo institucional, bem como seus intelectuais, a perceber a potencialidade da instrução como ponta de lança na afirmação de seus ensinamentos e de seus universos simbólicos manteve-se coesa na proposta cristocêntrica de seus projetos educacionais. Daí a elaboração de estratégias para sua efetiva divulgação e/ou implantação em dadas épocas e circunstâncias. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 77).

A educação cajazeirense no seu sentido mais ampliado esteve inserida naquele contexto analisado pelos autores, uma vez que a mesma se propunha a realizar desde a época da escolinha de Serraria⁷ uma educação da conformidade, ou seja, em consonância com os ideais da fé cristã e sintonizada com os padrões culturais da região.

Como já mencionamos anteriormente por um longo período às propostas de inovações educacionais, mesmo que insipientes, mas importantes para o país como o movimento da escola Nova, não foram disseminadas na região na mesma intensidade, uma vez que o processo de desenvolvimento urbano também aconteceu seguindo alguns padrões culturais muito específicos. Nesse sentido, devemos considerar que durante o período aqui em estudo muitas questões relacionadas a economia e a política condicionaram as ações em torno das questões educacionais, ou seja, a medida que as crises se acentuaram procurou-se elaborar mecanismos alternativos ou de superação, inclusive, apostando que a educação seria a “salvação” dos graves problemas sociais e econômicos.

Nesse sentido, vale considerar que:

O crescimento da demanda social de educação pode ser tomada como outro indicador de necessidade do desenvolvimento, uma vez que ele revela aspectos sociais do desenvolvimento, por traduzir o aparecimento e crescimento de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação (ROMANELLI, 2014, p. 27).

Ribeiro (2003, p. 81) ao analisar organização escolar da sociedade brasileira da década de 1920 apresenta dados que apontam que mais da metade de sua população “de 15 anos acima havia sido excluída da escola”, e que a mesma,

⁷ Local de onde se extraía a madeira de que os cajazeirenses necessitavam para a construção de suas primeiras moradias, de que lhe adveio o nome. A área onde está localizado o Colégio Diocesano Padre Rolim, local onde foi construída uma casinha que abrigou os primeiros estudantes da escola de Serraria. O número de alunos que procuravam a escola da Serraria deu ao padre Mestre a preocupação de instalá-la em um prédio mais adequado a sua finalidade. Em 1836 transferiu a sua escola para uma casa construída nas proximidades do local em que ele e Mãe Aninha edificaram a capela que dedicaram a Nossa Senhora da Piedade. Construídos ao mesmo tempo, tanto a capela como a casa do colégio, iriam exercer forte influência no desenvolvimento de Cajazeiras. Para maiores e informações acerca da primeira escola de Cajazeiras e o trabalho do Padre Rolim, sugerimos as leituras Leitão (1991) e de Pires (1991).

se desenvolvendo em base urbana-comercial desde a segunda metade do século XIX, o analfabetismo passa a se constituir um problema, porque as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários a integração em tal contexto social (RIBEIRO, 2003, p. 81).

A medida que algumas unidades da federação se fortaleciam frente ao novo regime, outras permaneciam com práticas políticas arcaicas, enfrentando dificuldades com a nova organização política administrativa. A Paraíba na década de 1920 viveu uma intensa movimentação política com reordenação dos grupos tradicionais. E sua história política desde o início da República, foi marcada pela forte presença dos grupos políticos tradicionais. O epitacismo tornou-se o mais conhecido grupo político e sob o seu domínio se sucederam quatro administrações, quais sejam: Camilo de Hollanda (1916 a 1920), Solon de Lucena de (1920 a 1924), João Suassuna (1924 a 1928) e a de João Pessoa (1928 a 1930). A partir dos anos de 1930 outro grupo político liderado por José Américo de Almeida ascendeu ao poder e permaneceu até a década de 1950. Esse grupo político ficou conhecido como o *americismo*⁸ que construiu uma autoimagem de se, constituindo adeptos de uma nova política adequada aos novos tempos e, portanto, assentadas em práticas modernas. Segundo Pinheiro (2002, p. 148), em nível nacional, se processou a “modernização da sociedade brasileira, nas décadas de 1920 e 1930, principalmente nos espaços urbanos, possibilitou a elaboração de projetos que incorporaram a modernidade a estrutura educacional”. Essa mesma percepção é apresentada por Cardoso e Kulesza (2004, p. 3) quando afirmam que:

Nas décadas de 10 e 20 do século XX a cidade Parahyba também começa a perder pouco a pouco o seu aspecto colonial e a dotar-se de indicativos “modernos”. A função educativa de bem estar e higiene e as noções constituintes do espírito cosmopolita derivam das reformas urbanas. As cidades redefinem as relações de poder no espaço urbano que se modifica e por sua vez modifica a escola: a cidade colonial vê-se cada vez mais distante e os espaços públicos, ruas, praças e escolas da cidade moderna cada vez mais presentes (CARDOSO; KULESZA, 2004, p. 3).

Assim, a organização de um sistema educacional que atendesse as demandas políticas e sociais das cidades e do novo regime ficava cada vez mais evidente, à medida que a sua reorganização refletia as mudanças de comportamento na população, ensejando novas medidas no plano educacional. Subjacente a estas questões cabe lembrar que a República herdou uma forma de organização caracterizada pelo domínio de uma elite privilegiada, detentora do poder e resistente as mudanças. Contudo, havia a necessidade impulsionar reformas. Nesse sentido,

⁸ Para maior estudo desse período consultar os estudos de Melo e Rodrigues (1993), além de alguns artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* – IHGP.

Carvalho e Ferreira (2016, p. 56) salientam a importância do Estado em criar escolas “como forma de disseminar a educação para combater o analfabetismo, então considerados inépcia ao desenvolvimento e progresso, ou seja, como meta de projeto civilizatório e de modernização da sociedade em prol do seu desenvolvimento”. Embora essa fosse uma clara compreensão sobre as demandas do período, o modelo educativo que imperou na república velha foi o da seleção e exclusão. Os mecanismos de organização utilizados ajustavam-se diretamente aos interesses de uma camada da sociedade que estava habituada a ser servida. Saviani (2010, p. 32) descreve o período da Primeira República como “o tempo por excelência do coronelismo, modalidade sociopolítica caracterizada pela troca de favores entre um Poder Público fortalecido e a influência social de decadentes proprietários de terras que ainda operavam como chefes em suas localidades”. Dessa relação preponderava o “mandonismo” e a apropriação dos serviços públicos como bem particular, como forma de manter os seus privilégios.

Dessa forma, a preocupação em compreender a teia idealizadora da educação que se projetou na cidade de Cajazeiras-PB nesse período em que se consolidava o Regime Republicano suscitou indagações acerca do ideário que norteou a instalação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Como ocorreu em todo o país, a cidade de Cajazeiras também sofreu tanto os impactos das mudanças políticas e sociais advindas com o novo regime, como com a ausência das ações administrativas em prol da ampliação da organização escolar. Ao mesmo tempo em que fomentavam a modernização do país com novas propostas para a educação, negligenciavam à situação de abandono nas cidades interioranas.

1.1.1 Delineando a pesquisa

Foi a partir da perspectiva mais ampliada que acima traçamos, que partimos nessa jornada com o objetivo de constituir ou construir mais uma peça desse mosaico que é a história da educação paraibana nos propondo produzir uma história do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, considerando a sua implantação e importância no contexto político e social dos anos de 1920, realçando o seu papel educativo de interação com a sociedade cajazeirense e como um possível veículo de desenvolvimento no município a partir de um projeto que visava, prioritariamente, a formação de educadoras na região. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: relatar acerca do nascimento de um projeto educativo entremeado pelas relações entre o poder político, o Estado e a Igreja; evidenciar a dinâmica de criação e consolidação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, considerando os fatores sócio-políticos e culturais que propiciaram a criação do mencionado Colégio; identificar os saberes e as práticas aplicadas na educação e instrução das

mulheres na perspectiva doroteana, e analisar as práticas educativas e religiosas, características da cultura escolar em consonância com os princípios da educação das Dorotéias.

A partir do delineamento dos objetivos desta pesquisa, construímos o nosso argumento de tese alicerçando-nos na premissa de que a educação desenvolvida nas primeiras décadas do século XX pelo Colégio Nossa Senhora de Lourdes, uma instituição confessional que solidificou o ensino feminino e normal em Cajazeiras, sob a administração das irmãs Dorotéias, fez parte de um projeto educacional tutelado pela Igreja Católica, que consolidava o seu poder como mediadora, organizadora e normalizadora da ação educativa, interferindo principalmente nos processos de formação das jovens dentro das normas e princípios orientadores da educação formulados pela Congregação das Irmãs Dorotéias. Nesse sentido, este argumento tese fundamenta-se pela necessidade de aprofundamento dos conhecimentos históricos educacionais referentes ao Alto Sertão paraibano, cujo processo se comparado ao de outras regiões do estado procedeu-se com características particulares e específicas. Para tanto, procuramos sempre que possível dialogar com as produções já realizadas acerca da História da Educação paraibana no sentido de fortalecer o nosso argumento de tese, ressaltando que as organizações de escolas normais confessionais da Primeira República foram pautadas nos ideais de ordenação da nação republicana e nas estratégias esquadrihadas pela Igreja Católica no sentido de retomar e ampliar os espaços de poder que foram fragilizados desde o final do período Imperial e agravado pelo fim do regime de padroado. Nessa perspectiva partimos do pressuposto que a criação de novas escolas confessionais no Brasil e na Paraíba foi um dos mecanismos que a mencionada Igreja encontrou para manter o seu poder e influência social, cultural e, especialmente religiosa, na sociedade brasileira. Para além da criação de instituições escolares também foram efetivados outros mecanismos de sua inserção na sociedade brasileira a partir, tanto das ações pastorais, quanto das associações beneficentes e/ou filantrópicas.

Tal argumento de tese nos levou a elaborar as seguintes indagações: Qual os interesses da Diocese de Cajazeiras ao pleitear a implantação de uma Escola Normal? Como Cajazeiras se apropriou dos debates sobre as reformas da educação para defender a instalação de uma escola normal? Os discursos produzidos pelos defensores da escola estavam alinhados as aspirações republicanas da época? Qual a importância das Irmãs Dorotéias e que princípios filosóficos foram adotados na formação das normalistas? O fato de ser uma instituição escolar fundada pela Igreja católica e equiparada a escola normal para formação de educadoras após uma árdua persistência da diocese de Cajazeiras, nos instiga a adentrar os muros da escola para entender o seu papel nesse processo de interiorização da escolarização feminina, percebendo sua relação com os ideais da Escola Nova e como estas ideias influenciaram as suas ações no

contexto de desenvolvimento local e consolidação da instituição no seio da sociedade cajazeirense dominada por grupos políticos arreigados familiares tradicionais. Segundo Magalhães (2004, p. 124),

A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço. Desenvolve-se, desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Considerando estas proposições anunciadas pelo autor, compreendemos as dimensões de um processo educativo abraçado pelas Irmãs Dorotéias em um período de escassos investimentos na educação pública, precariedade no que se refere a efetivação de projetos inovadores e anseios de uma comunidade já marcada pela ação da Igreja Católica com a instrução confessional pioneira na região e com uma formação feminina voltada para a preparação da mulher para ser a boa esposa, boa mãe e boa dona de casa.

Sabemos de antemão que a Igreja Católica soube de forma estratégica ocupar os vários espaços na sociedade brasileira quando a partir da instalação do regime republicano perdeu alguns privilégios. Nesse sentido, o seu poder político desde o final do Período Imperial foi enfraquecido, perdendo espaço no campo educacional no qual teve forte domínio desde os primórdios da colonização, passou a ter que conviver com uma intensa mobilização de alguns intelectuais pela melhoria e expansão da instrução pública.

Assim, a medida que novas escolas iam sendo erguidas e equiparadas como ocorreu com o Colégio Padre Rolim em Cajazeiras em 13 de novembro de 1916⁹, a Igreja Católica garantiu seu espaço frente a nova ordem que havia abalado a sua supremacia. Nesse sentido, aquela nova circunstância político-institucional colocou em xeque uma relação construída ao longo de muitas décadas a qual Saviani (2010, p. 45) caracterizou de “promiscua”. Para o mencionado autor,

[...] ao lançar mão do termo “promiscuidade” a intenção foi mesmo mostrar a mistura, confusão, cumplicidade, a indistinção entre o público e o privado na história da educação brasileira acentuando, pela conotação pejorativa do termo, certo cinismo que tem marcado a relação entre o público e o privado na sociedade brasileira (SAVIANI, 2010, p. 45).

⁹ A equiparação do Colégio à Escola Normal Oficial se deu em um contexto de mudanças no setor educacional e, para tanto, as escolas confessionais procuraram se adequar sem, contudo, a Igreja Católica perder o controle sobre elas. A Lei nº 434 de 13 de novembro de 1916, no seu Art. 1º- Fica o Presidente do Estado autorizado a equiparar a Escola Normal o “Colégio Padre Rolim” sito na cidade de Cajazeiras, mediante as condições especificadas nos artigos seguintes. Art. 2º- O aludido Colégio ministrará o ensino de acordo com os regulamentos, programas e métodos da Escola Normal (CUNHA, 2000, p. 21).

Para melhor esclarecer a sua reflexão o mesmo nos lembra que o Estado português manteve uma espécie de “simbiose com a Igreja Católica representada pela ordem dos jesuítas”, a qual denominou de a fase da “educação pública religiosa” iniciada em 1548. Já entre os anos de 1759 a 1827 foi instaurada, pelas reformas pombalinas, uma segunda fase configurada pelo autor como “educação pública estatal”. A terceira fase que vai de 1827 a 1890, “compreendeu as primeiras tentativas precárias e intermitentes de se organizar a educação pública”. A quarta fase de 1890 a 1931, compreende o período do advento da República que propiciou sob a égide dos estados “a implantação progressiva das escolas graduadas apoiadas nas escolas normais que começaram a ser consolidadas sob o influxo do iluminismo republicano”. E o quinto período (1931-1961), caracterizado pela regulamentação do Estado na promoção de uma política educacional. E por último Saviani destaca o período que vai de 1961 a 2007 marcada por uma tendência unificadora e regulamentadora da educação nacional.

Saviani ao destacar essas fases que marcaram a história da educação do Brasil aponta uma relação que persistiu por longas datas com o aparato do Estado, com algumas características que ainda hoje persistem mesmo após a unificação e regulamentação empreendida pelo Estado. Assim, para a Igreja Católica, coube-lhe procurar garantir o seu espaço no âmbito educacional por meio da persistência e da resistência.

Considerando os aspectos mais gerais apontados por Dermeval Saviani definimos para o nosso trabalho um recorte temporal que contempla os anos de 1928 a 1961, abrangendo, portanto, a terceira e quarta fases demarcadas pelo mencionado autor.

Como já anunciado anteriormente, iniciamos esta pesquisa a partir do ano de 1928, quando o Bispo Dom Moisés Coelho selou a parceria com a Congregação das Irmãs Dorotéias, em 28 de fevereiro daquele ano. Nesse interim o antigo Colégio Padre Rolim que era destinado, inicialmente, para a educação dos meninos, posteriormente, também abriu espaço para a educação de meninas criando um curso destinado para formação de professoras que passou a ser conhecido como Escola Normal de Cajazeiras. Logo em seguida foi dado lugar a um novo projeto educativo sob a administração das Irmãs Dorotéias, ou melhor explicitando, sob os auspícios da Congregação de Santa Dorotéia que criaram o Colégio Nossa Senhora de Lourdes em homenagem a santa padroeira das mencionadas Irmãs. Fechamos o marco temporal deste estudo em 1961 por se tratar de uma época de grande efervescência política e social que marcou a história do Brasil e conseqüentemente o setor educacional com a elaboração e aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Considerando que neste interstício de três décadas ocorreu uma intensa movimentação no que se refere às propostas escolanovistas, reformas e adequação da educação com vistas a atender as demandas de desenvolvimento do

país e tentar resolver o problema do analfabetismo. Naqueles períodos as manifestações em prol da educação se intensificaram e segundo Saviani (2010, p. 35), “O movimento renovador enfrentou a resistência da Igreja Católica que buscava recuperar sua influência sobre a educação, inclusive o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas”.

Naquela conjuntura, inclusive, considerando as propostas inovadoras para a LDB de 1961, as articulações políticas se intensificam no sentido de expandir a escolarização publicada e aumentar o número de escolas nos estados. Apesar dos conflitos entre os renovadores e a igreja o “Brasil passou de um atendimento educacional de pequenas proporções, próprio de um país predominantemente rural, para serviços educacionais em grande escala, como só acontece com as nações que entram num processo de industrialização e urbanização.” (SAVIANI, 2010, p. 36). Assim, as instituições escolares nesse novo contexto de renovação, inovação e maior responsabilização dos setores públicos, assumiram um importante papel como veículo de disseminação do saber e instrumento de força para supostamente tentar romper com uma *cultura educacional*¹⁰ elitista que predominou ao longo de toda a história da educação brasileira, inclusive, no período republicano.

A partir dessa compreensão mais geral podemos evidenciar as histórias e características que revelam as estratégias e articulações empreendidas face às adversidades emanadas com a instauração de um novo regime político, o qual promoveu mudanças no sistema de ensino e que exigiu uma reordenação nas propostas da educação, inclusive a de caráter confessional.

No caso específico do Brasil e, mais particularmente na Paraíba, essa reordenação diz respeito também a forma como passou a ser conduzida as relações entre Igreja e Estado nessa conjuntura, considerando que:

Com o advento da República e a prevista separação dos assuntos de Estado do aparato eclesiástico, na Constituição de 1891, outras condições para a afirmação da escola confessional seriam prementes, haja vista a projeção de conjuntura fortemente propensa a uma maior secularização da educação (SILVA; SANTOS, 2012, p. 80).

Na Paraíba, no início do século XX, repercutiu na educação as ações resultantes das relações Estado/Igreja que impulsionou novas medidas por parte da Diocese no sentido de continuar seus investimentos na educação. Kulesza (2008, p. 91), destaca que a “descentralização política característica do regime federativo implantado pela República propiciou a Igreja um vasto campo de experimentação de táticas diversas, tendo em vista seus

¹⁰ Expressão desenvolvida por Pinheiro (2009, p.109) que assim a define: “é uma dimensão específica e, ao mesmo tempo, abrangente do intercruzamento de saberes populares e de conhecimentos científicos que tomam como foco os aspectos relativos aos processos educacionais, sejam eles intra, extraescolares ou não escolares”.

objetivos”. Assim, diante de uma nova realidade a Igreja Católica buscou instrumentos de afirmação social e político ante o Estado. Sua ação incluía o enquadramento das ideologias que se posicionavam contrárias ao regime republicano, no qual fez reinar um pacto e um processo de acomodação através do cultivo de um conhecimento clássico que terminou por favorecer mais uma vez a Igreja Católica na redefinição do seu papel na sociedade republicana, ao mesmo tempo em que podia a partir destas estratégias seguir atuando no sentido de recuperar e ampliar o poder que detinha desde os tempos coloniais (KULESZA, 2008).

Foi naquele contexto que se ergueu em várias regiões da Paraíba instituições educacionais dirigidas por ordens religiosas a exemplo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras-PB.

1.2 Instituições escolares: conceituando e compreendendo o seu significado no âmbito da História da Educação

A palavra instituição agrega sentidos que evoca a necessidade de uma reflexão acerca da sua acepção no sentido de ajustá-lo no âmbito da História da Educação. Para Nascimento (2004, p. 57). “O conceito de instituição associa-se a ideia de permanência e de sistematicidade, a ideia de norma e normatividade”. Nessa perspectiva optamos em fazer uma reflexão sobre a história das instituições escolares, por entendermos que as pesquisas em História da Educação impõem a compreensão da instituição como peça importante nesse processo. Seu conceito incorpora uma diversidade e significados, que Saviani (2007, p. 4) agrupa-as em quatro acepções: “1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina”.

Na primeira acepção aparece a ideia de ordenar, articular o que estava disperso. Na segunda acepção é a própria ideia de educar que se faz presente... A terceira acepção refere-se tanto a construção de objetos tal como se dá na produção técnica ou artística, como à criação e formação de seres vivos. Finalmente, a quarta acepção retém a ideia de coesão, de aglutinação em torno e determinados procedimentos (método) de determinados elementos distinto formando uma unidade (sistema); de certas ideias compartilhadas (escola aqui, no sentido de um grupo de indivíduos reunido em torno de um mestre ou orientação teórica) (SAVIANI, 2007, p. 4).

No nosso trabalho tomamos como itinerário as acepções que abordam a instituição no sentido de compreender as ações no espaço educacional, ou seja, aquela que melhor se adequa a abordagem que estamos fazendo sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, considerando sua história como espaço de organização do ensino e práticas educacionais assentadas nas

normas e princípios da educação das Dorotéias. Magalhães (2004, p. 58) ao tecer considerações acerca da congruência que circunda a instituição, declara que:

A ideia de instituição consagra uma combinatória de finalidades, regras, normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra-sistêmica; é, por consequência, uma ideia mais ampla e flexível do que a de sistema. Consagra ainda a ideia de relação/comunicação e de categoria social, como condições instituídas que, no plano educativo, compreendem alteridade, autonomização, participação e implica materialidade, representação, apropriação, normatividade (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Essa ordem de conceitos no que diz respeito a instituição, compõe um complexo equilíbrio quando associada às atividades que são desenvolvidas no âmbito do processo educativo. Se tomarmos cada uma dessas definições as quais compõem as ações definidas e articuladas de um processo, identificamos a interdependência existente na dinâmica do sistema em seu funcionamento e adequação coerente ao que se propõe executar. Isso porque a instituição congrega o que entendemos por um espaço que se constitui com fins específicos e se materializa para atender as necessidades humanas de forma permanente, pois sua criação não encerra sua produção ou o objetivo que o criou, sua existência e consolidação ocorrem em consonância com as transformações e circunstâncias históricas em que se encontram imbricadas. Como explica Saviani (2007, p. 5),

Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem (SAVIANI, 2007, p. 5).

Vimos a partir do exposto acima, que as instituições resultam das atividades que são realizadas com o intuito de atender objetivos específicos que vão de encontro às necessidades coletivas. A medida que a sociedade vai se organizando, novas exigências vão sendo impostas ao sistema educacional que passa a viabilizar estratégias de ação que respondam aos anseios da sociedade a qual ela serve. No tocante a instituição escolar o seu surgimento nasceu da necessidade de estruturar e formalizar a ação educativa, as suas atividades compreendem uma complexa rede que agrega diversos elementos e relações que vão delinear o processo de integração dos sujeitos que a compõe, considerando que as ações são exercidas em contexto histórico, político e social.

Nosella e Buffa (2009), no livro *Instituições escolares*, nos fornecem significativas orientações acerca do por que e como pesquisar, salientam, ainda, a importância do estudo sobre a instituição escolar como forma de conhecer a complexidade que as envolvem, uma vez que possibilita compreendermos os elementos que engendram a sua existência, a sua inserção na sociedade, bem como as suas práticas pedagógicas no tempo e no espaço. Nesse sentido, Magalhães (2004, p. 68) destaca que as “estruturas se definem no quadro sócio-cultural” cumprindo seus objetivos. Ainda de acordo com o mencionado autor:

É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica (MAGALHÃES, 2004, p. 68).

É importante destacar que as instituições escolares se configuram como espaços de organização e de controle das atividades educativas que foi se consolidando ao longo dos tempos, acompanhando a dinamicidade da sociedade como resultado de um progressivo desenvolvimento da humanidade.

Entretanto, é importante destacarmos que a educação no seu sentido mais ampliado, não é uma atividade resultante e restrita a essa forma de organização escolar, ou seja, ela é desde os primórdios da humanidade decorrente de processos que se encontram presentes no cotidiano dos seres humanos. Assim, devemos, pois, considerar que as aprendizagens se efetuavam a partir das próprias necessidades e buscas de satisfações, isto é, sem a imposição de normas ou sistematizações. Segundo Saviani (2007, p. 4), em um primeiro momento esse processo ocorreu de forma espontânea, ou seja, a atividade se desenvolveu de maneira assistemática e indiferenciada, não se distinguindo os seus elementos constitutivos. Quando esse desenvolvimento foi se ampliando pela própria necessidade de sobrevivência, incidiu nas formas do trabalho, operando no cotidiano tanto no que se referiu à produção, quanto na organização de tarefas. Tais transformações influenciaram na construção de novos conhecimentos, modificando, portanto, a vida social e cultural.

A educação antes realizada de forma assistemática foi exigindo adequação e rompimentos com os padrões tradicionalmente estabelecidos, uma vez que já não atendiam mais as aspirações de uma sociedade cuja mobilidade refletia os aspectos de uma nova ordem. Sistematizar e dar uma finalidade ao processo educativo foi o fator preponderante para a regularização do ensino

e sua dinâmica representou e impões readaptações, o que implicou no reordenamento de espaços e lugares de saberes. Magalhães (2004, p. 67) destaca ainda que:

Foi na medida em que as famílias, as comunidades de base e outras instâncias de enquadramento e mobilização foram perdendo a sua capacidade de representação e ação que as instituições escolares e para escolares se desenvolveram, para gradualmente se tornarem estruturas centrais no plano educativo (MAGALHÃES, 2004, p. 67).

Nesse sentido, analisar a história de uma determinada instituição escolar, neste caso o Colégio Nossa Senhora de Lourdes se reveste de amplo significado para a compreensão da importância que ela teve na história da educação paraibana, uma vez que foi um dos espaços onde se estruturou e possibilitou uma reorganização do ensino no município de Cajazeiras e como parte de uma conjuntura política social mais ampliada do processo de reordenação do Estado Nacional. Para Toledo e Andrade (2014, p. 180) o estudo de uma instituição escolar,

É uma proposta que visa à valorização das peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais. Ao analisar as características de uma determinada instituição, espacial e geograficamente determinada, nasce a possibilidade de conhecer o contexto histórico-político e social que a criou (TOLEDO; ANDRADE, 2014, p. 180).

No tocante a Escola Nossa Senhora de Lourdes, um fato instigador para tomá-la como objeto de estudo está relacionado também às condições, estratégias e princípios filosóficos que a criaram. Não esqueçamos que no início do século XX ainda se vivia em uma sociedade em transição do Regime Imperial para o Republicano, assim, em muitas localidades os costumes e as práticas políticas administrativas permaneciam inalteradas, ou pouco se percebia as mudanças. E no caso da educação nas regiões mais distantes da capital ou de grandes cidades, o desenvolvimento foi lento e refletia a resistência dos grupos dominantes, especialmente representados pelas oligarquias vinculadas aos setores agropastoris que não desejavam mudanças que comprometessem o seu *status*. Para tanto, era necessário garantir uma mão de obra não qualificada e analfabeta e/ou semianalfabeta para manter a produção nos seus latifúndios (ARAÚJO, 2007).

A maior parte das escolas localizadas do interior paraibano, como é o caso de Cajazeiras, nasceu sob a égide da Igreja Católica e seu desenvolvimento e institucionalização se deveu, em grande medida, pela interferência eclesiástica que soube contornar conflitos, mesmo tendo perdido uma parte de seu poder.

O processo de secularização que vinha se definindo desde o período imperial, teve com o advento da República condições propícias para uma projeção, “embora tal aspecto não tenha se cristalizado facilmente nas ex-províncias de forma pura e simples, de fato e de direito, devido a presença ainda firme da classe sacerdotal como lentes em todos os níveis de instrução”, conforme analisaram Silva e Santos (2012, p. 80). Essas condições favoreceram o reordenamento de suas ações no sentido de atender as necessidades da nova conjuntura que se estabelecia. Os autores destacam ainda que outros processos influenciaram a reorganização da “agenda de demandas da igreja sob o advento do sistema republicano de governo”, as estratégias viabilizadas eram pertinentes, pois era também um momento de reafirmação do catolicismo que pontuou suas ações frente a secularização. Sendo também “um fenômeno que se [alinhava] com a política de incentivo a fundação de colégios e afirmação das congregações no Nordeste do Brasil”. Assim, aquele momento foi de forte movimentação de lideranças religiosas que se mobilizaram para constituir uma proposta para educação, conciliando ao mesmo tempo a sua agenda às novas demandas.

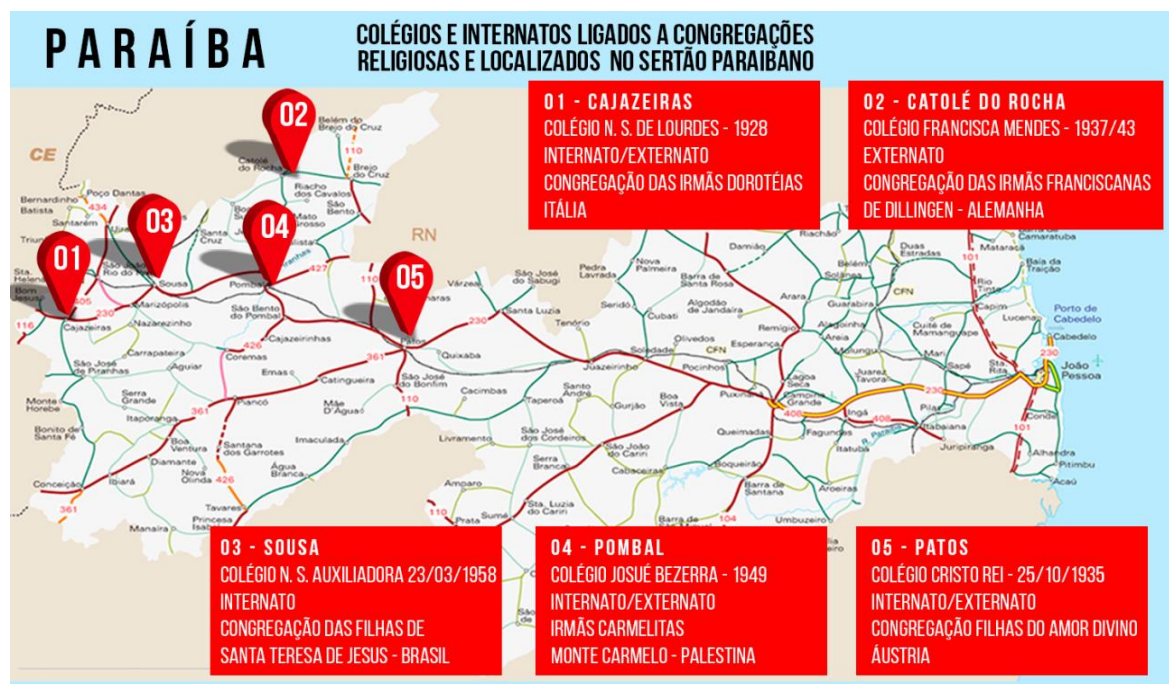
Os esforços empreendidos lograram êxito e assim, vamos percebendo que durante a primeira metade do século XX as instituições escolares organizadas e dirigidas pela Igreja Católica e suas ordens religiosas foram se firmando no estado e adentrando ao sertão paraibano. No quadro abaixo uma síntese das instituições religiosas que nas primeiras décadas do século XX funcionaram como internato e externato, em cidades do sertão do Estado (Quadro 1).

Quadro 1 – Colégios e internatos ligados a congregações religiosas e localizados no sertão paraibano

Instituição	Cidade	Ano de fundação	Formas de funcionamento	Congregação	Origem
Colégio N. S. de Lourdes	Cajazeiras	1928	Internato/ Externato	Congregação das Irmãs Dorotéias	Itália
Colégio Francisca Mendes	Catolé do Rocha	1937/1943	Externato	Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen	Alemanha
Colégio N. S. Auxiliadora	Sousa	23 de março de 1958	Internato	Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus	Brasil
Colégio Cristo Rei	Patos	25 de outubro de 1935	Internato e externato	Congregação Filhas do Amor Divino	Austria
Colégio Josué Bezerra	Pombal	1949	Internato/ Externato	Irmãs Carmelitas	Monte Carmelo/Palestina

Fonte: Quadro construído pela autora a partir dos dados levantados nos arquivos eletrônicos. Disponível em: <www.arquidiocesepb.org.br>.

Mapa 1 – Colégios e internatos ligados a congregações religiosas e localizados no sertão paraibano



Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir dos dados apresentados por Azzi (2000).

As mencionadas instituições escolares fundadas em cidades do Alto Sertão paraibano tiveram estreita relação com a luta empreendida pela Igreja Católica frente a secularização da educação e que, portanto, passou por um processo de enquadramento. Sobre essa questão Magalhães (2004, p. 35), nos explica que a

educação reifica-se num tempo, num espaço e numa ação-tempo, espaço e ação/comunicação, cuja combinatória é uma metainstituição. Esta atitude instituinte da relação e do projeto educativo envolve a existência de estruturas que confirmam estabilidade as transformações em curso e a existência de instâncias de enquadramento, orientação e superação de eventuais resistências (MAGALHÃES, 2004, p. 35).

Na perspectiva de “instância de enquadramento” aqui também destacamos a sua relação com os ajustamentos de ações necessárias, objetivando incorporar as mudanças e inovações no âmbito educacional e, especialmente, escolar. Assim, a “metainstituição” tem como finalidade uma proposta educativa organizada com atividades e ordenamentos instituídos pelas instâncias políticas e religiosas que interagiram e criaram as condições necessárias ao seu funcionamento e identidade. E “a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho, no micro e, com a mesma intensidade no macro” (SANFELICE, 2007, p. 78).

Assim, a instituição escolar configura-se como uma peça importante da engrenagem que faz funcionar o sistema educativo orientado por normas e fins específicos. A estrutura institucional representa o conjunto arquitetônico equipado e dotado de uma identidade. Como nos lembra Sousa (1998, p. 16) ao tratar a história dos grupos escolares em São Paulo. Para a mencionada autora os espaços foram definidos de acordo com as necessidades e exigências do modelo pedagógico, ou seja:

A especialização dos espaços ocorreu de acordo com as finalidades do ensino, com as necessidades da completa separação entre os sexos e com as exigências da pedagogia moderna; classes, bibliotecas, museus, laboratórios, oficinas, ginásios, pátios para recreio, auditórios. A composição material dessa escola moderna e renovada pressupôs, também, o uso de novos materiais escolares, outro tipo de mobília escolar e abundante material didático. Muitas das inovações introduzidas nessa época permanecem até hoje (SOUSA, 1998, p. 16).

A instituição educativa caracteriza-se não somente pelo espaço organizado com finalidades definidas, a sua existência não está apenas circunscrita à educação e suas normatizações, ela se insere, também, em um contexto social mais amplo, envolve a comunidade, suas histórias e suas memórias. É um lugar repleto de significados e marcado por relações sociais como descreve Castanho (2007, p. 40), a “instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não apenas a escola como a conhecemos no seu envolver histórico, mas também outras formas sociais duradouras em que se desenrola o processo de transmissão cultural”. Assim, ao buscarmos compreender a história de uma instituição escolar não a fazemos de forma isolada, mas sim considerando, sobretudo a sua integração com o “global, o micro, macro, particular e singular” como reconhece Magalhães (2004, p. 98):

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar (MAGALHÃES, 2004, p. 98).

De encontro a esse pensamento, Sanfelice (2007) coloca que são inúmeras as formas de se conhecer a história de uma instituição educacional, isso implica na observação de todas as dimensões, mesmo quando se der prioridade a um evento específico, este está envolto em um universo de fatos e pormenores que compõe o conjunto da engrenagem que a faz funcionar. Nesse sentido, Sanfelice (2007, p. 70) acrescenta que:

As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas (SANFELICE (2007, p. 70).

A história de uma instituição escolar ao ser analisada permite identificar as nuances de seus elementos, proporcionando a cosmovisão de uma época e evidenciam as ideias e propostas de uma educação com fulcro assentado em valores vigentes na sociedade. Ainda que o elemento investigado represente apenas um objeto singular do universo educacional, este abre um leque de possibilidades de interpretação e concepções dos elementos e dos grupos que a compõe. O objeto singular no dizer de Sanfelice (2008, p. 15) “não se explica em si mesma, por mais que eu possa narrar amplamente as características constitutivas de sua identidade”. A instituição como objeto singular, por exemplo, agrega em si diversos elementos constitutivos e diversos grupos sociais ou classes que levam consigo para o seu interior um conhecimento, costumes e um mundo já estabelecido fora dele.

Se por um lado, o estudo sobre as instituições escolares permite um conhecimento da forma como se procedeu a organização dos espaços educacionais e reordenamento do ensino num contexto de organização dos estados e frente as necessidades econômicas, por outro lado também possibilita a compreensão dos aspectos marcantes da sociedade, da forma de organização das comunidades, desenvolvimento urbano e progressos e retrocessos do sistema educacional. O prédio da instituição escolar abriga uma história, sua materialidade frente as demais escolas localizadas no espaço da cidade como um todo. Para Werle (2007, p. 102) “A materialidade da escola tem significado não apenas para a própria instituição, mas para os moradores e instituições das cercanias, mesmo que não tenha estudado, trabalhado ou enviado seus filhos ou netos para aquela escola. Na cidade situa-se e pertence o prédio escolar”.

No caso de Cajazeiras-PB, a Colégio Nossa Senhora de Lourdes, coloca-se como referência tanto no que diz respeito ao espaço urbano, quanto a sua história e relevância educacional. A instituição está localizada numa área central e em seu entorno foram sendo erguidas igrejas, biblioteca, a Câmara Municipal, o Colégio Padre Rolim, hoje FAFIC (Faculdade de Filosofia), além de alguns prédios comerciais. Em frente do Colégio como destaque da praça Padre Rolim há um imponente busto do mencionado religioso, representando a sua presença no desenvolvimento educacional da cidade e como marco histórico. Sobre essa questão, ou melhor sobre o prédio escolar, Werle (2007, p. 102) acrescenta ainda que:

Um dos espaços de demarcação das instituições frente às demais é o prédio. O prédio escolar é um elemento importante na busca de identidade da instituição educacional, funcionando como agente físico ativo nas subjetividades e na materialidade da cidade. Expressa uma visão da funcionalidade institucional presente no momento em que foi erigido, trazendo um fardo de história pelas relações e vivências construídas em seu interior e arredores (WERLE, 2007, p. 102).

Há no interior das instituições uma complexa rede de relações e de ideias que analisadas convergem para um entendimento histórico do passado e também do presente educacional do país e de localidades distintas em diferentes épocas. Para Gatti Jr. (2000, p. 4),

A História das Instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais profundo destes espaços sociais destinados ao processo ensino aprendizagem (GATTI JR., 2000, p. 4).

Todos os aspectos que envolvem os processos educativos têm relação com a história da instituição, ou seja, seus princípios e métodos caracterizam os fundamentos de sua origem. Nesse sentido, Magalhães (1999, p. 72) diz que:

A construção da história de uma instituição educativa visa, por fim, conferir uma identidade cultural e educacional. Uma interpretação do itinerário histórico, à luz do seu próprio modelo educacional. A história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexidade crescente, pelo que à triangulação entre os historiadores anteriores, à memória e ao arquivo se deverá contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição – o seu modelo pedagógico (MAGALHÃES, 1999, p. 72).

A sedimentação da instituição escolar não é um processo isolado, ela ocorre num contexto de mudanças que exige a sistematização da ação educativa, daí a importância de se considerar todos os aspectos que envolvem a sua existência que está intrinsicamente atrelada a história da educação, “o momento educativo é um momento instituinte”, as necessidades conduzem os sujeitos humanos a apropriação e essa ação de subjetivação reifica a instituição. (MAGALHÃES, 2004). Assim, a educação-instituição reflete uma dinâmica, normatização e organização articuladas pelas ações dos sujeitos num determinado tempo histórico. Lima e Junior (2008, p. 70) destacam também que:

Com o surgimento das instituições escolares há uma ampliação das oportunidades de se realizar uma educação que gradativamente vai atingindo todos os setores da sociedade. As escolas têm a capacidade de desenvolver uma normatização dos processos de ensino/aprendizagem e assim tornar a educação algo profundamente regulamentado (LIMA; JUNIOR, 2008, p. 70).

Pensar a instituição escolar implica numa acepção das peças que a compõe, como aponta Werle (2007, p. 111):

As instituições escolares são lugares de ação social e, como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas, são formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processo de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos as relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competições (WERLE, 2007, p. 111).

Nesse sentido, conhecer a história de uma instituição educativa remete a compreensão dos elementos acima enumerados, sem nos esquecermos das circunstâncias em que ocorrem a sua organização e o seu papel social e educacional. Daí a importância de se analisar a sua materialidade e a sua genealogia, além das suas representações e práticas. Sua dimensão material amplia-se “das estruturas e dos meios ao processo, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional”, conforme nos indica Magalhães (2004, p. 58). Nessa perspectiva Toledo e Andrade (2014, p. 82) ressaltam que:

Ao analisar os elementos ensejadores da criação de uma instituição, bem como sua história, seu público-alvo, suas propostas, sua arquitetura, entre outros aspectos, é possível identificar-lhe os pressupostos, pois as instituições escolares evidenciam a cosmovisão de uma época e defendem um projeto educativo calcado em valores vigentes na sociedade (TOLEDO; ANDRADE, 2014, p. 82).

Articulado com as inferências acima anunciadas, Pereira (2007, p. 86) destaca a dimensão estrutural em que está alicerçada a instituição escolar como: física, administrativa e sociocultural; essa tríplice dimensão permite compreender sua configuração ocupacional, a interação entre os seus membros e os conhecimentos culturais transmitidos. Entender a educação e os processos de mudanças que ocorrem em seu cerne implica procurar entendê-la na sua complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, constitutivos do processo de institucionalização.

Sobre o processo de institucionalização escolar, Castanho (2007, p. 40) considera que a escola moderna nasceu sob a ótica manufatureira da modernidade, balizada pela racionalidade que pressupõe um sistema de ensino organizado, com agentes especializados, recursos e um espaço adequado. Nesse sentido, compreende-se a instituição escolar, “com sentido próprio de lugar social especializado na função educativa e também com o sentido derivado da unidade ou estabelecimento educacional”. É certo que diversas formas de educação foram praticadas nas diferentes camadas da sociedade brasileira desde o período colonial, contudo, foi no final do

Império e durante a Primeira República que novas medidas foram implantadas no sentido de dar organicidade a educação com espaços adequados a um projeto e uma proposta inovadora para atender necessidade da sociedade que vivenciava momentos de mudanças em vários setores. O nascimento da instituição escolar é, portanto, resultado de um movimento histórico da modernidade. Magalhães (2004, p. 39) a esse respeito nos ensina que:

A institucionalização da educação escolar como processo histórico desenvolve-se em várias fases, culminando no momento em que a realidade educativa deixa de ser pensada na ausência do marco escolar e em que a estrutura escolar apresenta uma internalidade complexa e identitária, associada a uma influência determinante na realidade. Na sua gênese como no seu desenvolvimento, a institucionalização é uma fase num processo evolutivo amplo, que corresponde ao constructo que resulta da função instituinte e que se consolida na instituição (MAGALHÃES, 2004, p. 39).

Há no interior das instituições há múltiplas histórias que ora alinham-se e congregam interesses e objetivos comuns, ora divergem em decorrência de posicionamento filosófico e político.

Dentre a multiplicidade dos aspectos que marcam e alinham o cotidiano escolar de uma instituição, ela pode ser interpretada na perspectiva da *cultura escolar* e saberes que nos revela como as práticas pedagógicas e administrativas são desenvolvidas pelos atores envolvidos, tais como: nas relações entre alunos, professores e gestores. Assim, a escola congrega além da função social de transmitir conhecimentos sistematizados, hábitos e valores que se adequam a filosofia da instituição escolar, que projeta o seu caminho e a sua forma de reproduzir tradicionais e, as vezes criar novos, costumes e valores culturais, sociais e políticos.

A *cultura escolar* de uma determinada instituição quase sempre se coaduna com a filosofia da escola, ou seja, a missão a que se propôs executar, ou seja, os princípios filosóficos que definirão, em tese, a forma como conduzirá o processo educativo, isto é, a abordagem de ensino e as estratégias pedagógicas. Todos esses aspectos são condicionantes na preparação intelectual do seu alunado e da sua possível futura inserção social. Nesse sentido, podemos dizer que a missão a que se propõe uma instituição de ensino está associada a sua origem, aos seus valores e aos seus objetivos. Pensar a escola associada a todos os elementos, práticas e normas que a faz funcionar, nos permite compreender a sua cultura como resultado da interação dos sujeitos e dos mecanismos que viabilizam a ação tanto no interior da escola, quanto no meio social onde exerce a sua influência.

Na construção da história de uma determinada instituição escolar, temos sempre que nos preocupar com estes elementos que consideramos intrínsecos ao seu próprio funcionamento. Juliá (2001, p. 9) ao refletir sobre a cultura escolar como objeto histórico, pondera se tratar de:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIÁ, 2001, p. 9).

O autor nos aponta os principais elementos para uma compreensão da cultura escolar, uma vez que estes permitem identificar processos e comportamentos que revelam os objetivos primordiais que circundam e permeiam as ações educativas. Barroso (2012, p. 183) ao analisar as reflexões procedidas por Dominique Juliá, esclarece que:

Nesta definição estamos em presença de dois elementos constitutivos desta ‘cultura escolar’, as normas e as práticas. Numa perspectiva funcionalista e determinista poderemos dizer que as segundas (as práticas) se limitam a ser uma consequência das primeiras (as normas) e que umas e outras se limitam a ser uma tradução escolar de finalidades sociais gerais (BARROSO, 2012, p. 183).

É importante evidenciar que, no que concerne ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, uma instituição educativa de caráter confessional a cultura escolar é condicionada pelas normas assentadas em crenças, condutas, rotinas, hábitos e símbolos que traduzem as suas finalidades. E como nos orienta Juliá (2001, p. 15), buscaremos “recontextualizar as fontes das quais podemos dispor” no intuito de compreender o que e como ocorreram no mencionado “espaço particular” aspectos de sua cultura escolar.

Nesse sentido, a interpretação a ser feita deve dar visibilidade a sua especificidade, e no caso deste estudo destacamos a sua origem confessional, a sua localização geográfica (sertão paraibano) e, especialmente, por se tratar de uma instituição destinada, prioritariamente, a formar professoras.

Ao termos detectado essas especificidades logo no início do processo de conformação do nosso objeto de pesquisa, fomos impulsionados a pensarmos acerca da história da mencionada instituição educacional no sentido de compreendermos o seu papel social, político e educacional em Cajazeiras e na região, considerando, principalmente, a sua influência no movimento de modernização e de renovação educacional. Para atingirmos os nossos propósitos realizamos alguns procedimentos metodológicos, os quais passamos a apresentar no próximo item.

1.3 Percurso metodológico da pesquisa: Por entre arquivos acervos e fontes

A partir das inferências teóricas que explicitamos no item anterior, se faz necessário traçarmos o percurso metodológico que propiciou o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse

sentido, vale ressaltarmos que as primeiras leituras que realizamos durante o processo de elaboração do projeto de pesquisa, foram atizando algumas preocupações e dúvidas sobre qual caminho deveríamos seguir, uma vez que os mesmos são múltiplos e, em parte, definidores de como abordaremos as nossas descobertas e reflexões. Sobre essa questão Sanfelice (2008, p. 11), nos adverte que: “As abordagens visando captar os objetos podem e devem ser múltiplos, pois são como instrumentos do pesquisador empenhado em captar o real tal como ele é”. Nesse sentido, é importante uma opção metodológica que contemple uma reflexão epistemológica e atenda às necessidades da pesquisa.

A pesquisa no âmbito da História da Educação passou por intensas mudanças no campo teórico e metodológico, procurando privilegiar temáticas e objetos singulares, ou retomando sobre outros aportes interpretativos temas já consolidados no campo. No bojo desse processo de renovação as temáticas que envolvem as histórias das instituições escolares passaram a integrar um dos domínios do mencionado campo de investigação. Para Magalhães (2004, p. 98):

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constrói numa convergência interdisciplinar (MAGALHÃES, 2004, p. 98).

Nesta pesquisa, a nossa proposta metodológica é utilizar as técnicas que possibilitem a reflexão e processamento das informações para a construção do conhecimento acerca da instituição escolar, ou seja, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Para tanto, optamos por uma perspectiva metodológica que ressalta o particular, mas ao mesmo tempo evidenciando as suas relações com o contexto econômico, político, cultural e social dialeticamente. Assim, ao realizar estudos e pesquisas sobre a mencionada instituição escolar apontamos questões que consideramos relevantes para entendermos as questões que permearam o contexto local e as articulações que favoreceram a sua criação, organização e funcionamento. Nosella e Buffa (2009, p. 80) compreendem que “sobre instituições escolares, para o método dialético, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios. Dessa relação emerge a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno”.

Realizamos, também, uma incursão nas obras que analisam instituições escolares e/ou educacionais. Os instrumentos metodológicos de síntese, segundo Magalhães (2004, p. 117),

nos permitem uma articulação dos aspectos peculiares e operacionais que nos possibilitaram uma validação dos “construtos investigativos na sua internalidade e na sua representatividade, e um aprofundamento da investigação com vista a construção da identidade institucional”. Assim, estes eixos norteadores nos permitiram constituir a estrutura desta narrativa.

Segundo Pereira (2007, p. 86), “[...] a síntese historiográfica, fruto do trabalho de reconstituição da história da instituição, apresenta-se em forma de narrativa. É um esforço de construção de uma imagem da escola, não um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações”.

Realizar uma pesquisa buscando compreender como se estruturou uma instituição educativa no período da Primeira República, organizada e administrada pela Igreja Católica, exigiu uma reflexão teórico metodológica que proporcionou a compreensão dos mecanismos de atuação, considerando que aquele período foi de intenso debate sobre as reformas necessárias as mudanças na educação brasileira, exigindo-nos, portanto, uma análise acerca das suas diversas dimensões. Sobre esse aspecto Toledo e Andrade (2014, p. 180) nos indicam que:

A possibilidade de se escrever a história da educação brasileira e regional sob um prisma diferente daquele que dá espaço apenas às narrativas emanadas de documentos oficiais tem sido um importante elemento motivador para as pesquisas sobre instituições escolares. É uma proposta que visa à valorização das peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais. Ao analisar as características de uma determinada instituição, espacial e geograficamente determinada, nasce a possibilidade de conhecer o contexto histórico-político e social que a criou (TOLEDO; ANDRADE, 2014, p. 180).

Nos apropriando dessa perspectiva metodológica, as articulações realizadas neste trabalho procuraram apreender as proposições dos mencionados autores.

Outro aspecto metodológico significativo foi o da coleta das fontes. Para Melo (2010, p. 22) “o tratamento das fontes, ao mesmo tempo em que viabiliza a realização da pesquisa histórica e, como resultado, da pesquisa em História da Educação, qualifica o pesquisador para um recuo no tempo, uma visita ao passado, para uma metodologia histórica de análise da educação como produto humano.

As fontes se constituem imprescindíveis para conseguirmos suprir as lacunas, fazer as conexões e realizarmos respostas as nossas problematizações. Elas nos auxiliam a dar inteligibilidade ao objeto pesquisado, ou seja, elas imprimem uma teia de informações sobre um determinado tempo e espaço. Para Saviani (2006, p. 29), as fontes subsidiam a “reconstrução do objeto histórico estudado”. Elas nos levam a descobertas e interpretações do objeto. Para o mencionado autor “as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a

base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado.”

Na construção do nosso trabalho utilizamos vários tipos de fontes, considerando que na constituição da história de uma instituição escolar é possível utilizarmos os documentos primários e secundários. Somadas àquelas primeiras leituras que realizamos, logo no início da pesquisa, conforme mencionamos anteriormente, demos também continuidade ao levantamento bibliográfico, sobre a história das instituições escolares e, especialmente, sobre as escolas normais. Para tanto, foram imprescindíveis as leituras que realizamos dos seguintes autores: Ribeiro (2003); Pereira (2007); Magalhães (2004); Saviani (2006, 2007, 2010); Carvalho (2016); Sanfelice (2008); Nosella e Buffa (2010). No âmbito da história da educação paraibana também foram importantes as leituras efetivadas nos trabalhos publicados no livro *História da Educação da Paraíba*: rememorar e comemorar, publicado em 2012, no qual reúne vários trabalhos, organizado por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Claudia Engler Cury, além dos estudos realizados por Wojciech Andrezej Kulesza, publicado em 2008. No tocante a história da educação confessional e da Igreja Católica como protagonista de uma ação efetiva nos processos de desenvolvimento da educação na Primeira República, tomamos com referência autores como Azzi (2002), Moura, SJ (2000), Manoel (1996), Matos (2010), Matos (2011), Otto (2008) e Sousa (2008) entre outros, além das leituras de documentos e encíclicas da Igreja Católica.

Articulado a esses procedimentos optamos por uma abordagem qualitativa por entendermos que nesse tipo de pesquisa a preocupação central reside na compreensão de um grupo social, uma organização e o pesquisador busca explicar o porquê das coisas. Para Minayo (1994, p. 23) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, sua preocupação reside em explicar o que não pode ser quantificado, seu foco é um universo de “significados motivos, ações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”. A pesquisa qualitativa apresenta características que favorecem a descrição das informações obtidas na pesquisa a partir da objetivação e organização para compreender e explicar as relações entre o global e o local sobre um determinado fenômeno.

Realizar uma pesquisa no campo da História da Educação e sobre uma determinada instituição escolar na Paraíba, nos encaminhou para os labirintos da História, partindo dos acervos documentais que nos subsidiaram na constituição desta narrativa histórica. Considerando a realidade da cidade de Cajazeiras-PB, os desafios foram ainda maiores nos

impondo determinação, paciência, e estratégias de inserção nos espaços controlados pela Igreja Católica, além de outros arquivos e bibliotecas.

Um dos primeiros acervos visitados foi o Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes constituído de documentação recente e relacionado as matrículas dos alunos. Quanto a documentação referente à sua criação pelas Dorotéias nada foi encontrado. Constatada a ausência dessas fontes partimos para os arquivos localizados na capital paraibana, especialmente o Arquivo do Instituto de Educação da Paraíba - IEP. Nele conseguimos documentos que nos dizem sobre a adequação da proposta pedagógica da escola objeto deste estudo em relação às novas leis e decretos que estabeleceram normas educacionais da década de 1930, estatutos e regimento. Os documentos encontrados no IEP atenderam uma solicitação do presidente do Instituto Afonso Pereira sobre a exigência do registro do estabelecimento de ensino, do seu estatuto e do seu regulamento. A partir destas fontes identificamos particularidades da cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Para compreendermos como se deram o início das atividades do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, na década e 1920, contactamos a Casa Provincial do Nordeste localizada na cidade de Recife-PE, onde estão arquivadas toda a documentação relativa às escolas dirigidas pelas Dorotéias. O acervo da Casa Provincial de Recife guarda importantes informações dos colégios dirigidos pela congregação das Dorotéias extintas e ainda em funcionamento. Vale ressaltar que este acervo está sendo organizado em virtude de decisões superiores da cúpula da Igreja Católica que priorizou Recife como sede da Província do Nordeste.

Realizamos várias viagens a Recife no sentido de realizarmos o levantamento da documentação, que se encontra sob a responsabilidade da Província, o acesso a estes documentos exigiu paciência, pois o arquivo estava em fase de organização. Após os primeiros contatos com as irmãs da Casa Provincial tivemos a permissão para iniciar a pesquisa. Esta foi uma fase importante do levantamento documental quando conseguimos acessar importantes documentos, entre eles as Cartas da Casa de Cajazeiras, denominadas as *Cartas Provinciais*, que eram os relatórios anuais elaborados pela Madre-Diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e encaminhados a Madre-Provincial a qual a instituição aqui em estudo estava subordinada.

Consultamos, ainda o *Jornal A Imprensa*, no qual selecionamos textos e notícias relativas a educação paraibana no seu sentido mais ampliado. Importante destacarmos que a partir das notícias publicadas do *Jornal A Imprensa*, obtivemos importantes informações acerca da fundação da escola para meninas em Cajazeiras no século XIX, empreendida pelo Padre Inácio Rolim, conforme já mencionamos anteriormente.

Pelo *Jornal A Imprensa* tivemos ainda acesso aos debates travados no sentido de dotar o sertão paraibano de uma escola que atendesse àquela imensa região e que tinha como importante polo educacional a cidade de Cajazeiras.

Além desse grande acervo documental, consultamos ainda os memorialistas que se debruçaram sobre a história política e cultural da cidade de Cajazeiras, apontando, principalmente a influência que alguns grupos familiares que juntamente com a Igreja Católica exerceram influência na implantação de um projeto educacional que foi determinante para a construção de uma identidade local. Assim, para compreendermos a construção dessa identidade se fez necessário procedermos algumas reflexões sobre a história religiosa cajazeirense que tanto interferiu no seu processo de implantação e organização escolar, visto que, a história da fundação e desenvolvimento da cidade está intrinsicamente ligada a história da família Rolim.

No sentido de efetivarmos os nossos objetivos nesta pesquisa organizamos o trabalho em duas partes. A primeira, intitulada: **Educação em Cajazeiras: um percurso guiado pela fé**, que está constituída por dois capítulos.

O primeiro capítulo intitulamos: A Serraria do Cajá e a origem de Cajazeiras: relações entre o poder político, a igreja e a educação. Nele realizamos uma sintética discussão acerca da história da fundação da cidade de Cajazeiras considerando os aspectos relativos a história da educação desde a criação da escolinha de Serraria que fora criada pelo Padre Inácio Rolim. Destacamos as relações entre o poder político, a igreja e a educação na qual procuramos elucidar a teia que envolveu a história da cidade e sua primazia na educação sertaneja. Contemplamos também alguns aspectos do desenvolvimento da cidade que ocorreu sob a égide da religião, abordando ainda o nascimento de um projeto educativo romanizado com as irmãs Dorotéias da Instituição de Paula Frassinete.

Com o título: **O Colégio Nossa Senhora de Lourdes: dinâmica de um itinerário**, no segundo capítulo abordamos o momento histórico de criação do Colégio em Cajazeiras, no qual destacamos o contexto de fundação da primeira escola para meninas no interior paraibano, luzeiro de novos projetos educacionais respaldado pela Igreja Católica, proporcionando a instalação do Colégio das Dorotéias no qual passou a conduzir o novo projeto educacional que ocorreu em consonância com as ideias e propostas do governo Vargas durante na década de 1930 e 1940, afirmando-se como modelo de educação e de formação de professores. A partir das Cartas da Casa de Cajazeiras e relatórios que descrevem as principais ações da instituição, analisamos o seu percurso de organização, metodologias de trabalho e adequação as reformas ocorridas no período em estudo.

A segunda parte do trabalho, intitulado: **Os princípios educacionais doroteanos e a cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes**, está composto pelo terceiro e quarto capítulos. No capítulo três iniciamos a nossa discussão abordando os princípios pedagógicos da congregação instituídos pela sua fundadora Irmã Paula Frassinetti com o subtítulo princípios pedagógicos de Paula Frassinetti e com o subtítulo a formação da mestra doroteana guiada pela fé, fazemos uma incursão na temática a partir de uma leitura dos documentos da congregação que apresentam as *intuições pedagógicas* da madre fundadora que balizam o fazer pedagógico das mestras cujo objetivo é incutir nas educandas conceitos e princípios cristã, ao mesmo tempo em que apontamos essas concepções pedagógicas e filosóficas no cotidiano do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Os princípios norteadores da educação das Dorotéias eram com o estabelecimento das virtudes pedagógicas necessárias ao educador, destacando o diálogo, o testemunho, a humildade e coragem como eixo fundamental da formação da educadora. Por último abordamos neste capítulo a formação das sertanejas com terços, linha, tintas e agulhas, apontando as atividades desenvolvidas no colégio com o intuito de prover as educandas com habilidades específicas à sua formação para cumprir seu papel na sociedade de acordo com o contexto cultural da época

Cultura religiosa e cultura escolar: interações e influências no Colégio Nossa Senhora de Lourdes é o título do nosso IV capítulo. Nesta parte do trabalho destacamos as práticas culturais desenvolvidas no colégio, tendo nas festividades religiosas, os retiros, as associações e a prática de esporte elementos essenciais de uma educação cristã e a partir destes elementos compreendermos a dimensão cultural do currículo desenvolvido no colégio. As constituições e regras do Instituto Paula Frassinetti subsidiavam as irmãs mestras da congregação orientando e determinando suas ações.

Por último tecemos algumas considerações finais acerca do trabalho, ressaltando as *mudanças* e *permanências* nas atividades desenvolvidas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, procurando realçar os nexos que elucidam a discussão aqui empreendida.

PRIMEIRA PARTE

EDUCAÇÃO EM CAJAZEIRAS: UM PERCURSO GUIADO PELA FÉ

CAPÍTULO I

A SERRARIA DO CAJÁ E A ORIGEM DE CAJAZEIRAS: relações entre o poder político, a igreja e educação

1.1 Exórdio sobre a cidade de Cajazeiras

A história do nascimento das cidades do Alto Sertão paraibano a partir do final do século XVII tem uma estreita relação com a necessidade de povoação e exploração territorial, os povoados que foram surgindo mais tarde se tornaram distritos e originaram as várias cidades que hoje conhecemos. Inicialmente, foram povoadas a partir das doações das Datas¹¹ à grupos familiares oriundos tanto da sede da Capitania quanto das regiões vizinhas como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Assim, a região que deu origem a Cajazeiras foi povoada por famílias vindas de Pernambuco, do Ceará, e também do Rio Grande do Norte. A política de organização e desenvolvimento das áreas do Alto Sertão passava pelo crivo do poder central que de acordo com interesses e conchavos políticos destinavam a algumas famílias as datas de Sesmaria, que muitas vezes eram destinadas como presente de casamento com o intuito de levar aos mais distantes recantos paraibanos a possibilidade de povoamento.

A organização e desenvolvimento da cidade de Cajazeiras que ocorreu concomitante ao desenvolvimento de um projeto educacional atrelado aos interesses de determinados grupos familiares. Nesse sentido, é importante destacar que buscamos o conceito de cultura política¹² para nos ajudar a entender a forma como os indivíduos se organizaram e interagiram no sentido de observar os aspectos socioculturais que compeliram a posterior criação e organização do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Para tanto, é preciso conhecer a sua dinâmica considerando que os fatores políticos e as disputas pelo poder levaram a conformação de uma *cultura educacional* marcada pela fé, pela religiosidade e pelo conservadorismo.

A partir dessa compreensão buscamos nesta pesquisa privilegiar aspectos específicos importantes da comunidade cajazeirense que, “segundo os documentos históricos e as narrativas conservadas pela oralidade, o povoamento de Cajazeiras se deu a partir dos arredores, aumentando o conglomerado urbano e suas atividades iam se direcionando para o trabalho rural

¹¹ Designavam de Datas as porções de terra – sesmaria, que eram distribuídas para povoação e exploração.

¹² Definir o conceito de Cultura política implica compreender o processo de evolução e transformações ocorridas no entendimento da própria história política. Uma definição adequada para cultura política poderia ser: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, p. 21, 2009).

e pastoril.” (SILVA, 2014, p. 25). Vale também lembrarmos que esse processo econômico foi articulado por alguns grupos familiares que passaram a controlar boa parte do uso e ocupação do solo, deixando desde a sua origem um contingente populacional desprovido da posse de terras.

Cajazeiras está localizada numa área do estado, hoje designada Alto e Baixo Sertão. Encontra-se a 476 Km de distância da capital e possui de acordo com dados de IBGE (2018) uma área de 562 Km² que corresponde a 1,7% do território paraibano que é de 56.839 Km². O município de Cajazeiras limita-se com vários municípios da região¹³, cujas características climáticas e geográficas são comuns, apresentado um solo árido e a constante escassez de chuvas. A região prosperou com a criação de gado, sua principal atividade econômica juntamente com a produção de algodão, além dos produtos de subsistência. O seu comércio sempre se manteve em acentuada projeção desde o início de sua organização e expansão com uma localização privilegiada, uma vez que, se situa em região limítrofe com o Ceará e de outros municípios, o que possibilitou a realização de um significativo intercâmbio comercial. Além desses aspectos não podemos esquecer a existência de uma importante linha férrea que cortava o município ligando-o ao Ceará e a outras cidades da Paraíba, facilitando o escoamento de sua produção, especialmente a do algodão.

Em 1864, ocorreu a instalação da Câmara Municipal quando foi empossado como seu primeiro presidente o Padre José Tomaz de Albuquerque. Posteriormente o mesmo foi conduzido à chefia do município como primeiro Prefeito. Silva (2014, p. 30) ressalta que:

Cajazeiras teve em seu passado, uma história política sob o comando de famílias ligadas aos fundadores da cidade e com campanhas tumultuadas, chegando a haver derramamento de sangue, a exemplo do que ocorreu no ano de 1867, quando ocorriam as eleições em que as disputas se travavam entre conservadores e liberais (dois únicos partidos existente a época do Império) (SILVA, 2014, p. 30).

Esse fato nos traz uma reflexão sobre as disputas eleitorais no interior do Estado naquela época, que apesar de uma relativa homogeneidade, onde o poder local era exercido pelos mesmos grupos familiares que detinham não somente o controle do poder político, mas também econômico e cultural, as disputas eram acirradas e como em todas as regiões da Província, vigorava o poder das oligarquias. Naquele sistema político o poder estava concentrado nas mãos de um pequeno grupo pertencente a uma mesma família que detinham ao mesmo tempo o poder

¹³ Cajazeiras limita-se com São José de Piranhas ao Sul, ao Norte faz limites com os municípios de São João do Rio do Peixe e Santa Helena, ao Leste com Nazarezinho a oeste com Bom Jesus e Cachoeira dos Índios. Segundo o IBGE nos últimos dez anos a cidade teve um aumento significativo de sua população distribuída na zona urbana e rural.

econômico e quase sempre se vinculavam a um mesmo partido político. Essa *cultura política* culminava com o exercício extremo da violência e quando ocorriam as eleições os dados eram manipulados a favor desses mesmos grupos familiares.¹⁴ Fato que ocorreu nas eleições de 1867 em Cajazeiras quando “os liberais acusaram os conservadores de terem adulterado o resultado durante a apuração dos votos. Por esse motivo e devido a tenção criada, a eleição foi anulada no dia 23 de novembro do mesmo ano” (SILVA, 2014, p. 31).

Acompanhando semelhantemente outras regiões brasileiras, os conflitos pelo poder político em Cajazeiras ainda no período Imperial foram marcados pela violência. O fato de ter sido anulada as eleições de 1867 não acalmou os ânimos. A mencionada autora destaca ainda que “no ano seguinte, isto é, em 1868, os cajazeirenses foram surpreendidos pelo brutal homicídio do Tabelião José Leandro Soares por motivos político e fúteis” (SILVA, 2014, p. 31).

Convém destacar que estas disputas apesar de serem minimizadas pela história oficial, ou melhor, nos livros escritos sobre a história da cidade, elas tinham a intervenção e participação de padres e fiéis. O poder das oligarquias refletia uma dependência econômica e política, uma vez que o voto era encaminhado a um determinado grupo de destaque dentro da sociedade em troca de favores. Silva (2014, p. 32), nos informa que “a igreja estava no centro do processo de escolha dos dirigentes, e o templo era [o local] onde as eleições ocorriam. A igreja estava presente de forma muito viva na vida da comunidade existente na era imperial brasileira”.

Nesse sentido, para compreendermos estes fatos apontamos dentre inúmeros outros conflitos, um específico que a mencionada autora o classificou como uma “grande chacina”. Referimo-nos ao ocorrido em 18 de agosto de 1872 no adro¹⁵ da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, local este escolhido para a realização do pleito para os cargos de vereadores. Assim, naquela data “houve um novo conflito entre os chefes partidários, motivando uma grande chacina em que foi morto o chefe do Partido Liberal, o Tenente João Antônio de Couto Cartaxo e seus companheiros de partido, Inácio da Silva e Bernardino Sena. Vale também salientar que parte desse acirramento político também foi ampliado em virtude da vinda de um grupo oriundo do povoado de Santa Fé (SILVA, 2014, p. 31).

Foi, portanto, naquele contexto histórico de disputas políticas, interligados ainda por uma intensa atuação religiosa que se inseriu o processo educativo e se construiu uma cidade. Nesse sentido, salientamos que há uma intrínseca relação entre os fatos relativos ao poder local

¹⁴ Sobre esse tema consultar os estudos realizados por Chandler (1980) e Leal (1986).

¹⁵ Trata-se do pátio externo da igreja e que precede a sua entrada. Espaço onde acontecia muitos encontros e embates.

representado pelos latifundiários, o poder religioso estadual mas, sobretudo, local e o processo de escolarização no Município de Cajazeiras. É nesse sentido que entendemos a importância de analisarmos essas relações na perspectiva da uma *cultura política*, uma vez que ela nos propicia uma leitura alargada do campo da história, “no qual rejuvenesce a história política”. Borges (1992, p. 16) “compreende que a noção de política se amplia e passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos”.

A história de Cajazeiras é uma dessas histórias a qual não pode ser interpretada e analisada considerando tão somente um dos fatores, seja social, político, educacional ou cultural. Na verdade, eles se entrelaçam. O município cresceu e se desenvolveu sob a égide da Igreja Católica e dos grupos oligárquicos que se destacavam na região, e que por laços de parentesco ou poder econômico conciliavam os mesmos interesses. A igreja consubstanciava esses interesses e sua influência representava uma das faces mais importante e significativas para a história política e cultural de Cajazeiras, cidade essa que sempre esteve fortemente envolvida com as questões políticas administrativas da Província, fosse pela participação ativa de seus religiosos, fosse pelos representantes políticos, conforme observou Leitão (2000).

Cajazeiras antes mesmo de conquistar sua autonomia administrativa já se projetava no cenário político da Província, considerando, inclusive, que na legislatura de 1844 a 1845 teve como deputado provincial o bacharel Manoel de Sousa Rolim, irmão de Padre Rolim. Sobre esses acontecimentos Silva (2014, p. 32), ressalta que:

O poder central na época daqueles tristes acontecimentos beligerantes, era formado pelo Conselho Municipal, cujo presidente era escolhido entre as pessoas influentes da comunidade (em geral proprietários rurais) e os demais integrantes pelo voto de cabresto. Deve lembrar-se ainda que o voto era censitário, ou seja, só tinha direito a votar quem tinha determinado patrimônio (SILVA, 2014, p. 32).

Percebemos também que a família Rolim esteve presente e atuando em momentos decisivos para a região. Daí porque encontramos na historiografia cajazeirense uma presença constante da família Rolim, seja acerca das suas atividades religiosas, seja pelas políticas e até mesmo culturais. Como coloca Borges (1992, p. 16) “pensar a política no sentido de uma cultura, em que importam, crenças, ideias, normas e tradições que dão peculiar colorido e significado a vida política em determinado contexto.” E, nesse caso específico, um colorido violento e sangrento!

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Cajazeiras já ocupava um lugar de destaque econômico e político no estado da Paraíba. Tal fato também se devia as suas atividades

em prol da educação, pois ao longo dos anos foi se configurando como centro educacional, oferecendo oportunidade de aprendizagem e de formação aos jovens cajazeirense e também daqueles que se deslocavam dos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí e do Maranhão.

1.2 Sob a égide da religião cresceu a cidade e se fundaram escolas

A cidade de Cajazeiras teve a sua origem, a exemplo de outras cidades do interior nordestino, a partir “de uma pequena fazenda, a sombra de uma igreja, de um açude e de uma escola”, conforme relata Silva (2014, p. 24). As primeiras famílias que chegaram instalarem-se na região do Rio do Peixe¹⁶ e à medida que as famílias foram se instalando e novas famílias se formando a região foi sendo dividida em Datas e ao mesmo tempo expandindo os seus domínios. No caso de Cajazeiras as famílias Albuquerque e Rolim foram as pioneiras, anos depois outros grupos familiares a exemplo dos Cartaxos e dos Leites, foram se instalando na região, dividindo não apenas as terras, mas, sobretudo o poder político e prestígio social.

A literatura referente a cidade de Cajazeiras destaca fatos importantes e marcos de sua fundação. Primeiro destacamos sua origem a partir do sítio Cajazeiras, uma fazenda próspera que se formou nos arredores como uma importante fazenda de criação de gado. O nome de Cajazeiras foi uma alusão a grande quantidade dessa planta na região e que até hoje se destaca na arborização de praças e ruas da cidade. O nome foi adotado em 29 de agosto de 1859, quando foi criado o distrito por meio do Decreto Provincial número 5, ainda subordinado a cidade de Sousa no Alto Sertão paraibano.

A história da emancipação política de Cajazeiras tem início com a Lei Provincial nº 92 de 23 de novembro de 1863, sancionada pelo Presidente da Província da Paraíba do Norte Francisco Araujo Lima, pela Lei provincial Cajazeiras foi desmembrado do município de Sousa. Em 20 de junho de 1864 ocorreu oficialmente a instalação do município, na ocasião com a instalação da Câmara Municipal, tomou posse como seu primeiro presidente Padre José Tomaz de Albuquerque, posteriormente conduzido a chefia do município como primeiro Prefeito. Em 10 de julho de 1876 através da Lei 616 foi elevada à condição de cidade. Durante

¹⁶ A sua história remota aos meados do sec. XVII, com a chegada de Francisco Gomes de Brito e José Rodrigues da Fonseca aos sertões do Rio do Peixe. Esses desbravadores conseguiram terras por sesmaria que lhes foram doadas em 7 de fevereiro de 1767, pelo então governador da Capitania Jerônimo José de Melo. Beneficiou-se também da doação José Luís de Albuquerque que recebeu uma sesmaria onde se encontrava o sítio Cajazeiras. Pouco tempo depois, este, ao casar sua filha Ana Francisca de Albuquerque com Vital de Sousa Rolim, membro de importante e tradicional família de Jaguaribe-CE, fez a doação do sítio Cajazeiras aos nubentes (SILVA, 2014, p. 24).

todo aquele período de transição política, Cajazeiras também se destacou no âmbito educacional, tornando-se conhecida pela existência da Escolinha de Serraria. Articuladamente as escritas sobre a história de Cajazeiras, tanto aquelas produzidas por historiadores quanto aquelas produzidas pelos memorialistas destacam a importância da família de Vital de Sousa Rolim não apenas como a pioneira no povoamento, mas principalmente pela relação muito próxima que exercitaram entre religião e educação. Para Silva (2014, p. 25),

A história principal de Cajazeiras começou com uma escola, fundada por Padre Inácio de Sousa Rolim, em 1843. Em torno da escola foi nascendo o povoado que, com o natural crescimento, veio a tornar-se cidade, transformando em pouco tempo, num poderoso núcleo de civilização (SILVA, 2014, p. 25).

Deusdedit Leitão no seu livro *Vida e obra do Padre Rolim*, publicado em 2000 em comemoração aos 200 anos do nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim, bem como no livro de João Rolim da Cunha sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes destacam a criação da Escolinha de Serraria¹⁷ pelo mencionado religioso, em 1829, após seu retorno do Seminário de Olinda. Segundo Leitão (2000, p. 52)¹⁸, ele deu início as suas atividades de educador numa escolinha construída em suas terras. Assim,

O número de alunos que procuravam a Escola de Serraria deu ao Padre Mestre a preocupação de instalá-la em prédio mais adequado à sua finalidade. Em 1836 transferiu a sua escola para uma casa construída nas proximidades do local em que ele e mãe Aninha edificavam a capela que dedicaram a Nossa Senhora da Piedade. Construídos ao mesmo tempo, tanto a capela como a casa do colégio, iriam exercer decisiva influência no desenvolvimento de Cajazeiras (LEITÃO, 2000, p. 52).

Recuamos ao ano de 1843 por compreender ser um momento marcante para Cajazeiras que via florescer um projeto educacional para atender não somente os cajazeirenses mas também aos alunos oriundos dos estados vizinhos tais como: Ceará, Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Considerando àquele contexto que envolveu o desenvolvimento de uma ação educativa, a religiosidade e o crescimento da cidade como destacou Leitão (2000), entendemos que não se

¹⁷ A Serraria era o local onde se extraía a madeira de que os cajazeirenses necessitavam para a construção de suas primeiras moradias, de que lhe adveio o nome. Pequena faixa de terra pertencente a Vital Rolim, localizava-se na área atualmente ocupada pelo bairro da Matança, nas proximidades do Colégio Padre Rolim. (LEITÃO, 2000, p. 49).

¹⁸ Segundo Leitão (1991, p. 48), as informações acerca da data de fundação do Colégio, em Cajazeiras, resultam das pesquisas realizada por Coriolano de Medeiros, que foi o primeiro a fazer referência sobre o ano de fundação do mencionado Colégio. Os dados para o trabalho do autor foram fornecidos a partir de depoimentos, visto que, os trabalhos produzidos anteriormente se preocuparam em biografar o mestre Padre Rolim sem, no entanto, fazer menção a data de criação do Colégio.

pode compreender a ascensão de uma cidade sem colocar em cena a elite local. Segundo a historiografia que descreve a história de Cajazeiras, em sua grande maioria, destacam e reproduzem a atuação do Padre Rolim e sua trajetória como educador e sacerdote. E quando trazem os acontecimentos políticos, estes são reflexos de suas ações e intervenção, uma vez que o mesmo fazia parte da elite local. Um exemplo do poder de decisão e interferência é a forma como é tratada a mãe do Padre Rolim: Mãe Aninha. Mulher forte responsável também pela difusão da fé na cidade.

Assim, ao analisarmos a historiografia de Cajazeiras, vamos percebendo a relação estabelecida entre fatos políticos, religiosos e educacionais. Assim, a sua história política, a sua história cultural e a sua história da educação estão intimamente interligadas.

Em outro livro escrito por Deusdet Leitão, qual seja: *O educador dos sertões* (1991), o autor apontou algumas contradições nas datas referentes aos períodos de funcionamento do Colégio, contudo, ao confrontar documentos, relatórios provinciais e mensagens do presidente da província, o mesmo estabeleceu um itinerário educacional, conciliando a tradição oral com alguns documentos que noticiavam a vida do Padre Rolim. Dentre os documentos que mencionam o Colégio o autor destaca o Relatório da Assembleia publicado em 1862. No texto se encontram as seguintes informações:

Na década de sessenta o colégio atingiu a sua fase culminante. O relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente Francisco de Araujo Lima a 31 de maio de 1862, dá notícia da existência em Cajazeiras de um colégio que havia funcionado com três aulas (Latim, Francês e Geografia), frequentado por 85 alunos, número dos mais expressivos, se considerarmos que o Liceu Paraibano, naquele mesmo período, contava com 104 alunos. Em seu Relatório de 3 de abril de 1862, o Diretor da Instrução Pública, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, fez o seguinte registro: ensino secundário – continua a funcionar com regularidade e crédito o colégio de Cajazeiras, cujas aulas foram frequentadas no ano findo por 84 alunos (LEITÃO, 1991, p. 52).

De acordo com as proposições do autor, o Colégio de Cajazeiras seguia seu projeto educativo no oitocentos sob a direção da Diocese localizada em Olinda, ou seja, distante das discussões e acirradas lutas dos grupos políticos hegemônicos na capital da Província pela instrução pública e institucionalização da escola normal como estratégia de atender às demandas políticas, econômicas e sociais que se erguiam frente as mudanças que se iniciavam no Brasil e na Parahyba do Norte decorrentes de novos investimentos na economia, além do processo de urbanização em vários pontos da nação e na Província paraibana mais particularmente.

Assim, o Colégio Padre Rolim durante os anos de 1860 continuou suas atividades em franco desenvolvimento, garantindo grande progresso a localidade que como destaca Leitão (1991, p. 53), “em menos de cinquenta anos, passou de simples povoado à condição de paróquia, vila, sede de comarca e cidade, constituindo-se nos anos setenta, o maior e mais desenvolvido centro urbano do sertão paraibano”.

Como em outras localidades do país, o referido Colégio também teve seus momentos áureos e sofreu interrupções ocasionadas por fatores econômicos e climáticos, contudo, é importante destacar que não foram as questões de natureza política que interferiram no processo educacional dessa localidade, a seca da década de 1877 fez decair as atividades do Colégio. Entretanto, passado o período de adversidade climática e das dificuldades decorrentes da seca, o Colégio voltou as suas atividades mesmo tendo ocorrido uma queda na quantidade de alunos matriculados.

Foi naquele contexto que começaram as articulações, na comunidade e junto as autoridades constituídas no Estado para a criação de uma escola para atender o sexo feminino sob a organização das jovens sobrinhas do Padre Rolim: Vitória dos Santos Rolim de Albuquerque e Antonia dos Santos Rolim de Albuquerque. Assim, sob a sua direção logo criaram um curso de formação de professoras que passou a ser conhecida como Escola Normal de Cajazeiras. Essa Escola foi a primeira casa de ensino do sertão paraibano para meninas que, posteriormente, deu origem ao atual Colégio Nossa Senhora de Lourdes das irmãs Dorotéias. No próximo item tratamos da criação da Escola Normal de Cajazeiras, no âmbito do Colégio Padre Rolim e do processo pelo qual foi submetida para a sua equiparação à Escola Normal Oficial do Estado da Paraíba do Norte.

1.3 Romanização e ação educativa: esteio e relações religiosas

A reforma operada pela Igreja Católica não ocorreu de forma simultânea nem descontextualizada dos acontecimentos históricos ocorridos na Europa e no Novo Mundo, ela tem antecedentes que marcaram a sua história. Desde o Concílio de Trento (1545 -1567) a Igreja postulou as diretrizes que deveriam ser seguidas por toda a instituição, como forma de administrar as crises internas e contrapor as ideias emanadas com a Reforma Protestantes protagonizada pelo Padre Martinho Lutero que afrontou os dogmas católicos. A crise que emergiu no seio do catolicismo com a reforma Luterana que pôs em xeque-mate a autoridade e o conhecimento difundido pela Igreja, donde toda e qualquer sabedoria provém da Revelação divina, tendo Deus como centro de tudo e toda sabedoria.

Além dessa crise que se instaurou no interior da Igreja, as mudanças propiciadas pela modernidade impuseram a redefinição do posicionamento epistemológico quanto ao teocentrismo. O posicionamento da Igreja naquele cenário foi o de reflexão acerca do conhecimento, embasando-se nas teorias de São Tomás de Aquino, que alinhou os conceitos da filosofia aristotélica à sua doutrina, instaurando assim a filosofia Tomista aristotélica. Com esse posicionamento a Igreja conciliou a crença em Deus como criador e na ciência racional legitimando sua posição no contexto da modernidade (CORREIA, 2010).

A obra doroteana, iniciada em Olinda, teve os seus desígnios ancorados também nos ideais da reforma empreendida pela Igreja Católica. A romanização, que processou um projeto de desestruturação e reestruturação do aparelho religioso, tornando-o apto para exercer a função social hegemônica naquele novo contexto político, social, cultural e econômico. Segundo Oliveira (1985. p. 291):

A romanização é pois, um processo através do qual o aparelho eclesiástico – o corpo de agentes religiosos institucionalmente qualificado para a direção dos fiéis católicos – assume o controle efetivo do aparelho religioso no seu todo. Não é mais um aparelho religioso segmentado em suas bases, como prevalece na formação social senhorial, mas um aparelho religioso fortemente hierarquizado cujas bases locais são verticalmente integradas nas instituições eclesiásticas: associações religiosas, capelas paróquias, dioceses Santa Sé (OLIVEIRA, 1985. p. 291).

Na verdade o processo de romanização teve início com o Bispo de Mariana, Antônio Vicente Ferreira Viçoso - Dom Viçoso que pertencia ao grupo dos bispos ultramontanos, quando em 1856 expõe em carta sua insatisfação com a interferência do estado nos assuntos eclesiásticos. Acompanhemos um trecho do mencionado documento:

Não é da competência das Autoridades civis dar Leis à Igreja; mas só defendê-las: como pois os nossos Legisladores Mineiros têm querido nos anos passados remover Párocos, diminuir e aumentar o número dos Cônegos, marcar as atribuições e deveres dos Capelães da Sé, reformar os estatutos dela e do Seminário Eclesiástico, castigar e demitir os Cônegos que não residissem, criar freguesias, suprimi-las, mudar as sedes delas? [...] Como agora sofrer que uns poucos de seculares, entre os quais é verdade há gente de muito juízo, mas há também moços que acabam há pouco das academias e que já se sentam a dar regras à Igreja de Deus! Segue-se uma introdução no que lhes não pertence, uma legislação nas matérias Eclesiásticas, extravagante e uma confusão eterna. [...] Que desordens, que conseqüências não pensadas na fatura das leis, e tudo por se meterem em matérias que lhes não pertencem, e tão fora de suas atribuições, como está fora das minhas dividir distritos, criar comarcas, nomear escrivões etc. etc. [...] Pedimo lhes por Deus atender à liberdade da Igreja, pois é para lamentar que tenham mais liberdade os Católicos da Inglaterra ou da China, países Protestantes e gentios, do que no Brasil, onde a Religião dominante é a Católica. Deus não pode abençoar tais abusos e escravidão (MATOS, 2002, p. 82, *apud* DIAS, 2008, p. 43).

Assim, esse movimento iniciado na Diocese de Mariana-MG se estende até São Paulo e para outras dioceses do país.

A insatisfação do mencionado religioso acerca da ingerência do governo nos assuntos da igreja torna pública sua adesão à reforma no Brasil. Houve naquele momento uma reação dos bispos que conviviam com uma realidade de submissão e obediência à lei que os impediam de organizar as estratégias de trabalho, “por lei, eram obrigados a pedir autorização até para viajar para fora de suas Dioceses e dessa forma, uma reunião entre eles visando a um planejamento de estratégias de ação não seria possível” (DIAS, 2008, p. 43). O estado que determinava suas funções determinava também os limites de suas ações. Dom Antonio Ferreira Viçoso demonstrou com a carta acima parcialmente transcrita o seu objetivo de retomar a autonomia da Igreja, com apoio do Papa Pio IX.

Do interior de Minas Gerais, Dom Viçoso adquiriu o apoio de Dom Romualdo Seixas, da Bahia, em seguida ocorreu o engajamento de D. Antonio Joaquim de Melo em São Paulo e de D. Antonio Macedo Costa, no Pará.

Todavia, Oliveira (1985, p. 157) esclarece que: “os bispos reformadores encontravam forte oposição do antigo clero secular e tinham que introduzir as medidas reformadoras de modo gradual para evitar conflitos de maior porte”. A medida que as ideias ultramontanas iam alcançando os sacerdotes de distintas regiões do país, a igreja ia se fortalecendo e viabilizando estratégias que consolidaria a romanização.

A partir de 1866 a Diocese de Pernambuco já se empenhava para sua implementação, contudo, encontrou dificuldade no desenvolvimento do espírito romanizado por diversos fatores, entre eles os que mais se destacaram foram: a reação do clero liberal ao novo modelo eclesiástico; o curto período de governo dos prelados com formação europeia atuando de forma intransigente e insensíveis a realidade brasileira. D. Medeiros ficou apenas oito meses no Recife, D. Cardoso Aires permaneceu um ano, D. Vital de Oliveira dois anos e D. Pereira de Barros se estabeleceu por mais tempo, oito anos, porém, ausentou-se por longos períodos em consequência das dificuldades de adaptação à vida nordestina (AZZI, 2000).

Ao mesmo tempo em que a Diocese encarou essas dificuldades, conviveu também com o distanciamento das antigas ordens religiosas instaladas em Pernambuco desde o período colonial. Constituída por velhos e doentes sacerdotes, os mesmos não se empenharam no sentido de apoiar o movimento reformador. Foram, no entanto, os padres Capuchinos os que colaboraram de maneira mais eloquente, sem se envolverem de fato na questão religiosa. Nesse sentido, foram as Dorotéias e os Jesuítas os mais importantes e eficientes colaboradores dos bispos reformistas. Evidenciou-se naquele contexto a fraca organização do clero secular

resultante do Padroado¹⁹ que por longos anos minou a autoridade episcopal. No regime de Padroado o administrador político da região tinha a permissão para controlar uma igreja local ou nacional, fruto do legalismo que imperou nas colônias portuguesas.

A organização do aparelho eclesiástico comumente tinha como estrutura hierárquica o Papa, os bispos e os padres. Nesse tripé hierárquico ficavam concentradas as decisões na Santa Sé. Contudo, no regime de Padroado operava-se

uma certa descentralização do aparelho eclesiástico, posto que a jurisdição do rei ou do imperador se interpõe entre a jurisdição papal e a jurisdição episcopal. Com efeito, os reis de Portugal conquistaram através de bulas pontifícias, o direito de governo ao aparelho eclesiástico (OLIVEIRA, 1985, p. 143).

As concessões aos padres e bispos nomeados pelo poder administrativo (luso-brasileiro) enfraquecia a autoridade episcopal e a assistência religiosa, uma vez que, a ordenação sacerdotal foi conferida muitas vezes a candidatos despreparados. De acordo com Oliveira (1985, p. 146), “um padre que tivesse bons contatos políticos e gozasse de influência na corte podia fazer carreira eclesiástica ainda que fosse relapso em seus deveres religiosos, enquanto o padre zeloso, mas sem influência política, não galgava a carreira eclesiástica”.

Além desse tráfico de influência exercido na obtenção do título de sacerdote, quando um padre no exercício da função praticava irregularidades e era punido pelo bispo, recorria ao rei e tinha sua penalidade suspensa até que a corte o julgasse. A autoridade episcopal era rechaçada induzindo-os ao comodismo e conformismo com a condição de altos funcionários do estado, desfrutando da trivialidade da vida urbana, alheios a disciplina do clero e descuidosos com a assistência religiosa. Nesse contexto, as relações eram tensas, suscitando a insatisfação do episcopado brasileiro que culminou com a formação e fortalecimento de uma corrente ultramontana em oposição ao legalismo (DIAS, 2008).

No que concerne a questão religiosa, esta se expressava como o ponto culminante da insatisfação acerca do controle que era exercido pelo Estado no tocante às decisões e organização do aparelho eclesiástico. As divergências tinham outros fatores tais como a oposição a presença da maçonaria, que em linhas gerais, entre os seus adeptos predominavam os ideais liberais, tanto no âmbito das irmandades, quanto nas confrarias religiosas. Elucidando essa questão, Correia (2010, p. 44 - 45) nos esclarece que:

¹⁹ O Padroado foi uma concessão do Papa Paulo III aos reis de Portugal, enquanto reis católicos e grão-mestre da Ordem de Cristo. O padroado dava a coroa portuguesa um controle quase completo sobre o aparelho eclesiástico, inclusive sobre o Santo Ofício, permitindo ainda aos monarcas nomear bispos e conceder benefícios (OLIVEIRA, 1985).

A Questão Religiosa foi, portanto, um conflito entre o poder civil regalista e o poder religioso ultramontano, que teve seu cerne na incompatibilidade de ideologias e nas estratégias de ação entre as duas instituições: o Estado, que assumia gradualmente um posicionamento nacionalista liberal, concebendo a representação eclesial como uma instância governamental e Roma como uma ameaça a sua soberania; e a Igreja que, imbuída de um ideal antiliberal, professava a universalidade do catolicismo por meio da comunhão com a Santa Sé (CORREIA, 2010, p. 44-45).

As discordâncias ideológicas aliadas às questões emergidas do regalismo, proporcionaram a formação de grupos dispostos a enfrentar uma luta na defesa da retomada do poder pela igreja, por uma forma de atuação religiosa que respeitasse os ritos sacramentais e respeitasse a autoridade eclesiástica. Os movimentos assumiram características distintas e peculiares a cada contexto histórico, todavia, regra geral convergiam no sentido de dar uma ordenação lógica as ações religiosas. Segundo Correia (2010, p. 38) havia:

De um lado os regalistas, que defendiam os interesses de uma igreja mais vinculada a nação sob certa dependência do poder civil e com uma estratégia de ação marcadamente política; e de outro os ultramontanos ou romanos que postulavam um catolicismo de caráter universal, sob a orientação exclusiva da Santa Sé, pela adesão incondicional do Papa (CORREIA, 2010, p. 38).

Em meio a interesses e discordâncias, a reforma católica no Brasil ocorreu concomitantemente a uma série de transformações nas estruturas política, econômica e social, conforme mencionamos anteriormente. Nesse sentido, o catolicismo que havia sido implantado desde a chegada dos colonizadores portugueses como religião oficial começou a ser questionado, delineando ao mesmo tempo uma ação católica que foi se contrapondo a antiga organização e dominação instituída.

Com a proclamação da República em 1889, teve início um novo processo de organização política e social no Brasil, as novas e antigas forças se articularam no sentido de protagonizar suas ações, tanto no campo ideológico quanto no econômico. Naquele cenário de reordenação muitas medidas foram proclamadas, entre elas a separação da igreja e estado abolindo o catolicismo como religião oficial, fim do regime de Padroado abolindo os privilégios do clero e secularizando as instituições públicas.

A união que existia entre a Igreja e o Estado permitia ao poder eclesiástico um papel de órgão público, não havia individualidade, as peculiaridades da vida passavam pelo clivo da Igreja. Oliveira (1985, p. 155) ao descrever as ações eclesiásticas destaca que:

O aparelho eclesiástico exerce o papel de registro civil conferindo aos indivíduos o reconhecimento social por seu estado civil. É o batismo, o Matrimônio e o funeral religioso que dão o reconhecimento social ao nascimento, ao casamento e a morte do indivíduo (OLIVEIRA, 1985, p. 155).

Tais poderes e atribuições eram exercidos sobre todos independente da fé. Assim, diante de todo um processo de mudança a igreja soube posicionar-se com o firme propósito de retomar seu lugar e seu papel na sociedade, a reforma torna-se uma preocupação preponderante.

A partir de 1890, Dom Macedo Costa arcebispo da Bahia, assumiu o papel de articulador do episcopado brasileiro, convertendo-se no principal representante do movimento reformador. Com habilidade e diplomacia manteve diálogo com o governo e conseguiu agregar os bispos, constituindo uma base sólida para a missão. A sua capacidade diplomática foi imprescindível para a consolidação da doutrina católica nos moldes da romanização. Nesse contexto de revigoração da igreja e das práticas religiosas tridentinas, D. Macedo adotou medidas importantes para subsidiar e fortalecer a igreja ante os conflitos de uma sociedade moderna com antagonismos políticos, sociais e religiosos que emergiam.

Dentre as medidas adotadas por D. Macedo no sentido de alcançar os seus objetivos foi a elaboração do documento “Pontos da Reforma da Igreja no Brasil”, destacando a necessidade de reestruturar a organização administrativa eclesiástica, ou seja, nele ficaram estabelecidas “as estratégias de ação dos agentes romanizadores, [com o intuito] de incentivar o movimento de reforma católica, insistindo na vinculação dos bispos brasileiros com Roma, na união dos bispos entre si e desses com os padres em suas respectivas dioceses” (DIAS, 2008, p. 80).

Imagem 1 – Dom Antonio Macedo da Costa, nomeado Bispo do Grão Pará, em 21 de abril de 1861.



Fonte: Disponível em: <www.literaturabrasileira.ufsc.br>.

Correia (2010, p. 47) destaca que as cinco principais medidas do documento redigido por D. Macedo para a condução da reforma ultramontana foram: “a formação do clero, as cartas pastorais, a imprensa católica, as visitas pastorais e o envio de congregações religiosas femininas e masculinas para todas as regiões do Brasil”.

A formação do clero se caracterizava como o eixo balizador da reforma, orientados pelo ideário católico. Sua preparação primava pelas regras da ortodoxia romana que fortalecia as ações da igreja reorganizando suas ações junto às comunidades associado à propagação das ideias e uma estreita relação com as oligarquias. O clero exercia sua função com o apoio dos leigos subordinados ao seu comando, trabalhando pela causa da Igreja Católica. A participação dos leigos na organização da instituição reproduzia a estrutura da sociedade na qual os cargos de destaque nas associações ficavam sobre o comando das pessoas de destaque socioeconômico. Manoel (2008, p. 57), destaca que:

A presença da oligarquia local e em âmbito nacional no comando das organizações garantia o financiamento necessário ao seu funcionamento, mas, além disso, garantia a continuidade do seu caráter conservador, mantendo afastadas todas as novidades consideradas comprometedoras, quando não condenadas (MANOEL, 2008, p. 57).

Nesse sentido, compreendemos a importância da formação como ponto importante no contexto das inúmeras “missões” realizadas pela Igreja Católica. Assim, os padres deveriam ter uma formação que contemplasse seus objetivos no tocante a aproximação com as oligarquias e o povo. Para tanto, foram importantes as reformas procedidas nos seminários, tanto para os missionários brasileiros, quanto para os que chegavam e precisavam compreender o cenário econômico, político, social e cultural local, para poderem contribuir com as estratégias de ação pastoral. De acordo com Vieira (2016, p. 91), “[...] os resultados foram visíveis: o clero das primeiras décadas do século XX, além de verdadeiramente disciplinado, era zeloso em suas precedências, mantendo sobre controle as decisões pastorais e coletivas.”

As Cartas Pastorais se configuraram como instrumento primordial na estratégia de implementação da doutrina católica, ao mesmo tempo em que servia como elemento de difusão das propostas de renovação católica e dos princípios e normas da hierarquia eclesiásticas. Elas eram dirigidas aos diocesanos, clero e leigos, se pronunciando acerca de diversos temas tais como os relacionados às questões e problemas de interesse da igreja e as orientações pastorais. Para além disso, também mantiveram estreitas relações com o Estado no sentido de que o mesmo deveria garantir, promover e proteger os seus interesses doutrinários, especialmente àqueles vinculados a fé e os costumes. Os conteúdos das Cartas Pastorais atentavam para o

respeito aos dogmas e princípios do catolicismo, estimulando o combate frente as ideias contrárias às orientações prescritas nos documentos papais. As orientações também se destinavam de forma indireta (e não raras vezes bem direta!) aos setores públicos, uma vez que os seus conteúdos também versavam sobre temas relacionados a política.

Quanto as Visitas Pastorais, foi uma ação de importante significado para a concretização dos objetivos da Igreja, pois para que ocorresse a retomada de seu poder junto a sociedade e se efetivasse como o almejado, o clero precisava pôr em prática as determinações expressas nas Cartas Pastorais. Para tanto, “devia cuidar” dos fiéis e empenhar-se no fortalecimento do catolicismo. Segundo, Dias (2008, p. 85), “[...] um objetivo das visitas pastorais foi fiscalizar a conduta dos padres, saber se suas práticas eram condizentes com as orientações da igreja, tanto no aspecto doutrinário como no aspecto moral.”

Outra importante estratégia de ação da Igreja naquele contexto de afirmação do catolicismo foi o incentivo dado na formação de associações religiosas e propagação do culto Mariano. Através da Ação Católica se instaurou os fundamentos de um projeto de recuperação estruturado na ação. Manoel (2008, p. 56) ao analisar a Ação Católica caracteriza-o como:

Um projeto para trazer o laicato para o interior da Igreja e transformá-lo em aguerrido combatente da causa do catolicismo. Para isso, ela foi estruturada para que todos, da tenra idade a velhice, encontrassem um espaço de atuação no verdadeiro exercício que a Igreja procurava constituir, exército da ação e da palavra em defesa da fé católica (MANOEL, 2008, p. 56).

Com a ação das associações, a Igreja constituía um batalhão de fiéis fora das sacristias em defesa da propagação do catolicismo. Assim, a Ação Católica no Brasil se organizou a partir das associações conforme o lugar e as necessidades sociais e/ou culturais. Destacamos algumas destas associações como: a Juventude Estudantil Católica (JEC), os Cruzadinhos, formado por crianças, moços e adultos nos Congregados Marianos; a Pia União das Filhas de Maria para as moças, além dos diversos apostolados. Algumas dessas associações já existiam anteriormente à criação da Ação Católica, porém, após a sua efetivação ela tomou um novo dimensionamento e foram propagadas e disseminadas nos mais longínquos recantos do país. O culto Mariano também foi retomado e ramificado.²⁰

²⁰ Na verdade, a devoção a Maria faz parte da matriz cultural do catolicismo brasileiro e foi difundida desde o início da colonização, uma tradição que veio para o Brasil nos navios negreiros onde a imagem de Nossa Senhora do Rosário estava sempre presente. Os missionários cuidaram de propagar a devoção do rosário que passou a ser praticada no culto mariano, venerando Maria como a mulher exemplo de coragem, amor e dedicação a família. Sipolini (2010, p. 36) destaca que: “A devoção a Maria é elemento qualificador da genuína piedade do povo no Brasil e a experiência mariana pertence a identidade própria do nosso povo”. O culto mariano foi um agregador dos fiéis a igreja, como mecanismo de agregação e evangelização.

Fizeram parte ainda das medidas adotadas dois importantes elementos, a imprensa e a presença de congregações religiosas em várias partes do país. A primeira exerceu um significativo trabalho de divulgação e defesa das ideias ultramontanas, articulando-se como o segundo elemento, ou seja, publicando discursos na defesa da abertura de novos seminários e de colégios masculino e feminino sob o comando das congregações.

Na Paraíba as estratégias de ação do processo romanizador tornaram-se efetivas a partir de 1892, com a implementação da Diocese por Dom Adauto e seguiram as mesmas dinâmicas dos bispos reformadores que estavam em sintonia com Roma, ou melhor falando, participando da organização estrutural e pastoral da Igreja pautadas nos documentos episcopais do Brasil, dos Concílios plenários e das encíclicas.

O projeto de romanização em Recife, berço do projeto educativo romanizador com a Congregação das Doroteias, ocorreu em um clima de revoltas, insegurança e morosidade, contudo, consideramos importante destacar o papel desempenhado por D. Medeiros no pequeno espaço de tempo que esteve à frente da Diocese de Olinda.

Dom Medeiros foi secretário de Dom Antonio Macedo da Costa quando ele assumiu a Diocese do Pará em 1861. Logo em seguida foi estimulado a partir para a Europa a fim de complementar a sua formação. Estudou no seminário de São Sulpício de Paris e em 1863 estabeleceu-se em Roma onde cursou Direito Civil e Canônico. Em 5 de abril de 1865 foi apresentado pelo Imperador D. Pedro II para assumir a Diocese de Olinda, sua nomeação ocorreu no dia 25 de setembro do mesmo ano e no dia 12 de novembro recebeu a consagração na basílica de Santa Cruz (AZZI, 2000).

Imbuído do espírito reformador, Dom Medeiros ainda em Roma contactou com os Jesuítas e as Doroteias firmando uma colaboração com o seu governo episcopal. Em 12 de janeiro de 1866 desembarcou em Recife e no dia 21 do mesmo mês tomou posse da Diocese e logo após, em 12 de fevereiro, desembarcaram em Olinda os enviados da Companhia de Jesus e as seis irmãs da Congregação das Doroteias que deram início ao projeto educativo. Azzi (2000, p. 54), destaca que a sua atuação foi decisiva na organização da Diocese iniciando “a reforma do seminário, mudando os estatutos, e colocando novos professores, entre os quais os jesuítas vindos da Itália, Tomás Vitale e Mario Ancioni”.

Dom Manoel do Rego Medeiros foi o precursor do movimento de educação romanizada em Recife e, em sua curta atuação conseguiu solidificar um projeto que se estendeu por várias regiões dos Estados. Atuou de 21 de janeiro a 16 de setembro de 1866, sua morte prematura deixou uma lacuna e incógnitas, mas sua ação expressiva serviu de alicerce para a reforma, ou seja, em solo brasileiro com o trabalho de seus sucessores, D. Francisco Cardoso Aires e depois

Dom Vital Maria de Oliveira, um paraibano de Pedras de Fogo que se destacou na Diocese de Olinda tanto no âmbito da educação, quanto pela sua ação enérgica na questão religiosa, se posicionando contra a maçonaria e optando pela fidelidade a Santa Sé.

1.3.1 Inserções romanizadoras na Paraíba e em Cajazeiras

Na Paraíba o projeto romanizador floresceu com a criação da Diocese em 1892 pela bula *Ad Universas Orbis Ecclesias* do Papa Leão XIII, seguindo os mesmos parâmetros de restauração religiosa orientado nos congressos e convenções, os quais contribuíram para a harmonização dos objetivos da igreja, como também as cartas pastorais que difundiam as ideias que no final do século XIX e início do século XX norteavam os princípios cristãos da igreja católica conforme analisamos nos itens anteriores deste capítulo. Assim, o primeiro bispo nomeado para a Paraíba foi D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques (Imagem 2), que recebeu do Papa a incumbência de dirigir a igreja paraibana de acordo com as convenções postuladas por Roma. Sua ordenação sacerdotal ocorreu na Basílica de Nossa Senhora de Loreto no dia 18 de setembro de 1880, sua formação inicial foi realizada no Seminário de Issy e logo depois ele ingressou no Pontifício Colégio Pio Latino de Roma onde cursou Teologia, vindo em seguida concluir seu doutoramento em Direito Canônico na Universidade Gregoriana (CORREIA, 2010).

Imagem 2 – D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Bispo (1894 - 1914) e primeiro Arcebispo da Paraíba (1914 - 1935)



Fonte: Dias (2008, p. 96).

Já de volta ao Brasil, Dom Adauto fixou-se em Olinda onde passou a exercer a função de professor no Colégio Diocesano e no Seminário de Olinda, ministrando as disciplinas de Retórica e Eloquência Sagrada, de Francês, de Instituições Canônicas, de Religião e História do Brasil. Com sua capacidade intelectual e amabilidade no trato com as pessoas, conquistou admiração e respeito como fiel ultramontano. Vale realçar que Dom Adauto reagiu com tranquilidade ao fim da monarquia, entendendo a importância do momento para dar sequência à reação da Igreja. Assim, em pouco tempo D. Adauto se tornou uma figura importante para a Igreja no processo de retomada de seu papel na sociedade, fato que o levou a ser indicado para assumir a Diocese de Curitiba, proposta que ele recusou. Logo depois foi indicado para assumir a recém-criada Diocese da Paraíba (1892) a qual ele não hesitou em aceitar. Assim, em 07 de janeiro de 1894, recebeu a sagração como bispo, na Capela do Colégio Pio Latino-Americano em Roma, pelo Cardeal Lúcio Parochi (CORREIA (2010).

Sua determinação em conduzir um projeto romanizador e organizacional da instituição coadunava-se com os desejos da Santa Sé tanto intereclesiais como extraclesiais. Segundo Dias (2008, p. 102),

[...] as medidas reformadoras na Paraíba eram pautadas pelos documentos episcopais do Brasil e pelas orientações do Concílio Plenário Latino Americano de 1899, que visava, em última instância, à implementação da romanização nas dioceses da América Latina. A *Carta Apostólica*, convocando o Concílio Plenário, deixa evidente que o desejo de Dom Adauto, em vincular a nova Diocese às orientações de Roma, coincidia com o projeto da Santa Sé, do Papa Leão XIII, em manter as dioceses e bispos na mais estreita unidade possível (DIAS, 2008, p. 102).

Seu papel na Diocese da Paraíba esteve estreitamente vinculado a Roma e, naturalmente, em consonância com os bispos do Brasil no firme propósito da reorganização estrutural e pastoral da igreja. Correia (2010, p. 52), destaca que o “temperamento arrojado, personalidade rigorosamente treinada para vencer obstáculos e vontade inquebrantável cultivada na fé, eram as armas do bispo para a árdua missão”. Capacidades indispensáveis ao espírito reformador que enfrentaria além das mudanças no seio da instituição religiosa, confrontou também as mudanças advindas da modernidade e da nova organização política republicana brasileira.

O fato de ser natural de Areia, cidade natal de vários representantes políticos que revezavam o poder na Paraíba, com quem mantinha relações de parentesco e amizade que se reverteram em verbas destinadas a infraestrutura da diocese e apoio nas decisões do episcopado, favoreceu para que as ações da instituição fossem constantes e prósperas. O entendimento de Sousa Junior (2015, p. 142) é que:

Este processo de institucionalização permitiu a hierarquia católica reconquistar espaços perdidos com a separação entre Igreja e Estado, através da implementação de visitas pastorais, construção de colégios católicos, produção e divulgação das cartas pastorais, reorganização interna do clero etc. Estas implementações foram constantes na Paraíba à época do bispado de Dom Adauto de Miranda Henriques e faziam parte do projeto reformador do clero (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 142).

Seguindo essa mesma estratégia romanizadora, D. Moisés Sisenando Coelho dedicou-se a obra de expansão do projeto romanizado, estendendo as ações para o interior paraibano.

Filho natural da cidade de Cajazeiras, Dom Moisés concluiu seus estudos eclesiásticos no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa. Sua ordenação ocorreu no dia 1 de novembro de 1901, permanecendo no seminário na função de Diretor Espiritual.

Imagem 3 – D. Moisés Sisenando Ferreira Coelho, nomeado Bispo da Diocese de Cajazeiras em 16 de novembro de 1914.



Fonte: Correia (2010).

Até 1914 Dom Moisés permaneceu nessa função de Diretor Espiritual do Seminário e foi professor do Diocesano onde estudou. Descrevendo sua trajetória sacerdotal até 1914, Correia (2010, p. 58) nos informa que Dom Moisés foi membro do “colegiado de conselheiros do bispo, implantado em 1905 e em 1907, assumiu a direção do Colégio Diocesano Pio X”. Retornou a Cajazeiras no ano seguinte como pároco, permanecendo por um ano quando retornou as funções

do Seminário Diocesano permanecendo até a sua sagração como Bispo de Cajazeiras pela Bula Papal *Magis Catholicae Religiones Incrementum* de 16 de novembro de 1914. A nomeação de Dom Moises Bispo de Cajazeiras é decorrente da influência exercida por Dom Adauto em sua Arquidiocese.

Analisado alguns aspectos relativos ao processo de romanização na Paraíba e como desdobramento a criação da Diocese de Cajazeiras, acreditamos termos preparado o contexto sócio-religioso e político que terminou abrigando a chegada das irmãs Dorotéias na Paraíba e, especialmente, em Cajazeiras, para discutirmos no próximo capítulo o processo de criação e instauração do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, tendo no entanto como antecedência a criação da primeira escola.

1.4 A Escola Normal de Cajazeiras: Nascedouro de um projeto educativo romanizado

Criada em 1858, a futura Escola Normal de Cajazeiras carece de alguns esclarecimentos, por se configurar como um acontecimento, ou melhor, um projeto educativo que repercutiu em toda a Província e que marcou a história de Cajazeiras.

De acordo com Leitão (1991) a criação de uma escola para o sexo feminino naquela região, que no período ainda não havia sequer alcançado a condição de vila, foi um projeto audacioso, especialmente porque se encontrava a uma grande distância dos grandes centros. Isso denotava uma ameaça de isolamento que enfraquecia as possíveis iniciativas de progresso em algumas cidades e vilas da região. Naquele contexto, o Padre Rolim contou com o apoio e os recursos provenientes da povoação para iniciar o projeto. Assim, segundo Leitão (1991, p. 60), o Padre Rolim:

Encaminhou para Fortaleza duas das suas sobrinhas, irmãs do Padre José Tomaz de Albuquerque, preparando-as para o magistério e para o difícil trabalho que iriam enfrentar em Cajazeiras como mestras de meninas, na escola que pretendia fazer funcionar, sob a sua supervisão, como dependência do colégio (LEITÃO, 1991, p. 60).

Não seria fácil empreender tal projeto uma vez que a educação primária para o sexo feminino sofria a indiferença injustificada por parte da Província, contudo, como resultado de uma insistente luta em 16 de agosto de 1858 através de autorização concedida pelo presidente Beaupaire Rohan a professora Vitória dos Santos Rolim de Albuquerque instalou uma aula particular do ensino primário para o sexo feminino em Cajazeiras em parceria com sua irmã Antonia dos Santos Rolim de Albuquerque. Cumpre destacar que, de acordo com Pinheiro

(2002, p. 20), a criação das aulas de primeiras letras foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte, em maio de 1835, contudo, foram destinadas ao sexo masculino. A designação de “aula” segue o modelo da escola de primeiras letras cujo objetivo era ensinar a ler, escrever e a contar.

No caso específico da aula instalada alguns anos depois pelas sobrinhas do Padre Rolim destinadas as meninas incluía os ensinamentos da religião para a formação cristã, além do aprimoramento dos labores domésticos e ornamentais.

Leitão (1991, p. 61) destaca o pioneirismo de Cajazeiras nessa atividade no magistério de primeiras letras, segundo ele essa foi: “a primeira iniciativa particular nesse gênero em toda a província”, uma vez que o Colégio Nossa Senhora das Neves criado pela Lei nº 13 de 04 de novembro de 1858, surgiu quase três meses depois da escola de Cajazeiras”. A primeira escola para o sexo feminino em Cajazeiras funcionou até o ano de 1877 quando também deixou de existir o Colégio Padre Rolim. Vale registrar que as interrupções das atividades educativas ocorreram com uma certa frequência, geralmente em virtude dos problemas climáticos, dificuldades financeiras e epidemias.

Em 1915, o mencionado Colégio foi reaberto sob a administração do Bispo Dom Moisés Coelho e naquele mesmo período criou uma unidade feminina que foi o embrião da Escola Normal instalada em 1918 e, posteriormente, confiada as irmãs Dorotéias.

De acordo com Cunha (2000, p. 21), a autorização para a equiparação do Colégio Padre Rolim à Escola Normal ocorreu com a Lei 434 de 13 de novembro de 1916. A partir daquela data a preocupação do Bispo cajazeirense foi a de fazer funcionar a Escola Normal de Cajazeira e “em maio de 1917 publicou um artigo no jornal *A Imprensa*, intitulado: “Pela Instrução”.²¹ Nele verificamos a ênfase dada à dignidade da autoridade episcopal, destacando ainda alguns aspectos acerca da campanha que o mencionado Bispo empreendeu a favor da equiparação do Colégio Padre Rolim a Escola Normal do Estado (CUNHA, 2000). Nesse sentido, a luta pelo seu funcionamento terminou por se efetivar em 1918.

²¹ Esse Jornal era mantido pela Igreja Católica e desempenhou um importante papel como disseminador da ideia de que o povo sertanejo necessitava de maior atenção dos poderes públicos, ou seja, especialmente, em prol da educação do interior paraibano. “É de admirar, ou antes, de lastimar que os órgãos de publicidade em nosso Estado todos sympathicos a classe conservadora, e, naturalmente erguidos ao serviço da causa pública, a prestar seus bons officios aos patrícios e coestadonos, nunca encontrem ocasião asada, nem nos lances dolorosos que tantas vezes afligem os Sertanejos, nem nas quadras felizes e prósperas para o erário público, nunca tenham eles oportuno momento de referir-se as necessidades ingentes e palpitante do Sertão. [...] A ideia era, incontestavelmente, grandiosa, digna de aplausos e profundamente patriótica graças aos esforços inauditos do sr. Bispo de Cajazeiras, ao empenho de alguns deputados e a benemerência do presidente do Estado a ideia do apresentada, aprovada e sancionada. Mas somente o jornal ‘A Imprensa’ se dignou levantar voz em prol desse ideal. De nenhum outro ponto se ouvira um brado que partisse se quer para inculcar o projecto como justo e digno de ser tomado em consideração pelos poderes públicos (A IMPRENSA. 29 ago. 1918, p. 2).

Outra matéria intitulada “O Collegio Padre Rolim na cidade episcopal de Cajaseiras”, publicada pelo *Jornal A Imprensa*, em 14 de julho daquele mesmo ano, destacou a prosperidade da referida cidade e o papel do Bispo Dom Moisés Coelho na incansável luta pela promoção da educação e o desenvolvimento intelectual da vasta região que compreendia a sua Diocese. Acompanhemos o seguinte trecho:

Vingando dificuldades até então insuperáveis, conseguiu a vontade forte e perseverante do ilustre prelado dotar o sertão de um dos estabelecimentos de ensino que, dentre em breve, há de fazer face aos mais acreditados da Parahiba e do norte brasileiro.

Porque, ainda muito recente na sua fundação já oferece os mais lisonjeiros presságios de uma existência longa e útil ao inteligente e bom povo a que se destina, merecendo a absoluta confiança dos dignos paes de família sertanejos. Equiparado a Escola Normal, o Collégio veio resolver o grave problema do magistério público primário no Alto Sertão onde os próprios filhos dessa zona, preparados ali mesmo, exercerão o nobre e afanoso sacerdócio do ensino, do qual fogem, aliás com plausível razão os professores do litoral e do brejo (A IMPRENSA, 14 jul. 1918, p. 1).

A propaganda efetivada pelo mencionado *Jornal* a favor dos interesses da Igreja Católica foi continua, conforme podemos verificar na coluna intitulada “Echos do Sertão”, quando foi reafirmada a importância da cidade de Cajazeiras que, merecidamente, foi escolhida para ter uma Escola Normal equiparada. Vejamos:

Senhores Redactores de ‘A Imprensa’. Transita por essas regiões sertanistas o número da A Imprensa de 14 de julho do corrente anno.

Esse órgão de publicidade trouxe-nos em o alludido número bem lançado artigo que, occupando o primeiro lugar nos editoriais, se encabeçara por esta epigraphe- o Collégio Padre Rolim na cidade de Cajazeiras. Fizeram-se alli lisonjeiras referências aquela episcopal cidade convocando a atenção pública para a florescência dessa localidade, florescência que já se põe em evidência pelo progresso que ella vae conquistando em commercio, em população, em civilização e, hoje, também em letras, graças a fundação dos dois institutos de instrucção ora existentes - o Collegio e a Escola Normal (A IMPRENSA, 29 ago. 1918. p. 1).

Ao analisarmos os discursos em defesa da equiparação do Colégio em Cajazeiras, compreendemos o jogo de interesses que permeavam as articulações, de um lado a Igreja Católica como empreendedora de uma ação educativa já em curso que favorecia o respeito das autoridades e, por outro lado, uma elite que vislumbrava a instrução para seus filhos e suas filhas. Contudo, a grande maioria da população, que vivia distante dos debates políticos e culturais que permeavam os grupos elitizados daquela sociedade, não tomava conhecimento dos debates, como também ficava de fora dos processos que envolviam às questões educacionais.

Assim, em 10 janeiro de 1918 o Bispo Diocesano dirigiu carta ao Presidente do Estado nos seguintes termos:

Com satisfação comunico a Vossa excelência que em março vindouro, conforme os estatutos da Escola Normal do Estado, o Colégio Padre Rolim começará a funcionar em carácter de equiparado. Deverá na segunda quinzena de fevereiro, abrir inscrições de exame de admissão para habilitar ao primeiro ano os alunos que para isso tiverem competência (CUNHA, 2000, p. 21).

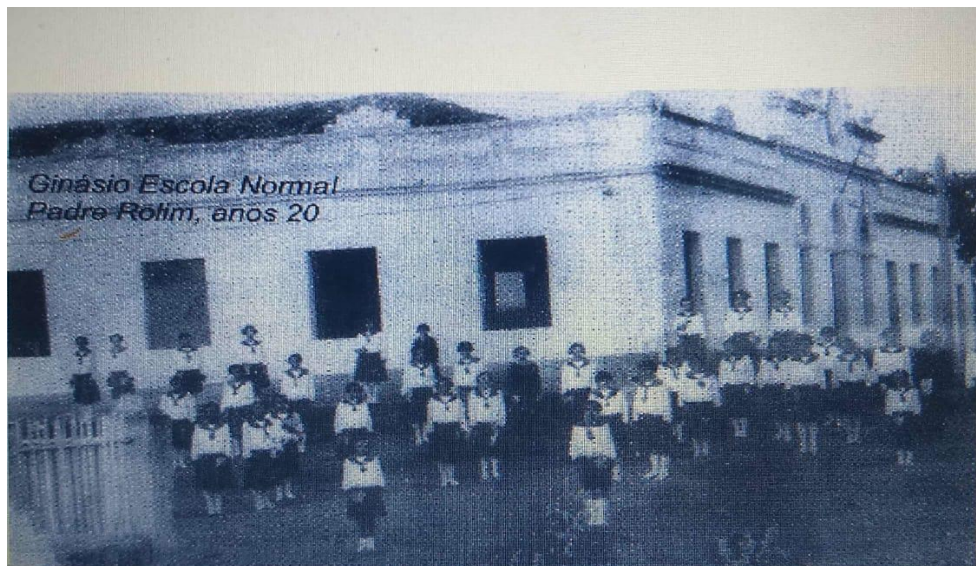
Durante os primeiros anos de seu funcionamento a Escola Normal foi acompanhada sistematicamente por um fiscal designado pelo Presidente do Estado. Para tanto, a Escola ficou submetida a Lei nº 434 de 13 de novembro de 1916 que determinava as seguintes orientações:

Art. 2º - O aludido Colégio ministrará o ensino de acordo com os regulamentos, programas e métodos da Escola Normal.

Art. 3º - O mesmo estabelecimento será fiscalizado por pessoa idônea e de reconhecida aptidão, livremente escolhida e nomeada pelo Presidente do Estado.

Art. 4º - Este fiscal enviará de quatro em quatro meses um relatório minucioso ao governo, no qual comunicará todas as suas observações relativamente a regularidade dos trabalhos letivos, a sua eficácia pedagógica, observância dos regulamentos, programas e métodos, habilitação do pessoal administrativo e docente (CUNHA, 2000, p. 22).

Imagem 4 – Fachada do Ginásio Escola Normal Padre Rolim – década de 1920.



Fonte: Sousa (2018, p. 81).

Possuindo uma sede, ou seja, um prédio escolar, conforme podemos observar na fotografia acima, que atendia aos preceitos higiênicos e arquitetônicos para o bom funcionamento de uma escola normal, além de ter sido iniciada as atividades pedagógicas e cumpridas as exigências iniciais para o seu funcionamento, a Escola Normal de Cajazeiras,

vinculada ao Colégio Padre Rolim obteve definitivamente em março de 1921 a sua equiparação à Escola Normal Oficial do Estado da Paraíba. Tal acontecimento, naturalmente, foi destacado pelo Jornal *A Imprensa*:

Por decreto do governo acaba de ser definitivamente equiparado a escola normal o Colégio Padre Rolim, da diocese de Cajazeiras. O acto do exmo. sr. dr. Solom de Lucena, alem de ser muito justo e equitativo, veio ao encontro da opinião pública e da vontade do povo sertanejo.

Sobre a necessidade de um estabelecimento desse gênero no Alto Sertão, já nos temos occupado varias vezes, sendo ocioso repetir os argumentos que todos conhecem e aprovam. Desde o governo do ex. sr.dr. Camillo de Hollanda fôra o referido Collégio equiparado, sendo-lhe marcado um tempo, como é de praxe, para a prova do seu bom funcionamento e ser, enfim, definitivamente equiparado. Esse tempo decorreu com muita ordem e com real proveito para a instrucção conforme os relatórios enviados successivamente pelo fiscal do governo junto ao Collégio.

Diante de tal recomendação e do cumprimento rigoroso da lei que rege o ensino público nessa parte, observado pelo Collegio Padre Rolim, o ex.sr.dr. presidente do Estado o equiparou definitivamente.

Ao ex.sr. Bispo de Cajazeiras principal interessado pela difusão das lettras em sua diocese, ao povo sertanejo, e ao Collegio Padre Rolim enviamos nossos parabéns pelo optimo êxito de suas justas aspirações (A IMPRENSA, 2 mar. 1921, p. 1).

Em 19 de março de 1922 foram diplomados os alunos e alunas da primeira turma da Escola Normal de Cajazeiras, que no interstício de 1918 a 1927 funcionou no Colégio Padre Rolim. Segundo levantamento realizado por Cunha (2000), entre os anos entre 1922 a 1927, a mencionada Escola diplomou 27 professoras.

Conforme já mencionamos anteriormente achamos importante tecermos algumas linhas sobre a Escola Normal de Cajazeiras por entendermos que o seu funcionamento foi fundamental para a criação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – CNSL, objeto de nossa pesquisa. No entanto, para melhor compreendermos o processo de criação do mencionado Colégio se faz necessário termos algumas informações sobre o contexto político-social e cultural que o envolveu, especialmente, considerando o processo de romanização no Brasil, bem como a chegada das Irmãs Dorotéias que terminaram por incorporar a Escola Normal de Cajazeiras no seu projeto educacional, dando origem ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Assim, nos cabe logo salientar que a criação do mencionado Colégio em Cajazeiras esteve envolta de articulações e estratégias da ação religiosa iniciada pela Igreja Católica com o intuito de reestabelecer o poder que fora cerceado pelo Estado secular. Nesse sentido, é importante destacar que a Constituição de 1891 marcou decisivamente a história da Igreja Católica, uma vez que a partir da sua publicação ocorreu uma diminuição de seus poderes em diversas esferas como destaca Cury (1996, p. 76),

[...] a Constituição se laiciza, repondo a liberdade plena de culto e a separação da Igreja e do Estado (conforme a Constituição “provisória”) e põe o reconhecimento exclusivo pelo Estado do casamento civil, a secularização dos cemitérios e finalmente determina a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos (CURY, 1996, p. 76).

Foi, portanto, naquele novo contexto político-institucional que a Igreja Católica no Brasil criou novas estratégias de superação e de reafirmação do seu poder em sintonia com as determinações emanadas de Roma. Essas ações ficaram conhecidas como Reforma Ultramontana ou Romanizada, assumida pelos bispos brasileiros que se alinhavam ao pensamento e a política de Pio IX (1846 a 1879), também conhecido como o Papa da romanização. Como destaca Manoel (2008, p. 45),

[...] A reação da hierarquia da igreja Católica contra o mundo moderno, embora tenha se fortalecido e ganhado contornos definitivos em 1870, durante o Concílio do Vaticano I, iniciara-se bem antes, nas reformas da Igreja promovidas por Pio IX, a partir de 1849, posicionamento que entrou para a historiografia com o nome de reação ultramontana. Aliás, já em 1836, no pontificado de Gregório XVI, encontram-se os primeiros sinais dessa reação na encíclica *Mirari Vos* (MANOEL, 2008, p. 45).

De acordo com Dias (2008, p. 76), no Brasil, as ações da Igreja Católica foram imprescindíveis no sentido de se refortalecer como instituição com poder de intervir nas questões que sobrevinham com o Estado Republicano. Mediadas pelo forte poder simbólico, os papas, os bispos e todo o clero exerceram na sociedade brasileira na passagem do século XIX para o século XX toda uma gama de metas para reestruturar a instituição que se sentia ameaçada politicamente e culturalmente. Assim, as principais estratégias viabilizadas foram as de caráter organizacional do ponto de vista interno como também externo.

Dias (2008, p. 79) classifica essas estratégias da igreja em dois grupos:

Estratégias organizacionais de caráter interno que foram as ações de formação do clero, a renovação dos seminários e o aumento de contingente de religiosos com a vinda de missionários estrangeiros para o Brasil e as estratégias de ação pastoral com repercussão mais pública, atingindo não só os quadros eclesiais. Foram elas: as Cartas Pastorais, as Visitas pastorais e a Imprensa (DIAS, 2008, p. 79).

As estratégias organizacionais e as estratégias de ação pastoral foram instrumentos que a Igreja Católica utilizou naquele período para garantir sua presença e permanência no cenário político, social e cultural no Brasil.

Ao ter perdido o *status* de credo oficial, consequentemente deixou, ou pelo menos diminuiu, a sua influência em diversos setores da sociedade, inclusive o educacional. Naquele contexto, imputava-se a atividade educativa um papel essencial, e, a partir de 1915 as ações

foram direcionadas no sentido de dar a Igreja uma nova configuração em relação ao seu exercício de poder. Para tanto, foram realizadas algumas conferências episcopais na primeira década do século XX. Essas conferências tiveram como tema central a retomada do poder político-religioso da igreja e a questão do ensino religioso nas escolas públicas. Como resultado dos debates e das preocupações do episcopado brasileiro, foi elaborada em 1915, a *Pastoral Collectiva*. Esse documento sintetiza as ideias discutidas nas conferências, designa as estratégias de ação e consta nele os princípios e iniciativas para restauração do poder da Igreja Católica no Brasil. (MARCHI, 2016).

Na Arquidiocese de Olinda, a qual estava vinculada a paróquia de Cajazeiras, mudanças importantes ocorreram em 1916 quando Dom Sebastião Leme Arcebispo Metropolitano de Olinda lançou uma Carta Pastoral saudando seus diocesanos, ao mesmo tempo que apresentava a situação da Igreja Católica no país, e propôs medidas para resgatar sua força política e religiosa. De acordo com Mesquida (2008, p. 34):

Dom Leme constatava que, apesar do Brasil ser uma nação católica, a igreja católica não exercia o poder que deveria exercer sobre a sociedade política e sobre a sociedade civil. Ele atribui, de início, essa falta de presença militante católica, a ignorância do povo católico e a inoperância dos intelectuais católicos. Dessa maneira, Dom Leme faz uma constatação que prenuncia o caminho que a igreja deveria tomar se quisesse restaurar a sua força política e religiosa, pois o Arcebispo acreditava que o “divini magisteri” da igreja não se limitaria a educação propriamente dita, mas iria além, alcançando a ação política pedagógica (MESQUIDA (2008, p. 34).

As medidas colocadas por Dom Leme em sua Carta Pastoral reiteravam a necessidade e o momento oportuno para a igreja estabelecer a construção de uma nova instituição frente aos problemas que emergiram com o novo regime político que geraram algumas restrições que lhes foram impostas, inclusive as rivalidades com os protestantes que viabilizavam mecanismos de inserção na sociedade através também de projetos educativos. Dom Leme teve apoio de dioceses de outros estados a exemplo da Diocese de Belo Horizonte e de Porto Alegre onde os bispos passaram a contribuir como articuladores das atividades exercidas por ele. Esse clima de reconstrução da Igreja com a romanização e ação dos bispos constituiu um espaço propício que foi vivenciado pela Diocese de Cajazeiras-PB nas primeiras décadas do século XX, propiciando ações e articulações com representantes eclesiásticos e representantes do poder legislativo do Estado no sentido de conseguir uma escola normal para a cidade.

Para tanto, recuamos um pouco no tempo para compreendermos como a Diocese de Cajazeiras atuou no sentido de resgatar a força da igreja local, restaurando seu papel de destaque, considerando que foi pioneira no projeto educacional da região e na formação de

professoras. Isso explica o fato de já em 1914 muitas reivindicações terem sido feitas a partir dos representantes do legislativo atendendo as solicitações diocesanas. Nesse sentido,

Em 1914, o Presidente Castro Pinto, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, falou do difícil problema da fixação de professores diplomados no interior do estado, sugerindo como solução mais indicada a criação de uma Escola Normal no Alto Sertão. Parecia até que a iniciativa tinha endereço certo, ao indicar que tal benefício deveria ser implantado no Alto Sertão, como se quisesse manifestar sua preferência por Cajazeiras (CUNHA, 2000, p. 20).

O texto acima revela as articulações políticas ensejadas ainda em 1914 para a criação de uma Escola Normal no interior do Estado, como forma de suprir as necessidades educacionais. Os primeiros discursos que ecoaram das bandas de Cajazeiras à sensibilizar o então presidente do Estado da Parahiba do Norte no sentido de olhar para aquela região como necessitada e merecedora do empenho para a criação de escolas que suprissem as deficiências de sua gente, fazia-se ressoar na Assembleia Legislativa do Estado a partir dos discursos dos parlamentares, até mesmo dos que pleiteavam tal empreendimento para outras cidades, a exemplo Patos, cujo representante Genésio Gambarra defendeu com empenho. Contudo, como destaca Cunha (2000), rendeu-se as evidências, reconhecendo que Cajazeiras reunia as condições necessárias para o pleito, uma vez que gozava dos benefícios do Colégio Padre Rolim, que já se encontrava estruturado para uma possível equiparação à Escola Normal Oficial do Estado da Parahiba do Norte. Assim, considerando todos esses aspectos entendemos que a história do Colégio Nossa Senhora de Lourdes se reveste de importante significado na educação paraibana, uma vez que a sua fundação esteve vinculada a “escola para as meninas” e a Escola Normal de Cajazeiras, conforme já discutimos anteriormente.

1.5 As Irmãs Dorotéias e a sua missão educadora

Para compreendermos a ação educativa das Irmãs Dorotéias, nos reportamos ao projeto educativo de Paula Frassinetti, iniciado em 1834 na Itália. Logo ele se expandiu pela Europa, consolidando e alargando sua inserção no novo mundo. Os pilares da sua obra estavam alicerçados na crença de que por meio da religião e com a religião era possível uma educação que transformaria a sociedade. A obra fundada por Paula Frassinetti teve início em 12 de agosto de 1834 na pequena região de Quinto, próximo a Gênova na Itália, com o apoio do seu irmão que era pároco do pequeno povoado. Em visita ao seu irmão a jovem Paula com apenas 18 anos percebeu a necessidade de fundar no povoado uma escola paroquial para as crianças carentes

com o objetivo de alfabetizar e ensinar a costurar e bordar. Sua ação entusiasmou outras jovens da localidade que logo se juntaram a ela na ação missionária, fundando a comunidade religiosa Filhas de Santa Fé. Esta comunidade tornou-se em pouco tempo reconhecida pelas autoridades da igreja católica. O Conde de Passi, sacerdote que realizava na Itália as comunidades apostólicas de Santa Dorotéia convidou Paula Frassinetti para juntar-se a sua obra. “A proposta agradou-lhe: a obra abriria horizontes novos à sua pequena instituição, que poderia fazer bem a um número incalculável de jovens, e a muitos leigos adultos seria oferecida uma ocasião de serviços apostólicos num setor bastante a margem da pastoral” (AZZI, 2000, p. 13).

A Pia Obra de Santa Dorotéia foi fundada na cidade Bergamasco, em 1815, pelo Sacerdote D. Lucas dos Conde de Passi de Bergamo, tinha como objetivo cultivar o bem dando auxílio espiritual as jovens, formando-as nos bons costumes, incentivando aceitar a doutrina cristã e os sacramentos. A obra tomou o nome da Virgem Santa Dorotéia, martirizada em Cesareia da Capadócia no fim do século III.

Ao tomar conhecimento da obra e seus objetivos, Paula aceitou o convite e assumiu a denominação de Irmãs de Santa Doroteia, em poucos anos, estimulada pelo padre Passi, a congregação abriu vários colégios na Itália, e mesmo diante da convulsão social que abalou o país em 1848 com revoluções, guerra civil e a proclamação da República, a instabilidade que se instaurou no país com leis que suspenderam o funcionamento das ordens e congregações religiosas, perseguições aos católicos, as Dorotéias resistiram. Naquele contexto, o Instituto de Paula Frassinetti teve várias escolas fechadas, sofreu perseguição, porém, conseguiu manter o projeto vivo.

A missão educativa das irmãs Dorotéias atravessou continentes, firmou-se na propagação de uma educação inspirada na fé e no amor ao próximo. Desde o início da fundação do instituto, Paula Frassinetti sistematizou os princípios, regras e os valores das práticas pedagógicas instituídas como instrumento de formação. Segundo Costa, Oliveira, Campana (2002, p. 24), a mencionada instituição superou as dificuldades políticas com

Coragem e audácia fundamentada na fé e na confiança em Deus. Atitudes ousadas como a fundação no Brasil, para onde enviou Irmãs, acreditando ser útil na formação daqueles que, mesmo desconhecidos amou enormemente, desejando melhorar suas vidas, atuando em sua formação integral (COSTA; OLIVEIRA; CAMPANA, 2002, p. 24).

A proposta de uma educação que formasse para uma vida em plenitude explícita nas ideias pedagógicas do ensino doroteano, não caracteriza apenas uma adesão a vontade de Deus, mas sobretudo devemos considerar que Paula Frassinetti viveu em um período de rupturas e

transformações marcantes na sociedade, tanto na Itália como também em outros continentes. As teorias científicas revolucionárias e novas tendências em confronto emergiram colocando em cheque padrões e normas estabelecidas, principalmente pela igreja católica. Nesse contexto, suas ideias e sua preocupação confirmaram seu compromisso com a Igreja e seu ímpeto missionário no sentido de formar bons cristãos, humanizados e fieis aos princípios da igreja. Em *Raizes da Nossa Missão Educativa: questões e interpretações*, está posto que:

Paula orienta o serviço de suas companheiras e amigas não para uma abstrata ‘salvação das almas’ dos jovens, mas para a construção social que antecipa aos tempos, a finalidade de nossa ação educativa está na reconstrução de um tecido social humanizante, onde educar bem os filhos, depende o verdadeiro bem-estar social e religioso (CONGREGAÇÃO DE SANTA DOROTÉIA DO BRASIL, 2000, p. 15).

Para concretizar seus ideais, Paula Frassinetti desenvolveu um projeto educativo assentado em três valores considerados por ela fundamentais: a Caridade, a Obediência, e a Simplicidade.

A CARIDADE: ‘é a abertura ao outro ao mesmo tempo que é a abertura para Deus. Quem abre o coração para acolher principalmente os mais pobres é ao próprio Jesus que acolhe’.

A OBEDIÊNCIA: traduz-se na seguinte frase: ‘tudo o que Deus quer também o quero eu’ (Carta 220, 1). Aí está, talvez, a sua mais alta intuição. Paula nos diz que se orienta por uma bússola e que essa bússola é a vontade de Deus. A virtude da obediência, tantas vezes aconselhada por Paula é o reconhecimento dos limites e incapacidade’.

A SIMPLICIDADE: é vista por Paula como despojamento dos empecilhos que atrapalham o relacionamento interpessoal, e o caminho suave para o encontro com o outro. Para isso é necessário despir-se do orgulho e da empáfia do eu, tornando-se capaz de perceber o outro. É preciso aliar a simplicidade à coragem, para enfrentar o medo de viver e de amar (CONGREGAÇÃO DE SANTA DOROTÉIA DO BRASIL, 2000, p. 17).

Observando os valores definidos como estratégicos na missão, compreendemos que as irmãs se dispersaram pelo mundo, municionadas de ideais cristãos e propósitos definidos de acordo com as necessidades de um determinado lugar, um contexto, e os interesses e padrões impostos, ao mesmo tempo em que pautava suas ações em sintonia com as orientações e exigência de Roma.

No Brasil no final do século XIX e início do século XX, as mudanças políticas que propiciaram uma nova organização social, exigiu um modelo educacional em consonância com os desejos das oligarquias emergentes que almejavam uma educação que cultivasse nas jovens da elite a moralidade e a religiosidade que eram as mais condizentes com o modelo de família cristã, e, mais ainda católica. Nessa perspectiva, o modelo de internato para as meninas foi

considerado pela elite intelectual e política administrativa conservadora da jovem Nação independente, um dos mais adequados para compor a sua organização educacional.

Vale ainda ressaltarmos que para empreender tal projeto Paula Frassinetti escolheu os jesuítas para orientá-las de como efetivar a missão no Brasil, ou seja, foram eles que de fato elaboraram todo o seu planejamento e a sua execução.

1.5.1 Dorotéias no Brasil: missão e compromisso com o projeto eclesial

No Brasil, a Congregação da Irmãs Doroteias chegou em 1866 e se tornou um marco na história da educação confessional do país. A sua vinda para as terras brasileiras foi resultado do trabalho realizado pelo Bispo de Olinda Dom Manoel de Medeiros²² que após a sua nomeação em 1865 procurou estabelecer contatos com sacerdotes que pudessem lhe ajudar “nos cuidados do seu rebanho”. Ainda em Roma manteve contato com o Instituto das Dorotéia firmando compromisso com sua fundadora para estabelecer no Brasil, mas especificamente em Olinda, uma congregação das irmãs as quais iriam promover o projeto educativo almejado por ele.

No dia 12 de fevereiro de 1866 desembarcaram em Olinda-PE após um mês de viagem por terra e por mar as seis Irmãs da Congregação das Dorotéias para dar início ao projeto educativo planejado por Dom Manoel de Medeiros. O grupo era formado pelas irmãs Teresa Casavecchia, Virginia Jannoze, Geuseppina Pingiani, Sofia Filipa, Francesca Toscane e Gertrudes Mattei. De acordo com Azzi (2000, p. 31),

A vinda das primeiras religiosas para o nordeste do Brasil foi preparada dentro de um clima missionário, muito difundido no catolicismo europeu do século XIX, e que acompanhava a própria expansão colonial, sobretudo em terras da Ásia e da África, e por extensão também para a América (AZZI, 2000, p. 31).

²² Manoel do Rego de Medeiros, nasceu em Aracaty - CE em 21 de setembro de 1829. Ordenou-se no Seminário de Olinda em 29 de junho de 1853, cantou sua primeira missa na capela do senhor do Bonfim na Vila de Aracaty em agosto do mesmo ano. Em 1854 foi residir em Fortaleza - CE onde passou também a exercer o magistério e ajudou a fundar uma escola para órfãos mantida pelo governo da província. De 1858 a 1861 serviu no corpo eclesiástico do exército na Bahia. Em 1862 viajou para a Europa onde passou a frequentar o Seminário de São Suplício em Paris e depois o Colégio Pio Latino-Americano em Roma graduando-se em Direito Civil e Canônico após três anos de estudo. Enquanto esteve fora do Brasil viajou pela Europa, Ásia, África e a Terra Santa. Sua sagração ocorreu no dia 12 de novembro do mesmo ano. Em 12 de janeiro de 1866 desembarcou no Recife - PE com muitas ideias e projetos para solucionar os problemas de sua Diocese e da educação. Ao tomar conhecimento do Instituto Santa Dorotéia, congregação jovem dedicada a educação feminina, resolveu trazê-la para Pernambuco. Madre Paola Frassinete, a fundadora da congregação, esteve presente em cerimônia de sagração junto as Irmãs Dorotéias que iriam servir em sua diocese (PORTAL DA HISTÓRIA DO CEARÁ). Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/ceareses>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

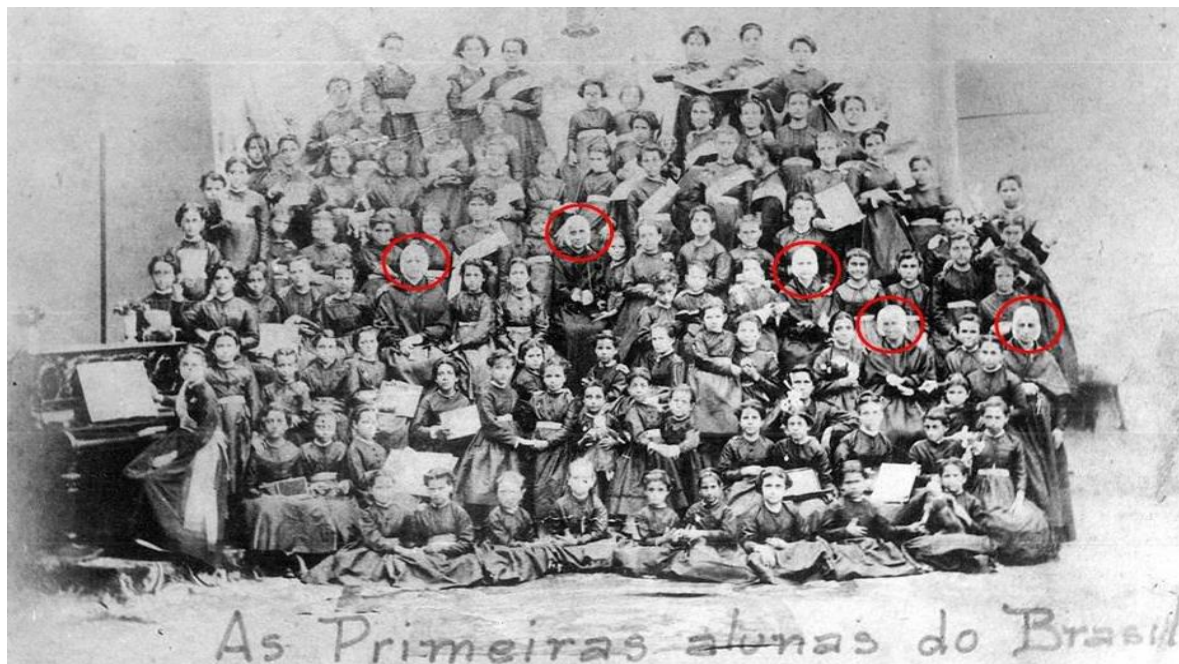
A partir daí teve início um trabalho que surpreendeu por se personificar como a primeira Congregação Feminina que não vivia em clausura, vivendo inserida na comunidade em contato direto com o povo. Outro fator marcante do projeto educacional das mencionadas religiosas foi o de dar primazia à educação para as meninas no Brasil objetivando, inclusive a promoção das mulheres.

Os primeiros meses das irmãs Dorotéias em Pernambuco foi de muito trabalho, abnegação e persistência, pois não havia ainda uma estrutura adequada para a sua instalação. Assim, inicialmente elas permaneceram na comunidade das irmãs vicentinas transferindo-se depois para uma casa na rua Corredor do Bispo, que apesar das precárias condições serviu aos propósitos da Congregação para dar início a missão que lhes foi designada. Logo no primeiro mês houve uma grande procura das famílias pernambucanas e das localidades do interior do Nordeste com o objetivo de ingressar suas filhas no mundo letrado da instrução. Paralelamente naquele mesmo intervalo acima mencionado, isto é, no dia 19 de março de 1866 apresentou-se às irmãs a primeira candidata à congregação, Maria Francisca Ramos que veio sob orientação do Bispo diocesano.

A partir do segundo semestre de 1866 as Irmãs Dorotéias se mudaram para o Convento da Soledade marcando um período de intenso trabalho. Assim, no ano seguinte, isto é, em 1867, durante as festividades de São José ocorreu a “vestição religiosa” da jovem Francisca em uma solenidade marcante que contou com a presença de seus familiares que expressaram a grande alegria de vê-la integrar a tão respeitada Congregação (AZZI, 2000).

No mesmo ano, mais sete jovens candidatas ao noviciado foram selecionadas. Muitas jovens procuraram as irmãs com objetivo de ingressar na vida religiosa, contudo, algumas postulantes ilegítimas (adotadas ou de casamentos ilegítimos) não eram aceitas em obediência as regras da Congregação. Assim, mesmo contando um pequeno número de irmãs a obra foi implantada e atendeu já nos primeiros anos um grande número de alunas, conforme podemos observar na Imagem 5.

Imagem 5 – As primeiras alunas do Brasil, no destaque cinco das seis irmãs que iniciaram a obra em Recife.



Fonte: Arquivo da Casa Provincial do Nordeste- Recife-PE.

Tomando como fonte as Cartas e Relatórios elaborados pela Congregação, Azzi (2000, p. 36), nos apresenta a organização do trabalho e de alguns fatos ocorridos no cotidiano das mencionadas freiras na Casa de Pernambuco. Em trecho, por exemplo, retirado da Carta de 1869 o autor destacou que:

[...] terminado os santos exercícios, as irmãs estavam cheias de zelo, preparadas da melhor forma possível para realizar as próprias atribuições. A boa Suor Bernardoni estava sempre a estudar piano e Deus premiou a sua boa vontade, tornando-a capaz em breve tempo, de dar aulas as iniciantes. Era o único auxílio que eu tinha. As outras aulas eu as devia dar. A Suor Mattei habilitou-se nos trabalhos manuais de toda a espécie, e além do mais era uma excelente mestra de caligrafia. A Suor Jannozzi ensinava geografia. A Suor Toscani, língua e aritmética. A Suor Sciolette, francês e desenho (AZZI, 2000, p. 36).

A descrição das atividades expõe à determinação das irmãs na aprendizagem das tarefas e artes que seriam repassadas as alunas na escola das Dorotéias, a qual seguia um cronograma que incluía também as orações e responsabilidades com os afazeres domésticos. Azzi (2000, p. 36) destaca também as diferenças entre as irmãs na forma de dirigir a Congregação:

Teresa Casavecchia estava penetrada por uma visão sobrenaturalista da existência, exigindo das irmãs obediência e sacrifício a toda prova com renúncia total a sua dimensão humana. Giuseppina Pingianni preocupa-se com o bem estar físico das irmãs, criando condições para que pudessem realizar de forma satisfatória seus deveres religiosos e suas tarefas educacionais (AZZI, 2000, p. 36).

A instalação da Congregação em Recife teve grande repercussão na sociedade, despertando logo nos primeiros meses de 1866 o interesse das jovens pernambucanas em ingressar como alunas e como noviças. De acordo com Azzi (2000, p. 37),

[...] um aspecto importante a ser ressaltado na missão das Dorotéias é a facilidade e o interesse com que desde o início a congregação abriu as portas para as jovens brasileiras que desejassem ingressar nas fileiras de seus membros. Esse aspecto, sem dúvida, facilitou uma integração mais rápida e mais profunda na realidade brasileira, e, por conseguinte, garantiu maior êxito para o seu projeto educacional (AZZI, 2000, p. 37).

A acolhida da comunidade e a pronta aceitação da sociedade pernambucana com a Congregação desvelou aspectos nevrálgicos da educação brasileira. Pois devemos considerar que o sistema educacional daquelas últimas décadas do século XIX ainda se apresentava como exclusividade para uma pequena minoria da população e mais especificamente para o sexo masculino. A instrução para as mulheres, sobretudo nas regiões interioranas do Nordeste era muito precária, esta situação perdurou durante as primeiras décadas do século XX. De acordo com Azzi (2002, p. 21),

A situação do analfabetismo não atingia apenas as mulheres pobres, que viviam do próprio trabalho manual. Mesmo entre as famílias abastadas do interior, a instrução das mulheres deixava ainda muito a desejar. Daí a importância do acesso aos internatos femininos estabelecidos nas capitais, onde podiam superar a mentalidade rústica na qual haviam sido criadas (AZZI, 2002, p. 21).

Instituir uma nova mentalidade na sociedade republicana desperta desde as primeiras décadas do novo regime a necessidade de uma educação que preparasse as mulheres para serem inseridas na sociedade, cujo parâmetro de comportamento estava pautado aos padrões da burguesia existente. Assim, era necessária a aprendizagem de novas habilidades ensejando um novo comportamento. Nesse sentido, a presença das congregações religiosas com seus projetos educativos nas modalidades internato e externato, ocuparam cada vez mais espaço, consolidando também o projeto da Igreja Católica na retomada de seu prestígio e influência no setor educacional.

Azzi (2002, p. 12) destaca que a atuação dos religiosos no Brasil nas últimas décadas do século XIX teve como aspecto caracterizante “a prioridade quase absoluta dada ao setor educacional. Eram raríssimas as ordens ou congregações que não estavam envolvidas de algum modo com a esfera educativa”.

Esse foi um momento propício para o estabelecimento de ações voltadas para o setor educacional, pois ao mesmo tempo em que atendia os anseios da burguesia que se preocupava

em educar os seus filhos dentro dos padrões exigidos na nova organização política administrativa do país, também procurou manter a sua hegemonia política marcadamente conservadora. Assim, as escolas confessionais preparavam também as novas gerações para a nova ordem social que se instaurava com o desenvolvimento da urbanização e novos meios de produção que se organizavam sob o domínio da burguesia de origem rural que atuaram ativamente no desenvolvimento de um projeto de modernização urbana com valorização dos seus padrões sociais burgueses. Azzi (2002, p. 17) destaca que:

[...] a instituição católica apostou na educação das classes dirigentes, e centrou nelas um esforço significativo, na convicção de que, através delas, teria mais possibilidade de influenciar na construção da sociedade. Implantou-se assim uma poderosa rede de escolas católicas, atuando também em termos de suplência, pela omissão ou incapacidade do Estado (AZZI, 2002, p. 17).

Esse grupo social esteve atento à dinâmica que o processo de urbanização e a modernidade exigia. De acordo com Azzi (2002, p. 15), “esses agentes consideravam-se os construtores de uma nova ordem social, separando o Brasil de um passado considerado como período de inércia e de atraso”. Dessa compreensão nasceu o interesse na educação de seus filhos e filhas como os pósteros privilegiados que incorporariam os diversos setores administrativos do Estado republicano.

A Congregação das Dortéias ensejou essas aspirações à medida que formava as meninas da elite, enquanto outras ordens religiosas cuidavam da educação dos meninos. Para as meninas e moças das classes trabalhadoras desprovidas de recursos financeiros, as oportunidades eram escassas, se o índice de analfabetismo predominava entre elas, não foi com a abertura de escolas dirigidas por Congregações que esse quadro mudou, uma vez que os colégios confessionais fundados no final do século XIX e início do século XX serviram aos propósitos de uma pequena parcela da sociedade que podia arcar com as despesas escolares de suas filhas e filhos.

Quanto ao ingresso de jovens brasileiras como membro da missão, houve também incentivo por parte das irmãs, o que proporcionaria a integração a realidade brasileira e o êxito do projeto educativo, uma vez que as seis doroteanas vindas na missão não deram conta da demanda de atividades a serem realizadas. Nesse sentido, as Dorotéias se viram impelidas, inclusive com o apoio dos Bispos Diocesanos, padres, autoridades políticas locais e autoridades religiosas a fundarem outros Colégios, por várias regiões do Brasil, conforme podemos acompanhar nos Quadros 2 e 3, a seguir e destacado nos Mapas 2 e 3.

Quadro 2 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Brasil, a partir de 1866

Nº	Nome do Colégio	Localização	Ano de fundação	Apoiador político vinculado a Igreja	Modelo escolar
1	Colégio São José	Recife – PE	12/02/1866	Bispo Diocesano Dom Manoel de Medeiros	Educação feminina. Internato e externato
2	Colégio Santo Antonio	Belém – PA	03/09/1877	Bispo Diocesano Dom Macedo costa	Educação feminina. Internato e externato e Curso Comercial
3	Colégio nossa Senhora das Dores	Nova Friburgo - RJ	10/06/1893	Pe. Luís Yabar-Reitor do Colégio Anchieta	Internato e externato/ Escola Normal
4	Colégio Santa Teresa	São Luís - MA	10/01/1894	Bispo Diocesano Dom Antonio Alvarenga	Educação feminina, Asilo de órfãos e acolhimento de mulheres
5	Colégio e Escola Normal de Salvado Santa Dorotéia	Salvador - BA	07/04/1895	Bispo Diocesano Dom Gerônimo	Externato para meninas; asilo de órfão abandonadas e Escola Normal
6	Colégio Sagrada Família	Niterói – RJ	19/04/1897	Bispo Dom Maria	Internato e Externato
7	Colégio Imaculada Conceição	Natal – RN	22/02/1902	Dom Adauto Aurélio M. Henriques	Externato p/ meninas
8	Colégio Santa Dorotéia	Manaus – AM	07/10/1910	Dom Frederico Costa	Externato p/ meninas
9	Escola Normal das Irmãs Dorotéias	Pouso Alegre – MG	16/02/1911	Dom Augusto de Assis	Internato e Externato/Curso Normal
10	Colégio das Dorotéias	Fortaleza - CE	07/04/1915	Dom Manoel da Silva Gomes	Internato e Externato
11	Colégio Sagrada Família	Fundado em Niterói e transferido para o Rio de Janeiro – RJ	20/02/1920	Superioras Provinciais	Externato
12	Colégio das Irmãs Dorotéias	São Sebastião do Paraíso – MG	02/1924	Cônego Felipe da Silveira	Externato
13	Colégio Anjo da Guarda	Bebedouro – SP	01/1931	Cônego Aristides da Silveira Leite	Escola Normal, Internato e Externato

Fonte: Azzi (2000).

Mapa 2 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Brasil, a partir de 1866



Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir dos dados apresentados por Azzi (2000).

Quando 3 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Interior do Nordeste e na Paraíba

Nº	Nome do Colégio	Localização	Ano	Apoiador político vinculado a Igreja	Modelo escolar
1	Colégio Nossa senhora de Lourdes	Gravatá – PE	10/05/1918	Padre. Ricardo Vilela	Ensino primário; Externato
2	Colégio Santa Dorotéia	Pesqueira –PE	12/04/1919	Dom José de Oliveira Lopes	Escola Normal; Internato/ externato
3	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Bananeiras – PB	02/02/1918	Cônego Manoel Cristóvão Ribeiro Ventura	Ensino Primário e Escola Normal
4	Colégio Nossa Senhora do Rosário	Alagoa Grande – PB	01/1919	Cônego Firmino Cavalcante	Ensino Primário
5	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Cajazeiras –PB	22/02/1928	Dom Moisés Coelho	Escola Normal. Internato e externato

Fonte: Azzi (2000)

Mapa 3 – Colégios fundados pela Congregação das Dorotéias no Interior do Nordeste e na Paraíba



Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir dos dados apresentados por Azzi (2000).

Nos mapas acima apresentados podemos identificar geograficamente as áreas de inserção dos colégios da Congregação das Dorotéias no Brasil, na Região Nordeste e no interior dos Estados da Paraíba e de Pernambuco. Tal distribuição atendeu as estratégias estabelecidas pela mencionada Congregação em relação a efetivação do seu projeto educacional.

Observando-se, especificamente o mapa da Paraíba percebemos que o Colégio das Dorotéias, em Cajazeiras ocupou uma área estratégica pela sua aproximação com o Estado do Ceará e Rio Grande do Norte, cobrindo uma região do Alto Sertão paraibano e dos estados vizinhos desprovidos até então de projetos educativos voltados para as mulheres.

O projeto de Paula Frassinetti encontrou no Brasil um ambiente propício e fecundo para o seu desenvolvimento, uma vez que a vinda das Irmãs Doroteias ocorreu num período de efervescência política com desdobramentos marcantes como: abolição da escravatura, proclamação da república, promulgação da Constituição de 1891. Além disso, conjugado ao movimento de reorganização da Igreja Católica na retomada e reafirmação de seu poder político e na sua inserção na sociedade, ela buscava sua hegemonia nos assuntos educacionais. De acordo com Horta (2012, p. 82),

A igreja procura estabelecer uma estratégia de “reforma pelo alto”, voltando-se prioritariamente para a formação das elites e dos filhos das classes dominantes através da implantação de uma rede de estabelecimentos de ensino médio em todo o país. Essa mesma estratégia fará com que as denúncias do aparelho eclesiástico quanto ao caráter leigo do Estado não cheguem a sensibilizar a opinião pública (HORTA, 2012, p. 82).

A falta de ressonância das ideias eclesiásticas no tocante ao movimento de apoio à laicidade do ensino esteve associada, segundo o mencionado autor, ao pequeno número de beneficiados pelo ensino realizado nestas instituições confessionais, uma vez que eram prioritariamente os filhos da elite dominante que tinham acesso a essa educação formal e a maioria população escolar permanecia excluída da possibilidade de se inserir no processo de escolarização.

Outro fator que deve ser considerado para compreender esse projeto educativo no Brasil foi o movimento reformista católico iniciado em meados do século XIX em algumas dioceses do país. (AZZI, 2000). A finalidade desse movimento foi o de substituir o ‘tradicional catolicismo luso-brasileiro pelo catolicismo romanizado’, adequando a Igreja do Brasil ao modelo eclesial Tridentino²³ e ultramontano²⁴.

O ultramontanismo teve a sua origem na teoria do Conde Maistre, inicialmente se estendeu pela Europa e a partir do século XIX se expandiu para todos os países onde a prática do catolicismo reinava. Esse processo de expansão tinha como objetivo revigorar a Igreja Católica segundo as orientações conservadoras de Roma, visando uniformizar o catolicismo. Nesse sentido, “a vinda e fixação das Doroteias no Recife esteve diretamente vinculada a esse projeto de introduzir no país, a mentalidade tridentina, dentro da nova configuração ultramontana assumida ao longo do pontificado de Pio IX.” (AZZI, 2000, p. 53).

Um aspecto relevante de ser aqui destacado, relativo ao processo de romanização, considerando o seu viés educativo, refere-se aos nomes que foram dados aos colégios que na nossa compreensão se revestem de toda uma simbologia, uma vez que faziam invocações aos santos e santas da Igreja Católica como um elemento identificador e qualificador da instituição. Eles normalmente eram escolhidos considerando tanto a relação do grupo congregado com o

²³ Tridentino se refere ao Concílio de Trento (1545 - 1563), que unificou a prática litúrgica na Igreja Ocidental. O Papa Pio V alcançou esta meta em 1570 quando emitiu a restauração do Missal Romano após o Concílio. A “Missa Tridentina foi baseada nas mais antigas e veneráveis fontes litúrgicas Ocidentais. Pio V decretou na Bula Papal conhecida como *Quo Primum* que definiu um único rito de Missa, ou seja, para que fosse usado por todos na Santa Igreja. No entanto, exceções foram feitas para os ritos que tinham estado em uso contínuo por pelo menos 200 anos. Disponível em: <<https://www.catholicismoromano.com>>. Acesso em: 04 set. 2018.

²⁴ O termo refere-se a doutrina política e católica que surgiu na França em 1819, a partir da publicação da obra “Do Papado”, fruto de uma reflexão do Conde Joseph de Maistre (escritor, filósofo e político, representante do pensamento conservador francês), sobre as consequências da Revolução Francesa para o futuro da humanidade propugnando a necessidade de fortalecimento da figura do papa como fonte de toda autoridade e referência ao poder secular (CORREIA, 2010).

santo ou com a santa protetora, quanto pelo calendário hagiológico definido pela igreja em Roma. Assim sendo, a escolha do nome do Colégio de Cajazeiras, ou seja, do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes remete a uma das invocações Marianas que atendia também aos objetivos do projeto romanizador da Igreja Católica. As Irmãs Doroteias responsáveis pelas articulações com a Diocese de Cajazeiras para a fundação da instituição naquela cidade escolheram o nome por ser o dia 11 de fevereiro²⁵, data da fundação do Colégio, dedicado à Nossa Senhora de Lourdes.

²⁵ Esse dia é remetido ao ano de 1858, quando ocorreram as aparições da Virgem Maria na “gruta de Massabielle”, na cidade de Lourdes, na França, para a jovem Bernadette Soubirous. A partir de então começaram a ser relatadas as curas milagrosas atribuídas às águas que jorravam da mencionada gruta. Os milagres foram reconhecidos pelo Vaticano em 18 e janeiro de 1862, existindo até hoje no local das aparições um santuário que é visitado por milhares de fies.

CAPÍTULO II

O COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES:

Dinâmica de um itinerário

2.1 Compreendendo o momento histórico de criação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras

No capítulo anterior deste estudo realizamos reflexões acerca do processo de romanização, também conhecido como movimento ultramontano, que sofreu a Igreja Católica no Brasil a partir dos últimos anos do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX. Compreendermos o mencionado movimento foi extremamente necessário para situarmos o porquê da intensificação de criação de escolas confessionais no Brasil e, mais particularmente na Paraíba e em Cajazeiras, uma vez que foi no interior daquele processo que ocorreu a chegada das Irmãs Dorotéias e a consequente criação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em 1928. Assim, para além daquela discussão já realizada, também se faz necessário contextualizar alguns aspectos gerais que, certamente, condicionaram a sua criação.

Como sabemos, a partir da extensa historiografia já produzida e parcialmente indicada na introdução deste estudo, as décadas de 1920 e de 1930 ecoaram no Brasil de forma mais sistemática as novas ideias relacionadas à educação. Ao mesmo tempo, no mencionado período ocorreram fortes agitações nos setores econômicos, político e social. No setor econômico processou-se o declínio das tradicionais oligarquias que terminou por alterar a sua estrutura produtiva, promovendo, inclusive, o surgimento de novas forças sociais que impulsionaram outras demandas ao setor educacional no sentido de atender as exigências advindas do mencionado setor que pouco a pouco foi se modificando, especialmente nos grandes centros urbanos tais como: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador. Nesse sentido, seguindo a análise efetivada por Ribeiro (2003, p. 96), quando centra as suas reflexões tomando como referência as cidades sudestinas, especialmente São Paulo. Para a mencionada autora,

O componente representado pela burguesia industrial apresenta pontos de contato com outros setores da classe dominante, não só pelo fato de muitos industriais serem ou terem sido fazendeiros, como também por se colocarem numa relação de dominação no que diz respeito à mão-de-obra. Ao mesmo tempo apresenta traços de distinção que levam a choques de interesse econômicos que acabam por atingir, às vezes, a área política (RIBEIRO, 2003, p. 96).

Quanto ao componente social formado agora também pelo operariado que, em parte, representava o povo enquanto expressão política, processaram-se importantes manifestações de caráter reivindicatório objetivando melhores condições salariais e de trabalho. Os choques de interesse entre a nascente burguesia industrial e o operariado terminaram por desencadear o movimento de 1930²⁶. Assim, naquele clima de agitação, as denúncias da deficiência do setor educacional tomaram novas proporções. A nova ordem política e econômica colocou como imperativo o desenvolvimento, e, muitos intelectuais, especialmente àqueles envolvidos com as questões educacionais e culturais do Brasil se engajaram na construção de novos projetos que visavam tornar a escolarização uma realidade mais ampliada e concreta socialmente falando. Foi, portanto, a partir desse conjunto de fatores que o projeto educacional para o país foi sendo redefinido, considerando inclusive, as inúmeras reformas que foram realizadas em várias cidades brasileiras, conforme exaustivamente já analisada por diversos historiadores da educação brasileira.²⁷ Vale ressaltarmos que a efetivação de reformas educacionais ocorridas no Brasil durante toda a década de 1920 serviria como uma espécie de prelúdio para o que iria se efetivar em termos de políticas educacionais logo após a tomada do poder liderada por Getúlio Vargas, em 1930.

Foi naquele contexto de reivindicações e de novas propostas para a educação pública que o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, uma instituição normal confessional, instalou-se em Cajazeira, contrariando, em parte, os discursos e os projetos educacionais, especialmente em torno do escolanovismo, debatidos pelos professores e intelectuais envolvidos com a questão da educação/escolarização no Brasil.

Cabe assinalar que o período de 1930 a 1934 foi marcado pela atuação do governo provisório de Getúlio Vargas. Naquela fase vários acontecimentos tiveram repercussão no setor educacional e algumas ações partiram do mencionado governo como forma de tentar acalmar alguns setores insatisfeitos. Entretanto, outros acontecimentos foram resultantes de mobilizações de setores sociais e intelectuais que clamavam por reformas e investimentos na educação. Como um dos primeiros atos de seu governo, Getúlio Vargas criou em 14 de novembro de 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública e nomeou como seu primeiro ministro Francisco Campos o qual traçou novos rumos para o ensino secundário. Palma Filho (2005, p. 3) nos lembra que:

²⁶ O que se convencionou chamar de revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem oligárquica (ROMANELLI, 2014, p. 49).

²⁷ Entre os inúmeros estudos destacamos aqui os realizados por Carvalho (1996, 1997, 2000).

[...] a indicação de Francisco Campos para a pasta da Educação contou com forte **apoio da Igreja** Católica, a partir de uma liderança prestigiosa do catolicismo, representado pelo intelectual Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Desse modo, Vargas procurava atrair o apoio do clero católico. Tanto é que concordou com o fim do ensino laico, facilitando, com sua interferência, a volta do ensino religioso católico, principalmente no ensino primário [negrito nosso] (PALMA FILHO, 2005, p. 3).

Outro aspecto importante daquele período e que esteve articulado a Reforma foi a falta de interesse sob a influência da Igreja Católica na construção de um sistema nacional de educação pública, ou seja, mantendo a tônica da seletividade, tornando-a ainda mais voltada para atender as demandas da elite (ROMANELLI, 2014, p. 138).

A “inovação” realizada pelo Estado brasileiro a partir da reforma de Francisco Campos, procurou atender algumas reivindicações da Igreja Católica a partir da reinserção na educação pública e particular o ensino religioso, mesmo que de forma facultativa. Essa foi uma das estratégias adotadas pelo clero no sentido de retomar a sua influência e imprimir os princípios católicos na vida social e política do país que fora cerceada pela laicidade estabelecida pela primeira Constituição da República. Como resultado do acordo, em 30 de abril de 1931 Vargas editou o decreto de número 19.941, permitindo que as escolas inserissem em seus currículos o ensino religioso nos cursos primário, secundário e normal. Acompanhem os artigos:

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.
 Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.
 Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponham a recebê-lo.
 Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas (BRASIL, 1931, p. 1).

Além desse Decreto acima transcrito, vários outros foram promulgados²⁸ no sentido de sistematizar o ensino, procurando promover uma certa organicidade no cotidiano escolar, especialmente no nível do ensino secundário.

²⁸ Ao todo foram seis decretos: 1) Decreto de nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; 2) Decreto de nº 19.851 que dispõe sobre o ensino superior; 3) Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931 dispõe sobre a organização da Universidade do rio de Janeiro; 4) Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do Ensino Secundário; 5) Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dar outras providências; e 6) Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1931, que consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário. www2.camara.leg.br/. Acesso em 09 de julho de 2018.

2.2 Breves apontamentos sobre a institucionalização de escolas para a formação de professores

A história de criação de escolas destinadas para a formação de professoras/res na Paraíba é muito longa e complexa, uma vez que se encontra articulada como o processo de institucionalização da escola normal no Brasil. Assim sendo, ela foi resultante de um “projeto” ampliado que se coadunou desde o seu nascedouro com as ideias de progresso e de desenvolvimento da nação brasileira.

As escolas normais no Brasil têm sua origem a partir de 1835, quando foi criada em Niterói – Rio de Janeiro²⁹ a primeira escola normal. Dois anos depois, isto é, em 1836, foi criada a da Bahia e dez anos após foi criada a Escola Normal de São Paulo cuja trajetória inicial foi marcada por interrupções, funcionando definitivamente a partir de 1880, tornando-se importante para a história da educação brasileira pela influência que exerceu para a expansão de outras escolas congêneres por todo o país, num período em que o analfabetismo atingiu altos índices em todas as camadas sociais.

Desde os primeiros momentos de sua institucionalização a escola normal no Brasil foi organizada sob forte influência europeia. Os ideais e objetivos que norteavam os projetos para expansão do ensino e de criação de escolas normais tomavam como exemplo o modelo implantado na França ainda em meados do século XVIII após a Revolução Burguesa de 1795 em meio a mudanças de orientação política, cujas inquietações assentavam-se na preocupação com a formação das classes dirigentes do país.

Hoje já existe um significativo número de estudos sobre a história das escolas normais e/ou escolas destinadas a formação de professoras no Brasil, entre outros aqui destacamos os realizados por Vilella (1990, 2002, 2008, 2015), Vasconcelos (2004), Martins (2009). No caso específico da Paraíba, podemos destacar os estudos realizados por Kulesza (1998, 2008), Araújo (2011, 2012, 2017) e Correia (2010).

Segundo os estudos realizados por Kulesza (1998, 2008) e Araújo (2011, 2012, 2017), na capital da Província/Estado da Paraíba a partir da segunda metade do século XIX, ocorreram momentos de articulação e de uma acirrada luta pela institucionalização da escola normal. No

²⁹ De acordo com Vilella (2008, p. 31), pelo Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12 de agosto de 1834, a cidade do Rio de Janeiro foi desmembrada da província Fluminense passando a constituir o Município Neutro, sede da Corte Imperial. A província perdia, assim, a parte mais importante de seu território mas, por outro lado, ampliava sua autonomia administrativa, como as demais províncias do Império. Com o crescimento econômico, decorrente da expansão cafeeira, ocorreram modificações na distribuição populacional. Em 1835 a Vila Real da Praia Grande, depois cidade de Niterói, foi escolhida como capital. Com a nova conjuntura subiu ao poder o grupo conservador representado pelo presidente Joaquim José Rodrigues Torres e pelo vice-presidente e cunhado Paulino José Soares de Sousa que, dentre outras medidas políticas, idealizou e organizou a escola Normal Provincial, em Niterói.

mesmo período, em Cajazeiras a educação despontava tendo a igreja como uma das maiores estimuladoras desse processo. Assim, o projeto educacional que se organizou na Paraíba acompanhou os demais estados da federação, especialmente no que dizia respeito a sistematização das ideias escolanovistas, visto que os intelectuais que se engajaram na campanha pela renovação do ensino eram também, na sua grande maioria adeptos daqueles ideários. Nesse sentido, os escolanovistas retomaram os ideais de progresso, de modernidade e de modernização da educação. A educação foi inserida como uma espécie de “instrumento” que deveria difundir aqueles ideais.

Romper com a tradição do ensino que fora produzido no primeiro período do regime republicano e instituir os ideais escolanovistas levou algum tempo, afinal as mudanças não se resumiam apenas a questões ideológicas, uma série de reformas seriam necessárias para pensar um programa para a educação além de uma organização da estrutura física escolar. De acordo com Nagle (1976) o processo de escolarização deixaria de ser considerado uma esfera autônoma e passaria a ser situada como parte do processo sócio-histórico, ganhando significado para possíveis projeções.

Vale reafirmarmos que até então os problemas com a educação continuavam enfrentando os desafios de uma organização profundamente segregadora e elitista. E isso era visto pelos defensores da educação como um aspecto que era necessário mudar, ou seja, modernizar-se no sentido da superação dos entraves que impediam o progresso e o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para Carvalho (2003, p. 11), essa questão foi crucial para o país, que optou por dar realce a novas formas de produção com vistas a favorecer o processo de industrialização.

A escola, foi no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso. Na sociedade excludente que se estruturou nas malhas da opção imigrantista, nos fins do século XIX e início do XX, a escola foi, entretanto, facultada a poucos. Nos anos 20 na avaliação, da República instituída feita por intelectuais que se propõe a pensar o Brasil, a política republicana é acusada de ter relegado ao abandono ‘milhões de analfabetos de letra e de ofício’ toda uma massa popular, núcleo da nacionalidade. Essa legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio do progresso, a impor sua presença incomoda no cotidiano das cidades (CARVALHO, 2003, p. 11).

Regra geral no Brasil, na medida em que o processo de urbanização se intensificou, ocorreu também o crescimento da massa de excluídos da educação escolar. O grande contingente da população que passou a formar a mão de obra nas fábricas, no comércio e nos afazeres domésticos eram os mesmos que outrora serviam nas grandes fazendas de algodão, de cana-de-açúcar (engenhos) e nas grandes propriedades criadoras de gado extensivo.

É importante ainda ressaltarmos que com o federalismo os estados e municípios passam a ter maior autonomia política, possibilitando assim a ampliação do poder dos coronéis que passaram a ter mais influência e controle sobre as esferas municipais e estaduais. Assim, os coronéis e as oligarquias que representavam terminaram por constituir um poder paralelo ao próprio Estado. Nesse sentido, Veiga (2011, p. 150) entende que “no Brasil a opção pelo federalismo de característica oligárquica reuniu os republicanos em suas distinções, mas paradoxalmente viabilizou uma experiência de República pautada pelas dificuldades de elaboração de projetos nacionais de alcance e de interesse público”. Essa característica, portanto, explica, mesmo que parcialmente, a grande diversidade de situações vivenciadas nos municípios, especialmente àqueles localizados nas regiões mais interiores do Brasil, como é o caso de Cajazeiras.

Nagle (1976, p. 4), ao iniciar a discussão sobre educação e sociedade na primeira república destaca a supremacia dos grupos políticos do período com poder de decisão no novo regime, para o mencionado autor,

A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer as forças representadas pelos coronéis provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a política dos governadores (NAGLE, 1976, p. 4).

De acordo com Pinheiro (2002, p. 49) a política dos governadores³⁰ perdurou por todo o período da primeira república como resultado do poder das oligarquias, que como prática política preservou as táticas de manipulação atuando como forças sociais junto ao governo, colocando como necessidade primeira seus interesses de classe, não atendendo as reais necessidades do povo, especialmente no tocante a educação escolar.

A política que perdurou por todo o período da primeira república consolidou forças locais e estaduais, sobretudo quando as ideias e os projetos difundiam medidas que não viessem alterar as bases econômicas em que se sustentavam, garantindo assim o distanciamento entre a elite e o povo. “Organizavam-se como se o povo precisasse sempre ser tutelado pelos que se consideravam *espírito mais esclarecido*” (NAGLE, 1976, p. 10). Contudo, nesse processo de constituição de uma nação guiada pelo espírito do desenvolvimento e modernização, era

³⁰ Política responsável pela aglutinação, no plano nacional, das forças representadas pelo coronelismo. Delimitou um sistema de representação coletiva singular, de acordo com as quais as posições de mando se conservavam dentro de um grupo bastante restrito, que perpetuava a mesma composição do poder. É este o fenômeno político mais importante da história do regime republicano até o final da Primeira República (NAGLE, 1976, p. 4-5).

necessário dar atenção para a educação que passou a ser vista como elemento indispensável à mudança dentro da ordem estabelecida, ou seja, redentora para o processo de desenvolvimento. Era necessário reordenar a educação para formar o cidadão republicano para uma nação moderna (VILELLA, 2002). Assim, o primeiro período republicano foi marcado pela atuação reformista pró-educação, uma vez que:

pode ser lida como uma tentativa de homogeneizar a cultura mediante a consolidação de um consenso de unidade nacional, para o qual a educação – a instrução escolar – seria elemento chave ao oferecer um ensino mínimo, ou seja, uma educação elementar de instrução primária (CARVALHO; FERREIRA, 2016, p. 57).

A mobilização republicana em prol da educação teve como objetivo maior o de instruir o cidadão e engrandecer a pátria. O momento era propício, visto que, como destaca Paulilo (2014, p.183) “as reformas da instrução pública na última década da Velha República estiveram frente a um cenário político em face de intensa transformação. O pacto oligárquico por meio do qual consolidou-se o regime republicano no país passou a sofrer importantes distensões”.

Vale ressaltar que a tarefa de reorganizar a educação republicana ficou a cargo das políticas estadual e local, o que se caracterizou como um continuísmo das práticas clientelistas na educação, legitimando o predomínio das elites locais tanto nas decisões quanto ao acesso a educação. A partir da historiografia histórico educacional podemos afirmar que este era o cenário em todo o país.

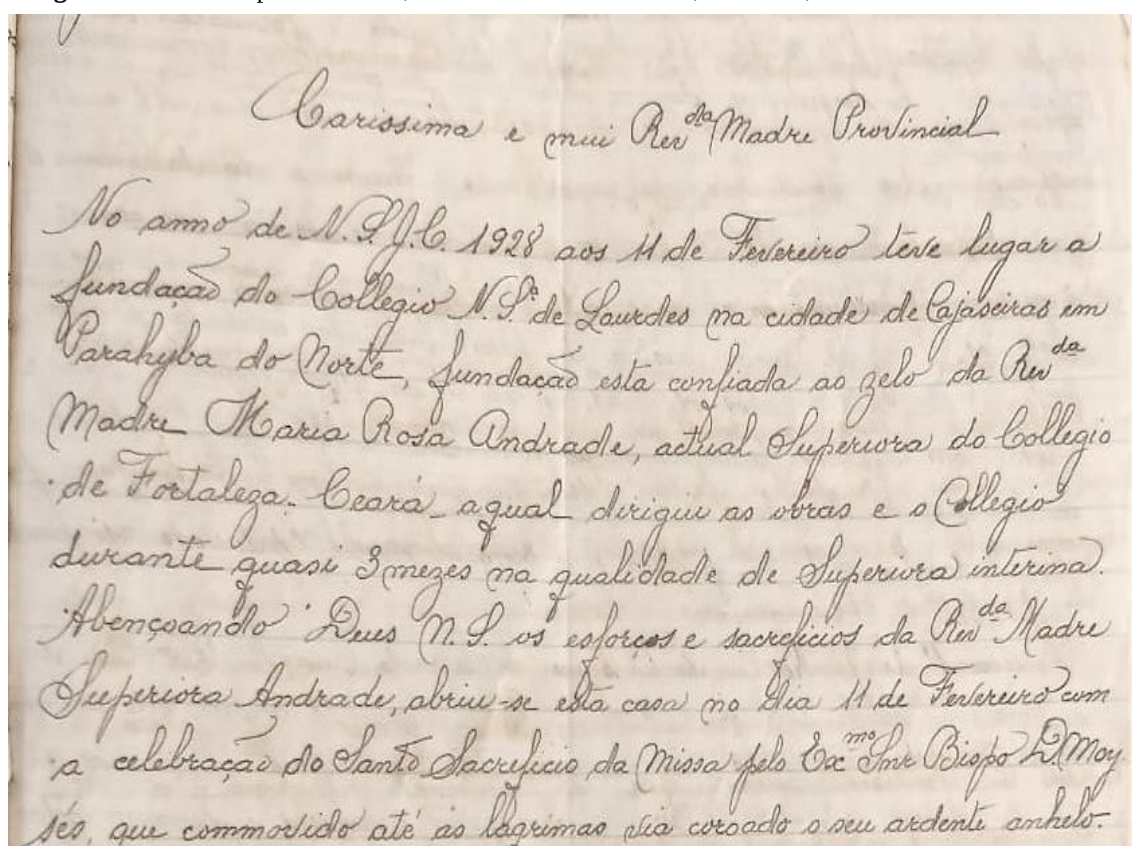
Pinheiro (2012, p. 54) destaca que na Paraíba naquele período, “teve lugar, no meio político, uma discussão acirrada sobre as atribuições de estados e municípios, visto que, ao longo de consolidação do período republicano, a questão de centralização/descentralização da gestão pública foi sempre um ponto nevrálgico”. O debate sobre essa questão se tornou mais acirrado por se tratar do poder e da competência com a educação, o que envolveu diferentes forças e concepções. Seja pela força da mentalidade positivista, pela influência do modelo norte americano ou pelo peso econômico de cada região. Nesse sentido, o que entendemos é que em algumas regiões se pretendeu a diminuição do poder central em favor do mando local, e em outras por defender as práticas clientelistas legitimando os atos da elite local (SAVIANI, 2010).

Assim, a educação durante a primeira república foi se organizando e como analisou Veiga (2011, p. 10), “não é muito difícil imaginar o impacto de deliberações locais no que concerne à educação escolar, desde a criação de escolas, a contratação de professores e nomeação de gestores do ensino com nítida visibilidade para seus articuladores”. Essa dinâmica política marcou todo esse período provocando discussões para a efetivação de projetos para a educação.

2.3 A fundação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes: A afirmação de um projeto educativo, religioso e social

Iniciamos este item sobre a fundação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes apresentando um trecho da primeira carta dirigida a Madre Provincial pela Irmã Madre Juditi Coelho Fernandes que, em 15 de abril de 1928 que assumiu como diretora efetiva do Colégio Nossa Senhora de Lourdes - CNSL, substituindo a Madre Andrade diretora interina nomeada em 22 de fevereiro de 1928 pelo Monsenhor Constantino no dia da fundação do Colégio. Leiamos o trecho por nós selecionado apresentado na Imagem 6.

Imagem 6 – Trecho da primeira carta, de 11 de fevereiro de 1928, do CNSL, encaminha a Madre Provincial.



Caríssima e muito Rev^{da} Madre Provincial

No anno de N. S. J. C. 1928 aos 11 de Fevereiro teve lugar a fundação do Collegio N. S. de Lourdes na cidade de Cajazeiras em Parahyba do Norte, fundação esta confiada ao zelo da Rev^{da} Madre Maria Rosa Andrade, actual Superiora do Collegio de Fortaleza, Ceará, a qual dirigiu as obras e o Collegio durante quasi 3 mezes na qualidade de Superiora interina. Abençoando Deus N. S. os esforços e sacrificios da Rev^{da} Madre Superiora Andrade, abriu-se esta casa no dia 11 de Fevereiro com a celebração do Santo Sacrificio da Missa pelo Ex^{mo} Sr. Bispo R^{mo} Moyses, que commovido até as lagrimas pela coroação do seu ardente anhel.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste – Recife PE.

Nos primeiros meses que sucedeu a fundação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, as atividades empreendidas foram no sentido de dar organicidade a instituição, adequando demanda e pessoal disponível para dar andamento ao projeto educativo que se iniciava naquela comunidade sob a chancela da Igreja Católica em consonância com as diretrizes emanadas de Roma.

Estando a frente da Diocese de Cajazeiras, Dom Moisés Coelho era conhecedor do trabalho educativo que vinha sendo realizado desde os fins do século XIX pelas Dorotéias, e a partir do ano de 1924 iniciou uma campanha para entregar o comando da Escola Normal que funcionava nas dependências do Colégio Padre Rolim as Irmãs da Congregação de Santa Dorothéas que nesse período dirigiam o Colégio de Nossa Senhora do Sagrado Coração, em Fortaleza. Persistente em seus ideais e com respaldo de Dom Adauto, o Bispo manteve vários contatos com a Congregação e, em 16 agosto de 1927 veio a Cajazeiras a Reverenda Madre Andrade do Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração de Fortaleza acompanhada da Madre Sosinho e de uma estudante. De acordo com Cunha (2000, p. 37),

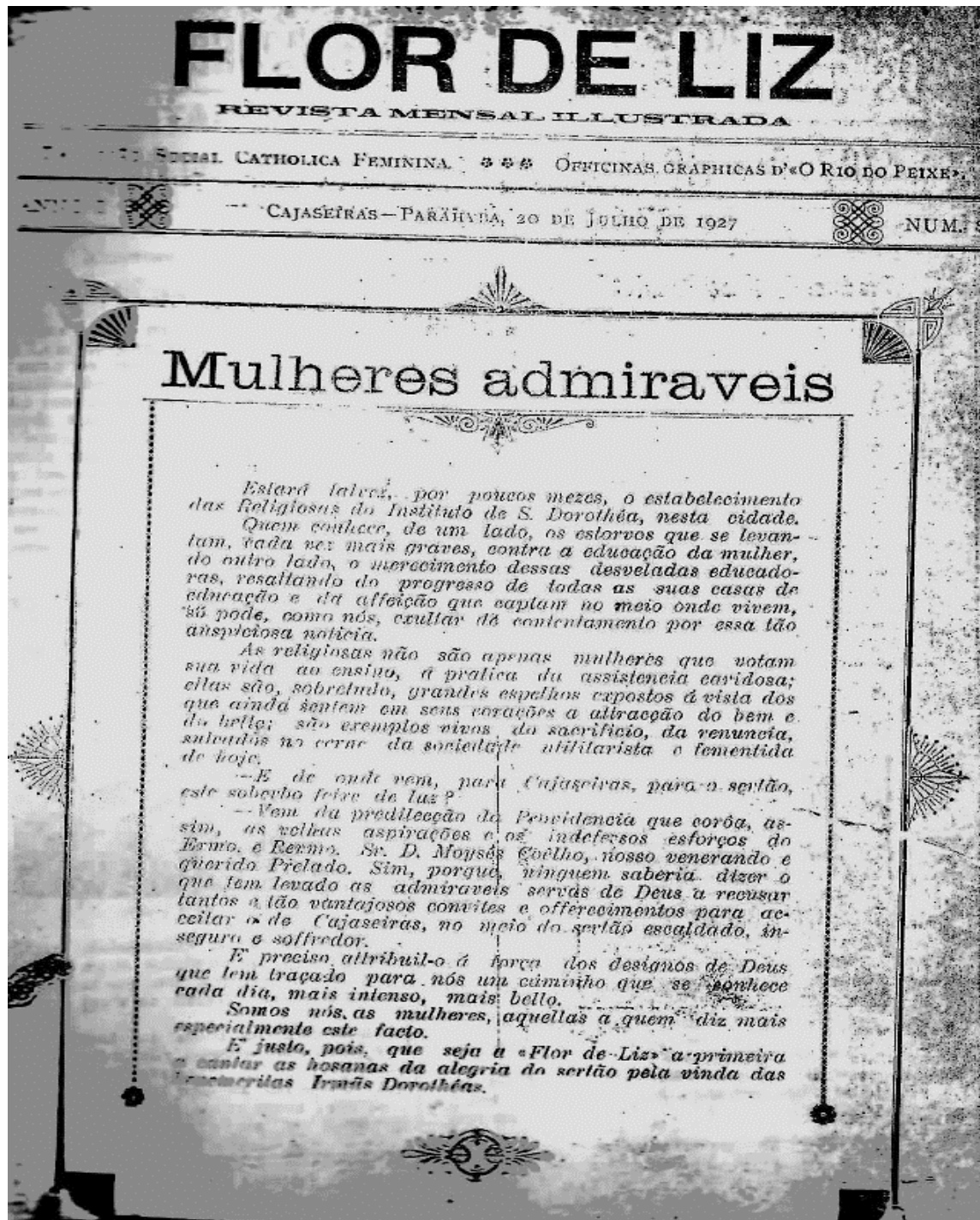
[...] a principal missão desta comissão era manter entendimentos com o Senhor Bispo, Dom Moisés Coelho e ainda verificar as condições da Escola Normal na parte física e especialmente quanto ao professorado, seu consentimento em deixar o cargo, qual o subsídio dado pelo governo, instalação elétrica e hidráulica, caixa d'água, banheiros e sala de aula. Também queria saber de quantas alunas poderia contar para o imediato funcionamento do Colégio (CUNHA, 2000, p. 37).

As constatações preliminares eram pertinentes e fizeram parte do processo de reconhecimento para se efetivar o projeto em Cajazeiras, uma vez que as instalações abrigavam na época poucos alunos, além de consolidar a educação mais diretamente voltada para o público feminino. Tal especificidade exigiu ainda a implementação do regime de externato e internato e, para tanto, era necessário que o Colégio tivesse uma infraestrutura adequada para o seu pleno funcionamento e era imperativo se cumprir as normas e exigências da Congregação. Nesse sentido, a preocupação da Madre tinha fundamento.

Quanto aos cajazeirenses, havia uma euforia por parte de alguns segmentos sociais em torno da ideia de ver a cidade mais uma vez protagonizar um projeto educativo de grande relevância para a região. Todavia, vale ressaltarmos que grande parte da população não tinha conhecimento dos debates e não participavam das decisões que envolviam mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas na sociedade cajazeirense. Mas, os contatos do Bispo Dom Moisés Coelho com representantes da Congregação das Dorotéias terminou se tornando de amplo conhecimento público, gerando, por conseguinte, na população grande expectativa e repercutindo, inclusive, em toda a região sertaneja.

Esse acontecimento foi publicado na *Revista Flor de Liz*, em 20 de julho de 1927 com um texto intitulado: “Mulheres Admiráveis”, numa alusão ao trabalho das Dorotéias, conforme podemos observar a Imagem 7.

Imagem 7 – Revista Flor de Liz, julho de 1927.



Fonte: Núcleo de Documentação Histórica Deusdeth Leitão/CFP-UFCG – Campus de Cajazeiras.

A mencionada Revista foi criada pelo movimento da Ação Católica Feminina vinculada a Diocese de Cajazeiras, que esteve no contexto do processo de romanização conforme já analisamos no capítulo anterior deste trabalho.

Assim como outras estratégias estabelecidas pela Igreja Católica a criação da mencionada *Revista* teve como objetivo além de divulgar os feitos da Ação Católica³¹, arregimentar e preparar uma intelectualidade católica para atuar nos movimentos e exercer influência na sociedade.

A *Revista Flor de Liz* foi fundada em 24 de dezembro de 1926, em sua primeira edição estampou um texto em forma de cruz anunciando os seus objetivos:

A Flor de Liz não nasceu da nossa vaidade de mulher, brota de nosso coração de Catholicas. O que nos queremos não é uma revista que fale dos nossos nomes, desejamos um vehiculo de nossas ideias a nossas conterrâneas, um meio de nos estimularmos a nós próprias. É por isso que a “Flor de Liz” surge no meio do sertão. Na adustez do Nordeste. Chama-se Acção Social Catholica Feminina (REVISTA FLOR DE LIZ, 1926, p. 2).

Nesse sentido, a *Revista* ressoava os anseios femininos por mudanças, fato esse que o colocou na vanguarda dos movimentos pela educação feminina no interior paraibano. Dessa forma, como destaca Sousa, (2018, p. 72), “nada mais apropriado que a notícia da possibilidade da instrução feminina na cidade, sob a direção das religiosas do Instituto Santa Dorotéia, apesar dos obstáculos que na década de 1920 se levantavam contra a educação da mulher, tenham sido difundidas, inicialmente pela Revista”. No entanto, tanto, nas edições do mês de julho quanto na do mês de agosto de 1927 a mencionada *Revista* também deu destaque as articulações em prol da vinda das Doroteias, publicando um artigo sobre a visita das irmãs, ao mesmo tempo, que exaltaram a importância dessa casa de educação. Observemos as Imagens 7 e 8.

O título do artigo “Mulheres admiráveis” revela o respeito das redatoras da *Revista* pelo grupo de irmãs que se encontram em Cajazeiras fazendo as articulações para a instalação do colégio. Após destacar a vinda das Dorotéias, a autora nos dá indícios do seu papel na Ação Católica feminina e informa o lugar dessas mulheres na sociedade cajazeirense. O fato de ter recebido instrução revela que pertenciam a uma classe privilegiada, e a forma como define as irmãs indica também seu compromisso com a Ação da Igreja Católica. Destacamos dois trechos que corrobora com essa reflexão. Primeiro ao se referir a educação da mulher: “Quem conhece, de um lado, os estorvos que se levantam, cada vez mais graves, contra a educação da mulher, do outro lado, o merecimento dessas desveladas educadoras, segundo ao destacar que: “É preciso atribui-lo a força de Deus”. O texto revela ainda que há ao mesmo tempo tanto uma

³¹ Os fundamentos ideológicos da Ação Católica, encontra-se na sua primeira encíclica, *Ubi arcano Dei*, que foi publicado pelo Papa Pio XI. Sobre esse tema consultar o estudo realizado por Sousa (2006, p. 41).

preocupação com a educação da mulher, quanto uma clara definição de seu compromisso cristão.

Imagem 8 – Revista Flor de Liz, agosto de 1927.

******* As religiosas Dorotheas em Cajaseiras *******

No dia 17 deste Cajaseiras teve a honra de hospedar a Rma. Madre Superiora Maria Rosa Andrade e Rma. Madre Sosinho, ambas do Instituto de Santa Dorothea de Fortaleza.

A razão dessa viagem foi conhecer o predio que o Exmo. Sr. Bispo vae doar ao Instituto para nelle se fundar o collegio de Cajaseiras, velha preocupação do nosso querido prelado, sonho dourado das familias sertanejas.

Posso affirmar que foi optima a impressão que as Irmãs colheram nesta cidade. Visitaram o commercio examinando preços, tomando nota, com o fim de darem um caracter inteiramente pratico á sua inspecção.

Tal foi a impressão que, a despeito de só entrar nos planos do Sr. D. Moysés e Madre Provincial a abertura do collegio em 1929, Madre Andrade manifestou sua intenção de trabalhar por tal o abertio logo no proximo anno.

Que maior bem Nosso Se-

nhor podia fazer em Cajaseiras?
Como alumna das R. Do-



O sr. Joaquim Amorim, estima do auxiliar do commercio desta praça

alumnas.

Nem podia deixar de ser assim.

Encontram se ali a fina flor do sociedade de todos os países, senhoras que na flor dos annos, no meio da fortuna, desprezam, sorrindo, familia, berço natal e vão em busca do doce esposo de su'alma—Jesus, o mesmo Jesus sempre perseguido mas sempre victorioso porque é—Deus.

São heroínas que nada temem.

Madre Andrade achava-se em 1910 em Portugal, quando a carbonaria, de que Calles é hoje um espelho no México, chegou ás portas dos claustros, expulsando todas as ordens religiosas com toda especie de brutalidades. E ellas sempre firmes com o mesmo sorriso vão atravessando o mar tempestuoso da vida.

São estas mulheres intrepidas, estas queridas educadoras que vamos ter em Cajaseiras, como um penhor das benções do céu.

SINHAZINHA RAMALHO

rothéas posso attestar a perfeição de esforços, o zelo, o carinho e abnegação que cada uma dellas tem para com as

Fonte: Núcleo de Documentação Histórica Deusdeth Leitão/CFP-UFCG – Campus de Cajazeiras.

Vale mencionar que na edição de agosto o texto é assinado por Sinhazinha Ramalho, no qual ressalta que a vinda da Congregação doroteana para Cajazeiras somente proporcionaria “maior bem” de “Nosso Senhor” (Imagem 8).

Após os primeiros contatos e inspeção realizada pela Madre da Congregação das Dorotéas várias outras reuniões foram realizadas. Segundo Cunha (2000, p. 37),

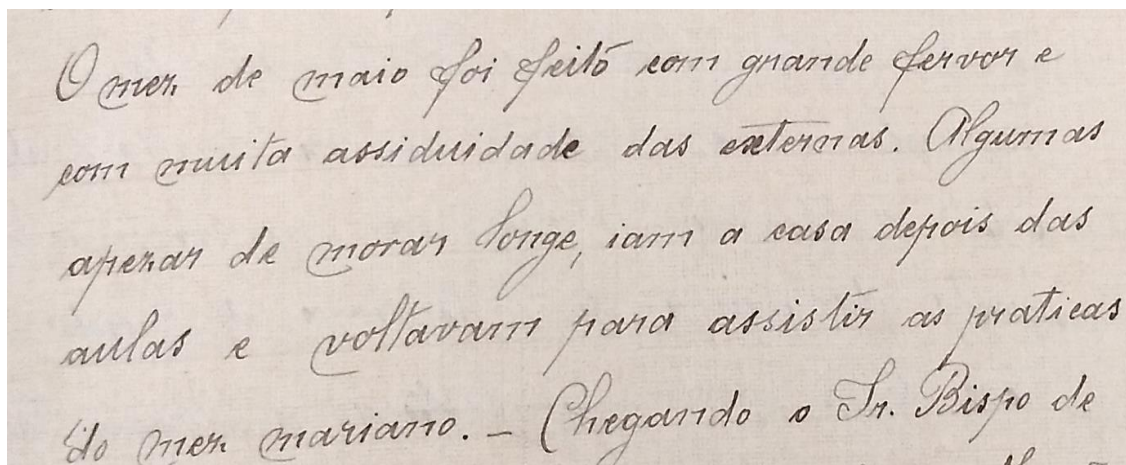
No dia 28 fevereiro de 1928, em reunião presidida pelo Monsenhor Constantino Vieira da Costa, juntamente com todo professorado, de um lado e do outro a Reverenda Madre Mari Rosa Andrade, foi selada em definitivo a transferência da Escola Normal de Cajazeiras, para o domínio das Irmãs Dorotheas (CUNHA, (2000, p. 37).

Sucedendo esse momento de transmissão e de acordo com a primeira Carta da Casa de Cajazeiras para a Madre Provincial o dia 11 de fevereiro de 1928 foi oficializado como a data de fundação do Colégio e o seu nome foi escolhido considerando que o mencionado dia é

consagrado a Nossa Senhora de Lourdes.³² No mesmo dia as freiras organizaram a pequena capela do Colégio para a celebração de sua primeira missa conforme podemos observar no trecho final do documento acima reproduzido (Ver imagem 6). Durante a celebração confirmou-se o nome da nova casa das Dorotheás reiterando o pedido de proteção à mencionada santa.

Vale ainda ressaltarmos que para além da criação de escolas e de colégios a Igreja voltou-se fortemente para a criação de instituições destinadas a formação de normalistas que deveriam se tornar as maiores propagadoras dos princípios cristãos católicos. Assim tanto as alunas internas como as externas não eram dispensadas dos ritos diários nem das programações do calendário litúrgico. Em um trecho que selecionamos de uma das cartas escrita em 1936 esse aspecto fica muito claro. Acompanhemos o trecho apresentado na Imagem 9.

Imagem 9 – Carta da Casa de Cajazeiras (1936, p. 3).



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife-PE.

Para o fortalecimento das ações eucarísticas o Colégio Padre Rolim foi transferido para outro prédio, ficando o antigo apenas para a educação feminina - a Escola Normal -sob o comando das Dorotéas que continuou o trabalho de formação educativa dos cajazeirenses e das cidades circunvizinhas.

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes sob a administração da Congregação, começou a implantar novas propostas pedagógicas e metodologias de ensino, além de novas técnicas e ações na formação das alunas da Escola Normal e do curso primário, sem desconsiderar os

³² No dia anterior da fundação do Colégio, isto é, no dia 10 de fevereiro de 1928, durante o percurso da viagem de Fortaleza-CE à Cajazeiras-PB, as irmãs Madre Andrade, Rosália Simoni e Maria do Carmo Barros, imbuídas num espírito de oração, rezaram em honra a Nossa Senhora de Lourdes para que ela lançasse as bênçãos a fundação da nova casa de educação (DIÁRIO DO CNSL (1928-1930).

preceitos da religião católica. Aspectos esses que aprofundaremos nos capítulos subsequentes deste estudo quando tratarmos mais especificamente sobre a cultura escolar.

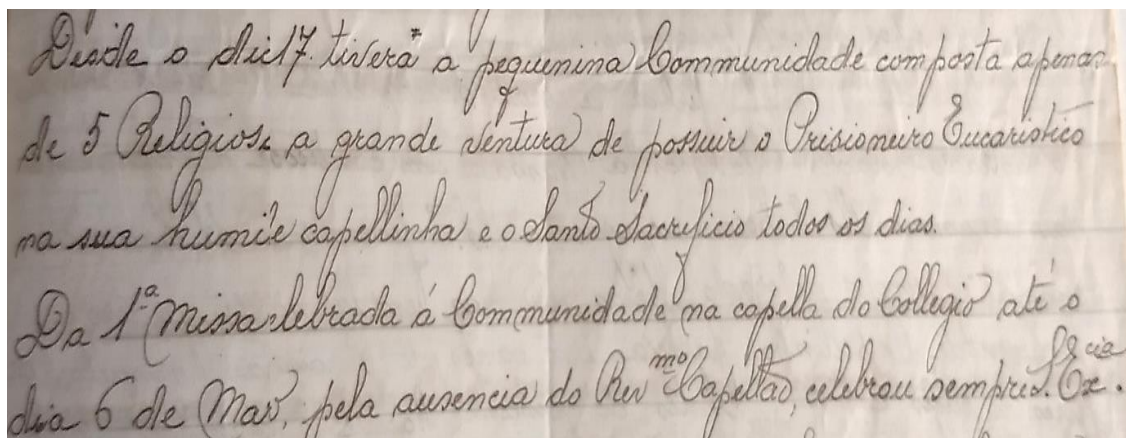
Não é demais reafirmarmos que a sociedade cajazeirense recebeu com entusiasmo e euforia as primeiras Irmãs Dorotéias, esses cajazeirenses entusiasmados compunham a elite local. O primeiro grupo a se instalar em Cajazeiras era formado por cinco irmãs que deram início as aulas no dia 01 de março de 1928. Além da Madre Andrade, Rosália Simoni e Maria do Carmo Barros, já mencionadas anteriormente formavam o grupo a Madre Judith Coelho Fernandes e Madre Rigote.

Nos primeiros meses que sucederam à fundação do CNSL as atividades empreendidas pelas religiosas foram no sentido de dar organicidade a instituição, adequando demanda e pessoal disponível para dar andamento ao projeto educativo.

Numa visita da Madre superiora e de algumas normalistas a Dom Moisés Coelho no mês de novembro de 1928 em virtude da passagem de seu aniversário, ele as agradeceu e falou de sua satisfação pela consolidação da escola para as meninas, destacando em sua fala que já poderia “ morrer satisfeito por ter em sua Diocese o que seu coração de pastor desejava, que é as Religiosas de Santa Dorotheia para a educação da juventude sertaneja. Ao despedir- se deu a todas uma benção extensiva a todas Provinciais” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1928, p. 2).

No trecho do texto que selecionamos a Madre Diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes relata a Madre Provincial o cotidiano das religiosas destacando as ações eucarísticas como parte das atividades orientadas pela Congregação. Acompanhemos a Imagem 10:

Imagem 10 – Carta da Casa de Cajazeiras (1928).



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste – Recife - PE.

Nessa passagem podemos perceber o fervor religioso quase que ininterrupto das religiosas no ambiente do Colégio. Esse aspecto das práticas fervorosas era uma forte marca das congregações religiosas que estimulavam incessantemente as jovens alunas à prática da abnegação e da vida consagrada. Possivelmente no intuito de preservar a identidade do Colégio recebia frequentemente visitas de Madres quase sempre oriundas da Congregação de Fortaleza que faziam periódicas avaliações, ou seja, elas faziam parte de uma inspetoria interna acerca do seu funcionamento. Nesse sentido, ainda no primeiro ano de sua existência o Colégio recebeu em 31 de agosto a visita da Madre Andrade e da Madre Emília Seabra que segundo descrito na Carta:

Essa visita de S. Rev.cia foi p^a toda a comunidade motivo de justa e Santa alegria, pois veio encher-nos de coragem p^a continuar os trabalhos desta fundação que lhe é tão cara Sua Rev.cia gostou muito da casa, **acho-a pobre**, porém muito limpa arranjada e na maior ordem possível. Na conferência que S. Rev.cia. fez a comunidade, externou seus sentimentos de consolação e alegria por todos os benefícios que N. S concedeu a esta fundação e intitulou a casa “**por sua pobreza**” com o belo nome de Casa de Nazareth, deixando como lembrança de sua 1^a visita a prática do medo particular, das virtudes “Oração, Trabalho e Recolhimento” [negrito nosso] (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1928).

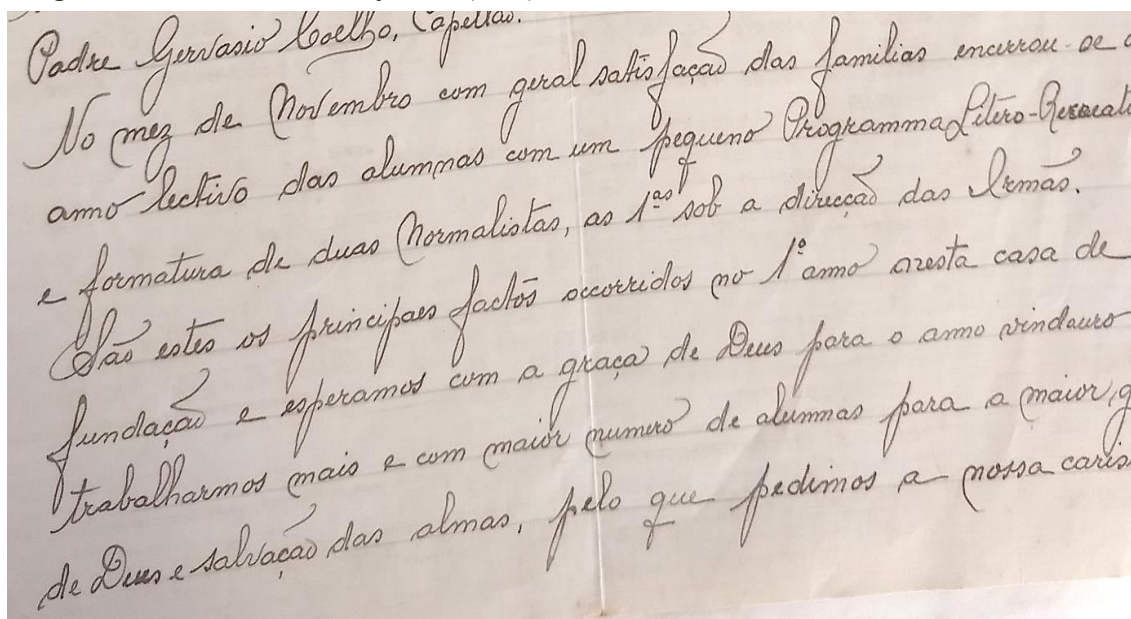
De acordo com os relatos elaborados pelas madres, desde o primeiro ano de funcionamento o Colégio Nossa Senhora de Lourdes seguiu sua prática respaldada nos ensinamentos e diretrizes doroteanos, sustentando suas atividades na prática das virtudes, como citado no texto, oração, trabalho e recolhimento. A relação com Deus era o preceito formador do caráter e da disciplina, por isso, o tempo destinado às orações eram realizados diariamente com orientação e acompanhamento das irmãs. A missão educativa era inspirada nas atitudes de simplicidade, firmeza, suavidade, solidariedade e acolhimento ao outro, reforçando o espírito de família, educação e evangelização. Era um projeto que assumia Cristo como fundamento de todos os valores que unificava e orientava as ações de acordo com o Evangelho, fazendo das bem-aventuranças as normas de suas vidas.

Naquele mesmo ano de 1928, apenas duas normalistas remanescentes da turma constituída na gestão anterior colaram grau. Vale ressaltarmos que a mencionada turma foi preparada com a participação de professores, padres e seculares da Diocese. As alunas diplomadas foram: Ana Nazareth Cartaxo e Maria de Lourdes Lustosa.

Assim, de acordo com Cunha (2000, p. 38) “O Curso Normal do Colégio Padre Rolim, sob a direção das Irmãs Dorotéias, veste uma nova roupagem, entregando à sociedade sua primeira turma de professores”. No dia 21 de novembro de 1928, numa sessão solene contando com a presença do Bispo Diocesano, padres e de várias famílias cajazeirense efetuou-se a sessão

solene de entrega dos diplomas as novas formandas, conforme descrito pela cronista em um trecho, por nós selecionado, da Carta da Casa de Cajazeiras (1928) (Imagem 11).

Imagem 11 – Carta da Casa de Cajazeiras (1928).



Padre Gervasio Coelho, Capelas.
No mez de Novembro com geral satisfação das familias encerrou-se o
anno lectivo das alumnas com um pequeno Programma Littero-Reserati
e formatura de duas Normalistas, as 1^{as} sob a direcção das Irmãs.
São estes os principais factos occorridos no 1^o anno nesta casa de
fundação e esperamos com a graça de Deus para o anno vindouro
trabalharmos mais e com maior numero de alumnas para a maior q
de Deus e salvação das almas, pelo que pedimos a nossa caris.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste – Recife - PE.

Mesmo considerando as dificuldades enfrentadas no primeiro ano de funcionamento, pois as religiosas precisavam se revezar tanto nas atividades de formação cristã como no ensino das disciplinas curriculares para a formação das normalistas, os trabalhos foram desenvolvidos com êxito conforme os seus próprios relatos presentes nas Cartas. As atividades eram organizadas pelas irmãs e cada menina tinha tarefas e rígidos horários a cumprir, desde as liturgias, orações diárias, limpeza, organização dos espaços ao aprendizado de prendas domésticas como bordado, costura e pintura. As alunas seguiam um rito tradicional da época, cuja formação incluía a aprendizagem de trabalhos que preparavam para se tornarem “boas mães”, “boas esposas” e “devotas”. Nesse sentido, Almeida (2014, p. 61) aponta que:

O modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirados nos arquétipos do cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação forjando uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade (ALMEIDA, 2014, p. 61).

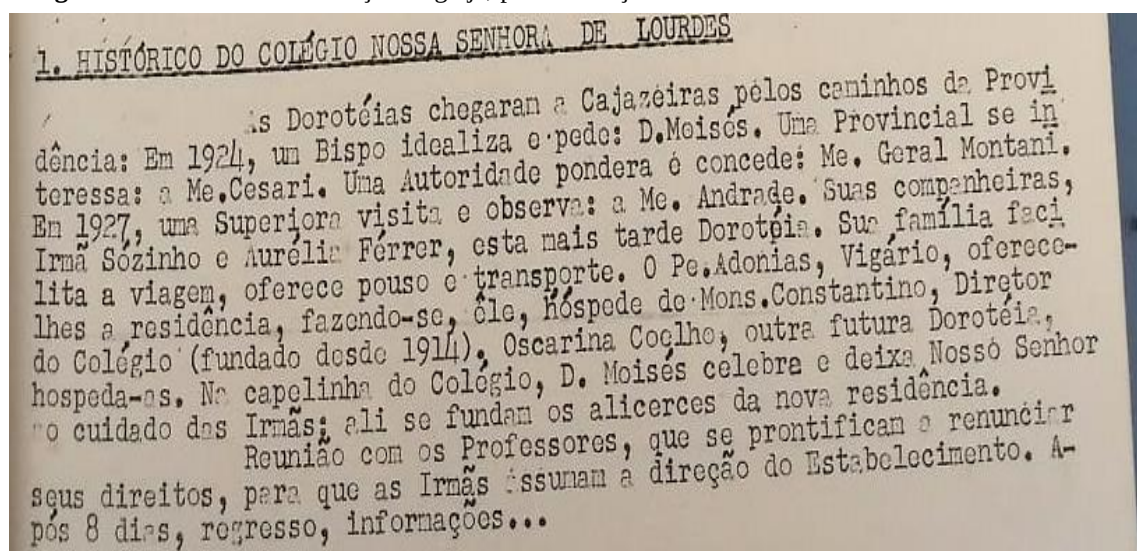
O primeiro ano foi de grande movimentação e articulações no sentido de dar celeridade e organicidade para o pleno funcionamento do Colégio. Para juntar-se as primeiras cinco irmãs que chegaram no mês de fevereiro vieram outras religiosas da congregação de Recife. De acordo com Cunha (2000, p. 37):

No dia 17 de setembro de 1928, chegou a Reverenda Madre Rodrigues Maria do Carmo, a quem coube ensinar música e piano. Para fazer parte da comunidade, no dia 30 do mesmo mês, chegou a Reverenda Madre Fernandes, juntamente com a irmã Silva e demais postulantes. No dia 10 de outubro chegou a Reverenda Madre Maranhão (CUNHA, 2000, p. 37).

Para completar o quadro de docentes do CNSL, no dia 3 de novembro de 1928, foi confirmada a presença de Hildebrando Leal e Alcides Esmeraldo, os dois primeiros professores do sexo masculino que passaram a ensinar no mencionado Colégio. Hildebrando Leal lecionava a disciplina de português, e de acordo com Silva (2014, p. 98) “teve em Cajazeiras uma longa e fecunda atuação em todos os setores da vida cultural, social, política e administrativa de nossa terra”. Segundo a autora ele lecionava várias matérias e exerceu forte influência no jornalismo da região. Na literatura consultada não identificamos a disciplina ensinada pelo professor Alcides Esmeraldo.

E ainda durante o mencionado ano foi selado o acordo de renúncia dos direitos dos antigos professores e funcionários que faziam parte da administração da Escola Normal de Cajazeiras para que o comando das Dorotéias fosse realizado sem maiores problemas legais ou de trabalho. Parte dessa questão pode ser observado no trecho da Imagem 12 que se segue:

Imagem 12 – Coletânea: A serviço da Igreja, pela Educação: Irmãs Dorotéias no Brasil 1866-1966.



Fonte: Arquivo da Província Brasil-Nordeste-Recife-PE.

O processo de estruturação do quadro administrativo e pedagógico do Colégio foi ocorrendo paulatinamente, conforme relata Cunha (2000, p. 38):

No dia 25 de novembro de 1928, estava chegando, de Fortaleza, a Reverenda Madre Rigotti, acompanhada de Sor Simoni. No dia 19 de novembro chegava a postulante Francisca Carneiro. Finalmente no dia 8 de fevereiro, chegava a Reverenda Madre Jovita Alves, acompanhada de Sor Maria Julia Pequeno (CUNHA, 2000, p. 38).

Quando o CNSL iniciou suas atividades em fevereiro de 1928, contava com um pequeno número de alunas, conforme assinalado pela Madre Diretora. Acompanhemos:

No dia 1º de março começaram a funcionar as aulas Normais e as primárias já sob a direção das irmãs. Compareceram 58 alunas no 1º dia. No fim do mês era grande o número das meninas e com grande consolação, pois além de simples eram todas muito atentas as explicações das mestras que pela 1ª vez viam e ouviam (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS - 1928, p. 1).

De acordo com o Diário do Colégio (ano 1928), 38 eram normalistas, sendo 4 internas e 18 primárias externas e duas internas. Essas alunas, tanto as do Curso Normal quanto às vinculadas ao ensino primário, eram oriundas das famílias mais privilegiadas da sociedade cajazeirense.

Os colégios em regime de internato que se multiplicavam no Brasil desde o final do século XIX, se consolidavam como espaços de formação privilegiados e eram considerados espaços ideais para formar e preparar as jovens para a vida adulta com responsabilidade. De acordo com Azzi (2002, p. 25) as expansões dos colégios em regime de internatos eram causadas por diversas razões.

Em primeiro lugar as dificuldades de comunicação então existentes entre as regiões interioranas, onde a instrução escolar era inexistente ou muito precária. Por essa razão muitos pais enviavam seus filhos para o internato, a fim, de receberem a educação adequada. O segundo motivo que reforçava essa opção era a mentalidade autoritária então dominante: que julgava-se então que a melhor forma de educar as crianças era mantê-las em regime de reclusão (AZZI, 2002, p. 25).

No caso específico do CNSL, as normalistas que viviam em regime de internato, eram em sua maioria de cidades circunvizinhas e de outros estados. Na relação de concluintes do ano de 1930 as diplomadas eram: uma de Sousa-PB; uma de Conceição-PB e uma de Caruaru-PE (CUNHA, 2000).

Azzi (2002, p. 36) destaca o capítulo V da Constituição de 1851³³ que trata da importância da ordem no internato para a boa educação religiosa e moral das meninas.

³³ A Constituição de 1851 citada no texto diz respeito a coletânea das cartas de Paula Frassinetti com orientações e princípios educacionais e religiosos para as irmãs da congregação e as alunas das escolas das Dorotéias.

As alunas do internato serão divididas em diversas classes, segundo sua idade e capacidade. Haverá uma Mestra particular na direção de cada classe e mais uma Mestra geral do internato, cujo ofício será dirigir e ajudar as Mestras particulares e velar sobre todas as divisões do ensino, e fazer observar exatamente tudo o que é estabelecido no plano dos estudos (AZZI, 2002, p. 36).

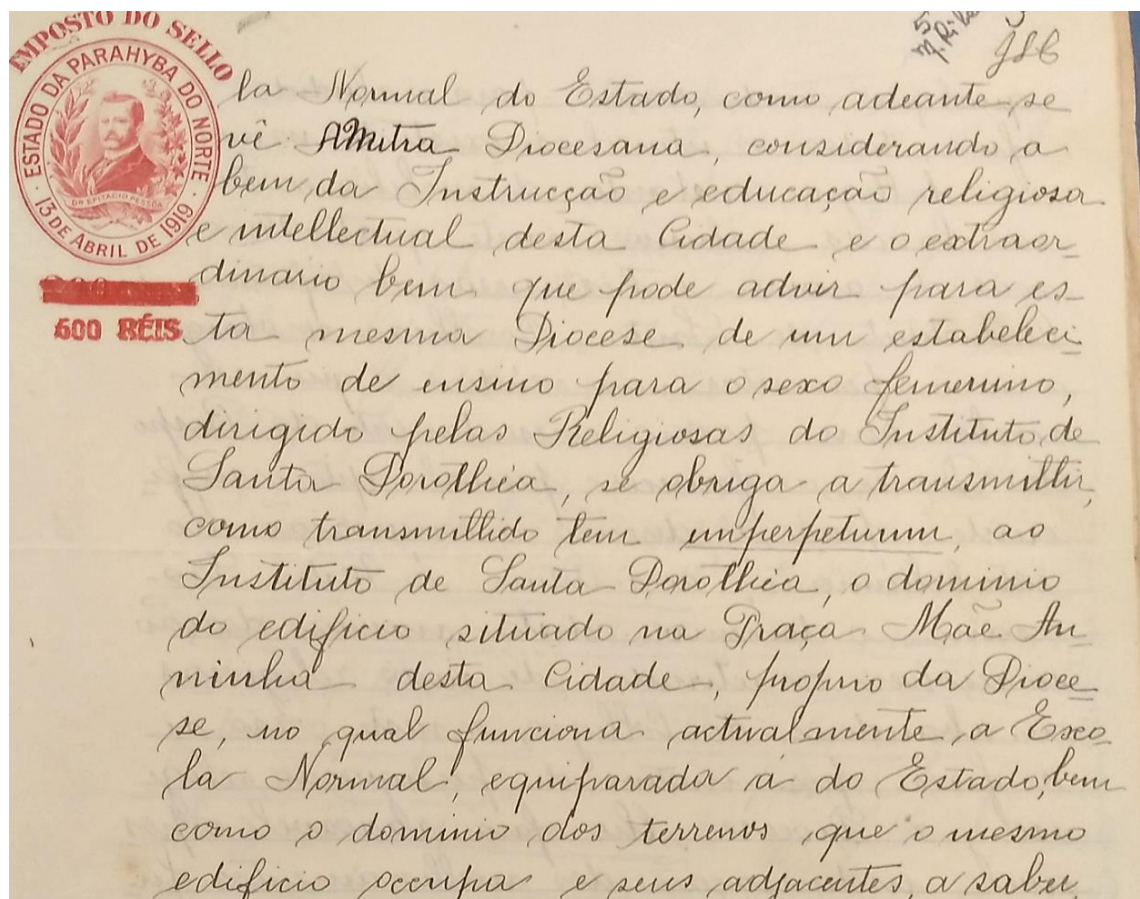
Como já mencionado anteriormente, a Congregação das Dorotéias tinha a missão de evangelizar através da educação, assim “a escola, enquanto espaço de formação das consciências, é um problema de fé para o aparelho eclesial católico. Daí ser a escola centro de atenções do aparelho religioso da Igreja”, como destaca Mesquida e Lorenzetti (2001, p. 64).

Passado o primeiro ano de funcionamento, o Colégio iniciou suas atividades educacionais em 1929, com um quadro de professores completo, incluindo religiosas e mestres da área de exatas que eram os professores leigos. Nos relatos acerca da chegada dos professores das áreas de exatas, as irmãs expressam o quanto esse fato contribuiu de forma positiva para que as irmãs mestras se dedicassem as atividades religiosas na comunidade, na paróquia e com a formação espiritual de suas alunas.

Associada às questões de infraestrutura e organização metodológica das atividades educacionais, as irmãs Dorotéias cuidaram dos aspectos de ordem legal da nascente instituição e, em 23 de fevereiro de 1933 foi registrado o Termo de Transmissão pela Mitra Diocesana do Colégio Padre Rolim para o instituto das Irmãs Doroteias do edifício sede da escola, conforme podemos observar no trecho do documento a seguir (Imagem 13).

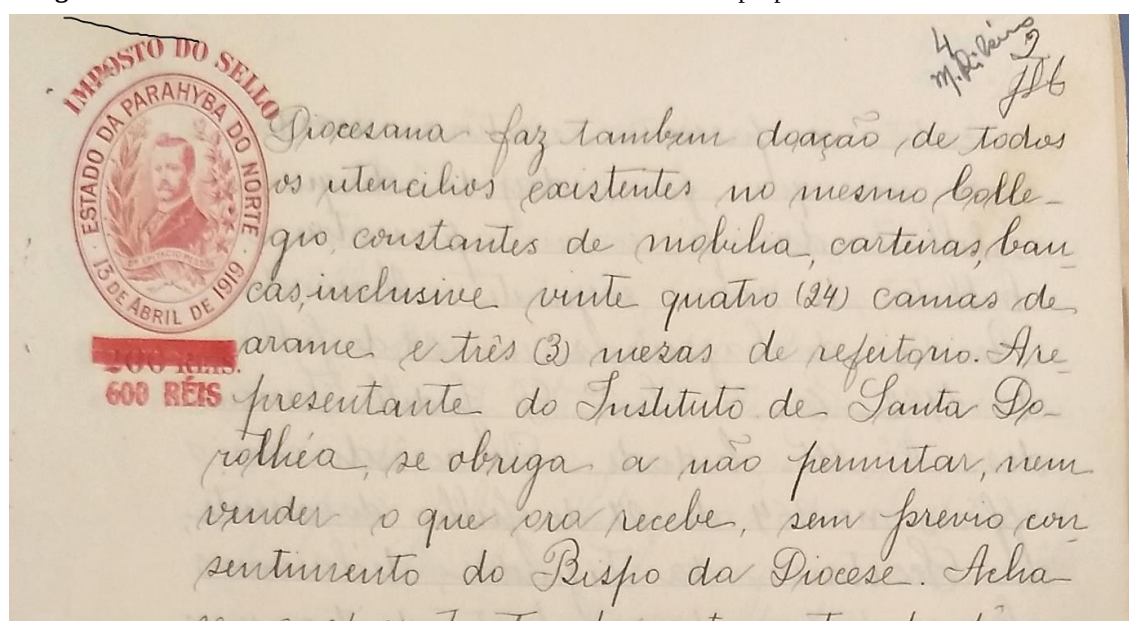
Como destacado no registro, a transmissão de domínio do edifício pertencente a Mitra Diocesana para as religiosas do instituto santa Dorotéia ocorreu em fevereiro de 1933, contudo, a posse e apropriação do local ocorreu já nos primeiros dias da chegada das Dorotéias em Cajazeiras. No documento (Imagem 13) destaca-se a importância do Instituto “e o bem da Instrução e educação religiosa e intelectual desta cidade e o extraordinário bem que pode advir para a Diocese”. E de acordo com as fontes pesquisadas e leitura da escritura pública lavrada em cartório, todos os utensílios do Colégio Padre Rolim, passaram a pertencer ao Instituto Santa Dorotéia; carteiras, bancos, vinte e quatro (24) camas de arame e três (03) mesas de rejunto.

Imagem 13 – Escritura do termo de transmissão de propriedade.



Fonte: Arquivo da Província – Nordeste-Recife-PE.

Imagem 14 – Outro trecho da Escritura do termo de transmissão de propriedade.



Fonte: Arquivo da Província – Nordeste-Recife-PE.

Além dos utensílios descritos no documento acima, a Madre Andrade durante sua inspeção ao Colégio para verificar se as condições estruturais estavam adequadas para o funcionamento de uma escola para meninas, observou também as condições das salas de aula, carteiras, quadro de giz, birôs e tantos outros utensílios que compunham o acervo material do prédio que pertencia ao Colégio Padre Rolim.³⁴

A história do CNSL esteve desde o seu nascedouro coadunada com a religiosidade, seu desenvolvimento era também a propagação da fé, da Igreja Católica e da Congregação das Dorotéias. Dessa forma, objetivando um aprimoramento das diretrizes educacionais da mencionada instituição religiosa e educacional, em maio de 1934 foi fundado o “Centro de Estudo Paula Frassinetti” para desenvolver um projeto intitulado “Círculo de Estudo”, propiciando às alunas e mestres conhecimentos e *apropriação* da pedagogia de Paula. O encontro do “Círculo de Estudo” ocorria mensalmente promovendo uma reflexão acerca da pedagogia de Paula para os institutos e de suas regras morais e religiosas. Na Carta da Casa de Cajazeiras de 1934 a Madre descreve com eloquência a fundação do Centro:

Nesse mês no dia 1º com grande alegria e intenso júbilo, solemisou-se no Curso Normal a inauguração do “Centro de Estudos Paula Frassinetti”. A festa foi espontânea e significativa; a organização coube as alumnas do Curso normal, coadjuvadas pelo distinto profº. Hildebrando Leal. As alumnas cheia de esthusiasmo fizeram sob a presidência da Diretoria do “Centro de Estudos” e em presença da Revda. Mde. Superiora e mestras a votação para a escola do nome da Revista criada para Órgão Oficial da Escola Normal. Procedeu-se a votação com a máxima seriedade, verificando-se ao apurar os votos que a maioria destes era para “*Acção Collegial*”. A escolha foi criativa e de agrado Geral (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS DE 1934, p. 1-2).

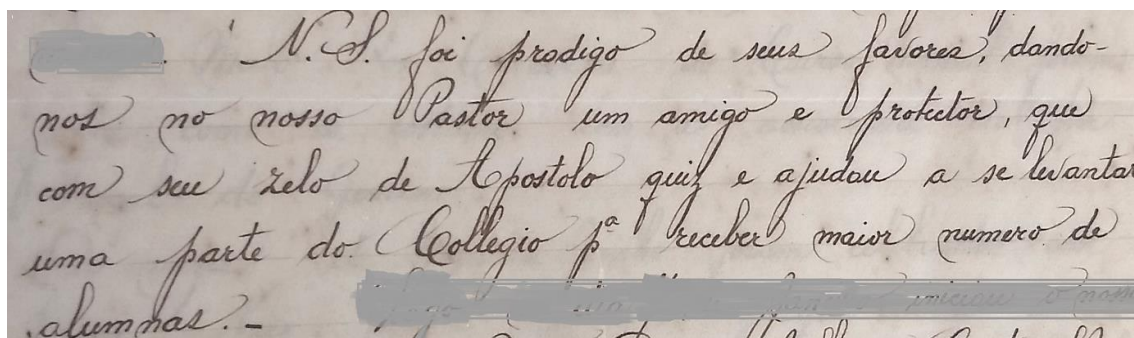
Os estudos sobre a obra de Paula Frassinetti tinham um propósito pedagógico e também vocacional para despertar nas alunas o interesse pela consagração na vida religiosa. Algumas meninas, quase sempre encaminhadas pelas famílias, vinham para integrar a comunidade doroteana com firmes propósitos de ingressar na vida religiosa. Desde os primeiros dias no internato sua formação era integrada aos exercícios diários e também participavam do retiro espiritual realizado nos períodos de férias. As aspirantes passavam a integrar as atividades nos

³⁴ Um detalhe que chamou a nossa atenção nas fontes pesquisadas, diz respeito ao nome do Colégio, os documentos oficiais, escritura pública e boletins, ora apresentam a designação “Ginásio Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes” ora Ginásio Escola Padre Rolim. Entendemos que isso ocorre como resultado da ação educativa empreendida pelo Padre Rolim que marcou a história da cidade e seu desenvolvimento, e conseqüentemente se consolidou culturalmente no seio da população. Todavia, nas Cartas da “Casa de Cajazeiras”, se referem sempre a instituição como Colégio Nossa Senhora de Lourdes, raras vezes aparece a denominação Ginásio Escola. Assim, em todos os momentos do nosso trabalho nos reportamos ao Colégio pelo nome escolhido pelas Dorotéias desde o momento que assumiram a instituição e iniciaram as atividades educativas e de formação das normalistas.

grupos e nas obras que a Congregação fundava para atuar nos bairros e nas paróquias da Diocese. Durante os retiros espirituais realizados no período das férias eram submetidas a renovação dos votos e prosseguimento no noviciado, enquanto atuavam também no catecismo e nas obras de caridade da Congregação. Aos estudos vocacionais e espirituais eram agregados os encontros pedagógicos realizados anualmente. Nestes encontros as alunas tinham a oportunidade de debater metodologias de ensino, apresentar trabalhos e propostas pedagógicas.

Já nos primeiros anos de existência do Colégio observamos o progressivo crescimento quantitativo que exigiu investimento na infraestrutura do prédio para atender a demanda. A primeira reforma do Colégio ocorreu em 1935 e foi realizada com apoio da Diocese, conforme relato contido no trecho abaixo por nós selecionado:

Imagem 15 – Trecho da Carta da Casa de Cajazeiras -1935.



Fonte: Arquivo Província do Nordeste-Recife-PE.

Durante o período da reforma e ampliação do CNSL, para que as aulas não fossem prejudicadas uma casa da Diocese foi cedida para acomodar as alunas. Assim: “As aulas do Curso Normal funcionaram até junho numa casa pertencente ao Sr. Bispo, indo as alunas diariamente três vezes para as aulas, motivo pelo qual não se pode fazer a reunião do “Círculo de Estudo Paula Frassinetti” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1935, p. 2).

A foto aérea do colégio permite visualizar ao lado da capela a casa a qual se refere a irmã na carta de 1935, nela as aulas funcionaram durante a reforma do colégio e posteriormente essa mesma casa foi cedida pela Diocese para que se instalasse a escola para pobres (Imagem 16).

Imagem 16 – Foto aérea do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.



Fonte: Arquivo pessoal do professor Ruedisman Lopes – Cajazeiras -2019.

A medida que as notícias sobre o Colégio foram chegando aos mais longínquos recantos do sertão paraibano, a procura por vagas tanto no internato quanto externato foi constante e o número de alunas foi aumentando. Percebemos essa tendência já em 1932 ao constatarmos que a Madre Diretora ao escrever para a Madre Provincial relatou que: “Pela graça, bondade e misericórdia de Deus que nunca desampara os seus, apesar da terrível seca que assola há anos o solo sertanejo, o colégio registrou na sua matrícula 101 alunas, sendo 22 internas e 72 externas (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1932, p. 1).

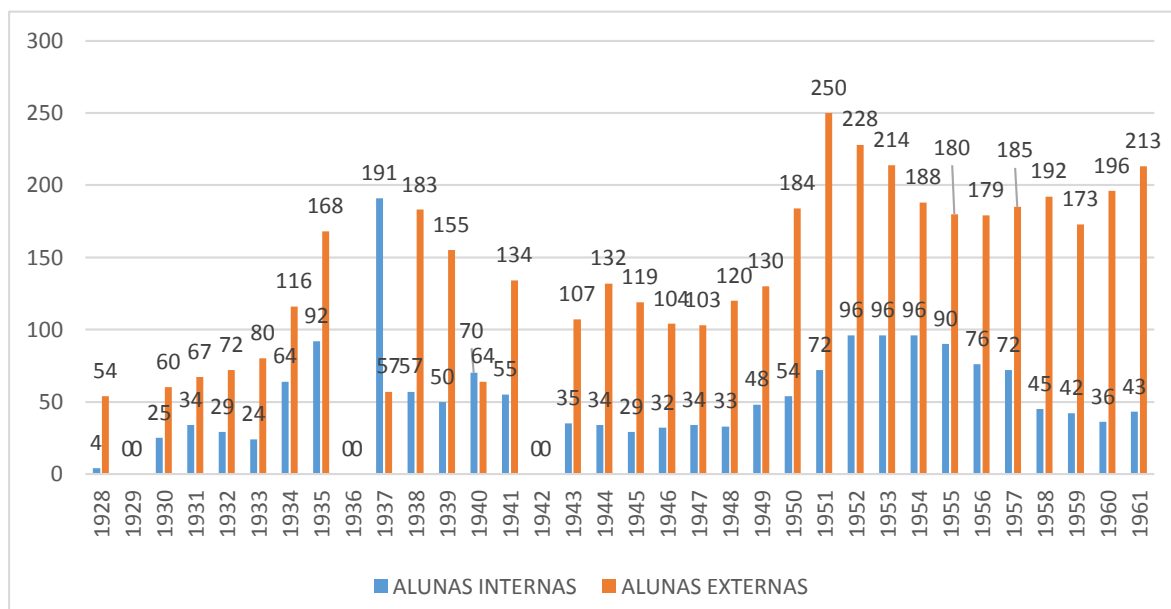
No Quadro 4 apresentamos dados que ratificam a fala da Madre Diretora do CNSL. Aspecto esse que se prolongou no período de 1928 a 1961.

Quadro 4 – Demonstrativo de matrículas do CNSL (1928 - 1961)

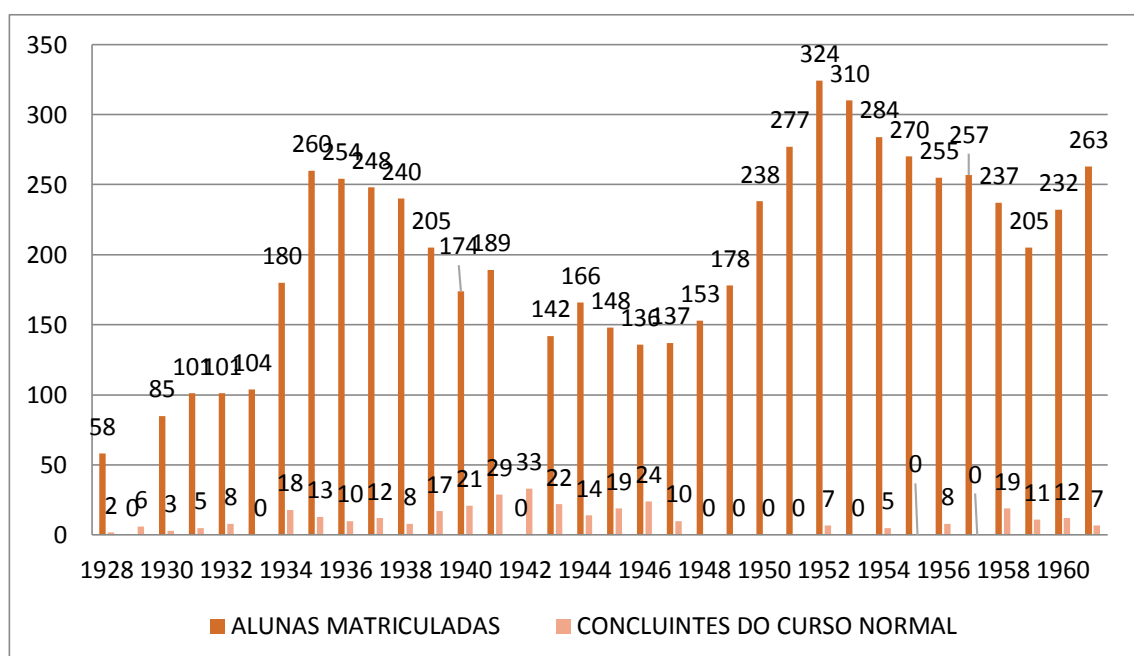
Ano	Número de matrículas de alunas internas	Número de matrículas de alunas externas	Total de alunas Matriculadas	Concluintes do curso normal
1928	4	54	58	2
1929	..	..	..	6
1930	25	60	85	3
1931	34	67	101	5
1932	29	72	101	8
1933	24	80	104	Não houve colação de grau em virtude da reforma de 1931
1934	64	116	180	18
1935	92	168	260	13
1936	..	..	254	10
1937	191	57	248	12
1938	57	183	240	8
1939	50	155	205	17
1940	70	64	174	21
1941	55	134	189	29
1942	..	..	..	33
1943	35	107	142	22
1944	34	132	166	14
1945	29	119	148	19
1946	32	104	136	23
1947	34	103	137	10
1948	33	120	153	...
1949	48	130	178	...
1950	54	184	238	...
1951	72	250	277	...
1952	96	228	324	7
1953	96	214	310	...
1954	96	188	284	5
1955	90	180	270	...
1956	76	179	255	8
1957	72	185	257	...
1958	45	192	237	19
1959	42	173	205	11
1960	36	196	232	12
1961	43	213	263	7

Nota: (..) – Dados não informados. (...) – Não houve diplomação.

Fonte: Dados organizados pela autora deste trabalho ao ser consultados diversos documentos pertencentes ao Colégio, tais como o Arquivo da Província do Nordeste. Recife-PE; Cunha (2000), lista de matrículas, Cartas da Casa de Cajazeiras, etc.

Gráfico 1 – Demonstrativo de matrículas do CNSL (1928-1961)

Fonte: Dados organizados pela autora deste trabalho ao ser consultados diversos documentos pertencentes ao Colégio, tais como o Arquivo da Província do Nordeste. Recife-PE; Cunha (2000), lista de matrículas, Cartas da Casa de Cajazeiras, etc.

Gráfico 2 – Dados de alunas matriculadas e alunas concluintes

Fonte: Dados organizados pela autora deste trabalho ao ser consultados diversos documentos pertencentes ao Colégio, tais como o Arquivo da Província do Nordeste. Recife-PE; Cunha (2000), lista de matrículas, Cartas da Casa de Cajazeiras, etc.

Os dados apresentados no quadro e dispostos no Gráfico 2, possibilitam uma leitura de diversos aspectos do Colégio no tocante ao fluxo de alunos entre os anos de 1928 a 1961. Em primeiro lugar detectamos uma relação que apresenta dados de forma geral, sem especificação

do número de alunas matriculadas por curso, esse detalhamento aparece apenas em documentos do ano de 1960 e 1961 numa descrição detalhada do quadro de matriculadas como destacamos nos documentos apresentados na Imagem 17.

Imagem 17 – Detalhamento do número de matriculadas no ano de 1961.

-ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DE LOURDES				
CAJAZEIRAS - PARAÍBA				
Ano de 1961				
ALUNAS -				
	Curso Primário	-	96	
	Curso Ginásial	-	124	
	Curso Normal	-	36	
	Escola Gratuita	-	155	
PROFESSORES +				
		Religiosos		Leigos
	Curso Primário:	3		1
	Curso Ginásial	8		3
	Curso Normal	8		1
	Escola Gratuita	1		5
	Alunas internas	-	43	
	Alunas externas	-	213	

Fonte: Arquivo Província do Nordeste- Recife – PE.

Imagem 18 – Detalhamento do número de matriculadas no ano de 1960.

ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DE LOURDES				
Cajazeiras - Paraíba				
Ano de 1960				
ALUNAS :				
	Curso Primário	-	53	
	Curso Ginásial	-	143	
	Curso Normal	-	36	
	Escola Gratuita	-	200	
PROFESSORES:				
		Religiosos		Leigos
	Curso Primário	2		1
	Curso Ginásial	9		3
	Curso Normal	7		3
	Escola Gratuita	1		8
	Alunas internas	-	36	
	Alunas externas	-	196	

Fonte: Arquivo Província do Nordeste- Recife – PE.

Tomando como referência os dados acima podemos inferir que no tocante as alunas que viviam em regime de internato eram em sua maioria as normalistas, uma vez que o curso normal do CNSL admitia além das paraibanas, muitas jovens dos municípios dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, muitos destes municípios se limitam com a região do Alto Sertão paraibano.

O segundo aspecto que pode observar refere-se ao aumento do número de matriculadas a partir do ano de 1934 quando o número de alunas no Colégio duplicou-se. Alguns fatores contribuíram para a ocorrência do acréscimo, entre eles destacamos os subsídios dados pelo Estado ao aparato escolar Católico e no caso de Cajazeiras destacamos ainda a visita do Presidente da República, Getúlio Vargas em 1933. Ao receber apoio e visitas das autoridades brasileiras o Colégio ganhava mais respaldo e prestígio junto as famílias da elite, consolidando assim uma parceria que viabilizava os interesses tanto da Igreja Católica, quanto da elite.

Em decorrência da Reforma Francisco Campos, não houve colação de grau no CNSL no ano de 1933. Na Carta da Casa de Cajazeiras (1931, p. 4), a direção do Colégio destacou que: “apesar da grande reforma dos programas de estudo com a benção de Deus as alumnas fizeram grandes progressos.” Essa mesma justificativa foi retomada na Carta da Casa de Cajazeiras de 1933 ao identificamos que naquele ano “[...] não houve colação de grau devido à reforma dos estudos em 1931.” É significativo ressaltarmos que a não realização de colação de grau também não ocorreu em virtude do aumento do tempo dos cursos das secundaristas.

As propostas educacionais elaboradas por Francisco Campos estiveram articuladas de modo a responder as tensões e conflitos resultantes da crise econômica e política, atendendo, portanto, as necessidades da nova fase do capitalismo que se instaurava. Segundo Saviani (2014, p. 18), “a educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como questão nacional”. Essa reforma que precedeu algumas tentativas de reestruturação dos exames e cursos preparatórios nas escolas de ensino secundário, não influenciou e não acarretou grandes consequências para as escolas secundárias comandadas pela Igreja Católica no que se refere a sua metodologia de ensino, contudo, necessitaram se adequar ao novo modelo curricular.

Segundo Dallabrida (2009, p. 185) as principais mudanças sofridas na educação escolar com a Reforma Francisco Campos foi o estabelecimento oficial para todo o território nacional de um programa que rompia com estruturas seculares nesse nível de ensino. Tal Reforma foi considerada necessária com o objetivo de modernizar o ensino secundário brasileiro,

conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930 (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Pela ausência de oferta de escolas pelo poder público em diversas regiões, especialmente de nível secundário, os colégios criados pela Igreja Católica naquele período passaram a dominar uma vasta área desde a década de 1920 e já imprimiam um ritmo seriado a seus cursos. Assim, as inflexões impostas pelo Ministério da Educação não alteraram a estrutura disciplinar religiosa, concentrando-se especificamente, no tempo de duração do curso.

Quanto ao número de concluintes do curso normal, identificamos no período estudado um índice um pouco reduzido de concluintes, em função de diversos fatores tais como: desistências, reprovações e adequações do currículo as reformas instituídas no ensino a exemplo da de 1931 e a de 1946 quando ocorreu a Reforma do Curso Normal. Com a Lei Orgânica do Ensino Normal- Decreto Lei Nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946 muitas mudanças incidiram no curso exigindo dos colégios adequações as normas instituídas. No tocante as bases da organização do ensino normal o mencionado Decreto Lei estabeleceu no Art. 1º as finalidades do ensino normal:

Art. 1º O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades:

1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (BRASIL, DECRETO LEI 8.530, 1946, p. 1).

Os artigos segundo e terceiro da lei destacam as alterações inerentes a duração do curso normal que ocasionou mudanças significativas nos cursos normais:

Art. 2 O ensino normal será, ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos.

Art. 3 Compreenderá, ainda o ensino normal cursos de especialização para professores primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário (BRASIL, DECRETO LEI 8.530, 1946, p. 1)

Em consequência da mencionada reforma, nos anos de 1948 a 1951 no CNSL não ocorreu nenhuma diplomação de alunas, aspecto esse que foi esclarecido pela Madre Diretora. Acompanhemos:

O Colégio, este ano, teve uma matrícula de 159 alunas, distribuídas entre o curso primário, os dois últimos anos do curso normal livre, e a primeira série ginásial. Com a reforma oficial do Estado, requerendo para a formação de professoras um curso básico, equivalente ao 1º ciclo federal, e três anos de preparação imediata ao magistério, resolvemos pedir a equiparação preliminar ao Ginásio. Devido aos muitos afazeres do encarregado do processo, a petição e demais papéis entraram nos últimos dias de dezembro de 1945. Não obstante este retardamento, quase por milagre, obtivemos ainda licença para os exames. Preparávamos as alunas estes, numa expectativa angustiosa, até que nos últimos dias de fevereiro, quando o prazo já ia se esgotar, chegou a desejada notícia. Atribuímos a graça ao glorioso São José, a quem, com orações especiais, suplicávamos insistentemente esse favor. Foi dispensado as alunas todo cuidado educativo, para ela requerido. As irmãs assumiram todas as cadeiras do Ginásio, e tendo pedido demissão o professor da cadeira de história, do Curso Normal, também esta disciplina ficou a cargo de uma irmã (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1946, p. 1).

No Quadro 4, identificamos como estas determinações da Lei Orgânica do Ensino Normal repercutiu no CNSL exigindo reorganização do curso em ciclos com o aumento dos anos de estudo. O ensino normal foi dividido em dois ciclos ou níveis, sendo o primeiro destinado à formação de regentes para o ensino primário com duração de quatro anos e que deveria funcionar em Escolas Normais Regionais. E o segundo ciclo com duração de três anos que deveria funcionar nas Escolas Normais e destinava-se a formar professores para o ensino primário (SAVIANI, 2005).

De 1952 até 1957 as diplomações ocorreram de forma alternada, regularizando o fluxo a partir de 1958, período em que se normalizou o curso em ciclos e com o aumento dos anos de estudo de acordo com a Lei 8539/1946.

Percebemos que o Colégio reorganizou sua estrutura curricular para atender às exigências do decreto 8.530 de 1946, retornando com o curso normal em 1951 como destacado na Carta da Casa de Cajazeiras do mencionado ano quando a Madre Diretora destacou: “A matrícula, de 277, ultrapassou as anteriores. Reabriu-se o curso normal, fechado a três anos. E o magistério exercido pelas irmãs, teve apenas uma auxiliar externa”. (p. 04). De acordo com as exposições apresentadas nas Cartas, o Colégio adentrou a terceira década de atuação com mudanças e reformas, mantendo grande prestígio e solicitude como descrito pela cronista.

Um fato marcante da história do CNSL que deve ser destacado como parte das ações socioeducativas da comunidade doroteana em Cajazeiras que antecedeu as mudanças no Curso Normal, diz respeito a abertura de uma escola criada em 03 de março de 1941 em um prédio anexo ao CNSL, denominada pelas madres, nas Cartas da Casa de Cajazeiras ora de “Casa das Pobres” ora “Escola para pobres” e ainda “Escola gratuita para pobres”, A escola recebeu o nome oficial de “Nossa Senhora de Fátima” e foi inaugurada pelo Bispo Dom João da Mata numa “solenidade cercada de euforia e perspectiva por parte da população”. O projeto fazia

parte das ações romanizadoras da Igreja que cerceava sempre que possível à educação secularizada. Na Carta da Casa de Cajazeiras (1941) a Madre Andrade descreve o acontecimento e informa que: “Quando se abriu as matrículas, apresentaram-se 322 pobres, sendo contempladas 180. Distribuiu-se esmolas a 128 mendigos e doces as alunas”. Com a abertura da escola para as pobres muitas crianças tiveram acesso ao ensino primário e a 5ª série. As normalistas formadas pelo Colégio Nossa Senhora de Lourdes tinham uma missão a cumprir e uma oportunidade de dinamizar os conhecimentos adquiridos no Curso Normal,

A Escola para pobres foi instalada no lado esquerdo do Colégio, vizinho a capela, sem, contudo, ter conexão com a sua parte interna. Na Carta da Casa de Cajazeiras (1942, p. 2), a cronista ressalta a sua importância ao descrevê-la como “a escola para pobres, a flor privilegiada deste educandário”.

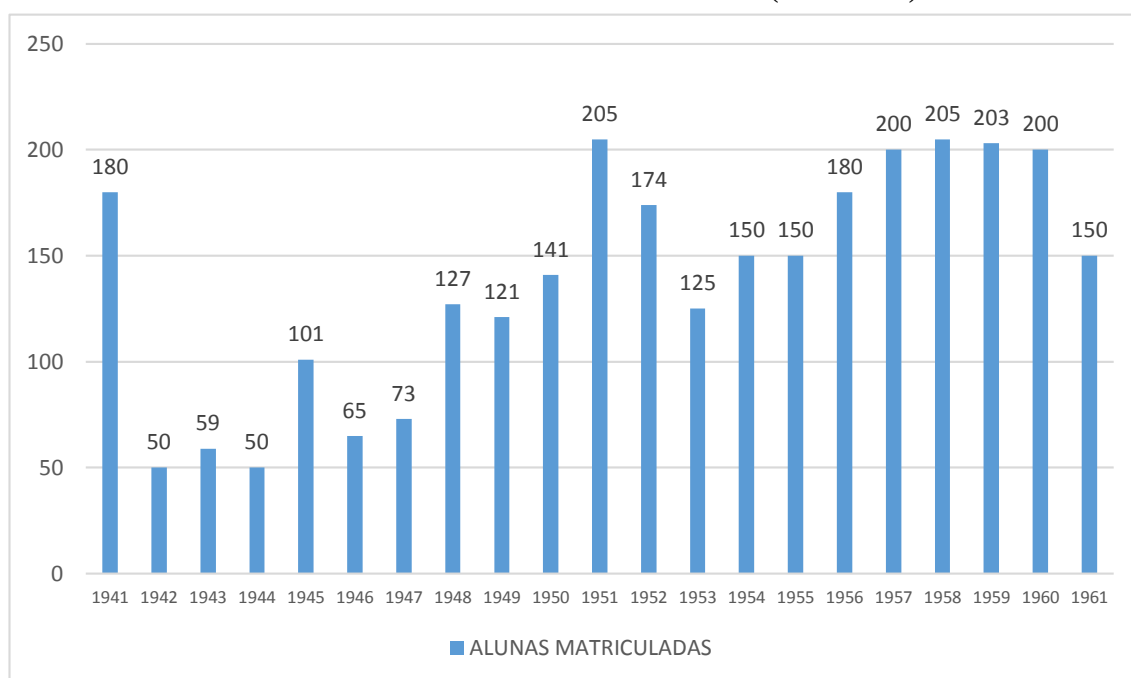
Esta ação das Doroteias em Cajazeiras concretizou um dos objetivos postulado por Paula Frasinetti desde o início da fundação do Instituto na Itália. Nas propostas para uma ação educativa formuladas pela Madre fundadora as quais foram sintetizadas e deram origem a Constituição de 1851. Nela a madre destacava sua preocupação com os mais pobres, e chamava a atenção das irmãs para o cuidado com os mais necessitados (OLIVEIRA, 1982).

O Quadro 5 apresenta um demonstrativo do índice quantitativo da escola no período compreendido entre os anos de 1941 a 1961 no tocante ao número de matriculadas.

Quadro 5 – Demonstrativo de matrículas da Escola Gratuita do CNSL (1941-1961)

Ano	Número de alunas matriculadas		Ano	Número de alunas matriculadas
1941	180		1952	174
1942	50		1953	125
1943	59		1954	150
1944	50		1955	150
1945	101		1956	180
1946	65		1957	200
1947	73		1958	205
1948	127		1959	203
1949	121		1960	200
1950	141		1961	150
1951	205			

Fontes: Dados organizados pela autora deste trabalho ao ser consultados diversos documentos pertencentes ao Colégio, tais como o Arquivo da Província do Nordeste. Recife-PE; Cunha (2000), lista de matrículas, Cartas da Casa de Cajazeiras, etc.

Gráfico 3 – Demonstrativo de matrículas da Escola Gratuita do CNSL (1941 - 1961)

Fontes: Dados organizados pela autora deste trabalho ao ser consultados diversos documentos pertencentes ao Colégio, tais como o Arquivo da Província do Nordeste. Recife-PE; Cunha (2000), lista de matrículas, Cartas da Casa de Cajazeiras, etc.

Durante os 20 anos de funcionamento aqui destacado, a escola apresentou um quadro oscilante quanto a afluência de alunas atendidas, observamos que das 322 (trezentas e vinte e duas) meninas que se apresentaram na escola visando a oportunidade de se matricular no seu primeiro ano de funcionamento, apenas 180 (cento e oitenta) foram contempladas. Assim nos anos seguintes após sua fundação a escola continuou a receber alunas da comunidade onde propiciavam além dos ensinamentos do ler e escrever, cuidavam da sua formação espiritual.

Percebemos que o Colégio reorganizou sua estrutura curricular para atender as exigências do decreto 8.530 de 1946, retornando com o curso normal em 1951 como destacado na Carta da Casa de Cajazeiras do mencionado ano quando a Madre Diretora destacou: “A matrícula, de 277, ultrapassou as anteriores. Reabriu-se o curso normal, fechado a três anos. E o magistério exercido pelas irmãs, teve apenas uma auxiliar externa” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1951, p. 4).

De acordo com as exposições apresentadas nas Cartas, o Colégio adentrou a terceira década de atuação, com mudanças e reformas, mantendo grande prestígio e solicitude, como descrito pela cronista.

A fama tradicional de nosso sistema de educar, da ‘educação das Doroteias’, como se diz comumente, prossegue atravessando estas plagas sertanejas e as candidatas se avultam sem que todas possam ser aceitas, por não termos ainda, acomodação suficiente. Com que amargura os pais ou responsáveis acetam a nossa recusa. Há pouco um sacerdote (o mais culto da Paraíba, segundo dizem, também muito santo), Diretor do pré-seminário diocesano e Inspetor do ginásio feminino de Patos, ao pedir um lugar para uma sobrinha, confessou ter a família preferido o nosso educandário aquele, das Irmãs do amor Divino e ao de sua própria terra Pombal, das Catarinas, por causa da formação (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1951, p. 4).

Agregada às atividades inerentes a formação das alunas nas disciplinas curriculares que incluía também aula de canto, economia doméstica, trabalhos manuais e atividades econômicas da região, as alunas participavam assiduamente das atividades da Congregação nas ações pastorais de catequese e de estudos. As Irmãs Dorotéias fundaram vários grupos de oração, entre eles: Congregação das Filhas de Maria; Obra de propagação da fé; Obra dos Tabernáculos; Obra das vocações sacerdotais; apostolado da oração. Também fundaram um Centro de Ação Católica e desde 1939 contava com três Centros Catequísticos: Santo Antonio, com 150 alunos matriculados, Santa Dorotéia com 104 e São Sebastião com 80 alunos de catequese. Para o desenvolvimento dos trabalhos, as irmãs contavam com o engajamento das alunas que os acompanhavam as obras (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1939, p. 2).

É importante destacar que a criação desses grupos de oração e associações faziam parte das estratégias da igreja romanizada que almejava a substituição das devoções tradicionais pelas novas devoções. (OLIVEIRA, 1985). As associações e grupos dirigidos pelas paróquias e por congregações religiosas tornaram-se eficaz ao projeto, principalmente quando agregava fé e educação.

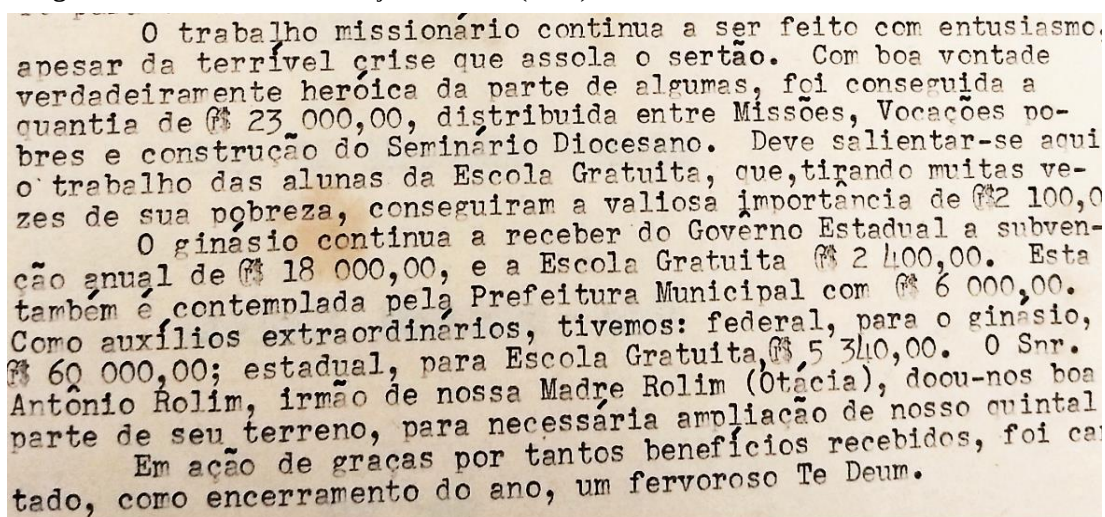
Foi possível identificar nas fontes pesquisadas uma diferenciação no tratamento e envolvimento das alunas da “Casa das Pobres” com relação às normalistas do internato e externato. As “pobrezinhas” como eram denominadas, não figuram como membros dos grupos e centros fundados pelas Doroteias, as participações destas alunas são citadas especialmente nas *ações missionárias* para arrecadação de fundos para as obras, tarefa essa que nos parece não era realizada pelas alunas “não pobrezinhas”.

As fontes também permitiram constatar a origem dos recursos para manutenção e funcionamento do CNSL, que além das mensalidades pagas pelas famílias das alunas internas e externas e das campanhas e missões realizadas, o Colégio recebia uma subvenção do governo estadual e do governo federal, porém, em momentos de agravamento político-social e econômico essas subvenções eram temporariamente cortadas como a que foi relatado na Carta de 1931. “O Collegio recebia uma subvenção do Governo Federal a qual foi cortada desde 1930 e mais uma subvenção Estadual que foi também cortada desde outubro de 1930, sendo a mesma

reprometida pelo Srn. Interventor Federal para o começo de 1932” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1931, p. 1).

Assim, eram nas campanhas realizadas pela Congregação na comunidade que angariavam recursos para manter as obras de caridade e de formação nos centros fundados pelas irmãs. Esse assunto foi reiterativamente ressaltado nas “Cartas da Casa de Cajazeiras” os relatos que evidenciam o trabalho das normalistas para arrecadação de dinheiro, conforme podemos acompanhar na Imagem 19:

Imagem 19 – Carta da Casa de Cajazeiras –PB (1953).



O trabalho missionário continua a ser feito com entusiasmo, apesar da terrível crise que assola o sertão. Com boa vontade verdadeiramente heróica da parte de algumas, foi conseguida a quantia de R\$ 23 000,00, distribuída entre Missões, Vocações pobres e construção do Seminário Diocesano. Deve salientar-se aqui o trabalho das alunas da Escola Gratuita, que, tirando muitas vezes de sua pobreza, conseguiram a valiosa importância de R\$ 2 100,00.

O ginásio continua a receber do Governo Estadual a subvenção anual de R\$ 18 000,00, e a Escola Gratuita R\$ 2 400,00. Esta também é contemplada pela Prefeitura Municipal com R\$ 6 000,00. Como auxílios extraordinários, tivemos: federal, para o ginásio, R\$ 60 000,00; estadual, para Escola Gratuita, R\$ 5 340,00. O Sr. Antônio Rolim, irmão de nossa Madre Rolim (Otácia), doou-nos boa parte de seu terreno, para necessária ampliação de nosso quintal.

Em ação de graças por tantos benefícios recebidos, foi cantado, como encerramento do ano, um fervoroso Te Deum.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife-PE.

Também era fato corrente no CNSL a visita da Madre Provincial e do Fiscal do Estado, estas visitas faziam parte do processo de acompanhamento, regulação e certificação da instituição educativa que apesar de seguir a Pedagogia de Paula Frassinetti estava sujeita as normas e diretrizes da política nacional de educação, como também deveria organizar o currículo de acordo com as diretrizes estabelecidas para as escolas normais e secundárias do Estado. Na Carta da Casa de Cajazeiras de 1935 (1935, p. 2) há uma referência da presença do fiscal do estado, conforme relatado na mencionada Carta. “Em maio, os concursos do Curso Normal foram feitos como de costume com a assistência do Sr. Fiscal do Estado”. Este acompanhamento atendia os preceitos legais instituídos com a reforma do ensino normal.

2.3.1 O CNSL: uma prestigiosa instituição educativa e algumas das suas egressas

O Colégio, como já mencionado anteriormente, desde a sua fundação, gozou de grande prestígio junto à comunidade cajazeirense, bem como das autoridades estaduais e nacionais. As

visitas eram constantes, tanto de representantes do governo e da igreja como de jornalistas, professores e estudantes de outras cidades e de outras regiões. Na Carta da Casa de Cajazeiras de 1931 consta o seguinte relato:

O Collégio durante o anno tem recebido muitos ilustres visitantes, os quais quer com palavras e quer com artigos nos jornais tem sempre manifestado a boa impressão de que o Collégio é um luzeiro no meio do Sertão pela educação que vai dando as jovens sertanejas como pela formação de coração. Bendito seja deus que nos seus rasgos de infinita bondade permite que possamos fazer algum bem a estas alunas dando-lhe glória e levando-lhe almas e ao nosso instituto Santo a coroa que merece depois de tantos sacrificios sustentado pela nossa santa fundadora desde o começo (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1931, p. 6).

Em 1933 o presidente Getúlio Vargas em sua viagem a Paraíba para vistoriar as obras de construção das barragens, dedicou um tempo de sua passagem de dois dias pela região do Piranhas para conhecer o Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras, fato que ficou registrado na Carta da Casa de Cajazeiras de 1933. Leiamos um trecho por nós selecionado:

No dia 16 de setembro, o nosso humilde colégio recebeu a honrosa visita do Exmos. Sr. Dr. Getúlio Vargas presidente da República, o Ministro José Américo e o Ministro da Agricultura Juarez Távora e oficiais subalternos em número de 24, Suas Excias. vieram acompanhados do Exmo. Mons. Gervásio Coelho, digníssimo Vigário Capitular e autoridades locais. Saudou o Governo provisório em nome do corpo docente e discente, uma aluna do terceiro ano (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1933, p. 4).

A visita do Presidente da República demonstra a importância que era dada aquela instituição escolar e religiosa que na verdade não era apenas de Cajazeiras, mas de toda uma região e estados vizinhos. Considerando também que a década de 1930 se configurava como um período de importantes mudanças políticas e econômicas, mas também de grandes mudanças na educação com as ideias dos Pioneiros da Educação Nova, que sinalizavam uma renovação no sistema educacional e preconizavam a “função essencialmente pública da educação, escola única, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação (SAVIANI, 2013, p. 245). Fato que provocaria reações em razão do antagonismo de ideias entre católicos e reformados. Nesse sentido, a visita de Getúlio Vargas ao CNSL se revestia de uma ação política pensada e planejada, visando muito provavelmente amortecer e minimizar os conflitos acerca dos rumos que deveria tomar a organização escolar pública e privada, especialmente as confessionais.

De forma também elogiosa e enaltecedora o redator *do Jornal a Imprensa*, órgão vinculado à Diocese da Paraíba, em sua edição de 12 de agosto de 1934, teceu os seguintes comentários sobre a instituição:

Nesse espaço de 6 anos a obra das filhas de Paula Frassinetti vem se desenvolvendo a contento de todos. Alfabetizando e educando a mulher sertaneja, fornecendo-lhe ainda mais uma atividade profissional, as Dorotéias estão dilatando de sertão a dentro uma das obras educativas de maior alcance no Estado. Empregando a educação de um profundo sentido religioso, o Colégio vem sendo em Cajazeiras a lareira conservadora do patrimônio moral da família sertaneja (A IMPRENSA, 12 ago. 1934, p. 1).

Como já mencionado anteriormente todo ano o Colégio recebia visitas. Na Carta de 1935, por exemplo, há um outro relato sobre a visita de alunas de outras escolas/colégios, desta feita do Colégio João Pessoa de Campina Grande. Acompanhemos:

Em setembro o Collegio recebeu a visita do 4º ano Normal do Instituto Pedagógico João Pessoa de Campina Grande. Vieram as alumnas do Director e professores, fazendo uma excursão pelo sertão. As normalistas Campinenses visitaram as classes e mais dependências do Collegio, ficando agradavelmente surpreendidas, pelo arranjo das classes e da casa dado a hora e a surpresa da visita 7½ da manhã. Foram-lhes apresentados os trabalhos didactos das nossas 4º annistas, que foram muito apreciados. As nossas educandas offereceram-lhes vários números da “Acção Collegial”. Depois de varias provas orpheônicas as nossas alumnas foram até a portaria onde se despediram (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRA, 1935, p. 4).

Encontramos também nas Cartas registros de visitas dos interventores e governadores do Estado da Paraíba na instituição. Elas também ocorriam durante a realização das festas de colação de grau. Há também os registros da presença do Inspetor do Estado nos concursos anuais para o ingresso das normalistas no curso normal.

O mês de agosto de 1936 ocorreu a visita de alunas do Crato-CE e do Governador da Paraíba Argemiro de Figueiredo, assim relatado na Carta daquele ano.

No dia 5 de agosto estiveram em visita ao Collégio as diplomadas da Escola Normal do Crato acompanhada de sua Diretora. Organizaram-se jogos de bola pelas nossas alumnas que muito agradaram. Saíram todas muito impressionadas, deixando também uma boa impressão. No dia 21 o Collegio recebeu a visita do Sr. Governador do Estado, acompanhado de numerosa comitiva. Ao chegar foi saudado por uma alumna do 4º anno, agradecendo o que tem feito pelo nosso Collegio. S. Excia. Cujá emoção deixou transparecer respondeu terminando com as palavras seguintes: “a mim é que cumpre agradecer o que o Collegio tem feito em Cajazeiras, disse S. Excia, notei entre as moças o bem que o Collegio tem proporcionado. Em seguida visitou todo o Collegio parecendo está satisfeito (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRA, 1936, p. 7).

Para o CNSL, uma relação amistosa com as autoridades constituídas revestia-se de importante significado, contudo, não podemos deixar de mencionar o jogo de interesses que envolvia aquela relação. O Colégio contava com as subvenções Estadual e Federal para manter um equilíbrio financeiro ao mesmo tempo em que suprimia uma necessidade do setor público que naquela época pouco investiu em escolas secundárias, e eram ainda poucas àquelas que se destinavam a formar professoras normalistas para assumirem a salas de aula. Por conseguinte, devemos atentar para o fato de que no interior paraibano naquele período, o pensamento conservador e as ideias elitistas de uma educação para apenas parte da população ainda reinavam, o que colocava o Colégio numa posição de destaque e como benfeitor social, uma vez que também fundou a Escola Nossa Senhora de Fátima, - a “Escola de Pobre”, procurando assim amenizar o *déficit* escolar das camadas pobres da sociedade cajazeirense e ao mesmo tempo servindo como uma espécie de “justificativa” ou de “contrapartida” para receber subsídios do poder público.

Para finalizar este capítulo desejamos tecer algumas breves reflexões acerca de algumas egressas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, de Cajazeiras que atuaram como professoras nas escolas públicas paraibanas. Inicialmente vale ressaltarmos, considerando as fontes até aqui acessadas, que um número reduzido de normalistas formadas no mencionado Colégio seguiram a carreira do magistério e se dedicaram a educação no setor público, conforme podemos observar no Quadro 6.

Quadro 6 – Professoras egressas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes que atuaram em escolas públicas

Nome da professora	Ano de conclusão do curso normal	Atuação em instituições públicas
Maria Júlia de Sousa	1929	Grupo Escolar Poeta Constantino Cartaxo – Cajazeiras-PB
Honorina Tavares de Melo	1929	Grupo Escolar Monsenhor João Milanês-Cajazeiras
Maria da Conceição Freitas	1934	Grupo Escolar Joaquim Távora em Antenor Navarro (São João do Rio do Peixe).
Aureolina Vieira Fonseca	1934	Piancó-PB
Eunice Rodrigues Moura	1934	Grupo Escolar José Leite. Conceição-PB
Angelina Tavares de Melo	1934	Grupo Escolar Monsenhor João Milanês-Cajazeiras
Rosa Mendes Meire	1935	Cajazeiras-PB
Aldenora Almeida Palitot	1936	São José de Piranhas
Maria Dirce Lacerda	1936	Grupo Escolar Joaquim Távora e Grupo Escolar Monsenhor Milanês em Cajazeiras-PB
Antonia Leitão Neta	1939	São José de Piranhas e Catolé do Rocha

Quadro 6 – Professoras egressas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes que atuaram em escolas públicas

Nome da professora	Ano de conclusão do curso normal	Atuação em instituições públicas
Darci Cartaxo de Sá	1939	Escola Dez de Julho; Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Sousa-PB
Valmira Meireles	1940	Grupo Escolar Monsenhor João Milanês
Nilza Alencar Soares	1941	Foi professora nos municípios de Piancó, Conceição, Princesa Isabel e Alagoa Nova-PB.
Rosilda Cartaxo	1941	Lecionou no Grupo Escolar Joaquim Távora, no município de São João do Rio do Peixe, onde permaneceu como professora até 1947. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
Nicéia Fernandes Claudino	1942	Colégio Dom Moisés Coelho-Cajazeiras
Maria do Socorro Fernandes Claudino	1942	Grupo Escolar Jovelina Gomes, Uirauna-PB
Maria Salomé Leitão	1942	Cajazeiras-PB
Jesuíta Campos	1942	São José de Piranhas
Maria do Socorro David	1942	Grupo Escolar Monsenhor João Milanês
Carmelita Gonçalves da Silva	1943	Grupo Escolar Monsenhor João Milanês. Cajazeiras-PB
Idelzuith Gomes de Sá	1944	Professora em Antenor Navarro hoje (São João do Rio do Peixe)
Lindalva Claudino Fernandes	1944	Professora em Cajazeiras-PB
Adalgisa Genuino de Sousa	1944	Bonito de Santa Fé-PB
Maria Elita de Oliveira	1945	Professora e Santa Cruz-PB
Maria Nazareth Lopes	1946	Colégio Dom Moisés Coelho
Maria Dolores de Lira	1956	Grupo Escolar Monsenhor João Milanês. Cajazeiras-PB
Francisca Zélia Ribeiro	1959	Colégio Dom Moisés Coelho
Inácia Ilma Braga	1959	Colégio Dom Moisés Coelho
Maria do Socorro Lima	1959	Colégio Comercial Monsenhor Constatino Vieira da Costa e Colégio Cristiano Cartaxo Rolim, em Cajazeiras – PB
Mari Ceci Germano Lustosa	1959	Professora em Cajazeiras
Maria do Rosário Gadelha Sarmento	1961	Colégio Estadual em Cajazeiras
Maria Luci Assis Dias	1961	Escolas Públicas na Capital João Pessoa

Fonte: Adaptado de Cunha (2000), além dos seguintes sites: <https://www.coisasdecajazeiras.com.br/>; <http://cajazeirasdeamor.blogspot.com/>; <https://www.diariodosertao.com.br/>

No período de 1928 a 1961, que marca o recorte temporal desta pesquisa, foram diplomadas 339 normalistas, desse total apenas 32 (trinta e duas), tornaram-se professoras de escolas públicas, especialmente em grupos escolares e em algumas outras escolas estaduais

localizadas no município de Cajazeiras e em outras cidades circunvizinhas paraibanas. Esse total corresponde a um pouco menos de 10% do universo de professoras que concluíram o curso. Todavia, é importante considerarmos que um número significativo de alunas matriculadas no CNSL tinham a sua origem nas cidades/localidades de outros estados da região Nordeste, tais como: Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Nesse sentido, não temos até o momento como averiguar quantas egressas do mencionado Colégio passaram a atuar em escolas públicas em suas regiões fora dos limites territoriais paraibanos.³⁵

Conforme já analisado anteriormente a maioria das jovens normalistas eram originárias de grupos de famílias tradicionais do município de Cajazeiras e da região circunvizinha. Esse aspecto pode ser aferido observando o sobrenome das professoras. Também temos conhecimento que parte dessas ex-alunas do CNSL eram filhas de comerciantes, de fazendeiros, de funcionários públicos e de políticos.

Temos também que considerar que o *espírito de uma época* fazia com que os ideais de inovações e de modernidade povoassem, mesmo aquelas famílias que viviam assentados em princípios morais e comportamentais tradicionalistas e conservadores. Assim, já não era mais possível manter as suas filhas no mesmo grau de ignorância e de isolamento que viviam até então, era necessário uma redefinição social em relação a educação feminina. Segundo análise realizada por Manoel, (1996, p. 22) ao discorrer acerca da educação no contexto da urbanização e modernização do país aponta que:

Tornava-se necessário, diria até imperioso, que as mulheres soubessem ler, escrever, conversar, que conhecessem ao menos por informação, um pouco do mundo situado além dos muros de suas casas e das paredes das paróquias mais próximas. Em outras palavras, era necessário educar e cultivar as jovens (MANOEL, 1996, p. 22).

Assim sendo, partindo dessas inferências e procurando elucidar o papel das egressas do CNSL, verificamos que no período aqui em estudo, na cidade de Cajazeiras foram inauguradas novas escolas públicas. Em 1931 no governo do Interventor Antenor Navarro foi criada a Escola Desembargador Boto que se destaca como a escola pública mais antiga de Cajazeiras e, em 1933 no governo do interventor Gratuliano de Brito, foi inaugurado o Grupo Escolar Monsenhor João Milanês, que se constituiu ao longo do tempo como uma das mais importantes escolas da cidade, onde estudaram alunos(as) dos mais diversos segmentos sociais, ou seja,

³⁵ Segundo estudo realizado por Cunha (2000, p. 167-195), das 91 educandas identificadas pelo autor no período em estudo apenas 32 exerceram a profissão em Cajazeiras e cidades vizinhas e as demais normalistas citadas pelo autor contraíram matrimônio com promissores homens de negócio, políticos, fazendeiros e funcionários de altos postos do governo.

desde crianças originárias das tradicionais famílias cajazeirenses até as de origem mais popular. Essas duas instituições se destinavam apenas ao ensino primário e somente em 1951 no Governo de José Américo de Almeida foi criado o Colégio Estadual Dom Moisés Coelho, entretanto, foi em 1961 que o ensino ginasial passou a ser ofertado pela escola pública, quebrando a hegemonia dos colégios particulares de ensino.

Infelizmente, não poderemos nesse momento tecer maiores discussões sobre essas egressas uma vez que ainda não foram realizados estudos sobre essas professoras, com exceção dos estudos publicados por Sousa (2010) e Guimarães (s/d), que escreveram sobre as professoras Carmelita Gonçalves da Silva e Rosilda Cartaxo. Vale, portanto, a sugestão para que essas professoras sejam estudadas no sentido de contribuir com a ampliação do processo de construção da história da educação paraibana.

Procuramos neste segundo capítulo apontar o itinerário organizacional mais ampliado, considerando, inclusive o rápido prestígio sócio-cultural e educacional conquistado pelo Colégio Nossa Senhora de Lourdes, localizado em Cajazeiras-PB, sem, contudo, ainda nos determos nos aspectos relativos a pedagogia e à sua *cultura escolar*, aspecto esse que nos deteremos na segunda parte deste estudo.

SEGUNDA PARTE

OS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DOROTEAOS E A CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

CAPÍTULO III

PRESCRIÇÕES EDUCATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE “*MESTRAS*” DOROTEANAS

3.1 Princípios da pedagogia de Paula Frassinetti

A pedagogia como ciência se preocupa com os processos de ensino e assegura um conjunto de meios para o desenvolvimento educativo. Quando situada no âmbito da educação religiosa assegura a adequação de objetivos e de conteúdos voltados para a formação dos indivíduos numa perspectiva cristã, invariavelmente assentada no Evangelho. Para tanto, os objetivos gerais procuram fortalecer o sentido da abnegação nas práticas cotidianas no ambiente escolar.

Nesse sentido, a pedagogia que rege o ensino doroteano tem como base fundamental a formação calcada na virtude e na dedicação para com a igreja. Esses princípios servem tanto para ensinar as/os alunas/os, quanto para orientar as/os professoras/es principais responsáveis pelo ensino e pela organização da escola. Eles, portanto, asseguram as bases morais nos colégios.

O sistema pedagógico das instituições fundadas por Paula Frassinetti não foi estabelecido de forma objetiva nas suas *constituições*³⁶. Na verdade ele foi sendo tecido a partir das *mensagens* e atitudes expressas na forma de ser e de agir, não raras vezes adequando-se a cultura de sua época e lugar, sem, contudo, deixar de seguir alguns requisitos que eram universais. Contudo, não podemos desconsiderar que o seu sistema pedagógico foi sendo estruturado a partir das compilações a partir das *constituições* elaboradas de Paula.

Segundo Almeida (2000, p. 21), Paula não era uma pedagoga, Paula foi uma educadora que buscou aprimorar seus conhecimentos assentados na fé, no amor, no diálogo e na paciência. Dessa forma, a sistematização de sua prática educativa é denominada “intuição pedagógica” e não a pedagogia sistematizada em teoria e voltadas para situações específicas, sua intuição é baseada em princípios e valores universais que transcendeu os séculos e foi aplicada no CNSL no século XX. Nesse sentido, Carvalheira (1963, p. 128) destaca:

³⁶ Regras elaboradas por Paula Frassinetti para as congregações das Dorotéias.

Faltavam, sem dúvida, a Paula o preparo de uma cultura filosófica, a competência de um cabedal científico, o adestramento de uma habilitação técnica. Nem filósofa, nem cientista, nem técnica de educação. Mas possuía aquilo que na educação é a seiva interior de tudo isso: a intuição pedagógica, resultado de clarividência e amor, que leva a filosofia para a vida, e salva a ciência e a técnica do tédio irremediável das aplicações frias (CARVALHEIRA, 1963, p. 128).

Dessa forma, a pedagogia de Paula ecoava dos seus desígnios e da sabedoria do Evangelho tornando-a apóstola da educação. “Havia em Paula a educadora nata, a mulher talhada para os graves misteres pedagógicos, o segredo de uma personalidade irradiante, capaz de suscitar valores e acordar talentos” CARVALHEIRA (1963, p. 128).

Para a concretização de seus ideais Paula estabeleceu as seguintes virtudes pedagógicas necessárias ao educador: o **diálogo**, o **testemunho**, a **humildade**, a **amorosidade** e **paixão** e, finalmente, a **coragem**.

O **Diálogo** é considerado pelas doroteanas o eixo vertebral da relação humana, consiste na criação de situações dialógicas fundamentais no processo de aprendizagem que permitem o conhecimento da realidade do educando. A relação dialógica rompe com a acomodação e estimula o desenvolvimento. Almeida (2000), compreende que o diálogo, a partir das premissas de Paula, configura-se como uma estrutura fundamental para a abertura do novo ao mais ideal.

O diálogo é a condição da educação e é, igualmente, a condição do encontro do homem com natureza e com Deus. O diálogo é a transcendência, porque só existe diálogo se há o “outro” com quem dialogamos e, por isso, somente pelo diálogo poderemos entrar em comunhão e ampliar nossos horizontes (ALMEIDA, 2000, p. 7).

Considerando que as intuições pedagógicas de Paula foram instituídas há mais de um século quando atendia as especificidades de uma época, elas atravessaram o tempo, o continente europeu e se perpetuaram nos institutos educacionais em vários países. Assim, o **diálogo** é o “ponto desafiador que deve ser encarado, inclusive, como forma de crescimento que não deixa enveredar pelo caminho da acomodação, sinalizando para a incompletude que vai impulsionar para buscas constantes de crescimento” (COSTA et al., 2002, p. 27).

Paula Frassinetti manteve uma correspondência ativa com todas as irmãs dos institutos como mecanismo da construção de um projeto dialógico, se fazendo presente e participando ativamente dos encaminhamentos necessários para a organização das instituições do seu tempo.

O **Testemunho** para Paula Frassinetti é o fundamento que orienta a ação do educador, o exemplo para as suas ações cotidianas. É o cerne que conduz a convicção acerca da justiça, da liberdade, da defesa dos mais fracos, da seriedade, da humildade e da fé. Nessa perspectiva é

necessário que o educador doroteano esteja intimamente comprometido com estes valores, pois são eles que fortalecessem e dão credibilidade às suas práticas pedagógicas. Assim, ressaltam Costa et al. (2002, p. 32), “Quanto mais vivemos aquilo que ensinamos, mais credibilidade junto aqueles a quem ensinamos e com os quais também aprendemos. Validamos ou legitimamos as ideias transmitidas na medida em que fazemos uso delas em nosso dia-a-dia”.

A **Humildade** é a base para a construção de relações fraternas, solidárias e cooperativas. Essa virtude deve ser, segundo Paula Frassinetti, cultivada no cotidiano tanto na vida pessoal quanto na escolar, uma vez que sustenta uma aprendizagem segura e respeitosa. Ainda nos apropriando dos escritos de Costa et al. (2002, p. 32), os mesmos realçam que:

A beleza da humildade está na compreensão de nossas limitações, recuando quando for o melhor a fazer. Portanto, exclui-se a ostentação ou o auto-enaltecimento. É preciso agir de modo a dar aos outros a oportunidade de reconhecerem o nosso valor. A superioridade traz consigo a revelação de uma insegurança, que reprimida ou oculta, faz emergir uma personalidade com mínima autoconfiança, fazendo da ostentação ou arrogância ‘ruído’ para esconder as falhas, as fragilidades ou limitações pessoais (COSTA et al., 2002, p. 32).

Na concepção de Paula Frassinetti a humildade era o cerne de uma relação que colocava o aluno e o/a professor(a) na condição de igualdade, atendendo com bom senso para compreender as situações inusitadas, possibilitando construções enriquecidas de ideias formadoras. Por isso em sua Carta (678,4) escreveu: “Deus abençoa com bênçãos especiais os humildes que, desconfiando de si mesmos, aceitam de bom grado os conselhos dos outros”. Em suas considerações, Paula revela seu entendimento de que a humildade é uma importante virtude do perfil do educado-evangelizador.

Lopes (2017, p. 76), analisando o manual das *Filhas da Caridade* que apresenta as qualidades e as virtudes de uma professora, destaca a humildade como qualidade cristã, uma virtude que revela o seu compromisso com a educação, é sabedoria que promove a auto avaliação, “combate o orgulho e é assídua companhia da modéstia”. Os manuais para formação da educadora cristã se aproximam no que se refere as concepções, determinações e regras para uma educação regeneradora, neles as mestras deveriam extrair os ensinamentos para sua missão tanto no que se refere ao desenvolvimento das inteligências como na prática das virtudes cristãs.

A **Amorosidade e paixão**, é uma outra virtude pedagógica ressaltada por Paula Frassinetti. Trata-se de um sentimento que mobilizava e encorajava aqueles impregnados por uma disposição afetiva, revelando-se como importantes auxiliares dos processos geradores de aprendizagem. Na sua concepção, os processos de ensino conduzidos com amor favorecem a uma aprendizagem fraterna, tornando a relação entre o/a educador(a)-educando(a) de

confiança, respeito e solidariedade. Segundo Costa et al. (2002, p. 43), a amorosidade se apresenta de diferentes modos:

Por atitudes equilibradas no relacionamento, concorrendo para a harmonia entre a afetividade e a razão. É o que fica evidente na intuição que exorta a suavidade e a firmeza presente nas correções quando forem necessárias, ocorrendo natural e saudavelmente dentro da rotina diária, oportunizando um crescimento baseado na presença de um educador democrático e amoroso, que corrige seus alunos com atitudes prudentes (COSTA et al., 2002, p. 43).

A concepção de amorosidade de Paula Frassinetti ultrapassou os tempos e consolidou-se em práticas diárias nas escolas doroteanas, que desenvolveu a ideia de que quando o processo ensino-aprendizagem é conduzido com amor por quem o faz e para quem faz fluir significativamente, assim o fazer pedagógico oportuniza uma aprendizagem fraterna em que o diálogo e a humildade compõem os elementos de valorização do educando.

Por último, Paula Frassinetti instituiu a **coragem** como uma significativa virtude para o educador, por considerar que para vencer os temores na busca das conquistas, a coragem conduz a busca do novo sem temor.

A coragem se configurava como uma exigência na superação dos temores frente a tarefa de dispersão pelo mundo, enfrentando os conflitos, adequando propostas e metodologias nos diferentes contextos históricos, políticos e sociais. Para Paula Frassinetti “é educador aquele que assume a tarefa de vislumbrar e efetivar a justiça através da educação”.

Assim, a coragem era um requisito indispensável para aquelas irmãs que com humildade e ousadia colocaram em prática um projeto educativo que evidenciava a capacidade do educando, ou seja, despertando-o para o desenvolvimento de suas competências e percepção do valor de cada um.

Senne e Costa (2010, p. 200), destacam um trecho da Carta 303, de 27 de agosto de 1867, de Paula Frassinetti para a Mestra Geral do Recife na qual pregava a pedagogia do encorajamento, ressaltando as virtudes da coragem, confiança e generosidade: “Coragem, minha querida Irmã Virgínia: é grande e forte, não queira por caridade abrigar no seu peito um coração pequeno, mas procure dilatá-lo quando puder!”

A prática do/a educador(a) doroteano/a com atitudes baseadas em princípios e valores universais orientou as ações pedagógicas que se estenderam às paróquias, aos centros pastorais e para as comunidades. Segundo Soares (2016, p. 194) “a via do coração e do amor e a firmeza temperada com a suavidade são núcleo da pedagogia de Santa Paula e da tradição educativa das

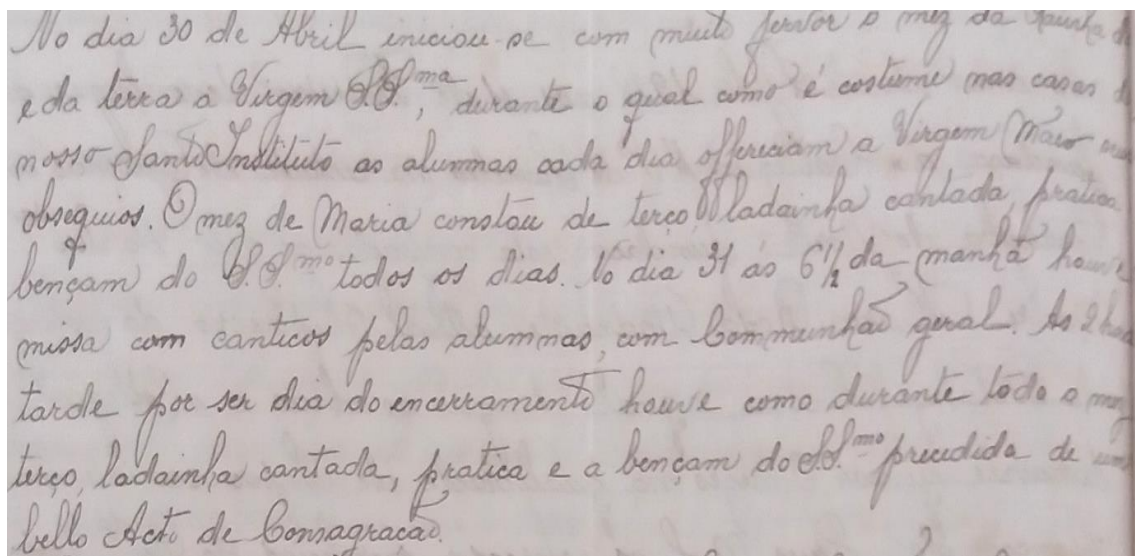
Irmãs Doroteias”. Essa concepção pedagógica de Paula é explicada nas cartas, das quais o autor apresenta os seguintes trechos:

[...] ‘pela via do coração e do amor pode conseguir-se tudo ... mas um pouco de cada vez’ (C. 663,6). ‘Conquiste os corações com a caridade e bons modos, e esforce-se, com muita suavidade para que se cumpram as regras [...]’ (C.758,4). ‘Faça sempre as suas correções com benignidade e brandura [...]’ (C. 801,60). ‘A firmeza seja sempre temperada com a suavidade nos modos e nas palavras’ (C. 801,14). ‘A Mestra Geral do Colégio [...] terá para com todas [alunas] um coração de mãe, e procurará ganhá-lhes a confiança com suavidade, bondade e justiça’ (CARTA... 51, 273 *apud* SOARES 2016, p. 194).

No Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras, as ações foram pautadas nesses princípios norteadores estabelecidos pela fundadora da Congregação. Da Carta da Casa de Cajazeiras de 1937 destaquei a seguinte passagem: “Toda a comunidade era empenhada na observância regular, notando-se o esforço de cada uma no cumprimento do dever, sendo que neste ponto o esforço das irmãs era duplicado dada a deficiência de mestras e o grande número de alunas.” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1937, p. 1).

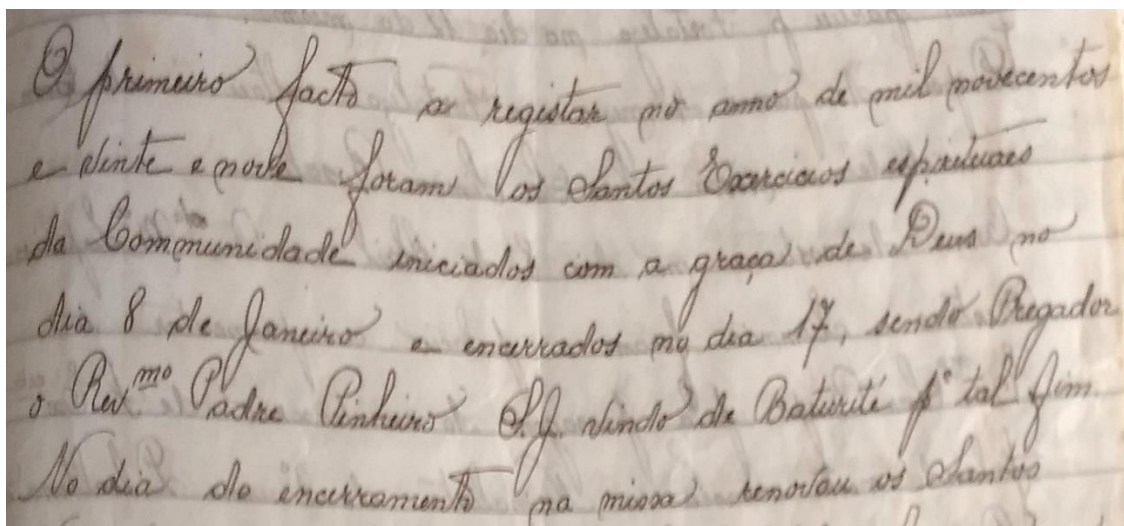
Senne e Costa (2010, p.199) apontam que além da formação intelectual, a formação espiritual das irmãs era para Paula Frassinetti um ponto essencial na preparação para assumirem o papel de *mestras*. Esse aspecto, pode ser observado, por exemplo, em três trechos que selecionamos das Cartas da Casa de Cajazeiras que relatam as atividades religiosas como arcabouço fundamental da instituição, ou seja, como parte da formação espiritual. Observemos as Imagens 20, 21 e 22.

Imagem 20 – Carta da Casa de Cajazeiras (1928, p. 2).



Fonte: Arquivo da Província Nordeste-Recife-PE.

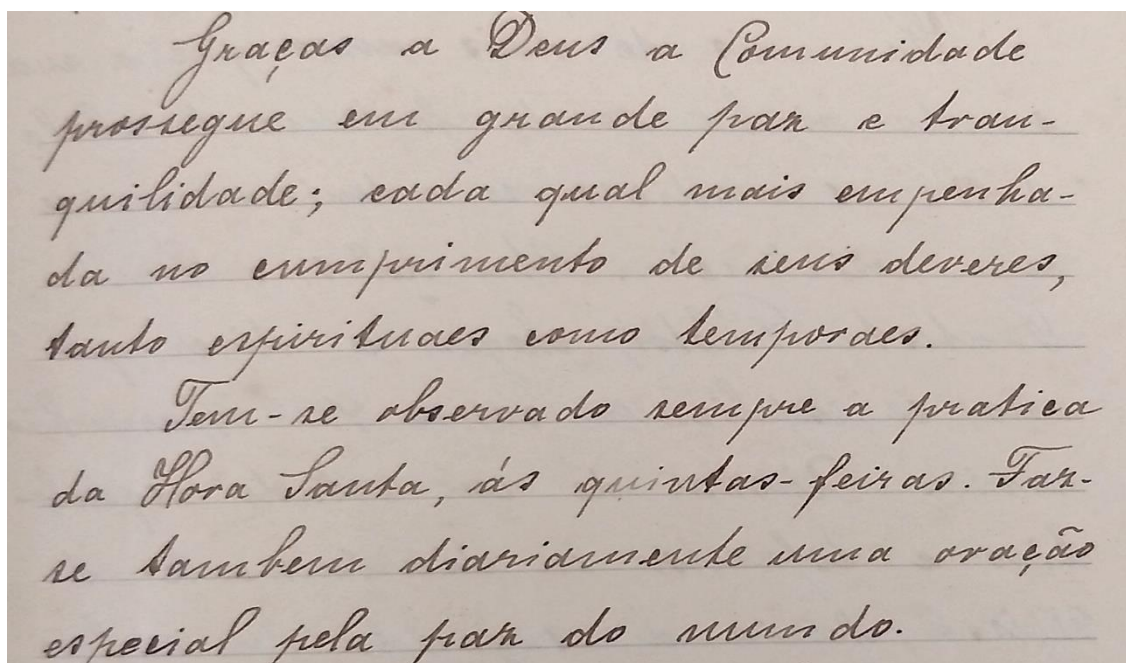
Imagem 21 – Carta da Casa de Cajazeiras (1929, p. 1).



O primeiro facto a registar no anno de mil novecentos e vinte e nove foram os Santos Exercícios espirituaes da Comunidade iniciados com a graça de Deus no dia 8 de Janeiro e encerrados no dia 17, sendo Pregador o Rev^{mo} Padre Pinheiro O.F.M. vindo de Baturité p^o tal fim. No dia de encerramento na missa renovou os Santos

Fonte: Arquivo da Província Nordeste-Recife-PE.

Imagem 22 – Trecho da Carta da Casa de Cajazeiras – (1940, p. 2)



Graças a Deus a Comunidade prossegue em grande paz e tranquillidade; cada qual mais empenhada no cumprimento de seus deveres, tanto espirituaes como temporaes.

Tem-se observado sempre a pratica da Hora Santa, ás quintas-feiras. Faz-se tambem diariamente uma oração especial pela paz do mundo.

Fonte: Arquivo da Província Nordeste-Recife-PE.

A forma de conduzir o projeto educativo pautado numa formação espiritual, não encontrou dificuldade junto as alunas ou familiares, uma vez que o Colégio Padre Rolim, equiparado a Escola Normal, que fora entregue a direção da Congregação doroteana era uma escola da Diocese e seus mestres eram em sua maioria padres que mantiveram uma rotina espiritual no Colégio. Assim, quando as irmãs Doroteias assumiram a direção do Colégio as ações religiosas foram intensificadas, todavia passaram a ser fundamentadas na Pedagogia de Paula Frassinetti.

A pesquisa documental nos arquivos da Província do Nordeste nos pôs em contato com livros e documentos produzidos sobre a Pedagogia de Paula Frassinetti que foram prescritos para serem vivenciados nos colégios que a Congregação administrava. Sua proposta pedagógica consistia numa orientação em que a fé era a grande propulsora de sua existência institucional. Sobre esse aspecto, Oliveira (1982a, p. 5), ressalta que,

Uma vez situada a educadora Dorotéia numa linha de fé, por ter sido vocacionada para educar em Jesus Cristo, Paula em dois breves trechos do Evangelho define e identifica a dorotéia como “Instrumento de Misericórdia” e coloca a educação ante ela como “Depósito Sagrado” que é confiado por Jesus Cristo para ajudá-la a atingir a idade perfeita nELE (OLIVEIRA, 1982a, p. 5).

Nessa perspectiva as suas seguidoras, inclusive, as suas futuras *mestras*, eram preparadas e vocacionadas para assumirem plenamente durante o seu processo de formação o compromisso de que as suas aulas seriam ser efetuadas com responsabilidade, em que a fé e a ciência se unissem no sentido da construção de uma moral cristã. Dutra (1938, p. 6), nos seus escritos reforça essa ideia central quando realça o papel que a *mestra* tinha no projeto doroteano. Acompanhemos: “As famílias precisam de anjos, a Pátria de heroínas, a igreja de santos. Só o coração de uma mestra e a força de uma oração podem forjar estas três potências que hão de ser as energias regeneradoras da sociedade moderna”.

Esse pensamento era partilhado pelas *mestras*, inclusive pelas normalistas, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras, uma vez que na rotina do trabalho com as suas alunas eram desempenhadas atividades que visavam integralizar as forças propulsoras para uma formação eficiente e condizente com os objetivos da Congregação. Em 1946, a Madre Matilde relatava na Carta da Casa de Cajazeiras, atos de fé e de disciplina imputadas as alunas do mencionado Colégio.

Não faltaram as alunas auxílio a sua vida de piedade. Ao ensino do Catecismo e H. Sagrada foi dispensada toda atenção que merece, dedicando-se as mestras em tornalo atraente, e fazer compreender as alunas em sua máxima importância. O êxito destes esforços foi constatado nos exames de junho e outubro, cujos resultados muito nos consolaram. Na festa de colação de grau foram distinguidas três professorandas, com a faixa de distinção em catecismo. Outras alunas do 3º ano Normal foram premiadas (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1946, p. 2).

Vale, por fim, destacar que esses princípios mais gerais eram compartilhados por todas(os) aquelas(es) que faziam parte do meio educacional, regido por católicos, durante as primeiras décadas do século XX. Entretanto, nos parece que para as educadoras/*mestras* doroteanas, formar as alunas, preparando-as para exercerem atividades que viessem a fortalecer

a “família, a pátria e a igreja”, foi uma das grandes tarefas que assumiram ao se instalarem na cidade Cajazeiras. Assim, tendo apontado os princípios pedagógicos produzidos por Paula Frassinetti passamos agora a analisar mais detidamente os aspectos relativos à formação da “*mestra*” doroteana.

3.2 A formação da “*mestra*” doroteana guiada pela fé

O entendimento sobre o fenômeno educacional e a formação de professor que marcaram a história da educação na trajetória das “*mestras*” doroteanas no século XX no Brasil esteve em consonância com os objetivos pautados nas propostas mais gerais da Igreja Católica. Todavia, aplicaram metodologias e estratégias de ensino que regra geral, primavam por uma formação conservadora, adequando-se às necessidades culturais impostas pelo espaço/lugar social e momento histórico.

A formação de professores(as) na concepção de Guimarães (2004) se faz em conexão, entre o processo de profissionalização e a construção de identidade, todavia é na dinâmica social do seu trabalho, ou melhor, de sua prática que a mesma se formaliza. Na realização das atividades docente se desenvolve uma ação que na medida em que instrumentaliza o ensino define-se a função social da escola. Nesse sentido, Pimenta (1999, p. 19), nos ensina que:

[...] a identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão do professor como as demais, emerge em dado contexto e momento histórico, como resposta a necessidades que estão postas pela sociedade, adquirindo estatuto de legalidade (PIMENTA, 1999, p. 19).

A identidade que vai se constituindo congrega princípios e métodos definidos dentro de uma realidade específica. Dessa forma, a formação das normalistas, sua prática educativa e a sua identidade, convergiam para os objetivos empreendidos pelas escolas dirigidas por congregações religiosas nas primeiras décadas do século XX que seguiam as orientações enunciadas pela Igreja Católica formando a/o professor(a) para exercer uma prática pautada nos princípios da fé.

A formação de educadores(as) nessa perspectiva se movimentava por dimensões mais amplas que se baseavam e se equilibravam numa interação sincrônica, cuja ação do(a) professor(a) incorporava a formação técnica, humana-interacional, ética e cultural. Segundo Vieira (2009, p. 60), a sincronidade relacionada a ação do(a) professor(a), é o movimento que integra conhecimento, competência e relações numa dinâmica onde ocorre simultaneamente

ações políticas, éticas, técnicas sociais e culturais. No que tange a formação do(a) educador(a) na ótica da cristandade, são incorporados ainda outras dimensões como abnegação e obediência que não são restritas as normas congregacionais.

No Brasil, muitos teóricos realizam pesquisas e estudos voltados para a formação de professores, contudo, para falarmos da formação da “*mestra*” doroteana cujas particularidades são definidas pelas regras estabelecidas por Paula Frassinetti, precisamos adentrar ao universo da instituição e nos apropriar de trabalhos que versam sobre essa temática basicamente circunscrito no âmbito da Igreja Católica e produzidos por estudiosos da instituição de Paula Frassinetti. Entretanto, para além das referências bibliográficas nos foi de fundamental importância consultarmos as Cartas além de outros escritos produzidos e/ou sobre Colégio Nossa Senhora de Lourdes - CNSL, existentes no Arquivo da Província Nordeste os quais nos revelaram o perfil da “*mestra*” almejada pela Congregação.

Segundo Oliveira (1982b), a formação das *mestras* doroteanas encontra-se definida na terceira parte da Constituição de 1851 que trata do sistema educacional e das regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia que foram aprovada pela Santa Sé naquele mesmo ano. Nela estão prescritos tanto o modo particular de conduzir o ensino, como também explicitam os direcionamentos para todos(as) àqueles(as) que demonstrassem aptidão para a vida religiosa. É necessário compreender que a missão educativa doroteana ia além da formação das *mestras* normalistas. Nesse sentido, em primeiro lugar estava o cuidado com a formação de servas fiéis e servidoras a Deus e ao Nosso Senhor Jesus Cristo, ou seja, deveriam cuidar da formação das irmãs “*mestras*”, no seu sentido mais ampliado. Assim, os métodos de ensino para esses dois objetivos eram justapostos se confundindo no que concernia aos seus ensinamentos e normatizações.

Oliveira (1982b, p. 19) no seu estudo apresenta o capítulo I da Constituição de 1851. Nela estão expostas as regras para a formação das aspirantes e das *mestras*:

[...] a Mestra de Estudo [é] encarregada de seguir e propiciar o estudo das irmãs a partir do 2º ano do noviciado e durante o aspirantado. “Ter-se-á o cuidado de discernir a maior ou menor aptidão que mostram nas diversas matérias do ensino, para aplicá-las, de modo particular àquelas em que possam ter êxito”. Cada seis meses deveriam fazer exames. Em todas as dificuldades no desempenho do magistério, as irmãs jovens deveriam recorrer a Mestra de estudo. Todavia na regra 3 – recomenda: “O primeiro e mais necessário de todos os meios é o cuidado da própria perfeição.” Se bem que coloque em primeiro lugar o cuidado pela própria perfeição para atrair as bênçãos de Deus sobre o próprio trabalho e sobre as obras do instituto – não permite o uso de exercício de devoção que prejudique a aplicação que devem dar aos estudos. Moderação e equilíbrio de governo (OLIVEIRA, 1982b, p. 19).

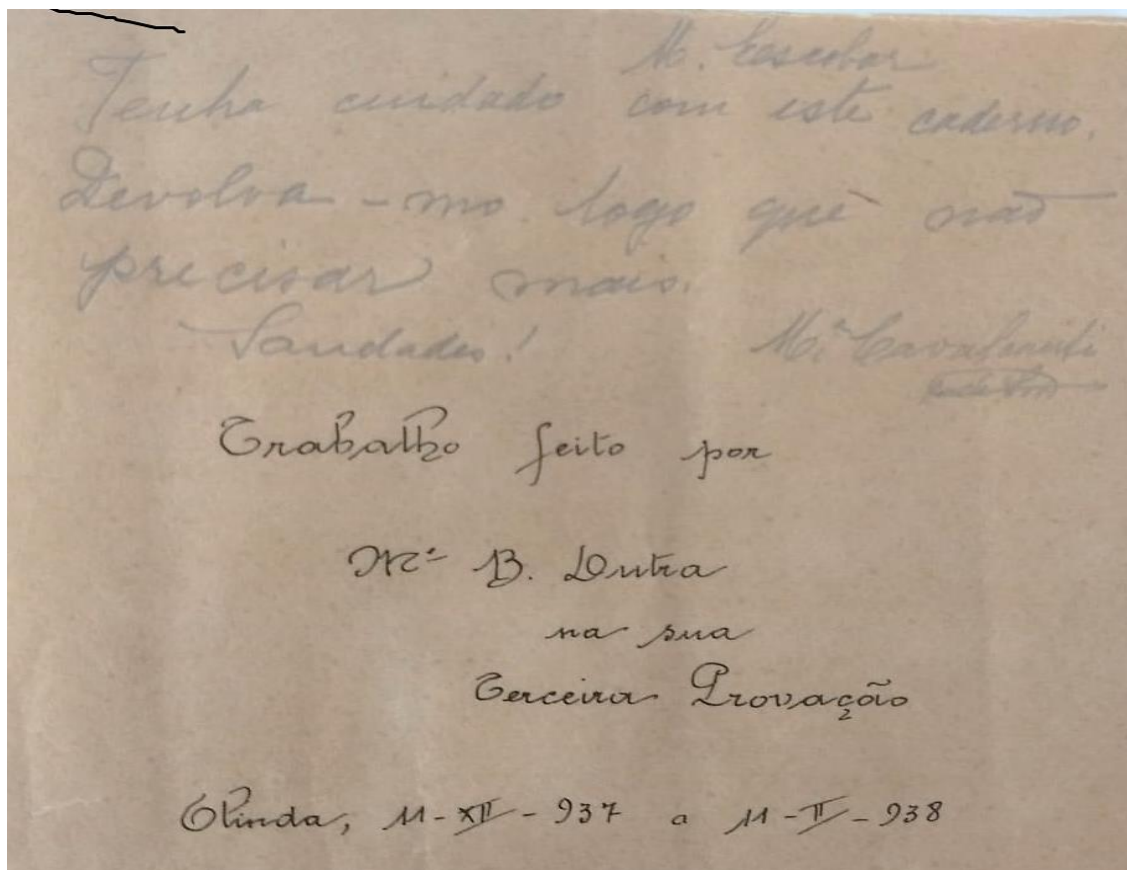
Nóvoa (1991, p. 522), ao tratar da formação de professores e profissão docente, tece considerações pertinentes quando destaca que ao longo do século XIX, período em que se consolidaram as instituições de educação dirigidas por congregações vinculadas a Igreja Católica a exemplo do Instituto Paula Frassinetti, a consolidação da imagem do professor esteve entrecruzada “ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência devida, tudo estava envolto numa aureola, algo místico de valorização das qualidade de relação e de compreensão da pessoa humana”. Essa foi uma das principais bandeiras do Instituto das Doroteias tanto no que se refere a educação das meninas, quanto a formação das *mestras* normalistas.

Nesse aspecto, um dos achados que nos chamou a atenção ao consultar os documentos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, foi a brochura intitulada *A Educadora conforme a pedagogia da Beata Paula Frassinetti*. Este trabalho foi escrito pela noviça M. B. Dutra durante os anos de 1937 a 1938, como requisito à sua formação e como postulante a consagração à vida religiosa. O trabalho da noviça foi apresentado a Madre Provincial que analisava e o integralizava como ferramenta na preparação das *mestras* que atuavam na educação de jovens e crianças. O manual foi organizado tendo como referencial teórico metodológico as Constituições escritas por Paula Frassinetti, cujas ideias e conceitos sistematizados se destinavam às intuições³⁷ pedagógicas. Porém, cumpre-nos destacar que nas cartas e constituições não estavam expostos apenas as orientações à formação espiritual. Paula Frassinetti sempre destacou a importância de uma preparação intelectual das *mestras* destacando que: “Para assumir uma classe, não é suficiente ser instruídas, mas é necessário ainda conhecer perfeitamente os fundamentos das coisas que se ensinam, a fim de estar prevenidas para explicá-los às alunas, com brevidade, clareza e precisão” (CONSTITUIÇÕES, 1999, p. 71).

No trabalho da Irmã Dutra um “bilhete” integra a folha de abertura do manuscrito no qual nos fornece indícios de que o material era requisitado para subsidiar os estudos e formação das *mestras* em outros colégios doroteanos ao solicitar cuidados e uma devolução após sua utilização. Observemos a capa do mencionado manuscrito apresentado na Imagem 23.

³⁷ Termo encontrado no mencionado documento, ao invés da adoção do termo *princípios*.

Imagem 23 – Detalhe da página de abertura do manuscrito: “A educadora conforme a pedagogia da Beata Paula Frassinetti”.



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste, Recife-PE.

O trabalho da Irmã Dutra apresenta os principais requisitos para o/a educador(a) religioso e, por conseguinte, extensivo aos demais *mestres* e *mestras* dos colégios e outros institutos. Em sua interpretação ela destacou 15 pontos essenciais que norteavam uma concepção filosófica das intuições pedagógicas da Irmã Paula para os colégios. Assim, para compreendermos os fundamentos filosóficos que guiaram as práticas das *mestras* doroteanas destacamos as concepções pedagógicas apontadas pela autora no referido manual.

1. **Fazer-se amar e compreender:** ‘Mostrar afabilidade e interesse por todas indistintamente e procurar fazer antes amar do que temer’ (DUTRA, 1937, p. 1);

Essa concepção pedagógica também se encontra no texto elaborado por Maria Leopoldina de Oliveira (1982a), quando ressalta que Paula colocava o amor como base de apoio ao educando por entender que este é a maior força educativa sobre a qual se apoia qualquer sistema pedagógico.

- 2. Orientar e iluminar:** ‘Toda criança alma ainda pura, tem intuição do sobrenatural. É o fruto da graça “em cheio”. É preciso que a mestra não passe indiferente diante desse poder que lhe será o eixo, ao redor do qual fará girar a esfera da vida da criança, esfera que deve traçar uma órbita de harmonia de sentimentos, unidade de pensamentos, fidelidade ao dever e equilíbrio do coração’ (DUTRA, 1937, p. 3);

Ao introduzir na vida da criança conhecimentos e temores, a *mestra* tem um importante papel na sua formação, pois fixará esses conceitos que certamente perdurarão na vida adulta. Assim, os ensinamentos nessa fase serão internalizados e frutíferos. Educar a criança na concepção frassinettina é formar para uma vida em harmonia com os preceitos da fé, do temor e do amor. Segundo Oliveira (1982a),

A fé deve ser fundamento de toda a vida cristã. Os alunos devem conhecer para amar e amar para crer. Como consequência da fé os alunos assumirão, livremente, princípios sólidos de moral: o desprezo do materialismo mundano, a liberdade ante uma sociedade condicionante, espírito de sacrifício para saber cumprir o dever, corresponsáveis com a sociedade que constroem (OLIVEIRA, 1982a, p. 6).

- 3. Equilibrar-se:** iluminar, aquecer, e esclarecer com a luz do E. Santo, não quer entretanto dizer que a mestra deve ser um fenômeno intangível, inflexível, intransigente [...] Nada de magestades fulminantes! [...] atitudes relâmpagos! [...] preleções tempestades. Este programa alarmante e belicoso esmagaria as afetivas tímidas e faria as afetivas decididas buscarem em outro campo (talvez inimigo) o alimento para a flama de um coração que tem necessidade de amar e ser amada seja lá por quem for. Mestras é preciso compreender a ressonância da fibra da alma da criança [...] Educação não é severidade, rigor da disciplina, aspecto grave e sério. Educação é conforme a regra 4ª da educadora o meio termo. A nossa Bem. Madre manda que se tire a média proporcional entre: Severidade e condescendência moderada” entre “rigor de disciplina e descrição”, entre “ar sério e grave e amabilidade e doçura” entre a disciplina pesada e rigorosa “e a” demasiada lânguida e remissa”. Logo, os tipos de Mestras imponentes de gênio ácido ou picante, precisam estudar a Jesus afável e doce que não era desdenhoso nem ríspido. Meditar a vida e a pedagogia do Mestre dos Mestres (DUTRA, 1937, p. 5).
- 4. Esvaziar-se:** O segredo da essência de uma Mestra está na vida interior e na vida de sacrifício – “de abnegação absoluta e perpetua” (Regra 1ª do espírito). Ela será uma potência na razão direta de seu próprio esvaziamento. Quanto mais cavar, no próprio coração, um abismo de renúncia, tanto maior influência terá sobre os corações generosos da mocidade ardente que tem uma intuição profunda da grandeza da alma de seus mestres. O segredo da influência sobre o seu círculo é: amar com a medida do sacrifício [...] Dar a Deus - na pessoa destas jovens o que o que ela tem de melhor: as energias da sua mocidade, as vibrações do seu entusiasmo religioso, todo o vigor da sua alma, o brilho de sua inteligência e, sobretudo, a flama viva e palpitante do amor divino que deve crepitar constantemente na lareira do seu coração (DUTRA, 1937, p. x).
- 5. Elevar-se:** Amar é renunciar-se. Renunciar-se é elevar-se, elevando para o cume da perfeição (que é a harmonia da beleza com a grandeza) a juventude que lhe foi confiada. E, como a elevação é uma oração, elevaremos a alma da nossa aluna ensinando-lhe a orar, não só a oração vocal, mas sobretudo, a oração do dever de cada hora feito em estado de graça e com o máximo empenho. E levaremos a alma de nossa aluna com a nossa própria oração. Com o nosso sofrimento e a nossa dedicação (DUTRA, 1937, p. 6).

Empregnadas do amor e na observância da formação das alunas, conforme as regras, as irmãs *mestras* do Colégio Nossa Senhora de Lourdes se dedicavam à preparação e elevação espiritual das alunas internas e externas, inserindo-as em todas as atividades do Colégio. Assim, em diversas cartas encontramos a exaltação nos exercícios diários e semanais de oração. Na Carta da Casa de Cajazeiras de 1945, ao relatar sobre os fatos importantes que marcaram o ano, destacaram logo no início:

Com santa alegria posso afirmar que as Irmãs são fervorosas, mostrando-se diligentes no cumprimento dos exercícios espirituais e de seus ofícios. Todas tem o tempo ocupadíssimo, em busca do fim tão nobre do nosso 'Santo Instituto' santificação própria e salvação do próximo (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1945, p. 1).

Na Carta Casa de Cajazeiras de 1947, encontramos relatos acerca do engajamento das alunas nos exercícios espirituais através dos grupos fundados com fins específicos de enaltecer a Congregação.

As educandas tiveram apurado ensino religioso e os auxílios que se costumam dar a sua piedade, tais como: práticas, exercícios do mês Mariano, mês do Coração de Jesus, Retiro anual em setembro. A Pia união das Filhas de Maria, O apostolado da Oração, A cruzada Eucarística, A juventude Estudantina Católica, estiveram em vigor, tendo ingressado na Pia União, três filhas de Maria e 9 Aspirantes; na JEC 7 jecistas: na Cruzada 7 membros efetivos e 4 aspirantes; no Apostolado da Oração, 40 sócios. O oferecimento ao Coração de Jesus continua sendo rezado cotidianamente pelas alunas externas e internas (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1947, p. 1).

Todas essas ações destacadas na Carta Casa de Cajazeiras de 1947 vinham sendo implementadas desde os primeiros anos de atuação do Colégio, uma vez que faziam parte do aparato ideológico para iniciação de noviças na Congregação. A medida que as alunas iam se envolvendo nas atividades dos grupos iam sendo observadas e incentivadas a abraçar a vida religiosa, garantindo para a Congregação um possível futuro corpo docente e/ou de abnegadas servidoras.

6. **Ser boa:** A mestra precisa ser bondosa. Nas regras para as educadoras, a nossa Bem. Madre escreveu palavras mansas e vibrantes, onde seu coração transbordou numa abundância de expressão e de vigor materno. 'Não sejam impetuosas [...] não levantem demasiadamente a voz [...] não sejam prolixas nem insistentes' e termina aconselhando: 'dissimular... advertir só com simples olhada' [...] para que o excesso e frequência de repreensões 'não perca o seu valor e não se tornem insofríveis no ânimo das meninas' (DUTRA, 1937, p. 8).
7. **Ser compassiva:** A educadora, segundo a Bem. Madre precisa ser boa, ser boa é não se encolher diante do sacrifício, é não desprezar a ninguém, não fazer restrições. É ser caridosa da caridade, que esquece, que perdoo e que desarma. A Mestre boa é indulgente. Sua vida é uma aula prática e constante de 'abnegação absoluta', que cala profundamente na alma de suas jovens (DUTRA, 1937, p. 10).

8. **Ser forte:** ‘A educadora para ser perfeita precisa ser forte. Nas suas sábias e magistrais normas sobre educação a Bem. Madre fundadora escreveu uma regra proibindo terminantemente os castigos corporais que danificam o físico ou mesmo punições morais que possam danificar a saúde. A Dorotéia nunca deve tocar numa menina. Os corpos são templos do E. Santo. (Regra 8ª)’ (DUTRA, 1937, p. 11).
9. **Dar bom exemplo:** ‘A Mestra é como a lâmpada, deve iluminar: por isso a nossa Madre escreveu: ‘Amor, atividade e vigilância [...] tudo isso pouco valerá se não se precede com o exemplo de todas as virtudes’ (Re. 3ª Ed.). E ao terminar o capítulo sobre os deveres da mestras insiste ainda: ‘Sejam doces à direção e regra que todas receberam das superiores [...] e nisto dêem as meninas exemplo de humildade, docilidade e respeito’ [...] A mestra que não a força do bom exemplo, é uma mestra nula, nunca será uma educadora, mas colecionadora de moedas falsificadas e mal cunhadas porque não sabem revelar nas almas que lhe foram confiadas’ (DUTRA, 1937, p. 13).

No estudo realizado por Lopes (2017, p. 78-79), a mesma destaca a importância do bom exemplo: “Existe uma obrigação de uma importância tal que todas as virtudes se reúnem para a impor à professora: é aquela de dar constantemente o bom exemplo as suas alunas e por isso ser sempre, ela mesma, verdadeiramente virtuosa”.

Considerando os ensinamentos e deveres a cumprir de acordo com as regras, as irmãs mestras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes ensinam fazendo. Percebemos tal comportamento na Carta da Casa de Cajazeiras de 1939: “Todas as irmãs prosseguem com grande empenho e desejo de santificação. Com docilidade aceitam os avisos com a melhor boa vontade, mostrando-se o imediato desejo de se corrigir e o trabalho para realizá-lo.” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1939, p. 2).

10. **Ser enérgica:** A mestra que não ama a sua aluna espiritualmente, só sabe dar-lhe licores de bajulação insensar-lhe o amor próprio com elogios e engordá-lo com carinhos, mas a mestra que ama, não a menina bonita, inteligente e rica, mas alma que Deus lhe confiou e de quem lhe pedirá contas no último dia, não tem medo de servir-lhe a mirra dos avisos conselhos dolorosos mas salutares. ‘Mestras que fazem distinção entre classes, se superiores ou inferiores, se de pobres ou de ricas’ (Re. 2ª) só pode educar meninas que dizem ter ouvidos apurados para as sinfonias de Bethoven, mas que não notam o gemido da miséria moral do seu irmão índio, do seu irmão sertanejo ou tabaréu que guarda, sob as franjas dos seus farrapos uma alma tinta do sangue de Cristo. Como é doloroso ver sair dos nossos Colégios meninas que concentram todo seu pensamento no frasco do perfume e na beleza das rendas e das jóias.’ (DUTRA, 1937, p. 15).
11. **Esperar:** ‘Toda mestra deve ter boa memória para não se esquecer do passado e assim, guardando bem viva a recordação das traquinices da infância e imprudências de sua adolescência inexperiente “tenha compaixão desta multidão” exuberante, capaz de rasgos e espontaneidade heroicas, mas que arrastadas para o declive das teorias falsas e mundanas, e explorada pela perfídia podem chegar ao último grau de fraqueza moral (DUTRA, 1937, p. 16).
12. **Não desanimar:** Até a ‘hora nona’ ou ‘undécima’ devemos aguardar. Quantas meninas de quem não se esperava nada nos foram uma verdadeira surpresa, uma consoladora revelação, na hora nona determinada por Deus para que florescessem e frutificassem [...] Quantas meninas, durante o colégio, nada prometeram [...] e, todavia, na sociedade floresceram e enviaram as suas antigas mestras os mais belo e sazonados frutos (DUTRA, 1937, p. 18).

Almeida (2000), nos aponta alternativas oriundas da intuição pedagógica de Paula que serviram para balizar esse preceito. Para não desanimar diante dos obstáculos e intransigências o/a mestre precisa ter “paciência”, além de uma atitude permanente de escuta para entender que nem todas as alunas são afeitas a todos os procedimentos definidos nas instituições.

Paula tinha consciência que uma aluna é uma pessoa e, principalmente que é uma ‘outra’ pessoa, e pessoas possuem pelo menos duas características inelimináveis: a liberdade e a diferença. E mesmo que não concordemos com suas atitudes, muitas vezes temos que respeitá-las, por serem atitudes legítimas pela diferença do “outro”. Assim, a melhor forma de respeitar uma educanda foi aceitar e respeitar sua incompatibilidade com as regras do instituto (ALMEIDA, 2000, p. 6).

13. Espiritualizar: ‘Madre Paula exigia das suas filhas que dessem mais importância a espiritualidade do que a intelectualização da juventude. Deixou escrita sobre este assunto, oito regras magistrais. Era minuciosa e exigente em matéria de preparação pedagógica, literária, artística e científica das mestras [...] queria que os programas oficiais fossem exatos e conscienciosamente executados. Exigia que as meninas fossem diligentes e cuidadosamente instruídas tanto nas letras como nas ciências e nas artes. Queria que mesmo as mãos finas e fidalgas das mais aristocratas patrícias romanas, (com a mesma maestria e simplicidade com que interpretava as mais belas e difíceis peças clássicas), manejassem todos os labores femininos e trabalhos domésticos, porque queria meninas completa e perfeitamente educadas. Para que pudessem ser útil a si, a sociedade e a família’ (DUTRA, 1937, p. 19).

Nesse sentido, as irmãs Doroteias em Cajazeiras, não cessaram nos cuidados com as suas alunas envolvendo-as em atividades espirituais, culturais e laboriais, o tempo do Colégio era organizado por uma rotina rigidamente disciplinar, as meninas perdiam os velhos hábitos de rusticidade e ociosidade ao ocuparem o seu corpo e a sua mente.

14. Ser apóstola: A nossa regra 4ª do espírito manda ‘[...] espalhar por toda parte o bom odor de Jesus Cristo’, logo nos ordena que sejamos apóstolas, isto é, precursoras de Cristo na alma da criança e colaboradora de regeneração na sociedade [...] A mestra apóstola deve ter um espírito possante da força da graça – para poder envolver, penetrar e invadir docemente as almas mais refractárias. Deve falar com clareza e sinceridade evangélicas. Para ser apóstola, não é absolutamente necessário – a bagagem de uma alta e vastíssima cultura moderna – mas – é preciso ter a inteligência e a ciência de um coração grande, generoso e faminto da cruz (DUTRA, 1937, p. 23).

O apostolado nasce no Colégio Nossa Senhora de Lourdes como atividade excepcional da Congregação para exercer as funções que lhe são atribuídas como propagadora do amor em Cristo. Nesse sentido, destacamos uma ação do Colégio, em 1938 que assim está relatada: “Organizou-se no mês de outubro no nosso Collégio um Centro do Apostolado da Oração, que tem no seu Conselho fervorosas zeladoras e grandes associadas. Até então nosso collegio era

subcentro do apostolado da Oração da Parochia” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1938, p. 2).

Com a criação do Centro do Apostolado da Oração no colégio as irmãs passaram a por em prática os ensinamentos da madre fundadora agindo de forma mais efetiva na transformação das almas.

15. **Sofrer:** ‘O coração da mestra apóstola é grande e generoso. Tem zelo devorante para o qual é preciso a extensão e a vastidão da terra inteira! Salvar uma alma só é muito pouco! Só o seu grupo de alunas, uma divisão e mesmo um colégio inteiro ainda não lhe basta. A Doroteia apóstola está sempre alerta [...] Sempre ansiosa de novos horizontes [...] Ela prolonga aos cofins da terra o raio do seu círculo apostólico, sofrendo e orando pelas suas almas [...] Apreendeu com a sua mestra que, para reedificar o grande templo espiritual da sociedade moderna, em ruínas, é preciso que cada mestra dê uma célula viva do seu próprio ser, palpitando pelo trabalho ou pelo sofrimento’ (DUTRA, 1937, p. 24).

Compreendemos que estas concepções pedagógicas de Paula foram importantes para as *irmãs mestras* sentirem-se encorajadas para exercer seu ambicioso papel na transformação da sociedade cajazeirense. As Cartas da Casa de Cajazeiras nos deram relevantes informações sobre o trabalho diário, tanto na “missão educativa” quanto na “missão evangelizadora”. Assim, para além de algumas passagens que já transcrevemos, destacamos umas tantas outras. Iniciemos, pois, pelas aberturas das cartas. Elas nos revelam a permanente preocupação em reafirmar a sua obediência para com as prescrições elaboradas pela sua fundadora. Tomemos aqui como exemplo duas delas, uma de 1941 e outra de 1945, respectivamente:

Todas as irmãs trabalham com empenho em progredir as obras da sua santificação, já cumprindo com empenho os deveres espirituais, já se esforçando diligentemente em desempenhar os seus ofícios (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1941, p. 1). Com santa alegria posso afirmar que as irmãs são fervorosas, mostrando-se diligentes no cumprimento dos exercícios espirituais e de seus ofícios. Todas têm tempo ocupadíssimo, em busca do fim tão nobre do nosso Instituto – ‘santificação própria e do próximo’. O esforço no cumprimento dos deveres imputava as irmãs mestras sacrifícios, dedicação e zelo com observância as regras. Observamos nas alunas o mesmo esforço ao cumprimento dos exercícios espirituais como parte de sua formação (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1945, p. 1).

No que tangia ao comportamento das alunas as observações foram as mesmas. Acompanhemos a seguinte passagem:

Notável foi o fervor das alunas em prestar a ‘Reparação ao Deus do Amor’ no mês de junho. Pode-se dizer que ultrapassou as expectativas, pois sendo celebrado pela manhã, logo após o santo sacrifício, foi assistido pelas alunas, mormente pelas normalistas com muito amor e piedade e fervor, o qual manifesta-se pelo empenho em fazer sacrifícios e mortificação para agradar o Divino Coração (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1933, p. 2-3).

Essa pedagogia assegurava uma adaptação as reais intenções da Congregação que almejava inserir as meninas na vida religiosa elevando o número de consagradas, o que garantia a expansão dos domínios no setor educacional e nas atividades da comunidade através das ordens religiosas fundadas.

As doroteanas entendem a sua prática educativa como uma ação que valida os preceitos geradores da instituição preconizados por sua fundadora. Assim, mesmo em meio às dificuldades emergidas da sociedade cajazeirense mantiveram os seus aspectos pedagógicos fundantes.

Costa et al. (2002, p. 72), destaca que para elas, “o mais encantador de suas instituições pedagógicas é a versatilidade com que transita de um século para outro sem comprometimento algum de sua pertinência para o contexto educacional”. É importante ressaltar, que o projeto educacional que se desenvolveu em Cajazeiras, a partir de 1928, conviveu em harmonia com as transformações políticas que marcavam a sociedade paraibana, bem como com as reformas propostas para o ensino. Esse aspecto representa e resulta de uma apropriação, realizada por suas religiosas e *mestras*, dos objetivos e regras defendidos pela Congregação que difundia permanentemente a força transformadora da educação, todavia regida pela via do coração e do amor que inspirava atitudes de suavidade e firmeza, simplicidade, solidariedade, acolhimento ao outro, e geradora do espírito familiar.

A proposta pedagógica na ótica Doroteana foi pautada nos princípios do instituto mantendo vivo os propósitos que deram sustentação a obra, ao mesmo tempo em que contextualizada, promoviam o diálogo e a reflexão. Nesse sentido, o/a educador(a) não se limitava aos saberes, ela também privilegiava aspectos do desenvolvimento de sentimentos e emoções, estimulando o educando a atitudes favorecedoras de uma formação que via o outro e o mundo que o rodeava, assumindo a consciência de seu papel nos contextos sociais mais amplos e significantes (COSTA et al., 2002).

São as atitudes da *mestra* que vão evidenciar o seu compromisso e sua capacidade de apropriação e interação de saberes normas e propostas da obra. Para as mencionadas autoras,

A responsabilidade assumida pelo educador exige uma prática alicerçada na teoria que fundamenta os “que fazeres”, repensando os saberes cristalizados; a fim de atender as especificidades da realidade em que se está inserido. Os conteúdos, as didáticas, as metodologias e as avaliações estarão em consonância com o princípio de ensinar aprendendo, validando uma educação que tem como ponto marcante o aluno, enquanto pessoa que deve ser respeitado e valorizado em suas capacidades, assim atendendo as necessidades mais sensíveis e humanas do sujeito (COSTA et al., 2002, p. 73-74).

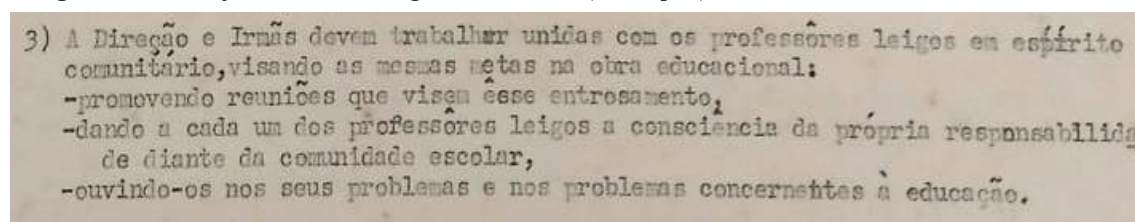
O compromisso com a formação moral e religiosa é uma marca da educação das irmãs Dorotéias preconizada, como já mencionado reiterativamente, por sua mentora Paula Frassinetti. A preocupação de Paula Frassinetti com a educação das meninas demonstrava a sua angústia e a sua inquietação para com a situação da mulher de sua época, ressalta Soares (2016, p. 92):

Tendo em conta a situação de abandono em que se encontra a mulher, numa época de profundas transformações, e a sua importância na transformação da sociedade, o grande objetivo de Santa Paula é a educação das jovens, sobretudo as das classes mais desfavorecidas, de modo a que possam tornar-se mulheres e cristãs - possam inserir-se com sentido crítico no seu tempo e tornar-se capaz de assumir novas tarefas (SOARES, 2016, p. 92).

Nessa perspectiva a sua obra convida as irmãs a um verdadeiro apostolado, numa preparação para o servir, para atuar dentro dos princípios formulados pela Congregação na qual o/a educador(a) é responsável por uma formação para a vida.

Os colégios fundados no interior do Nordeste nas primeiras décadas do século XX, enfrentaram dificuldades com o pequeno número de pessoal qualificado e formado dentro dos seus princípios, o número de religiosas que se deslocavam de Recife-PE para os núcleos educacionais não era suficiente para atender as disciplinas e atividades planejadas. Assim, surgiu dentro da Congregação a figura do professor leigo³⁸ que se consagravam a missão e assumiam as tarefas com dedicação e compromisso. Tanto os professores(as) leigos(as) como as irmãs da Congregação, participavam dos encontros organizados pela *Província* para planejar as atividades a serem desenvolvidas em suas casas de educação. Esta foi uma determinação da *Província* como podemos observar nos documentos que registravam o planejamento (Imagem 24).

Imagem 24 – Planejamento dos Colégios doroteanos (1950, p. 2).



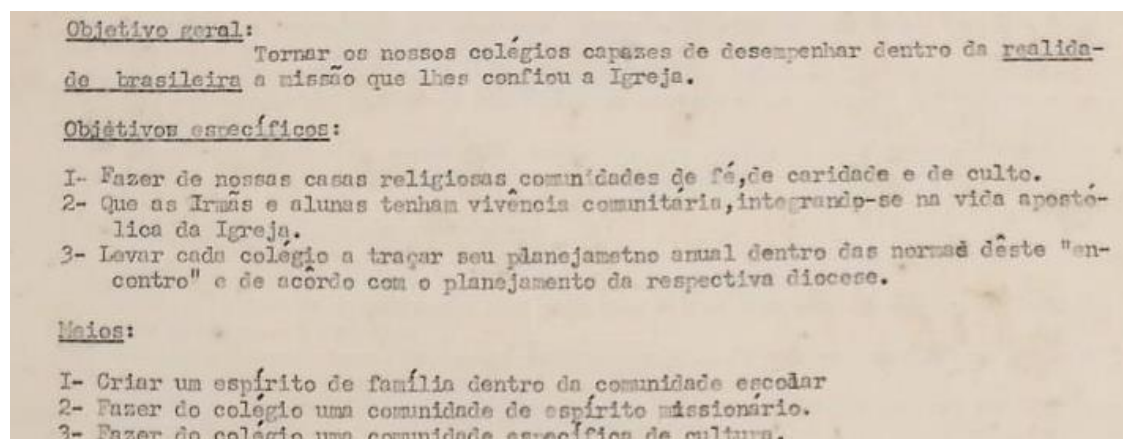
Fonte: Arquivo da Província do Nordeste, Recife-PE.

³⁸ Educador Leigo é o educador que abraçava a doutrina das escolas Doroteana e imbuí-se de um espírito de comunhão na comunidade educativa, consagrados e unido na missão, fazia da escola católica um ambiente comunitário imbuído do espírito do Evangelho.

A congregação das irmãs Doroteias tinha objetivos definidos para atuar dentro de uma concepção cristã que contemplavam também os anseios da sociedade, que na década de 1930, vivia uma intensa mobilização política, econômica e social impondo novas exigências aos governantes no sentido de assumirem um compromisso com a educação. No Nordeste brasileiro, por se constituir numa vasta região, as áreas mais distantes dos centros urbanos sofriam com o descaso político, principalmente no tocante à educação. E nessas regiões as escolas comandadas por congregações religiosas se constituíam em espaços privilegiados e prestigiados pelo poder público que também investia como forma de suprir a lacuna por ele deixada. Assim, era comum os colégios dirigidos pelas congregações receberem visitas e homenagens dos representantes políticos do país como estratégia de agraciá-los e mostrá-los eficientes na formação de um corpo docente para atender, inclusive, as demandas do setor público, especialmente aquelas relacionadas aos grupos escolares criados em profusão nestas regiões, conforme indicam os estudos realizados por Pinheiro (2002), Azevedo (2009), Almeida (2009), Azevedo e Stamatto (2012) e Silva (2015).

A seguir, apresentamos um trecho do documento de 1950, no qual estão explicitados os *objetivos* e os *meios* pelos quais deveriam ser adotados nos colégios doroteanos. Observemos a Imagem 25.

Imagem 25 – Planejamento dos Colégios doroteanos (1950, p. 1).



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste, Recife-PE.

Como se pode observar os objetivos da Congregação explicitam com clareza que o principal compromisso é com a missão da Igreja, mesmo ressaltando as especificidades da “realidade brasileira”. Para tanto, cada colégio poderia traçar o planejamento anual, desde que respeitasse as normatizações estabelecidas pela Diocese.

Os meios que eram definidos para alcançar os objetivos educacionais evidenciavam a preocupação com o fortalecimento do “espírito missionário”, ou seja, as alunas eram preparadas dentro de uma rígida rotina de orações e desenvolvimento de habilidades para também servir a comunidade.

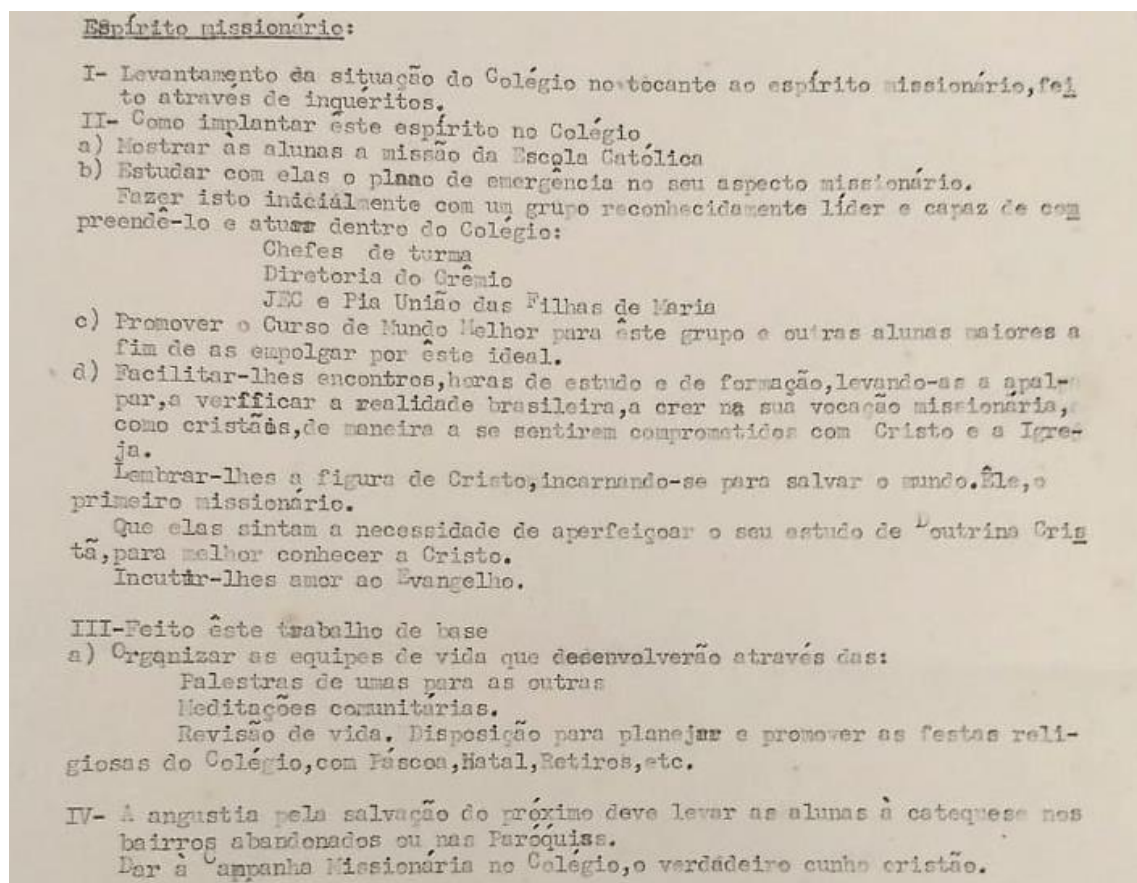
Outro ponto importante do papel do/a educador(a) doroteano explicitado no *Planejamento da Congregação* é a observância de uma educação para as jovens dentro dos princípios da moral católica, incentivando a “vivência comunitária” despertando e guiando a educanda para agir diante dos acontecimentos de forma harmônica, com fé e com a razão.

As atividades deveriam despertar uma consciência social que as conduziriam nos caminhos da vida em sociedade com dignidade, responsabilidade e confiança, tomado de sentimento de fraternidade e justiça. Sobre esse aspecto, Soares (2016, p. 197) nos diz que: “A solidez da formação moral e religiosa é uma nota dominante da tradição educativa das Irmãs Doroteias, preconizada por Santa Paula”. Para reforçar essa questão, o mencionado autor nos apresenta trechos da Constituição, na qual Paula destacou:

Em primeiro lugar, procurar-se-á radicá-las bem na fé [...] [não] afeiçoá-las a práticas exteriores de devoção [...] Para as firmar na prática duma sólida e verdadeira piedade, far-se-lhes-á compreender bem que a verdadeira piedade é a que concilia a prática da devoção com o exacto cumprimento das obrigações do próprio estado [...]” (CONSTITUIÇÃO... 51, 259 *apud* SOARES, 2016, p. 197).

Uma importante visualização em torno de um dos seus objetivos, qual seja: a de serem servas e servidoras fiéis de Deus e ao Nosso Senhor Jesus Cristo, encontramos no *Plano Provincial* de 1950, elaborado para as escolas doroteanas e/ou para outros tipos instituições educacionais, definido como meta essencial a ser cumprida pelas Madres superiores e pelas irmãs mestras. Trata-se da preparação e do acompanhamento das alunas no engajamento nas atividades desenvolvidas na comunidade. No item denominado “espírito missionário”, era exigido a realização de um inquérito para identificar aquelas que tinham as qualidades necessárias para a missão e assim criar as estratégias viáveis e consistentes para incorporá-las na comunidade.

Imagem 26 – Planejamento dos Colégios doroteano (1950, p. 3).



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste, Recife-PE.

As atividades apontadas no documento acima tinham sua inserção realizada de forma estratégica pelas irmãs no ambiente educativo, as educandas e as postulantes a vida missionária eram motivadas a aderir as ações desenvolvidas pelas *mestras* diariamente nos colégios e nas comunidades. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes constatamos através das cartas que essas ações ocorriam de forma constante, conforme já mencionamos anteriormente neste capítulo.

Nessa perspectiva, as prescrições esboçadas no *Plano Provincial* como as demais regras e constituições dos institutos, ou comunidade como também era designada pelas religiosas, eram reiteradas a partir das cartas que foram redigidas por Paula Frassinetti e enviadas as suas irmãs espalhadas pelo mundo, conforme já ressaltamos anteriormente.

Oliveira (1982, p. 31), destaca que para a formação religiosa das alunas, Paula indicou fundamentos sólidos a partir de:

- a) exercícios de piedade diários;
- b) devoção sólida, evitando apelo à sensibilidade;
- c) consolidá-las na fé, nas virtudes, no temor a ofensa a Deus;
- d) incutir-lhes devoção ao Coração de Jesus e a Virgem SSma;
- e) respeito e amor à igreja, ao papa e aos sacerdotes. Embora exorte as mestras a infundirem a devoção e o exercício (OLIVEIRA, 1982, p. 31).

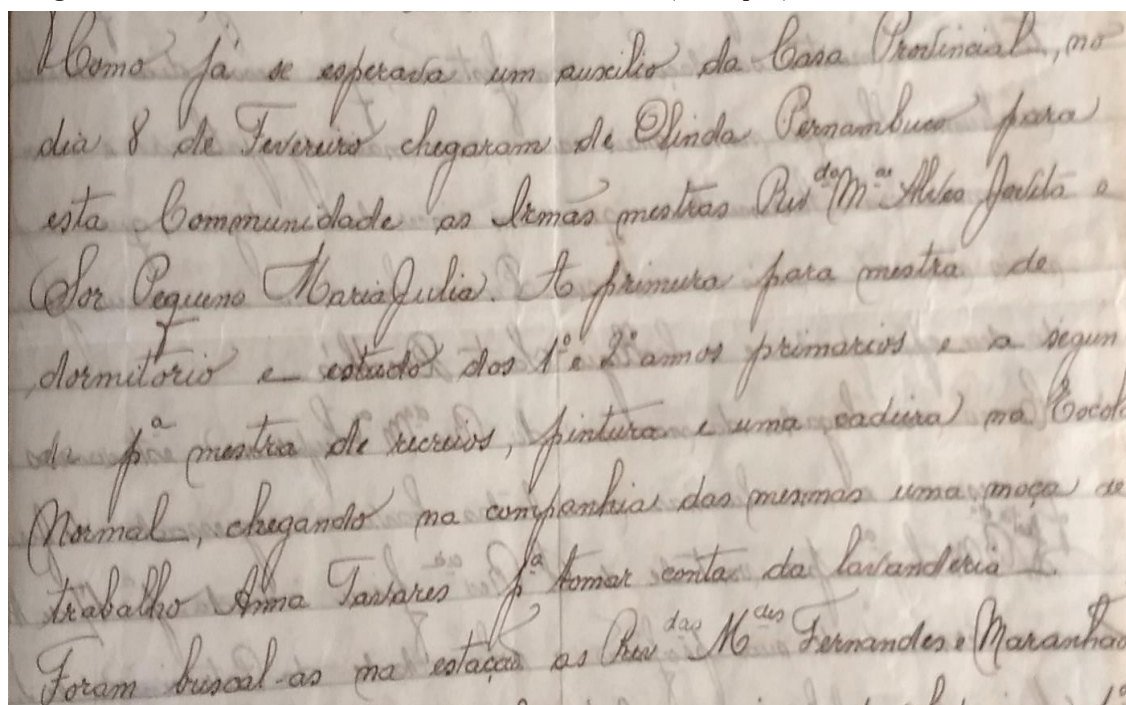
Ainda de acordo com os estudos realizados por Sene e Costa (2010, p. 199):

Com a expansão da Congregação e pedidos de criação de mais Casas, fazia-se necessário o investimento na formação das noviças. Problema que se inicia quando precisou fazer ajustes, como o remanejamento de Irmãs de uma escola para outra; que muitas vezes prejudicava um colégio em detrimento de outro (SENE; COSTA, 2010, p. 199).

Na Carta de sete de janeiro de 1929 relatando as atividades do ano anterior, Madre Juditti Coelho Fernandes destaca dois momentos que corrobora com o exposto pelas autoras no que se refere ao remanejamento de irmãs de uma comunidade para outra a fim de atender as necessidades curriculares e formação espiritual das alunas externas e internas do Colégio. Na primeira destaca a renovação de votos da aspirante Irma Silva Izabel. “Em janeiro, os santos exercícios espirituais pregados pelo Revmo. Snr. Padre Ruphino de Nogueira, que os deu com muito fructo e consolação para toda a Comunidade, renovando no dia do encerramento os seus santos votos a aspirante coadjectora Irmã Silva Izabel” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1929, p. 1).

Em outro trecho da carta Madre Juditti relata sobre a chegada de novas irmãs que vieram para contribuir com as atividades educacionais do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e com a formação espiritual das jovens.

Imagem 27 – Carta do CNSL encaminha a Madre Provincial (1929, p. 1).



Como já se esperava um auxilio da Casa Provincial, no dia 8 de Fevereiro chegaram de Olinda Pernambuco para esta Comunidade as Irmãs mestras Rui^{da} M^{da} Alkeo Jacinto e Sor Pequena Maria Julia. A primeira para mestra de dormitorio e estudo dos 1^o e 2^o anos primarios e a segunda para mestra de recreios, pintura e uma cadeira na Escola Normal, chegando na companhia das mesmas uma moça de trabalho Anna Tavares para tomar conta da lavanderia. Foram buscadas na estação as Rui^{da} M^{da} Fernandes e Maranhão

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste, Recife-PE.

Desejamos concluir este item destacando que a formação integral das *mestras* era centrada na religião, na fé e na abnegação. Todavia, isso não as impediria de “viver no mundo” e para tal dedicar-se-iam “as ciências humanas [...] artes decorativas [...] gosto pelo trabalho [...]” (CONSTITUIÇÃO...51.253.254).

3.3 As tecelãs: terços, tintas, linhas e agulhas na formação das sertanejas

A elaboração do título desse item foi inspirada nas fases das atividades de formação das (*mestras*) normalistas e no cotidiano no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Assim, o processo de formação das mesmas, nos fizeram lembrar um conto da escritora e jornalista Marina Colassanti, intitulado: *A Moça Tecelã*. Nele a mencionada autora realça o trabalho da tecelã que tece sonhos e desenha vida, enredados de habilidades, além de outros sentidos e outros interesses que circundavam a construção dos seus saberes. Semelhantemente, entendemos que as *mestras* (normalistas), formadas no Colégio Senhora Nossa de Lourdes, almejavam exercer o magistério como profissão, mas seguramente projetaram outras funções, outros papéis sociais de acordo com as circunstâncias e a cultura da época no tocante ao papel da mulher.

Nesse universo de tecelã, os anos seguintes após a fundação do Colégio em Cajazeiras foram marcados por uma ação educativa, social e religiosa que interferiu na vida da população do município e adjacências da região, que via na formação das jovens mestras-normalistas a oportunidade de despontar no cenário de inovações e desenvolvimento que se constituíam na década de 1930, principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, mas que também se processou com ritmos diferenciados na região nordeste. Como bem coloca Almeida (2014, p. 68), “O magistério e a educação eram vistos como instrumentos eficazes e determinantes para a formação de profissionais encarregados de exercer o ensino”. Porém, a educação feminina como parte do projeto civilizador da nação almejado naquele período, cumpria uma tripla função: fazer funcionar o projeto romanizador, formar professores para suprir a lacuna na educação deixada pelo estado e formar a boa mãe, a boa esposa e instruir e incentivar à formação de novas religiosas para a Congregação.

Quanto a primeira função, ou seja, a de criar estratégias de reestruturação da Igreja Católica no Brasil foi sistematizada a partir do projeto de romanização através do qual empreendeu um esforço significativo para aumentar seu poder. A atividade educacional era assim entendida como uma via promissora de superação e reconquista de seu prestígio abalado desde os últimos anos do período Imperial, conforme já analisado anteriormente neste estudo.

Azzi (2008, p. 18) destaca o estabelecimento de congregações religiosas europeias no Brasil com a finalidade de promoção educacional desde meados do século XIX, contudo, as primeiras congregações religiosas e os primeiros colégios assumidos pelos lazaristas franceses, jesuítas italianos e salesianos a partir de 1849 foram destinados à educação masculina. Esses colégios fundados por congregações religiosas no Brasil sempre gozaram de grande prestígio na sociedade, dessa forma os colégios e internatos para as meninas não encontraram maiores obstáculos na sua expansão pelo Nordeste e outras regiões do país.

No que concerne a segunda função e que, também, já foi discutido anteriormente, refere-se ao fato de que os colégios mantidos por congregações religiosas tiveram sua expansão associada a uma série de mudanças e interesses no cenário nacional. Matos (2011, p. 17) destaca algumas transformações que marcaram o fim do século XIX e início do século XX.

Extinguiu-se oficialmente a escravidão, e milhões de imigrantes começaram a entrar no Brasil, principalmente na região sul. Surgem novos relacionamentos econômicos, apoiados no capitalismo internacional sob a hegemonia britânica; expande-se a monocultura do café, principalmente em mãos de oligarquias paulistas, e os dois estados economicamente mais expressivos, São Paulo e Minas Gerais, dominam o cenário político da época organizando a nação de acordo com seus interesses (MATOS, 2011, p. 17).

Junto a esses fatores se somou ainda o aumento demográfico que ao se comparar os censos de 1872 e 1920 nota-se um aumento populacional gigantesco que triplicou o contingente populacional, “os 9,9 milhões de habitantes da segunda metade do período imperial chegam a 30,6 milhões no término da segunda década do século XX” (MATOS, 2011, p. 17).

Nesse contexto, o Estado em fase de reestruturação econômica e política, não dispensava à educação a atenção devida, os investimentos eram insuficientes para desenvolver um projeto que atendessem a carência e até total ausência de escolas, dispensando, portanto, aos colégios fundados por congregações da Igreja Católica reconhecimento e apoio financeiro configurando-se numa relação de predileção. Nesse contexto, Sousa (2008, p. 70) reconhece que:

Buscando seu reconhecimento também como “instituição moderna”, a Igreja Católica construiu estrategicamente sua interferência no espaço público e privado, recolocando seus posicionamentos e defendendo seus interesses. Ao fazer opção clara por um projeto educacional, ela deu ao poder público o fôlego necessário para ele continuar sonhando com a mudança comportamental dos indivíduos a serem atingidos pelo processo de escolarização (SOUSA, 2008, p. 70).

Reconhecemos a importância desses fatores, interessa-nos, pois, neste momento retomarmos outros aspectos relacionados à terceira função, qual seja: a da educação feminina.

No projeto educacional doroteano, além de instruir para se tornar *mestras* (normalistas) era também fundamental tornarem-se futuras boas esposas e mães. Donas de casa encarregadas da educação familiar e do seu fortalecimento de base cristã-católica³⁹.

No Nordeste essa mesma tradição foi mantida até o final do período Imperial. Todavia, segundo estudos já realizados essa função começou a ser ampliada a partir da chegada de congregações religiosas como a das Irmãs de Santa Doroteia que se estabeleceu, inicialmente, no Recife em fevereiro de 1866. Com elas a educação das meninas passou a receber uma atenção especial. É importante destacar que o acesso e permanência das meninas nos seus colégios estavam associados a boa condição social das mesmas, ou seja, normalmente eram moças oriundas das famílias ricas da região. Regra geral foram as primeiras jovens a chegar aos colégios, um espaço privilegiado, onde só uma minoria podia receber instruções, assimilar as prendas domésticas além de ter acesso a uma cultura europeizada.

Quando absorviam as jovens pobres o caminho geralmente era o de servir a obra abraçando o noviciato, galgando com certa frequência a carreira religiosa. Azzi (2008, p. 21) destaca ainda que:

Ao colocar as filhas no colégio de freiras, as famílias desejavam não apenas oferecer-lhes uma instrução adequada, mas sobretudo que recebessem uma educação dentro de padrões culturais europeus, destacando-se, desse modo, como pessoas pertencentes a elite ‘civilizada’ que comandava os destinos do país. De fato a maior parte das internas fazia então a transição da rusticidade da vida agrária para as novas formas de comportamento urbano (AZZI, 2008, p. 21).

Introduzir novos modos, novos costumes e formas de comportamento urbano significou o estabelecimento de rígidas regras. Nos internatos, por exemplo, as meninas precisavam se adaptar as normas fixadas em que cada hora do dia era regulada e vigiada pelas irmãs mestras durante a execução das tarefas, a disciplina fazia com que as meninas amoldassem o corpo e a mente às determinações que pautavam o cotidiano no interior dos colégios. Os afazeres e as orações acomodavam-se de tal modo na rotina diária que o comportamento das meninas exteriorizava uma espécie de unidade cultural escolar, mas sobretudo religiosa.

³⁹ De acordo com Azzi (2008, p. 20 - 21) “Desde meados do século XIX, os colégios internos dirigidos por freiras passaram a constituir uma expressão significativa do interesse que a igreja Católica mantinha pela educação feminina”. Nesse período destacaram-se as irmãs Vicentinas francesas que em 1849 fundaram o Colégio da providência em Mariana e o Colégio da imaculada Conceição no Rio de Janeiro. [...] Em São Paulo, destacaram-se por sua atuação as Irmãs de São José de Chambery fundando o Colégio do Patrocínio em Itu, em 1859. [...] A obra se expandiu para outras cidades e para a região sul fundando em Florianópolis o Colégio do Sagrado Coração de Jesus.

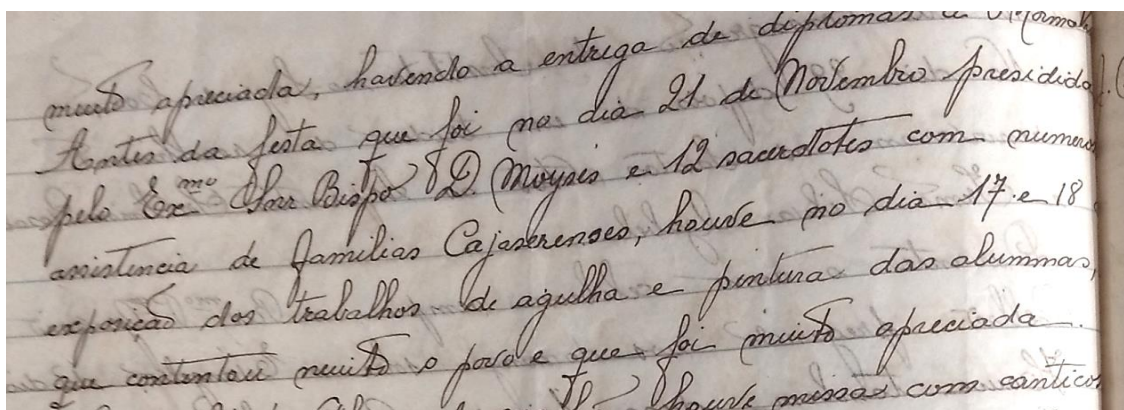
O Colégio Nossa Senhora de Lourdes não fugiu a esse padrão mais geral, incutindo a partir de suas prescrições e práticas cotidianas uma formação educacional, espiritual e intelectual. Assim, o que há de mais significativo desde a sua origem era a preocupação em formar com esmero a função de mestra e/ou de tecelã do fazer manual.

Para além de um intenso ritmo de orações que se iniciava nos primeiros lampejos do dia e das aulas, o tempo era organizado também para o desenvolvimento das habilidades artísticas e das artes manuais. De acordo com Azzi (2008, p. 21),

A educação para a arte esteve sempre em alta nos colégios de freiras. Essa cultura ornamental devia fazer com que as alunas perdessem gradativamente as características de rusticidade, herdadas da sociedade agrária – da qual eram provenientes – para adotarem modos, expressões e formas de comportamento condizentes com o conceito de civilidade da sociedade urbana. Merecem destaque especial os trabalhos de agulha, de pintura, de arte declamatória, a música e o canto orfeônico. Os bordados em suas múltiplas modalidades, o tricô e o crochê, foram ensinados com esmero (AZZI, 2008, p. 21).

A Madre diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes ao escrever a Carta da Casa de Cajazeiras relatando fatos ocorridos no ano de 1929 aponta dentre outros acontecimentos, a apresentação dos trabalhos artísticos das alunas, reafirmando o que o autor coloca. Ela destaca que antes da festa de formatura no dia 17 de novembro com entrega de diplomas a 6 normalistas “houve no dia 17 e 18 exposição dos trabalhos de agulhas e pinturas das alumnas, que contentou muito o povo e foi muito apreciada”.

Imagem 28 – Carta do CNSL encaminha a Madre Provincial (1929, p. 3).



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste, Recife-PE.

As exposições dos trabalhos das alunas nos anos seguintes foram se configurando e se consolidando como um importante evento na programação de encerramento do ano letivo e

diplomação das novas normalistas, nessa ocasião as alunas também faziam apresentações teatrais, cantavam e declamavam poesias. De acordo com Azzi (2008, p. 22):

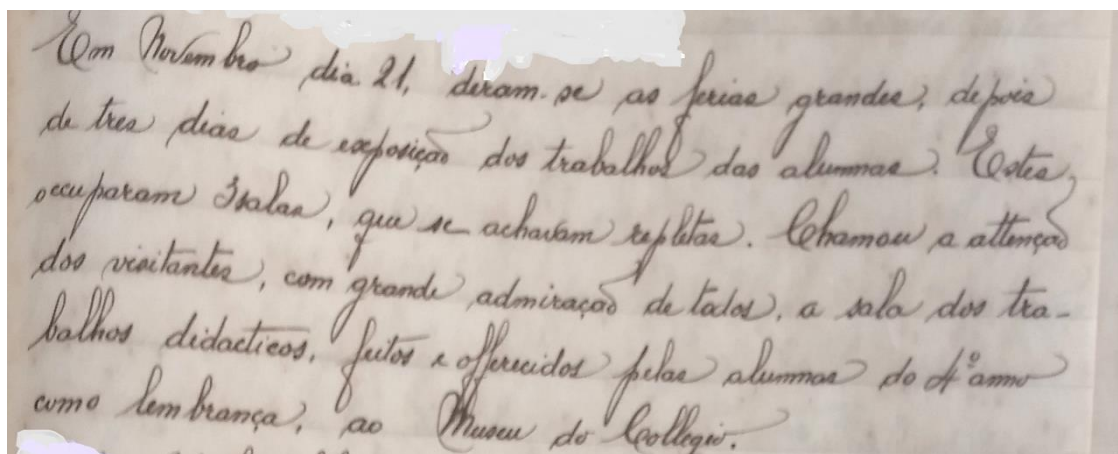
Era costume encerrar-se o ano escolar com uma sessão artística na qual as alunas se exibiam mediante declamações e encenações, números musicais, como peças de piano e canto. Ao mesmo tempo fazia-se uma exposição dos trabalhos manuais, realizados no decorrer do ano escolar. Geralmente a exposição permanecia até o dia da formatura colegial, podendo visita-la, pais e parentes das alunas, bem como amigos do colégio (AZZI, 2008, p. 22).

Nas Cartas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes essas habilidades eram sempre evidenciadas. Em novembro de 1931, durante as festividades de colação de grau, o evento foi apreciado por ilustres visitantes como descreveu a cronista:

Nos dias 22, 23 e 24 teve lugar a exposição dos trabalhos das alunas, excitando a admiração de todos tanto pelo bom acabamento dos mesmos como pela infinita diversidade. Contaram-se mais de 500 trabalhos e pintura a olho negron, aquarella e Nas outros. A exposição foi visitada pelos Snrs. Interventores dos Estados da Parahyba, Ceará e Rio Grande do Norte. Ao entrar disse o Sr. Interventor da Parahyba: ver para crer isto no sertão (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS. 1931, p. 5).

Também na Carta de 1934 no trecho em destaque a notoriedade dada para os trabalhos de pintura, desenhos e costura das alunas que associada a instrução curricular concretizava a idealização de uma educação que incluía os aprendizados domésticos. Acompanhemos o seguinte trecho aqui selecionado:

Imagem 29 – Carta da Casa de Cajazeiras (1934, p. 6).



Fonte: Arquivo da Casa Provincial do Nordeste-Recife-PE.

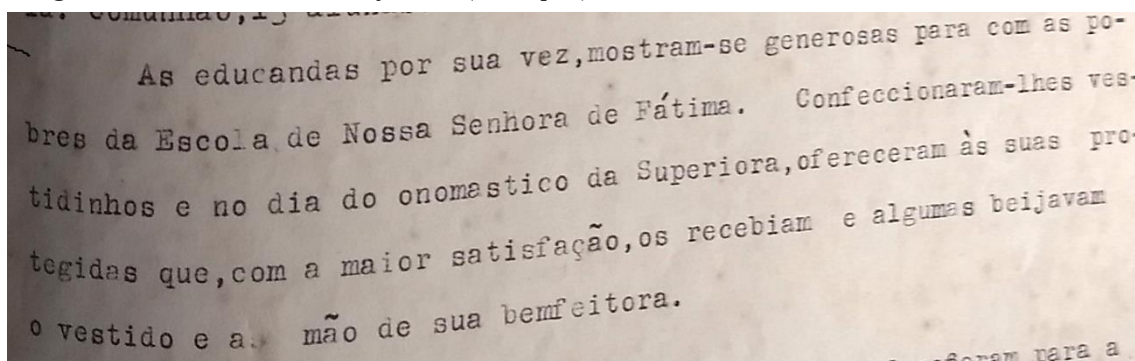
Essas atividades ensejavam a educação pretendida para uma sociedade urbana e letrada que estava se organizando no Brasil com fins específicos que garantissem a supremacia dos

grupos dominantes que ao longo dos anos mantinham-se na condução política administrativa do país, e a educação católica configurava-se como um forte componente dessa hegemonia como observa Matos (2011, p. 97):

A estratégia de mobilização católica na década de 1930 dirigiu-se preferencialmente a classe média, com a qual a igreja estabeleceu fortes laços. Alvo de atenção especial foram as mulheres, que, nessa época, começaram a manifestar-se publicamente, iniciando sua emancipação na sociedade (MATOS, 2011, p. 97).

Porém, a educação como instrumento de formação liderado por congregações religiosas impunha rígidas diretrizes. Assim, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes cumprir assiduamente as regras era requisito fundamental para o ingresso e permanência no Colégio, participando de todas as atividades e contribuindo com o projeto do Instituto a exemplo das ações junto a Escola Nossa Senhora de Fátima, “Escola para pobres” quando valiam-se dos aprendizados, não apenas pedagógico, mas também das linhas e agulhas, para ajudar as crianças da casa como destaca a Madre Andrade (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1945).

Imagem 30 – Carta da Casa de Cajazeiras (1941, p. 3).



As educandas por sua vez, mostram-se generosas para com as pobres da Escola de Nossa Senhora de Fátima. Confeccionaram-lhes vestidinhos e no dia do onomástico da Superiora, ofereceram às suas protegidas que, com a maior satisfação, os recebiam e algumas beijavam o vestido e a mão de sua benfeitora.

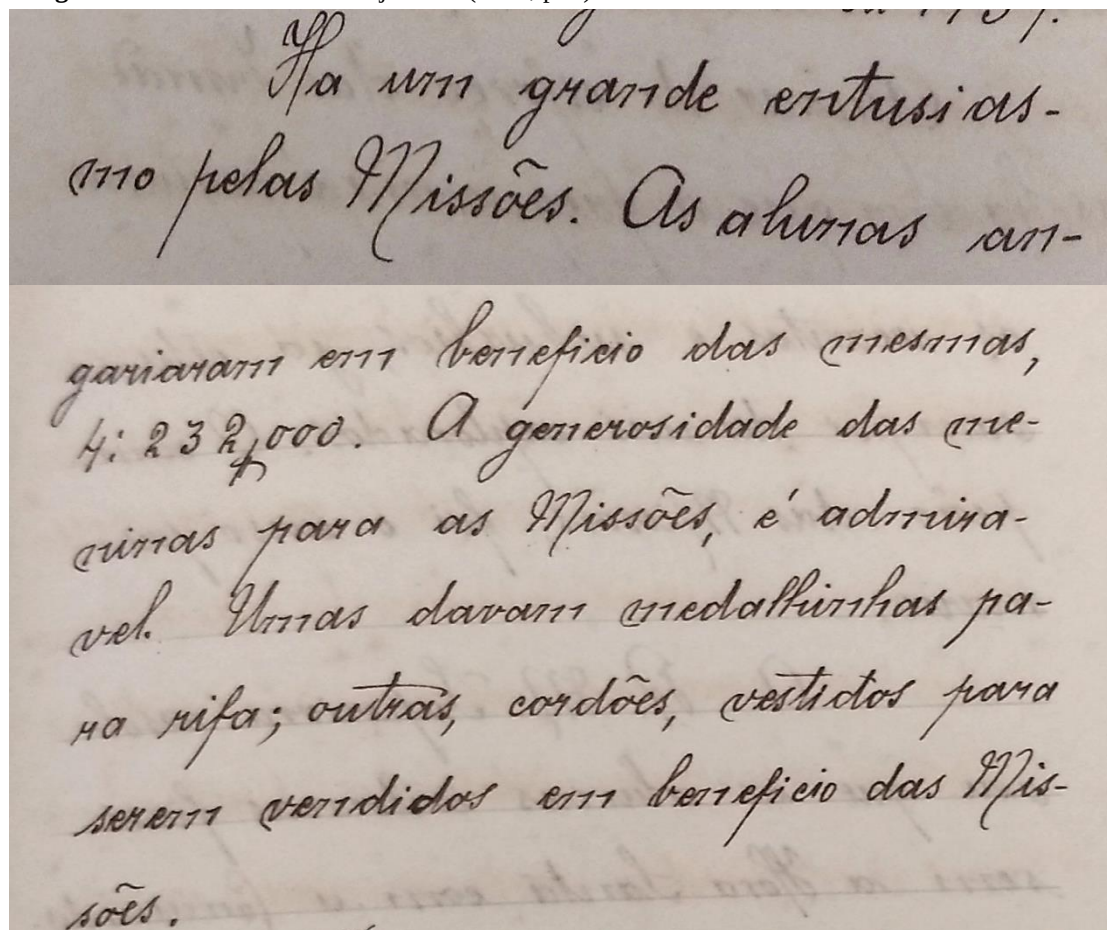
Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife – PE.

Considerando os objetivos do projeto educacional católico, as *mestras* (normalistas) do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em sua maioria também pertenciam as famílias mais abastadas de Cajazeiras, da região e dos estados vizinhos, dessa forma eram detentoras de uma boa condição econômica e dotadas de habilidades que as permitiam confeccionar roupas e acessórios para presentear as meninas da casa “escola” das pobres.

As educandas por sua vez, mostram-se generosas para com as pobres da Escola de Nossa Senhora de Fátima. Confeccionaram-lhes vestidinhos e no dia do onomástico da Superiora, ofereceram as suas protegidas que, com a maior satisfação, os recebiam e algumas beijavam o vestido e a mão de sua benfeitora (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1941, p. 3).

Com relação às campanhas para arrecadação de dinheiro para o colégio, essas alunas não tinham dificuldades, pois suas famílias faziam “vultuosas” doações e quando elas realizam quermesse ou quando saiam em missão gozavam da boa aceitação da comunidade, o que lhes permitia angariar grandes quantias. Nos documentos pesquisados encontramos passagens que elucidam o entusiasmo das alunas. Vejamos a seguinte passagem:

Imagem 31 – Carta da Casa de Cajazeiras (1939, p. 5).



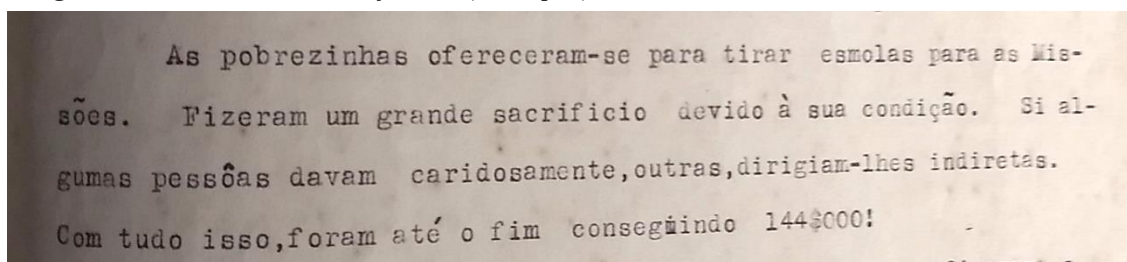
Ha um grande entusias-
mo pelas Missões. As alunas an-
gariaram em beneficio das mesmas,
4: 232,000. A generosidade das me-
lhoras para as Missões, é admi-
vel. Outras davam medalhinhas pa-
ra rifa; outras, cordões, vestidos para
serem vendidos em beneficio das Mis-
sões.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife –PE.

Observamos na carta que as alunas faziam doações de bens e objetos de valor para as rifas e quermesses, não havia restrições de suas famílias quanto ao seu desprendimento, não lhes fazia falta, era uma forma também de demonstrar o seu poder aquisitivo e demarcar sua posição social como integrante da instituição. Já as meninas da escola das pobres, impossibilitadas de oferecer qualquer quantia em dinheiro ou fazer doação de joias ou roupas, abraçavam com empenho a missão de perambular pelas ruas e cercanias do município na expectativa de arrecadar recursos para ajudar na obra que as acolhiam, amargavam o desdém e a falta de apreço dos membros da comunidade, a indiferença no tratamento é perceptível, inclusive quando

comparamos a quantia arrecada pelos dois grupos de alunas, como relatado pela cronista na Carta da Casa de Cajazeiras de 1941:

Imagem 32 – Carta da Casa de Cajazeiras (1941, p. 2).

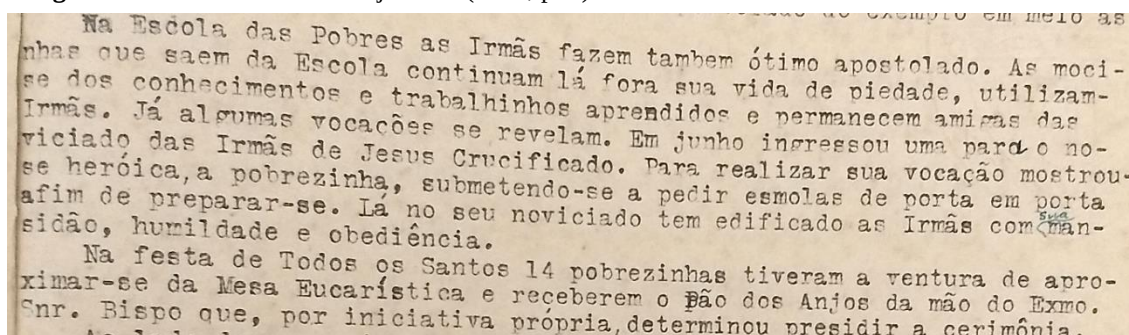


As pobrezinhas ofereceram-se para tirar esmolas para as Missões. Fizeram um grande sacrifício devido à sua condição. Si algumas pessoas davam caridosamente, outras, dirigiam-lhes indiretas. Com tudo isso, foram até o fim conseguindo 144\$000!

Fonte; Arquivo da Província do Nordeste-Recife –PE.

As pobres ou “pobrezinhas” como eram designadas nas cartas denota as restrições a que eram submetidas como alunas assistidas pela Congregação. Assim, muito raramente se tornavam alunas do curso normal, restando-lhes a adesão a vida religiosa. Nesse sentido, para as meninas ricas a formação intelectual, religiosa e especialmente vinculada às tarefas manuais eram quase que “ornamentais”. Para as pobres restava-lhes quase sempre a “obrigatoriedade” de se consagrarem como noviças/freiras e quiçá “mestras” da fé.

Imagem 33 – Carta da Casa de Cajazeiras (1945, p. 3).



Na Escola das Pobres as Irmãs fazem também ótimo apostolado. As mocinhas que saem da Escola continuam lá fora sua vida de piedade, utilizam-se dos conhecimentos e trabalhinhas aprendidos e permanecem amigas das Irmãs. Já algumas vocações se revelam. Em junho ingressou uma ^{moço} noviciada das Irmãs de Jesus Crucificado. Para realizar sua vocação mostrou-se heróica, a pobrezinha, submetendo-se a pedir esmolas de porta em porta afim de preparar-se. Lá no seu noviciado tem edificado as Irmãs com ^{sua} mansidão, humildade e obediência.

Na festa de Todos os Santos 14 pobrezinhas tiveram a ventura de aproximar-se da Mesa Eucarística e receberem o Pão dos Anjos da mão do Exmo. Snr. Bispo que, por iniciativa própria, determinou presidir a cerimônia.

Fonte; Arquivo da Província do Nordeste-Recife –PE.

Em meio aos afazeres, a aprendizagem, dedicação às obras e a prática da fé, as alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes iam adquirindo novos conceitos e instruções a luz da Santa Sé como premissa do projeto educador romanizado e como objetivo delineado aos propósitos do Estado. A formação reivindicada para a sociedade em desenvolvimento exigia uma nova postura e um comprometimento com uma identidade nacional. Nessa conjuntura a mulher também passa a exercer um novo papel como co-responsável pela formação, seja como mãe ou como educadora, dos cidadãos desse novo Brasil. Para Sousa (2008, p. 186):

No espaço escolar, deveria encontrar-se a “alma profunda do país”, reduzindo-se a diversidade cultural a uma regra abstrata, orgânica e unânime. Não era mais tempo de espera, mas de ação. Todos deveriam mostrar-se empenhados na construção de uma nação genuinamente brasileira, ligando-se a um código estereotipado do que supostamente deveria ser um brasileiro (SOUSA, 2008, p. 186).

Uma formação moral era inescusável para aflorar uma identidade nacional, que agregada a uma formação cristã intensificaria um processo de instrução e sintetizava o ideal nacional e católico cuja convergência de convicção apoiava-se numa permutação entre ambos. Daí entendermos a importância dos colégios e internatos responsáveis pela educação feminina nas primeiras décadas do século XX. Sousa (2008, p. 172), destaca ainda que “o desabrochar do novo tempo exigia uma política de atrelamento entre um Estado, que necessitava contar com a legitimação da hierarquia católica para fazer valer suas propostas de nacionalização, e uma igreja, que canalizava seus esforços para obtenção de favores do novo regime”.

A aliança que se estabeleceu entre Estado e Igreja era ladeada pela reciprocidade e também circundada por fortes laços de amizade, que de acordo com o autor (SOUSA, 2008, p. 173).

Representava a convicção de que, só unidas num mesmo propósito e distintos na sua organização e competência, Igreja e Estado seriam capazes de criar e sacralizar uma nova ordem social harmônica. Daí a frase atribuída a Getúlio Vargas ‘para governar preciso do exército, para não usar o exército preciso, preciso da Igreja’ (SOUSA, 2008, p. 173).

No Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras-PB, durante o período aqui em estudo, identificamos os marcos dessa relação Igreja/Estado que consolidava um projeto educacional que respondia aos objetivos propostos, prova da sólida relação que se estabeleceu foi o apoio financeiro dado pelo Estado através das “subvenções” citadas nas cartas, bem como as constantes visitas de autoridades a exemplo da visita do Presidente da República Getúlio Vargas em 1933, consolidando a relação harmônica existente, garantindo com o projeto educativo católico a identidade nacional almejada.

Assim, a Igreja Católica assumia o papel de guia nesse projeto educacional reconhecido por quase todos os grupos sociopolíticos da época como uma necessidade. Dentre esses grupos destacaram-se os intelectuais católicos⁴⁰. Estes afirmavam “não haver progresso sem moral,

⁴⁰ Os intelectuais católicos, organizados em associações próprias ou participando de associações intelectuais laicas, participaram ativamente deste *pensar o Brasil*, propondo uma identidade nacional ancorada em elementos da tradição e do providencialismo, ao mesmo tempo que trabalharam para se aproximar desses elementos do cientificismo reinante na época. Esses intelectuais foram capazes de oferecer à sociedade brasileira um conjunto de equipamentos de ensino (escolas, livros didáticos e associações intelectuais) que garantia a inserção do país

não haver ciência sem revelação, também afirmavam não haver educação sem fé”. Segundo Ribeiro (2012, p. 6), na concepção dos intelectuais católicos a educação distanciada da fé não agregava os preceitos necessários ao fortalecimento da família, levando-as a perda da moral e dos bons costumes. Essa concepção gerou o que Sousa (2008, p.187) denominou de “tripé civilizatório - ética cristã, ciência profana e pátria”.

A educação feminina nesse cenário estava ligada a uma importante estratégia de cristianização da sociedade na qual a mulher teve um importante papel na formação do cidadão cristão coadunando uma tripla função como educadora: na família, na escola e na comunidade, gerando o bom cristão para uma boa sociedade.

no rol dos países em progresso, ao mesmo tempo que mantinha as tradições luso-católicas (RIBEIRO, 2012, p. 3).

CAPÍTULO IV

CULTURA RELIGIOSA E CULTURA ESCOLAR: interações e influências no Colégio Nossa Senhora de Lourdes

Uma abordagem política e sociológica da escola não pode ignorar a sua dimensão cultural, quer numa perspectiva global, no quadro da relação que ela estabelece com a sociedade em geral quer numa dimensão mais específica em função das próprias formas culturais que ela produz e transmite (BARROSO. 2012, p. 181).

4.1 A cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes: influência religiosa

Iniciamos este capítulo com uma epígrafe que no nosso entendimento sintetiza o quão consideramos importante salientar a dimensão cultural para um estudo que se propôs a estudar uma instituição religiosa católica, de origem europeia e localizada na cidade de Cajazeiras no alto-sertão paraibano. Realizar uma pesquisa sobre a história de uma instituição de ensino é adentrar em labirintos complexos e ao mesmo tempo instigantes, principalmente quando se trata de uma instituição de ensino confessional fundada no início do século XX quando a educação brasileira era ainda um projeto de elite para a elite, com uma *cultura escolar* intrinsecamente vinculada aos costumes, normas e práticas culturais do seu tempo. Nesse sentido, compreender os aspectos que caracterizam o cotidiano escolar, suas práticas, domínios e dimensões, exige um entendimento das interfaces que circundam e compõem seus significados e funcionalidade. Nesse sentido, a *cultura escolar* que é produzida no interior de uma escola é resultante da interação dos diversos dispositivos que compõe o cotidiano social e escolar, suas práticas e o modo de pensar e de se educar, considerando também os aspectos políticos e culturais que circundam a instituição educativa em cada período histórico. Assim, a nossa abordagem neste estudo a partir da perspectiva da cultura escolar nos auxiliou a priorizar diferentes categorias, as quais evidenciaram dimensões que compõem a organização social e educacional no seu sentido mais ampliado.

Considerando que nos propomos neste capítulo lançar um olhar investigativo sobre a cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, não podemos fazê-lo sem ponderar acerca da importância dessa temática como uma categoria de análise da história da educação e da história das instituições escolares, uma vez que a mencionada instituição escolar agrega e evidencia diversos elementos que permitem a compreensão das ações e práticas cotidianas e nos revelam no seu interior muito daquilo que se origina da *cultura religiosa* católica.

A cultura escolar, mesmo sendo uma categoria de interpretação recente no campo educacional, tem proporcionado uma importante ampliação acerca do entendimento sobre cotidiano escolar, facilitando assim observarmos as suas particularidades, fazeres ordinários da escola e as ações dos dirigentes, professores e alunado. Assim, nesse percurso para desvelar elementos constitutivos da escola e das ações educativa, muitos teóricos se apropriaram da antropologia, sociologia, psicologia e outras ciências, para conceber um significado e definir os elementos que a compõem.

Para Dominique Juliá (2001, p. 10) a definição de cultura escolar é entendida como:

Um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (DOMINIQUE JULIÁ, 2001, p. 10).

Dentro dessa perspectiva, o estudo da cultura escolar não pode ser realizado sem levar em consideração e sem uma análise que contemple as relações e os conflitos pertinentes ao período histórico, as influências e a doutrina organizacional a que se filia a instituição numa dimensão mais específica, em função principalmente de sua ideologia e dos significados que são compartilhados pelo conjunto dos atores sociais que participam e interagem na construção do cotidiano escolar, pois é importante considerar na análise da cultura escolar de uma instituição que apesar de estar incorporada a um sistema educacional mais amplo manifestam os valores e crenças de seus membros. Dessa forma Juliá (2001, p. 11) aponta para outra importante dimensão a ser considerada na análise da cultura escolar que são as “normas e práticas apropriadas pelo corpo de profissionais chamados a obedecer a essas normas e a utilizar os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação”.

Em um estudo realizado sobre história das culturas e das práticas escolares, Gonçalves e Faria Filho (2005, p. 40) fazem um balanço dos desafios teórico-metodológicos e do itinerário percorrido na área, apontando a possibilidade de novos olhares que prioriza a realidade interna da escola.

É no interior dessa tessitura do dia-a-dia da escola que os fins do ensino e da aprendizagem se deram. É ainda, nesse lugar de produção de cultura, ou melhor dizendo, de culturas, produziram-se as materialidades relacionadas aos processos de escolarização, mas, sobretudo, produziram-se as sensibilidades. Nesse espaço de cultura, convergiram diversas outras, advindas de lugares e momentos diferentes, trazendo subjacente a cada sujeito que esteve envolvido nessa trama, a sua própria história de vida, a história do seu grupo de pertencimento e as representações que marcaram cada uma dessas histórias (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 40).

É essa tessitura de que tratam os autores articulada ao conjunto dos aspectos normativos e sacrossantos que regia o Colégio Nossa Senhora de Lourdes que vão definir as formas de organização, práticas culturais, princípios pedagógicos, modos de vida, hábitos, ritos e disciplina, tendo a religião como princípio norteador de um projeto estruturado num momento e contexto específico em que a Igreja Católica foi protagonista desta ação. É nesse sentido que Viño Frago (1995, p. 69) compreende a cultura escolar considerando um conjunto de aspectos que caracterizam a escola e que pode ser vista de várias maneiras “ou melhor, em níveis variados, entre os quais pode referir-se a uma cultura específica de um estabelecimento determinado” cuja dimensão do cotidiano e os significados simbólicos lhe são pertinentes.

Antes de delinear um diálogo acerca da cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, convém destacar também que no estudo dessa categoria numa escola liderada por uma congregação católica é importante considerar o que Júlia (2001) aponta como “condutas a inculcar”, pois as práticas educativas são alicerçadas em rígidas normas, incorporadas às práticas educativas. As *mestras* doroteanas tinham uma pedagogia que se distinguia de outros centros educativos que no início do século XX foram fundados no Estado da Paraíba por apresentar princípios, normas e uma pedagogia diferenciada, contudo, seguia as orientações advindas com as reformas da educação, se ajustando as mudanças curriculares e administrativas impostas nos decretos e leis da reforma do ensino⁴¹ sem alterar as atividades de formação religiosa pautadas nos princípios orientadores formulados por Paula Frassinete. Sobre essas especificidades Viño Frago (2000, p. 100 *apud* SILVA, 2006, p. 204) também compreende:

[...] a cultura escolar como aquele conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano da escola e, esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores (VIÑO FRAGO, 2000, p. 100 *apud* SILVA, 2006, p. 204).

Assim, compreendemos que os indivíduos e suas práticas são fundamentais para o entendimento da cultura escolar, considerando que os discursos, as formas de comunicação e a linguagem constituem aspectos fundamentais de sua cultura, pois toda escola tem uma cultura própria institucionalizada que se expressa através de suas ideias e práticas que se estruturam sobre processos, normas, valores, significados e rituais.

⁴¹ Estamos aqui nos referindo especialmente a Reforma Francisco Campos de 1931, a Lei Orgânica do Ensino Normal-Decreto Lei 8530 de 1943 e Lei Orgânica do Ensino Secundário –Decreto Lei 4244 de abril de 1942.

Como bem destaca Silva (2006, p. 202):

Podemos dizer que existem inúmeras características que aproximam os comportamentos das escolas, bem como as investigações sobre ela, e há uma infinidade de outras que os/as diferenciam. No entanto, parece não haver inconvenientes em considerar a escola como uma instituição com cultura própria. Os principais elementos que desenhariam essa cultura seriam os atores (famílias, professores, gestores e alunos), os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação) as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas (pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo) (SILVA, 2006, p. 202).

As características que marcarão a cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes tinham como peculiaridade a sua *cultura religiosa* que influenciava as ações, ensinamentos e o comportamento das alunas e das mestras e, a partir da qual eram direcionadas as suas práticas educativas. À medida que o Colégio foi se estruturando foi também disseminando valores, normas e padrões de comportamentos a serem adotados por todos os seus integrantes delineando suas interações como forma de gravar suas marcas. Pol (et. al. 2007, p. 68), dividem os componentes básico da cultura escolar em aspectos tangíveis e intangíveis, assim segundo eles:

Os aspectos tangíveis são manifestados por símbolos da cultura escolar em forma de símbolos verbais (objectivos definidos, *curriculum*, discurso, metáforas, histórias, heróis' escolares), símbolos visuais (equipamento e ordem escolar, artefactos, logótipos, objectos de marketing) e símbolos comportamentais (rituais, cerimónias, processos de instrução, regras escolares, interacção com o micro-ambiente). Os aspectos intangíveis da cultura escolar incluem o reconhecimento de valores assumidos, normas e relações (POL et al., 2007, p. 68).

Na conformação desses aspectos estão justapostas particularidades que são definidas de acordo com o papel e a importância que lhe são atribuídas no âmbito escolar para que o seu desenvolvimento produza o êxito desejado, ressaltando que no que tange aos aspectos intangíveis há a necessidade de junção e aceitação dos demais aspectos para que as ações sejam refletidas no grupo sem desconsiderar o elo de ligação entre os elementos funcionais da escola. No estudo acerca da cultura escolar de uma instituição devemos considerar que nela é defendida e difundida a cultura do grupo que a estruturou e que buscou dar sentido as suas normas através da assimilação e aceitação por parte de todos os integrantes. Nessa perspectiva cumpre-nos lembrar o que Juliá (2001) aponta como elementos essenciais na compreensão da cultura escolar, que é recontextualizar as fontes das quais dispomos, sem esquecer que no conjunto dos elementos encontram-se explícitos e também implícitos as ações que visam adaptar e garantir a assimilação da cultura de grupo.

Vale ainda ressaltarmos que a prática cultural como uma dimensão da cultura escolar faz parte do conjunto das ações de uma instituição de ensino que se destaca pela sua complexidade no processo educativo através da articulação necessária entre saberes pedagógicos, estratégias de ensino e as diretrizes que fecundam seus princípios e objetivos. Compreendemos a existência das práticas culturais a partir dos seus aspectos congruentes que na perspectiva sócio interativa convergem para a prática de ações que definem o comportamento e a cultura de grupo.

No tocante ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes fundado e administrado pelas Irmãs da Congregação de Santa Dorotéia, uma prática cultural foi instaurada sob o prisma do catolicismo romanizado com objetivos claros para consolidar uma organização pedagógica que já estavam definidas nas suas prescrições, ou melhor, nas suas normas institucionais. Fato que nos instiga a uma compreensão de suas práticas religiosas como parte de um processo cultural instaurado no interior do Colégio corporificado a partir de suas práticas educativas. Ao optarmos por esta perspectiva, compreendemos ser fundamental considerar que as suas práticas estavam balizadas na religiosidade católica e executadas a partir de atividades estrategicamente pensadas de forma interdisciplinar, mas corporificadas pelos seus componentes curriculares e normas disciplinares. Juliá (2001, p. 15) diz que:

A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito? Poderíamos pensar que tudo acontece de outra forma com a escola, pois estamos habituados a ver, nesta, o lugar por excelência da escrita. Ora, os exercícios escolares escritos foram pouco conservados: o descrédito que se atribui a este gênero de produção, assim como a obrigação em que periodicamente se acham os estabelecimentos escolares de ganhar espaço, levaram-nos a jogar no lixo 99% das produções escolares (JULIÁ, 2001, p. 15).

Por apresentar uma cultura própria do segmento religioso percebemos que no seu cotidiano escolar as ações são demarcadas por normas e práticas em que os agentes do processo educativo são instruídos a obedecer às diretrizes estabelecidas. Nesse sentido, podemos interagir com a concepção que abrange os estudos das ciências sociais acerca da cultura e das práticas culturais que focalizam o comportamento como um fenômeno resultante de consequências, e nesse aspecto evidenciam duas características, a repetição ou manutenção de ações similares ao longo de gerações de participantes e a outra característica que é chamada de transmissão de modos de agir.

Sampaio e Andery (2010, p. 188), no trabalho em que analisa o comportamento social e da prática cultural como uma produção agregada, destacam que considerando as características da repetição e da manutenção da forma de transmissão referente ao *modo de agir*, o que

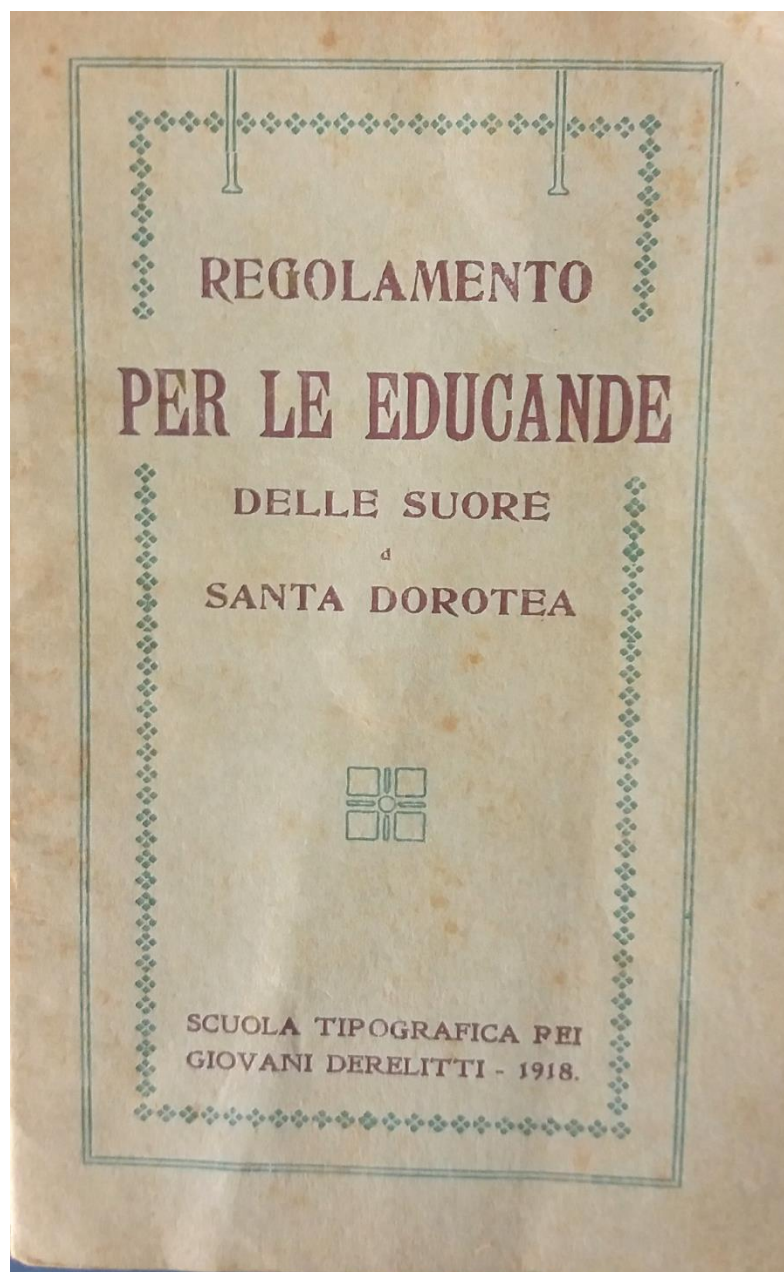
diferencia as práticas culturais de outros fenômenos sociais é a “propagação de comportamentos aprendidos similares por sucessivos indivíduos”. Assim:

Se um grupo de pessoas que interage durante algum tempo tem seus participantes substituídos e suas ações permanecem semelhante a dos antigos membros, isso pode se dever a duas coisas: os novos membros entraram em contato com circunstâncias semelhante àsquelas as quais os membros anteriores estiveram expostos, ou – o que é mais provável – os membros antigos de algum modo ensinaram aos novos membros como agir (SAMPAIO; ANDERY, 2010, p. 188).

As peculiaridades das práticas culturais do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras, foram por nós identificadas por intermédio tanto do seu Regulamento de 1918⁴², quanto e, especialmente, nas Cartas que trazem relatos acerca das atividades realizadas, invariavelmente conduzidas pela Madre Superiora e pelas irmãs *mestras* do Colégio, que dentre todas as suas atribuições cabiam-lhes inculcar uma formação religiosa. Nesse sentido, todas as suas ações, lições e recreações consagravam os princípios preconizados na obra de sua fundadora, baseados no amor, na fé, na resignação e na consagração, conforme já discutimos anteriormente neste trabalho. A religião, portanto, foi aqui tomada como uma prática cultural agregada à prática de ensino, caracterizando-se, assim, como mediadora no contexto da cultura escolar do mencionado Colégio.

⁴² Ver todo o conteúdo do *Regolamento per le Educande*, no anexo A. Ele foi encaminhado para todas as instituições de ensino administradas pelas irmãs Doroteias.

Imagem 34 – 1ª Capa do Regulamento para a educação das alunas e professoras Doroteias (1918.)



Fonte: Arquivo da Província Nordeste. Recife-PE.

4.2 O Currículo e as práticas culturais: as festividades, os retiros, as associações e o esporte

As práticas culturais impostas através das atividades religiosas às alunas estão explícitas e implícitas nas Cartas que relatam a rotina dos membros do Colégio que desde os primeiros meses do ano de 1928 iniciaram uma senda eucarística para a formação religiosa das alunas dando ênfase aos sacramentos, principalmente confissão e comunhão.

Na Carta de 1928 evidenciamos atos como: comunhão, “atos generosos”⁴³ e adoração e visitas ao santíssimo (sacrário), sendo entremeadas por cânticos, ladainhas e orações. Nas práticas religiosas do mês de julho, por exemplo, consagrado ao coração de Jesus, o ritual seguia um padrão.

No dia 1º de junho começou o mês do Sagrado Coração de Jesus, rezando a missa e fazendo a sagrada Comunhão um grande número de alunas. A prática do mês proposta as alunas foi a seguinte: cortar os espinhos que circundavam o sagrado coração com ‘atos generosos’ e benção todos os dias após o Santo Sacrifício. Com grande e geral fervor celebrou-se no dia 15 pela primeira vez a festa do Sagrado Coração. Pela manhã missa com cânticos e comunhão das alunas. As 8 horas expôs-se o SSmº ficando até as 11 horas da manhã e sendo adorado pelas alunas em turmas de quatro em quatro. A humilde capelinha parecia um canto do paraíso tão ornada de flores e luzes estava. Antes da benção houve a ladainha do Sagrado Coração e em seguida a pequena comunidade (5 irmãs) ajudaram na balaústra rezou o acto de Consagração do instituto ao Sagrado Coração de Jesus seguindo-se de benção do SSmº Sacramento, foi uma alegria geral (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1928, p. 3).

As alunas viviam cercadas de um aparato religioso que cultivava a prática sacramental, devoção aos santos católicos, manifestações católicas (procissões, romarias), retiros e afiliação as associações. Essas práticas convertiam-se em âncora da propagação e fortalecimento do poder eclesiástico, pois além das alunas dos colégios seus familiares e a comunidade eram chamadas a engajar-se de forma direta ou como mantenedora. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras, as Dorotéias estavam alinhadas ao projeto educacional e pastoral para a formação das jovens. É o que revelam as cartas.

As festividades alusivas aos santos católicos tinham para a igreja um amplo significado, tanto no que se refere ao seu propósito de arrebanhar os fies, quanto ao seu papel de despertar na comunidade uma adesão mais profunda ao catolicismo. As famílias eram conclamadas a participar dos festejos aos santos protetores e crer na sua intercessão para solução dos problemas da sociedade. De acordo com Vieira (2016, p. 92):

O grandioso projeto de regeneração da sociedade civil, tendo como base a regeneração da família, priorizava três iniciativas principais: a busca de uma penetração maior junto ao povo, especialmente com os elementos das classes subalternas (proliferação das missões populares); reestruturação das jurisdições eclesiásticas; e o reavivamento espiritual, entre os leigos (VIEIRA, 2016, p. 92).

A devoção aos santos católicos ocupava um lugar de destaque na religiosidade e tinha um significado multifacetado, era um elo entre o homem e o divino e oportunizava a convivência

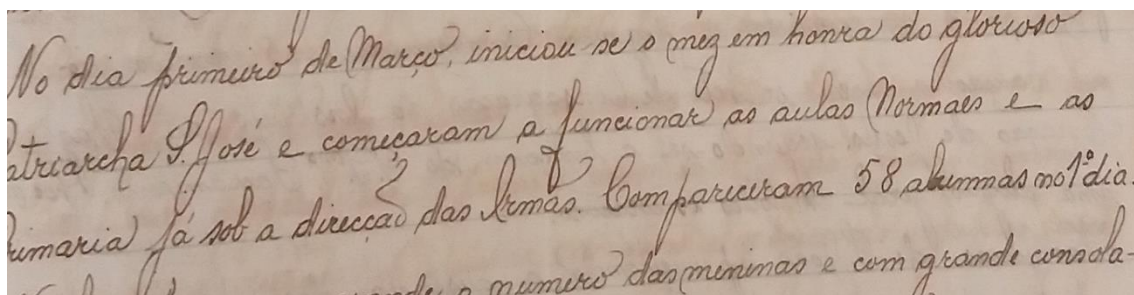
⁴³ Os “atos generosos” são os praticados pelas alunas e tem o sentido de reparação e generosidade para com o próximo, cada vez que a aluna praticava um ato generoso reparava a dor no coração de Jesus. Os espinhos representam as maldades que atingem o ser humano.

comunitária através das manifestações sociais e festividades aos santos padroeiros. A Madre, fundadora do Instituto das Dorotéias, adotou São José como Santo de sua devoção e patrono da congregação, fato que justifica o amor das irmãs pelo santo, dando ao colégio fundado por elas em Recife em fevereiro de 1866 o nome Colégio São José.

Em Cajazeiras, as dorotéias assim que se instalaram e fundaram o colégio logo também cuidaram de fundar o Centro Vocacional e Pastoral São José em um bairro carente da cidade, onde eram realizadas aos domingos, as aulas de catequese.

Vale ressaltarmos que, inicialmente as irmãs cuidavam da formação espiritual e preparação para a primeira eucaristia das crianças, algum tempo depois essa tarefa era dividida com as alunas internas e também externas do Colégio.

Imagem 35 – Carta da Casa de Cajazeiras (1928, p. 1).



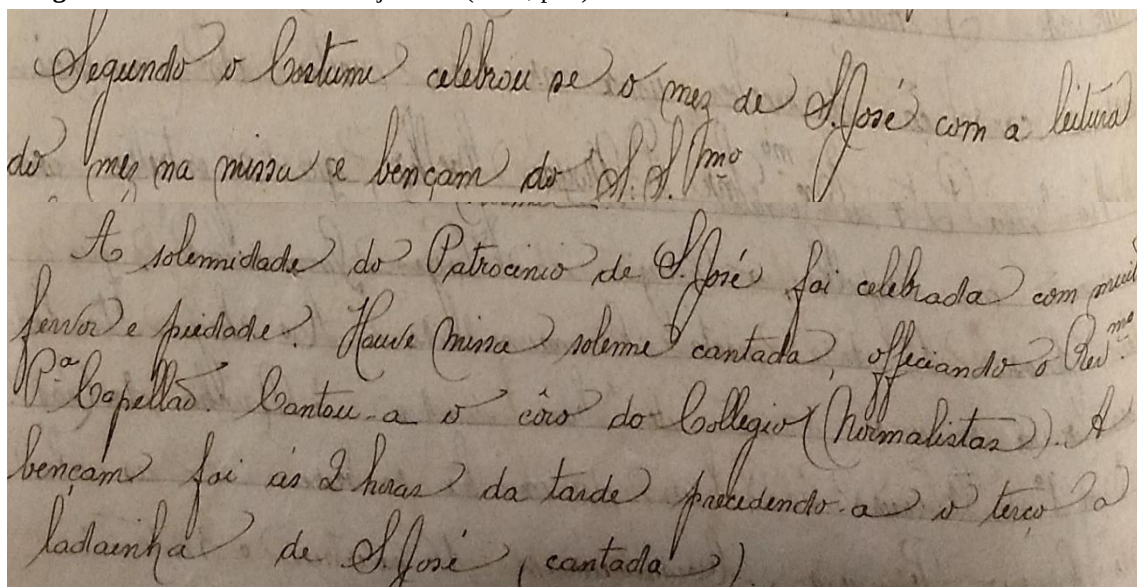
Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife –PE.

A devoção a São José representava também o alinhamento do grupo religioso com os trabalhadores pobres da comunidade, as festas e procissões ao santo não se constituíam apenas em festa religiosa, mas sobretudo como uma manifestação da vida familiar, social e comunitária. Pois:

Embora já existisse nos séculos anteriores, foi durante o século XIX que a devoção a São José teve um incremento bastante significativo no mundo católico. Nessa época o progressivo avanço da sociedade moderna e o fortalecimento da classe burguesa gerou uma crise no tradicional modelo familiar, com a afirmação de novos valores. Essas circunstâncias motivaram uma intensa promoção por parte da Santa Sé, da devoção a São José e do culto a Sagrada Família (AZZI, 2000, p. 184).

No projeto educacional doroteano a família era vista como uma importante célula no projeto religioso e social e São José representava o perfeito exemplo de pai, protótipo de marido, espelho de amor, concórdia e fidelidade conjugal. Dessa forma, as solenidades ao santo revestiam-se de amplos significados.

Imagem 36 – Carta da Casa de Cajazeiras (1932, p. 2).



Fonte: Arquivo da Casa Provincial do Nordeste-Recife-PE.

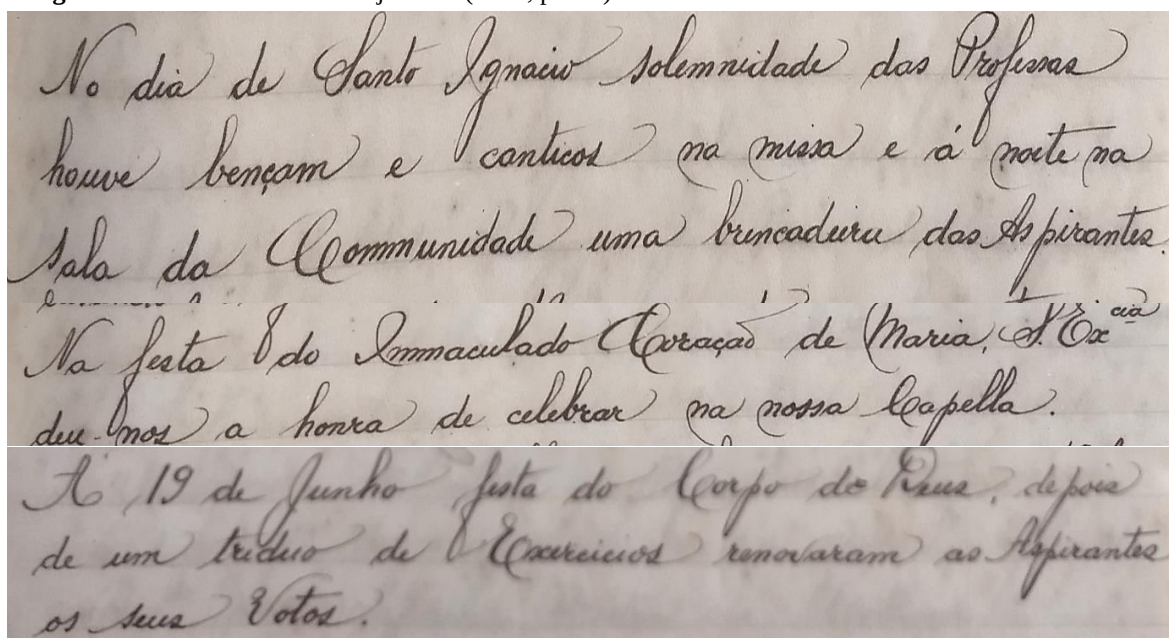
Durante o ano várias solenidades em homenagem aos santos eram realizadas pelas Irmãs Dorotéias juntamente com as alunas e os membros do clero. Não apenas o patrono do Colégio era reverenciado, lembremos que as representações e práticas do catolicismo popular⁴⁴ estiveram presentes no Brasil desde o período colonial e suas práticas não dependiam da intervenção das autoridades eclesiásticas para serem adotadas pelos fiéis.

Concebidos como seres pessoais e espirituais dotados de poderes sobrenaturais, eles são tidos como capazes de exercer influência sobre o curso da vida e da natureza. Os Santos estão no céu, de onde podem intervir junto a Deus em favor dos homens, graças aos méritos que adquiriram durante sua vida ou momento de sua morte. Alguns deles são especialistas em um ou outro domínio particular, devido a um fato marcante em sua vida, ou mesmo a sua representação icnográfica (OLIVEIRA, 1985, p. 114).

Os cultos aos santos são práticas culturais do catolicismo que representam as crenças e os valores, atitudes, costumes, assim, a partir da gerência de uma congregação religiosa o grupo encontra uma afinidade emocional, estímulo e aceitação. As Dorotéias na sua missão evangelizadora investiam nas solenidades aos demais santos, como destacado nas cartas. Acompanhemos um trecho, por nós selecionado:

⁴⁴ Para saber mais sobre o catolicismo popular, ver Oliveira (1985).

Imagem 37 – Carta da Casa de Cajazeiras (1935, p. 2-3).



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife-PE.

Outro aspecto importante das práticas culturais e da religiosidade doroteana na formação das alunas diz respeito a sua participação nos retiros e encontros realizados durante o ano letivo nos quais ocorriam renovações dos votos das aspirantes, despertando nas participantes o interesse pela vida religiosa. Ocorria também durante os retiros a entrega de fitas, que significava a inclusão das alunas nas congregações como membro ou como postulantes.⁴⁵

As alunas eram cercadas em todos os momentos da vida escolar, seja como interna ou externa, por um aparato ideológico religioso e sem que percebessem os artifícios da instituição aderiam as ações executadas pelas irmãs mestras. Um exemplo das estratégias de persuasão utilizada pelas religiosas está na Carta de fevereiro de 1941 no que se refere às festas carnavalescas.

No dia 22 de fevereiro, começou o retiro das moças que terminou a 26 (quarta-feira de cinzas) com o comparecimento de 117 moças. Foi uma grande vitória, pode-se dizer que aqui não houve brincadeira de carnaval por faltarem muitas das que tomavam parte. Houve internas, externa e semi-internas. Saíram todas muito satisfeitas (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1941, p. 1).

Para além das festividades religiosas e das atividades de culto, devoções, adoração, sacrifícios, quermesses e retiros, foram também organizados grupos de orações e associações de caráter assistencialistas. Nesse sentido, ao consultarmos a documentação encontramos as

⁴⁵ Em inúmeras Cartas elaboradas pela Madre Superiora encontramos, especialmente nos anos de 1934, 1935, 1937 e 1936, relatos sobre essas atividades.

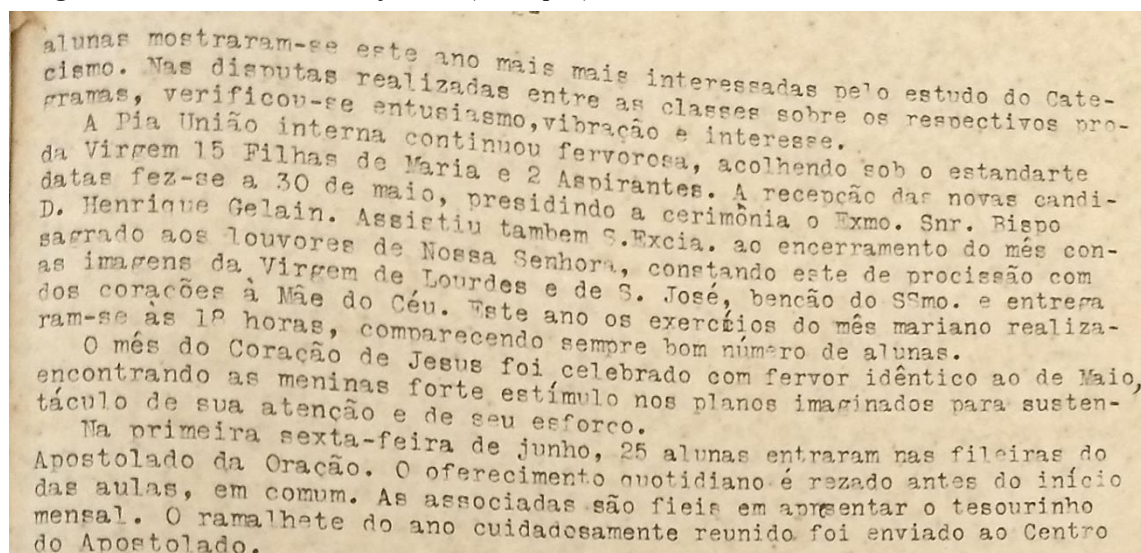
seguintes associações nas quais estiveram efetivamente envolvidas as alunas e ex-alunas do Colégio:

Centro Vocacional e Pastoral São José (março de 1928);
 Filhas de Maria (01 de novembro de 1931)
 Cruzada Eucarística (1932)
 Apostolado da Oração (04 de setembro 1931);
 Obra de Propagação da fé: (18 de outubro de 1931)
 Centro de Estudo Paula Frassinetti (01 de maio de 1934);
 Congregação dos Santos Anjos (02 de outubro de 1930);
 Exército Sagrado de Jesus (1936)
 A Pia União das Filhas de Maria (06 de outubro de 1937)
 Juventude Estudantina Católica Paula Frassinetti (fundado em 13 de maio de 1937);
 Ação Católica: Inaugurada em setembro de 1941;
 Obra dos Tabernáculos (1949);
 Associação das ex-alunas Dorotéias (1953);
 A Pia Obra (fundada em 13 de junho de 1957).⁴⁶

Participar desses grupos e das atividades por elas desenvolvidas na comunidade era sinônimo de *status* para as meninas, afinal estavam inseridas e incluídas na Congregação como membros importantes e com destaque no meio social cajazeirense.

A Congregação dirigente do Colégio Nossa Senhora de Lourdes era consciente da necessidade de criar uma estrutura capaz de manter uma mobilização que permitisse uma atuação mais eficaz junto aos católicos e na comunidade de modo geral. Assim, a cada celebração mais alunas eram integradas, como constatamos nos relatos da Carta de 1945. Leiamos um trecho por nós selecionado:

Imagem 38 – Carta da Casa de Cajazeiras (1945, p. 2).



alunas mostraram-se este ano mais interessadas pelo estudo do Catecismo. Nas disputas realizadas entre as classes sobre os respectivos programas, verificou-se entusiasmo, vibração e interesse.

A Pia União interna continuou fervorosa, acolhendo sob o estandarte da Virgem 15 Filhas de Maria e 2 Aspirantes. A recepção das novas candidatas fez-se a 30 de maio, presidindo a cerimônia o Exmo. Snr. Bispo D. Henrique Gelain. Assistiu também S. Excia. ao encerramento do mês com as imagens da Virgem de Lourdes, constando este de procissão com dos corações à Mãe do Céu. Este ano os exercícios do mês mariano realizaram-se às 18 horas, comparecendo sempre bom número de alunas.

O mês do Coração de Jesus foi celebrado com fervor idêntico ao de Maio, encontrando as meninas forte estímulo nos planos imaginados para sustentáculo de sua atenção e de seu esforço.

Na primeira sexta-feira de junho, 25 alunas entraram nas fileiras do Apostolado da Oração. O oferecimento quotidiano é rezado antes do início das aulas, em comum. As associadas são fieis em apresentar o tesourinho mensal. O ramalhete do ano cuidadosamente reunido foi enviado ao Centro do Apostolado.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife – PE.

⁴⁶Tais informações encontram-se nas Cartas de 1930, 1931, 1933, 1934, 1935, 1945, 1947, 1949, 1953, 1957.

Azzi, (2000, p. 173) destaca que:

Sendo um instituto dedicado a educação da juventude, composto por mulheres consagradas, era natural que a educação das alunas na fé católica constituísse uma das metas primordiais. Tratava-se, de fato, de educar as meninas brasileiras nos princípios religiosos segundo os padrões tridentinos, e dentro do modelo ultramontano que se fortalecia na Europa no século XIX (AZZI, 2000, p. 173).

As associações eram organizadas pelas irmãs para incentivar a vida cristã entre as alunas, e a de maior destaque era a Associação das Filhas de Maria, que nasceu nos colégios da Itália e foi trazida para o Brasil pelas Irmãs Dorotéias que às organizaram seguindo o manual de Roma. Para se tornarem Filhas de Maria as alunas se afervoravam na devoção a Santíssima Virgem, praticavam os atos: de bondade, sacrifícios, renúncia e penitência para alcançar a purificação da alma. Como mostra o documento intitulado: “Actos praticados pelas alunas dos 1º, 2º e 3º annos do Curso Normal em junho de 1932.

- Missas ouvidas: quinhentas e oitenta e sete (587)
- Visitas ao S.Smo: Cinquenta e dois mil oitocentos e noventa e sete. (52.897);
- Comunhão: Quinhentas e oitenta (580);
- Florisinhas: Dez mil quinhentos e quarenta e oito (10.548);
- Terços: Quinhentos e vinte (520);
- Horas de silêncio: trinta e cinco horas (35);
- Horas de sede: Oitenta e duas horas (82);
- Mortificação da vontade: Trinta e sete horas (37);
- Mortificação no modo de sentar-se 62;
- Mortificação dos sentidos: Cinquenta e duas horas (57);
- Supportei o calor do dia sem me queixar, pela conversão dos pecadores;
- Por amor de Jesus Cristo fiz uma hora de perfeito silêncio;
- Por amor do Coração de Jesus supportei em silêncio uma grande repreensão, que não merecia, tendo vontade de responder para me desculpar;
- Lembrando-me da paciência de Jesus, não me movi durante uma hora de classe;
- Não respondi a uma colega, que me aperreou e me maltratou, fazendo este acto pela conversão de um pecador;
- Pelo amor do Coração de Jesus passei a língua no chão;
- Pela conversão de um pecador não comi sobremesa;
- Pelo amor do Coração de Jesus passei 3 1/2 horas de sede;
- Para honrar as Chagas do Sag.do Sagrado Coração de Jesus rezei 5 jaculatórias com os braços abertos;
- Procurei vencer o meu gênio num momento de muita zanga;
- Para honrar o coração de Jesus no S. Smo. Sacramento do Altar dizendo: Jesus manso e humilde de Coração, fazei meu coração semelhante ao vosso;
- Por amor ao Coração de Jesus fiz algumas caridades aos pobres;
- Pelo amor do coração de Jesus passei uma aula toda sem me mover na carteira oferecendo este sacrifício p^a obter de seu Divino Coração a graça de ser boa;
- A graça que hoje pedi foi a conversão de um pecador e para isso rezei o terço ajoelhada num joelho só;
- Para mortificar a minha língua, fiz com ella duas cruzeiras no chão;
- Deixei a sobremesa pela minha mortificação.⁴⁷

⁴⁷Ver manuscrito no anexo B.

Com esses “atos” e, de acordo com os preceitos institucionais da Congregação das Irmãs Dorotéias, as alunas se preparavam para tomarem parte nas associações, sendo a de maior destaque as das Filhas de Maria. A associação das Filhas de Maria foi organizada no Colégio São José do Recife no primeiro semestre de 1869 e no segundo semestre já estava funcionando. As regras do manual seguido no mencionado Colégio foram as mesmas adotadas, posteriormente, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, bem como nos demais colégios da Congregação fundados ao longo do século XX. As alunas que participavam das associações eram as que mais se destacavam por suas atitudes como cristã e que cumpriam com fidelidade os ensinamentos e doutrina da Congregação. Azzi (2000, p. 187), destaca o relato da Madre Pingiani em 1869, do Colégio São José. Acompanhemos um trecho:

As Filhas de Maria eram realmente exemplares, laboriosas e amantes da virtude. Ajudavam as suas companheiras a serem boas, e constatar-se um verdadeiro espírito de caridade. Entre elas a frequência dos sacramentos tornou-se regular, como só acontece em nossos colégios. As meninas eram prudentes, sabiam como deviam conduzir-se com os seus pais, e o faziam com tanta arte, que se acreditava fossem inspiradas no espírito de Deus (PINGIANI, 1869, p. 30, *apud* AZZI, 2000, p. 187).

Ser uma “Filha de Maria” repercutia na vida da aluna no colégio e na vida social, pois gozavam da predileção das irmãs e firmavam seu papel de destaque junto a sociedade, “as meninas que pertenciam a associação das Filhas de Maria constituíam uma espécie de elite religiosa no colégio, encarregando-se de orientar as demais companheiras nos exercícios de virtude e piedade.” (AZZI, 2000, p. 187).

O ingresso das alunas nas associações acontecia durante as celebrações religiosas aos santos e anjos, revestido de toda uma simbologia e seguida de festividades organizadas pelas Filhas de Maria. Na Carta de 1932, encontramos o seguinte trecho que descreve os detalhes acerca da admissão de alunas na Congregação dos Santos Anjos:

Por ser este ano de 1932 consagrado aos S. Anjos, a congregação dos mesmos em solenidade o dia 2 de Outubro. Houve missa com cânticos. Comunhão geral, benção ao Stmo^o. As 9 da manhã admissão de 9 alunas na Congregação. O silêncio foi dispensado até as 2 horas da tarde. O jantar das educandas foi de festa, falando em bem pronunciado discurso de saudação a congregação dos S. Anjos uma 4^a mista. O refeitório se achava lindamente enfeitado. As Filhas de Maria sem que os anjos soubessem prepararam-lhes uma belíssima festa de sala, cujo programa contou dos seguintes números: Discurso, música, um belo drama religioso: ‘O sangue que ora’, vários quadros vivos representando a proteção do anjo da guarda sobre as crianças. A boa e exemplar Filha de Maria em ótimas disposição tentada pelo mundo e demônios, na tentação pervertida por maus companhias cahida no pecado finalmente atendendo as vozes de seu bom anjo arrependida vem lançar-se aos pés da Virgem SSm^a. (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1932, p. 6).

O mês de outubro do ano de 1932 foi marcante para as irmãs doroteias e alunas do Colégio, em Cajazeiras-PB, que receberam uma benção da Santa Sé. Vejamos:

Com delirante alegria no dia 4 de outubro chegou ao nosso conhecimento a grande graça que a Santa Sé concedeu ao nosso povo e Santo Instituto com a missa Santa Paula. Em regozijo a este tão grande benefício foi feriado no Collégio do meio dia para a tarde. O Rev.mo. Capellão ao ler a missa e o officio que lhe foram mostrados pela R. M. Superiora disse: ‘Oh irmãs poderosas, ate junto a Santa Sé tem poder!’ E continuou, a missa é belíssima, é belíssima [...] é preciso que a primeira vez seja cantada e deve precede-la um tridium bem fervoroso (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1932, p. 7).

Esse fato foi impactante na vida das alunas que passaram a se dedicar ainda mais a arte cênica como forma de protagonizar a religiosidade e fazer apresentações de caráter educativo com ênfase no altruísmo que caracterizava a educação do Instituto. Ainda de acordo com a Carta de 1932, que descreve o dia a dia do mês de outubro, verificamos que:

Desde o dia 4 de outubro vinham as alunas ensaiando a missa de “Angelis” para o dia 22 e nesse dia a capella estava lindamente ornamentada, celebrou o Ver. Padre Gervásio, cantando a missa todas as alunas maiores, médias e pequenas. As 2 da tarde houve imposição de fitas, das Filhas de Maria 8 alumnas e a de aspirante a outras 8 seguindo-se a benção. O jantar foi de festa e as 6 no salão houve um ensaio litterário e musical em homenagem a Mad. Fundadora segundo um bom programa: Paula Frassinetti gloria do instituto de Santa Dorotéia; Discurso Grande Paula; poesia: Uma graça de Madre Paula; diálogo; Quadros vivos; representando a vida e o fim de uma collegial que não aproveitou da educação que lhes deram. Quadros vivos representado a vida e morte de uma verdadeira aluna do colégio das filhas de Paula Frassinetti e sua entrada no céu. A festa terminou as 9 horas deixando a todos muito satisfeitos (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1932, p. 7).

Uma outra estratégia criada no Colégio para difundir e materializar a proposta pedagógica de Paula Frassinetti foi a fundação do Centro de Estudo Paula Frassinetti em 01 de maio de 1934, sob a supervisão e orientação do professor Hildebrando Leal. O seu objetivo, assim como os demais grupos de orações e associações, era o de formar as alunas nos princípios, valores e fundamentos que alicerçavam o projeto educativo idealizado e desenvolvido por Paula desde a criação da Congregação das Doroteias em 1834 em Quito na Itália.

Assim, à medida que as práticas culturais da religiosidade doroteana iam se intensificando no Colégio aumentava o entusiasmo das alunas em tomar parte dos grupos e associações, as disputas incentivadas entre as classes fomentavam o fervor pelos estudos da catequese, e na participação nos trabalhos de evangelização, e principalmente como “pescadoras” numa analogia a Jesus Cristo. Contudo, no que se refere a pescaria das alunas, a pesca não é de almas, mas de recursos para as atividades da Congregação, as quermesses e campanhas garantiam o dinheiro para as “Missões e Vocações”. Em Carta de 1945, a sua narradora elaborou a seguinte analogias: “a pesca no mar de Cajazeiras de peixes que são cruzeiros”.

A competição entre as turmas na “pesca” era tomada como um evento que demarcava a inserção social das educandas na comunidade cajazeirense bem como seu poder aquisitivo. As equipes eram formadas pelas normalistas dos 3º e 4º ano e eram cognominadas como “equipe vermelha e equipe azul”. A origem familiar tinha papel decisivo na competição, considerando que as alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes vinham das famílias ricas e tradicionais tanto de Cajazeiras como dos estados vizinhos, poderiam ter grande sucesso na arrecadação para as obras, pois as famílias disponibilizavam vultosas quantias para que a equipe de suas filhas fosse vitoriosa, conforme já salientamos em outras passagens neste estudo.

Eram nas festividades em homenagem a madre fundadora da Congregação doroteana que os trabalhos em torno da formação de apostolas se intensificavam entre as equipes azul e vermelha. As duas equipes utilizavam várias estratégias influenciando a participação dos membros da comunidade e durante as festas as alunas organizavam barracas com as cores das equipes onde vendiam produtos alimentícios e lembrancinhas. A equipe vencedora era homenageada e recebia em solenidade a bandeira missionária. A seguir destacamos da Carta de 1945 um trecho que relata essas atividades na qual fica explicitada a sua importância para o Colégio e para a Igreja.

Imagem 39 – Carta da Casa de Cajazeiras (1945, p. 2).

Outubro surge para a Escola, prenunciando ótimos dias de trabalho apostólico e de formação de apostolas, em torno da festa de nossa Beata Madre Fundadora - grande apóstola da juventude. É o trabalho em prol das Missões e Vocações Sacerdotais, iniciado em setembro, que se incentiva. Realizando o plano preestabelecido - "Apesca missionária", no mar de Cajazeiras, de peixes que são cruzeiros, as alunas se mostram destemidas e heróicas pescadoras, conseguindo apresentar, no encerramento da campanha um total de Cr\$ 11.957,00, destinados Cr\$ 8.957,00 às Missões e Cr\$ 3.000,00 às Vocações.

A entrega da bandeira missionária à classe campeã - 3º ano normal, foi feita pelo Exmo. Snr. Bispo, em singela festinha, assistida por numerosas famílias cajazeirenses. O Exmo. Snr. D. Henrique, pleno de comção e entusiasmo congratulou-se com mestras e alunas pelo bom êxito da campanha deste ano, louvando a sua atividade apostólica e caritativa.

Em particular foram entregues ainda ao Snr. Bispo Cr\$ 500,00, oferta para as vocações, que anualmente a Comunidade costuma fazer. As jecistas também apresentaram sua dádiva de Cr\$ 200,00.

A festa da nossa Beata Paula Frassinetti foi precedida de fervoroso tríduo e celebrada com Missa Solene. À tarde houve Bênção do SSmo., ouviu-se a palavra do Rvmo. Pe. Capelão, sobre a santidade da Madre Paula toda baseada no espírito do Evangelho.

Tiveram lugar nesse dia uma partida de "volley-ball" dos times azul e vermelho, respectivamente compostos de alunas dos 3º e 4º anos normais. e a festa das barraquinhas das cores dos times, em benefício das Rvdas. Irmãs da Itália.

A solenidade de Cristo Rei teve sua nota de apostolicidade em nossa Escola. Naquele dia ingressaram no exército sagrado de Jesus, que combatem em meio estudantino, 7 novos membros da Ação Católica. Às 6,30 h. em uniformes de gala, jecistas e estagiárias prestaram homenagem de honra ao seu Chefe Divino, pela assistência à Santa Missa e Comunhão fervorosa. A cerimônia de entrega de distintivos às estagiárias, oficiada pelo Exmo. Snr. Bispo, auxiliado pelo Rvmo. Vigário, revestiu-se do maior brilho.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife – PE.

Após terem fundado várias associações com as alunas em Cajazeiras, as irmãs Doroteias almejavam fundar o projeto da Pia Obra. Em Carta da Casa de Cajazeiras de 1952, a narradora destaca que “[...] para a Pia Obra, nesta paróquia, ainda não chegou a ocasião de Deus” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1952, p. 3). No ano seguinte, isto é, em 1953, identificamos em tom de lamento que “[...] a Pia Obra, que certamente faria nesta cidade um bem incalculável não foi ainda fundada” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1953, p. 3).

Historicamente o projeto da Pia Obra foi fundado pelos sacerdotes Lucas de Passi e seu irmão Marco Dei Conti Passi, em 1815, com o propósito de propiciar uma educação cristã as jovens do povo que viviam desassistidas pelos pais e que cresciam ignorantes das verdades da fé, longe dos sacramentos e a mercê dos perigos. Segundo Azzi (2000, p. 189):

[...] O manual da Pia Obra, impresso em Gênova em 1835, assim definia a instituição: “O escopo da Obra consiste em que algumas pessoas piedosas, com o nome de assistentes e cooperadores, promovam o cuidado de algumas crianças, para instalar nos seus corações o santo temor de Deus, e formá-las nos bons costumes, corrigindo-lhes as faltas e procurando que frequentem (AZZI, 2000, p. 189).

Em 1836, a convite de seu fundador, Paula Frassinetti assumiu o projeto e introduziu sua filosofia nos centros de educação, a partir de sua aceitação e vinculação com a Pia Obra o instituto por ela dirigido passou a se chamar Instituto de Santa Dorotéia.

Em Cajazeiras a incorporação da Pia Obra só ocorreu três décadas após a fundação do Colégio. Nesse sentido, identificamos em algumas passagens nas cartas o Bispo da Diocese solicitando empenho para a fundação da obra, contudo, precisou de tempo para ser instalada. Assim, somente em 1957 a Pia Obra se consolidou em Cajazeiras conforme podemos verificar na seguinte passagem: “[...] A 13 de junho foi fundada a Pia Obra de Santa Dorotéia, estando presente ao ato a R. Madre Provincial então em visita a esta comunidade. Nos poucos meses de funcionamento já se verificam resultados promissores” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1957, p. 1).

Ao analisarmos os discursos contidos nas “cartas” compreendemos que a persistência para a fundação da Pia Obra fora constante. Contudo, para que a obra fosse instalada e atendesse os objetivos propostos necessitava de senhoras com formação adequada, comprometidas com a proposta da Congregação e que se disponibilizassem a acompanhar e orientar as crianças e jovens da comunidade desprovidos de orientações e dos ensinamentos religiosos. Foi nesse contexto que ocorreu a fundação da Associação das ex-alunas Dorotéias, em 1953. Tal estratégia terminou por contribuir para a fundação da Pia Obra, em Cajazeiras. No anexo C, encontra-se a ata de sua fundação.

A criação da mencionada Associação foi importante para a concretização dos objetivos da Congregação que via nas ex-alunas o ensejo para dispersar as propostas de Paula Frassinetti no atendimento aos menores desprovidos sócio e economicamente de recursos para uma formação intelectual e religiosa. As ex-alunas eram dotadas de boa formação, recursos financeiros e inserção social na comunidade, o que permitiu apoio e doações para a construção de uma sede e escola para atender crianças e jovens pobres onde além da leitura e da escrita seriam ensinadas prendas domésticas e artes manuais. Este centro de formação fundado pelas ex alunas Dorotéias passou a atender crianças da comunidade que até então não tinham tido oportunidade de frequentar a Escola Nossa Senhora de Fátima “a escola das pobres”.

Nos arquivos da Associação encontramos a foto que registrou a aposição da pedra fundamental onde foi construída a sede da Associação das ex alunas Dorotéias. O terreno foi doado por uma tradicional família cajazeirense. O momento reuniu ex-alunas, autoridades políticas, religiosas e membros da comunidade que entusiasmados viam o nascedouro de um projeto com espaço de participação popular. A sede/escola foi erguida com recursos oriundos das campanhas realizadas no município e com doações de materiais por comerciantes locais.

Imagem 40 – Aposição da pedra fundamental para a construção da sede-escola das Ex-alunas Dorotéia. (1953)



Fonte: Essa fotografia encontra-se no interior da Ata de fundação da Associação das ex-alunas Dorotéia. Arquivo da Associação das ex-alunas Dorotéia. Cajazeiras-PB.

Nas imagens que se seguem podemos observar alguns registros das atividades realizadas pelas ex-alunas associadas. A primeira retrata uma reunião com a Madre Superiora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. A segunda e a terceira registraram as crianças e jovens atendidas(os) na Escola da Associação as quais também eram acompanhadas e orientadas pelas integrantes da Pia Obra. Na Associação das ex-alunas do colégio das Dorotéias foi fundada a Escola Nossa Senhora dos Remédios para atender as crianças pobres da comunidade. A escola funcionava com apoio da Igreja Católica, da Congregação das Irmãs Doroteias e o poder público municipal.

Imagem 41 – Flagrante em que a Madre Superiora do Colégio se reúne com membros da Associação de Ex-alunas (out. 1954)



Fonte: Arquivo da Associação das ex-alunas Dorotéia. Cajazeiras-PB.

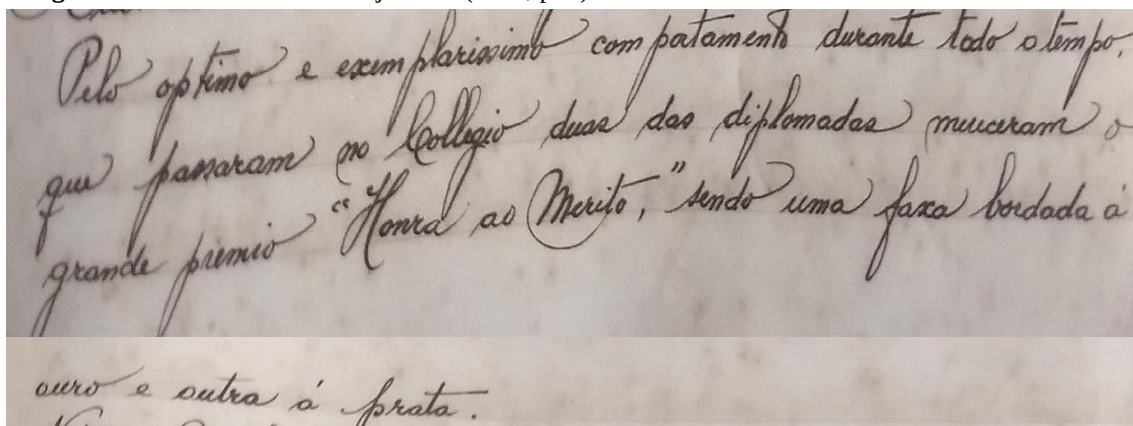
Imagem 42 – Crianças e jovens sendo atendidas(os) na Escola da Associação das ex-alunas (1956)



Fonte: Arquivo da Associação das ex-alunas Dorotéia. Cajazeiras-PB.

O sucesso das ações do Colégio a partir das atividades desenvolvidas pelas associações estava relacionadas à prática de premiações para as alunas que se destacavam durante o ano, tanto nas atividades curriculares, quanto nos eventos religiosos, ações espirituais e missionárias. As premiações ocorriam durante as festividades de colação de grau e era motivo de orgulho para as famílias e projeção profissional para as concluintes. Aqui evidenciamos um trecho da Carta de 1934 que destaca a passagem de um desses momentos de premiação de normalistas.

Imagem 43 – Carta da Casa de Cajazeiras (1934, p. 7).



Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife – PE.

A vida escolar das alunas dorotéias era guarnecida por um conjunto de métodos e estratégias que incluía também as atividades esportivas. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi organizado os times de Voleibol e Basquete, os times participavam de campeonatos organizados pelos colégios religiosos e se configuravam como um evento importante para as alunas que tinham oportunidade de socializar-se com alunas de outras instituições, além de, a partir das vitórias colocarem o seu Colégio como destaque.

A foto a seguir destaca o time de vôlei do Colégio da década de 1960 que foi organizado desde os primeiros anos de 1950. É importante ressaltar que essa foi a única foto do time de vôlei que encontramos durante a pesquisa.

Imagem 44 – Time de vôlei do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Década de 1960.



Fonte: Arquivo pessoal do professor Reudesman Lopes - 2019

Assim, nos finais de semana também estavam incluídos o “lazer” pela prática do esporte. É importante ressaltar que essas atividades eram destinadas as alunas internas, contudo, as irmãs mestras perspicazmente compreenderam muito rapidamente que deveriam também incluir as alunas externas nas atividades recreativas dos finais de semana como forma de mantê-las sob o olhar “zeloso das mestras”, conforme podemos averiguar no seguinte trecho de uma Carta de 1939:

Imagem 45 – Carta da Casa de Cajazeiras (1939, p. 7).

No 2º semestre a R. M. Superiora lembrou-se de convidar as externas para virarem ao Colégio aos Domingos à tarde. Nessa ocasião, organizavam-se jogos de bolas sempre assistidos pelas Irmãs que se alegravam por verem o entusiasmo das merúrias; tanto coronalistas, como primárias. Foi uma ideia feliz, pois vindo para o Colégio, não se lembravam de ir à “matinée”, onde se expunham fitas, em cada recordáveis. Nosso Senhor certamente ficou satisfeito, com a prática da Hora Santa pelas alunas, livrando-as de tantas levandades e maus hábitos que por vezes as entristeciam. Antes do jogo, internas e externas assistiam a uma conferência sobre “Ação Católica”, feita pela R. M. Superiora.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife – PE.

O cuidado ou o controle dispensado sobre as alunas do Colégio em todos os momentos de suas vidas, era o princípio fundamental das Dorotéias que seguiam as diretrizes traçadas pela sua fundadora que definiu como objetivo principal o cuidado com as crianças e jovens para que não fossem cooptadas pelos desejos e encantos do mundo. “Cuidar de suas almas” era fundamental para que se tornassem verdadeiras filhas de Deus, tementes, obedientes e disciplinadas na fé e nos modos.

Nesse ambiente escolar de tantas práticas e tantos ritos, era tecido o modelo ideal de jovem e de mulher, futuras mães, esposas e futuras mestras, com uma formação assentada nos ideais sacrossantos e de uma sociedade que se organizava sem alterar o *status* daqueles grupos mandatários que não desejavam alterar a estrutura política administrativa vigente em cidades interioranas como Cajazeiras.

Desejamos concluir este item reiterando que no Colégio Nossa Senhora de Lourdes as práticas religiosas ocuparam um importante papel como elemento diferenciador e difusor de sua cultura escolar, especialmente, aquela defendida pelo grupo gestor que procurava de todas formas evidenciar os seus hábitos, valores e normas, constituindo-se, portanto, em uma dinâmica cultural que produzia significados e motivações para gerar uma identidade específica e particular. Assim, tendo nos concentrados nas práticas religiosas, passaremos agora a discutir os aspectos curriculares como significativo elemento constitutivo da cultura escolar.

4.3 O currículo, uma das dimensões da cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes

O currículo como resultado das interações da escola e da sociedade está diretamente vinculado com a cultura escolar, nesse sentido, a sua elaboração historicamente produzido, abarca não apenas a definição de conhecimentos a serem ensinados, mas envolve, sobretudo, posicionamentos filosóficos e ideológicos. De acordo com Sacristán (1988, p. 125, *apud* SENE, 2007, p. 119), o currículo tem uma função “reguladora da prática, desempenhando o papel de uma espécie de partitura interpretável, flexível, mas de qualquer forma determinante da ação educativa”.

Costa (2001, p. 38) analisa o currículo como um campo de múltiplos elementos, como “território de produção, circulação e consolidação de significados como espaço privilegiado de concretização da política de identidade. Quem tem força nessa política impõe suas representações, o universo simbólico de sua cultura particular”. Os mecanismos delineadores do currículo definem seus significados e os caminhos traçados para os indivíduos a partir da

dimensão e da dinâmica incorporada no seu desenvolvimento. Nessa mesma perspectiva, Silva (2003, p. 21) afirma que:

O currículo é um espaço, um campo de produção e de criação de significado. No currículo se produz sentido e significado sobre os vários campos e atividades sociais, no currículo se trabalha sobre sentidos e significados recebidos, sobre materiais culturais existentes. O currículo tal como a cultura, é uma zona de produtividade. Essa produtividade, entretanto, não pode ser desvinculada do caráter social dos processos e das práticas de significação (SILVA, 2003, p. 21).

Para Sacristán (2013, p. 20):

Desde suas origens, o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora dos conteúdos e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem; ou seja, ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes (SACRISTÁN, 2013, p. 20).

Sendo o currículo um norteador no processo educacional, nele está justaposto o papel das disciplinas escolares como peça estruturante da função educativa que evidencia também o a especificidade cultural da escola.

No centro do projeto educativo, no seu sentido mais ampliado e do próprio currículo, estão às disciplinas com suas finalidades intrínsecas, que através de um conteúdo definido em consonância com as diretrizes traçadas pela instituição revelam os reais interesses do projeto da Congregação. Como assinala Costa (2001, p. 41),

O currículo e seus componentes constituem um conjunto articulado e normatizado de saberes, regidos por uma determinada ordem, estabelecida em uma arena em que estão em luta visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas, significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 2001, p. 41).

Os conteúdos ensinados nos permitem uma compreensão do modo como os planos eram traçados e os objetivos neles intrínsecos, assim sendo, “o currículo é a expressão e a concretização do plano cultural que a instituição escolar torna realidade dentro de determinadas condições que determinam seu projeto” (SACRISTÁN, 2013, p. 10).

Paula Frassinetti elaborou seu projeto educativo optando por um currículo que proporcionasse as alunas ensinamentos com noções básicas de formação humanística e moral, com forte teor nas artes em geral e no ensino de bons modos de forma a prepara-las para as apresentações que revestiam os momentos festivos dos colégios em acontecimento inusitado na comunidade, com apresentação de cantos, declamação de poemas e discursos.

No capítulo IV da Constituição de 1851, Paula Frassinetti destaca que o currículo dos colégios da Congregação deveria pensar na formação das alunas para a sociedade, ensinando leitura, escrita, gramática, história e aritmética, sendo permitido o ensino de língua estrangeira atendendo o desejo dos pais. Ela insiste, segundo Oliveira (1982a, p. 24),

no amor aos trabalhos manuais, aos cuidados domésticos como excelente meio de preservar as jovens da ociosidade, levandade ou dissipação mundana. Aproveitar-se de todas as ocasiões e de todos os meios para lhes dar algumas ideias de economia doméstica de modo proporcional a sua idade e a situação que poderão ter no mundo (OLIVEIRA, 1982a, p. 24).

Nesse sentido, o currículo do CNSL incorporou as ações que contemplava a formação pretendida pela Congregação das Doroteias para as jovens. Como assinala Sacristán (2013, p. 12-13) o currículo permite interações uma vez que neles

[...] se cruzam práticas diversas. A verdade é que sua essência e substância é resultado das transformações que práticas e decisões política, organizativas, pedagógicas e de controle (entre outras) provocam sobre ele. O currículo apresenta aspirações, interesses, ideias e forma de entender sua missão em um contexto histórico muito concreto sobre o qual são tomadas decisões e escolhido caminhos e o pertencimento a diferentes meios culturais (SACRISTÁN, 2013, p. 12-13).

Os fundamentos do currículo das escolas católicas, especialmente nos colégios das Irmãs Dorotéias, eram centrados na religiosidade. O ensino das disciplinas de caráter formativo tinha em sua essência as convicções da religiosidade que aliada às demais disciplinas buscava moldar o perfil das alunas intelectualmente e moralmente. Azzi (2000, p. 203), destaca a contribuição das Dorotéias na instrução e formação intelectual das alunas confiadas a seus cuidados, pois apesar de atuarem no Brasil numa época em que perdurava as ideias de que a mulher deveria ser preparada apenas para exercer as atividades do lar, aspecto esse que discutimos no capítulo anterior, as *mestras* doroteanas souberam conduzir um projeto educativo que não desprezava essa formação imposta sócio-culturalmente a mulher, contudo, incorporava a instrução intelectual e cultural. Nesse sentido o autor destaca que:

Mesmo atuando, em linhas gerais, dentro desses parâmetros, chama a atenção o cuidado das dorotéias em aprimorar o mais possível a formação cultural de suas alunas. Com referência à instrução, as meninas tinham aulas de português, francês, aritmética, geografia, desenho e caligrafia. Havia também uma ênfase na educação artística, através do aprendizado do piano e do canto coral, bem com a iniciação a arte declamatória. Os trabalhos manuais ocupavam também um espaço significativo nas atividades escolares, com destaque para bordados, pintura e confecções de flores (AZZI, 2000, p. 203).

Paula Frassinetti ao constituir o projeto educativo para os centros de educação das Dorotéias organizou um currículo que atendia as suas convicções religiosas e as necessidades do seu tempo, ao mesmo tempo em que estabelecia conexões e inserções em diversos lugares, épocas e contextos, respeitando as diferenças e peculiaridades necessárias a expansão e estabilização da obra. Entretanto, em todos os colégios católicos administrados pelas Irmãs Dorotéias que atuavam no Brasil desde os finais do século XIX voltados para a educação feminina, desenvolveram um currículo padronizado, tanto no tocante as disciplinas quanto com os ambientes, normativas e valores morais, tomando sempre como referência o Regulamento de 1918. Assim, o currículo das instituições de ensino das Dorotéias caracterizava-se pela sua construção cultural “universalista”, isto é, em cada colégio que foi fundado, tanto na Europa quanto no Brasil, seguiu fielmente a proposta elaborada por Paulo Frassinetti.

Tomando como referência as interpretações produzidas por Azzi (2000), verificamos que nas Cartas da Casa de Cajazeiras, as obras produzidas pelas mestras da Congregação Dorotéia tiveram como fundamentação as Constituições elaboradas por Paula Frassinetti e que terminaram por delinear a estruturação básica dos currículos dos colégios vinculado à Congregação. Observemos o Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Currículo desenvolvido pelas Doroteias para os Colégios da Congregação

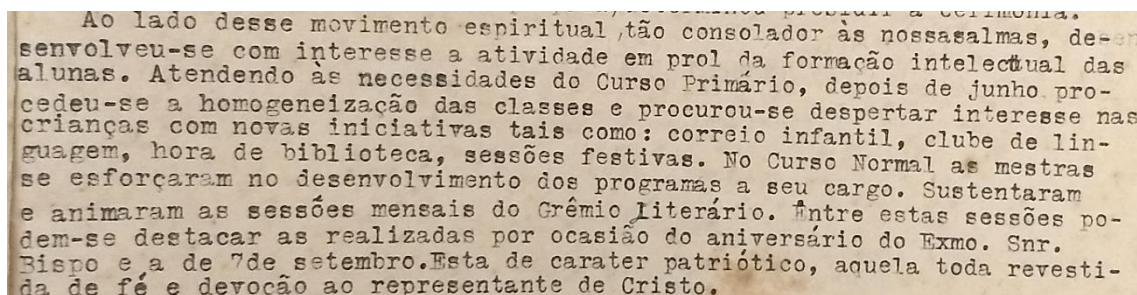
Disciplinas elementares	• Religião • Língua e literatura Portuguesa • Francês • Aritmética • História • Geografia • Desenho
Disciplinas com características marcadamente ornamental e artística.	• Piano • Canto Coral • Caligrafia • Arte Declamatória • Boas Maneiras
Disciplinas com características marcadamente ornamental e trabalhos manuais com ênfase doméstica	• Bordado • Pintura • Confecção de pássaros e • Confecção de flores
Formação Moral e Cívica	• Lições de urbanidade • Culto a autoridade • Pureza feminina • Pureza nas palavras e no comportamento.

Fonte: Azzi (2000).

Observando o quadro acima fica-nos logo evidenciado que o currículo geral destinado aos colégios da Congregação das Doroteias era assentado em quatro grandes orientações pedagógicas. A primeira concentrada nas matérias de formação geral e humanística, uma vez que não aparecem as matérias mais diretamente vinculadas ao conhecimento científico, tais como: biologia, física e química, ou simplesmente de ciências. A segunda e a terceira muito vinculadas as prendas domésticas e, portanto, destinadas prioritariamente ao universo feminino conforme analisamos no capítulo anterior. E, finalmente as de caráter civilizatório e moral. Assim, o currículo elaborado por Paula Frassinetti e posto em prática pelas irmãs mestras, cumpria os objetivos da formação cultural, cívica e religiosa, conciliando as regras do instituto e as possíveis diversidades sócio-culturais das regiões onde atuavam, uma vez que estava contemplada, por exemplo, a matéria “Lições de urbanidade”, aspecto esse que retomaremos um pouco mais adiante.

Entretanto, para efetivar essas quatro grandes perspectivas as *mestras* procuravam desenvolver a partir de múltiplos procedimentos metodológicos de ensino, tais como: Correio infantil, clube de linguagem, hora de biblioteca além da criação de grêmio literário, conforme podemos depreender em um trecho da Carta de 1945. Leiamos um trecho apresentado na Imagem 46.

Imagem 46 – Carta da Casa de Cajazeiras (1945, p. 3).



Ao lado desse movimento espiritual, tão consolador às nossas almas, desenvolveu-se com interesse a atividade em prol da formação intelectual das alunas. Atendendo às necessidades do Curso Primário, depois de junho procedeu-se a homogeneização das classes e procurou-se despertar interesse nas crianças com novas iniciativas tais como: correio infantil, clube de linguagem, hora de biblioteca, sessões festivas. No Curso Normal as mestras se esforçaram no desenvolvimento dos programas a seu cargo. Sustentaram e animaram as sessões mensais do Grêmio Literário. Entre estas sessões podem-se destacar as realizadas por ocasião do aniversário do Exmo. Snr. Bispo e a de 7 de setembro. Esta de caráter patriótico, aquela toda revestida de fé e devoção ao representante de Cristo.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste-Recife – PE.

Para a realização das aulas as mestras se preocuparam em ter a disposição das alunas os recursos didáticos necessários à boa instrução, para as aulas de geografia, por exemplo, que incluía também elementos da astronomia, as mesmas solicitavam a Roma globos de geografia e astronomia, bem como para as aulas de desenho que tinha um papel importante no contexto da aprendizagem. Na verdade, o ensino de desenho sempre foi estimulado pelas mestras doroteanas, ou seja, desde o século XIX, conforme menciona Azzi (2000, p. 212), “Com o desenvolvimento da história natural do século XVIII, o desenho assumiria uma importância

muito grande. Não havendo ainda na época aparelhos fotográficos, era necessário preparar textos com desenhos de plantas e animais que facilitassem o estudo da botânica e da geologia.”⁴⁸

Os contatos entre as irmãs dorotéias no Brasil e a Madre fundadora era constante, e nesses contatos um dos temas correntes era o currículo desenvolvido nos colégios e também sobre as aulas de desenho, que naquele momento era bastante estimulado o seu ensinamento nos colégios localizados na cidade de Roma.

As aulas de desenho tinham também outros papéis além da confecção de material didático, a disciplina de ornamento que englobava desenho, pintura e bordados eram fundamentais na formação das meninas na arte doméstica, preparação para vida cotidiana como donas de casa prendadas. Vale registrar que como não existiam livros de desenho no Brasil para as aulas, eles eram constantemente solicitados aos dirigentes que viviam na cidade de Roma.

No Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Cajazeiras, as aulas de ornamento tinham um destaque especial nos momentos de festividades, especialmente no encerramento do ano letivo como já descrito anteriormente, isto é, no capítulo 3 deste estudo. Para tanto, eram organizadas exposições dos trabalhos das alunas para visita dos familiares e da população em geral. Eram os “lavors” como conceituava Paula Frassinetti em suas cartas e manuais. A mesma atenção era dada às aulas de trabalhos manuais como também para as aulas de música vocal e instrumental. Vale registrar que as celebrações e as festividades religiosas eram normalmente acompanhadas pelo coral formado pelas alunas e regido pelas mestras. As apresentações sempre encantavam a todos e fazia com que as famílias se orgulhassem de suas filhas.

Quanto ao estudo da Língua Portuguesa e do francês, eram consideradas como matérias fundamentais, indispensáveis na formação das moças de “sociedade”. A Arte Declamatória, que era uma matéria específica, era incentivada pelas mestras nos colégios como parte da formação das alunas. Afinal, aquelas alunas deveriam estar bem preparadas na arte do convencimento, uma vez que elas se tornariam propagadoras dos ideais doreteanos no seu sentido mais restrito e difusoras do cristianismo católico no seu sentido mais ampliado.

A educação moral e cívica era também um aspecto muito importante do currículo das escolas da Congregação Dorotéia. Do conjunto de suas matérias podemos inferir duas orientações, quais sejam: as de caráter moral ou “moralista” enunciadas pelas matérias Pureza feminina e Pureza nas palavras e no comportamento. E duas matérias mais próximas das questões cívicas, quais sejam: Lições de urbanidade e a de Culto a autoridade.

⁴⁸ Essa passagem escrita por Azzi (2000), nos sugere que os conteúdos de ciências eram desenvolvidos no âmbito do ensino de geografia, entretanto no Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Cajazeiras não foi possível identificar essa questão.

As discussões nas aulas de Culto a autoridade, eram muito provavelmente, permeadas pelo sentimento patriótico e/ou nacionalista, que era visto à época como uma virtude de cidadania. Todavia, associado a esse formalismo o culto a autoridade, era extremamente significativo no universo eclesiástico. A autoridade era (e ainda o é!) um dos princípios da doutrina católica que defende que todos os seus representantes têm poder divino. Naquela época serviu para se contrapor aos ideais de liberdades do Homem que haviam sido proclamados desde a Revolução Francesa. Àquele ideal basilar do liberalismo político, econômico e cultural era considerado pernicioso ao poder de Deus. Dessa forma foi estabelecido o culto e veneração aos religiosos que ocupavam cargos no comando da Igreja Católica, outorgando assim aos sacerdotes e as madres superioresas o título de reverendíssimos. Quanto aos bispos o tratamento dado era de excelência.

Para além dos pronomes de tratamento que marcavam uma rígida hierarquia de poder e de mando, um procedimento adotado pela Congregação das Doroteias no sentido de reforçar a ideia de “autoridade” era, especialmente quando uma madre ocupava o cargo de direção dos colégios. Para tanto, foi institucionalizada a festa anual à Madre Superiora no Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras. Entretanto, vale registrar que esse ritual seguiu o exemplo do Colégio de Roma e do Colégio São José, em Recife.

A primeira festa realizada para a Madre Superiora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi realizada no dia 17 de abril de 1929, após a chegada da correspondência de Roma com a “*nomina de superiora*” para a Madre Judith Fernandes que desde abril de 1928 dirigia a casa como diretora interina. A *nomina* foi recebida no dia 10 de fevereiro e esse acontecimento foi registrado na Carta de 1929, conforme podemos acompanhar no trecho abaixo.

Imagem 47 – Carta da Casa de Cajazeiras (1929, p. 1).

A notícia foi recebida com alegria e na hora do lunch uma mestra fez um cumprimento de felicitações à Rev^{da} Madre Superiora manifestando os sentimentos da Comunidade e os protestos de submissão e dependência de cada uma pronta todas a ajudá-la em tudo como verdadeiras filhas. O jantar foi de festa sendo o dia passado em Santo Desgraças. No dia 11 Sua Ex^{cia} Rev^{ma} D. Moyses veio dar as parabenizações à Rev^{ma} Superiora pela *nomina* recebida e congratular-se com as Irmãs pelo 1º aniversário da fundação do Colégio.

Fonte: Arquivo da Província do Nordeste - Recife-PE.

Um pouco mais adiante a narradora acrescenta: “Como na chegada da nomina da Revda. Ma. Superiora estávamos na quaresma e as alunas nem todas haviam regressado das férias, a festa por vontade de Sua Revcia. ficou adiada para o dia 17 de abril aniversário de sua profissão e solenidade do patrocínio de São José. (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1929, p. 2).

Ainda sobre essa questão Azzi (2000, p. 231), nos ensina que:

[...] A festa a madre superiora tinha uma finalidade educativa e normativa ao inculcar nas alunas o sentimento de respeito a autoridade, obediência as suas ordens e gratidão no exercício do cargo. Assim, todo ano as alunas organizavam uma festa para a madre superiora e festejavam no mês de outubro a madre fundadora Paula Frassinetti. “Desde o início as Dorotéias procuraram que as alunas ficassem cientes da importância de Paula Frassinetti como fundadora da congregação, e por conseguinte, como responsável pela presença delas no Brasil para o exercício de sua missão educativa (AZZI, 2000, p. 231).

Na Carta de 1929 também identificamos no relato a observância sobre o respeito e reverência a autoridade episcopal:

Como de costume no dia 8 de abril a Revda. Ma. Superiora, mestras e alunas foram ao palácio cumprimentar o Exmo. Sr. Bispo pela passagem do aniversário de S. Excia. Falando nesta ocasião a Normalista do 2º ano Desaltina Sá. Depois do cumprimento S. Excia. comovido até as lágrimas agradeceu a Revda. Ma. Superiora, mestras e alunas dizendo que de todas as muitas saudações e manifestações que nesse dia recebeu, nenhuma foi nem mais cara nem mais significativa e nem mais comovedora. Acrescentou que com sinceridade dizia que a porção mais mimosa e mais cara de sua Diocese, bem como a maior graça de seu episcopado é o Colégio de Santa Dorothea (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1929, p. 3).

Aliado a esse respeito à autoridade estava subjacente o sentimento nacionalista conforme mencionamos anteriormente, que deveria ser nutrido nas alunas, apesar das desconfianças relativas à organização política do Brasil que havia desde a implantação do regime republicano recebido apoio e sofrido interferências da maçonaria considerada inimiga da Igreja Católica. Entretanto, mesmo com alguns senões as doroteias prestigiavam as celebrações nacionais e respeitavam o entusiasmo das alunas com os eventos cívicos, como verificamos na Carta de 1944.

Conforme o costume estabelecido na Escola, realizou-se o tríduo cívico em preparação ao dia da pátria, 7 de setembro. O programa apresentado em cada dia era executado em pouco mais de uma hora, havendo sempre o discurso oficial por uma aluna e outros números festivos, cânticos e recitativos, ouvindo-se também a palavra do presidente de honra e de um dos professores. Estiveram presente o prefeito interino, o Reverendo Vigário Capitular, o Juiz de Direito, professores, alunas e ex-alunas (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRS, 1944, p. 4).

Quanto a Lição de Urbanidade, visava construir uma nova mentalidade urbana considerando que as meninas e moças eram originalmente filhas de fazendeiros, comerciantes e de senhores de engenho da região Nordeste. Sobre essa questão Azzi (2000, p. 223), teceu a seguinte reflexão:

Ao colocar suas filhas nos colégios das Dorotéias, os pais esperavam que as meninas rompessem com seus hábitos de rusticidade, e fossem preparadas para os modos de vida nas cidades. Ao mesmo tempo, porém, desejavam que essa nova educação mantivesse também padrões morais conservadores, sem qualquer influência do espírito libertário que começava a se afirmar em alguns setores bem específicos e mais intelectualizados da população. Apreciavam, portanto, os princípios éticos que eram inoculados pela escola católica, mantendo a mulher na dependência do marido, e privilegiando a sua condição de mãe e dona de casa (AZZI, 2000, p. 223).

Essa formação era complementada com as aulas de boas maneiras, que consociada ao sentimento de urbanidade buscavam construir senhoritas e futuras senhoras com “bons modos” e “civildade”. Saber se vestir adequadamente, ter comportamento recatado, linguagem e expressões corretas e refinadas faziam parte do ideário da mulher/esposa perfeita. Ainda recebiam aulas de música (piano) de canto que serviria tanto como atributo social quanto para levarem para a sociedade a mensagem de amor e fé em Deus e nos princípios cristãos-católicos.

O currículo desenvolvido pelas Dorotéias no Colégio Nossa Senhora de Lourdes seguia a proposta da congregação, porém, não deixou de cumprir as demandas advindas com as reformas educacionais do Brasil. Nas Cartas essa questão não fica muito claro, contudo, identificamos algumas adequações, como por exemplo o que ocorreu em 1933, quando não houve colação de grau em virtude da reorganização do ensino secundário decorrente da reforma de 1931, a Reforma Francisco Campos, conforme já discutimos no capítulo 2 deste trabalho. Esta reforma rompeu com a estrutura secular nesse nível de escolarização, marcando significativamente a história do ensino secundário brasileiro. Dallabrida (2009, p. 185), aponta que a reforma de 1931:

[...] estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade a cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos as aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava no Brasil, nos anos de 1930 (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

O aumento do número de anos divididos em dois ciclos para o ensino secundário exigiu dos colégios uma reorganização e uma reestruturação que permitisse manter o número de alunos matriculados. De acordo com Dallabrida (2009), a mencionada reforma beneficiou a elite, pois era longo o ciclo de escolarização de sete anos que preparava os estudantes para o ingresso nos cursos superiores. O caráter elitista também se definiu pela complexidade e exigências quanto a regularidade da frequência dos alunos, que implicava na realização dos exames de final de ano e na sua progressão no curso. Essa mudança na organização do ensino secundário não repercutiu de forma unânime em todas as instituições de ensino, uma vez que os colégios confessionais já executavam mesmo sem as exigências de uma legislação um ritmo seriado nos cursos.

Dallabrida (2009, p. 187) destaca ainda que essa divisão em dois ciclos e o aumento de anos de escolarização formal proporcionou a montagem de uma estrutura mais complexa ao ensino secundário e encaminhamentos mais específicos aos cursos superiores, articulando a seriação anual das disciplinas a serem ministradas nos dois ciclos. Assim:

No curso fundamental as disciplinas Português, Matemática, História da civilização, Geografia e desenho estavam seriadas em todos os cinco anos. Havia uma sequenciação entre Ciências Físicas e Naturais (previsto nas 1ª e 2ª séries) e Física. Química e História Natural (colocadas nas três últimas séries). Entre as línguas estrangeiras, havia destaque para o francês, previsto nas quatro primeiras séries, diferentes do Inglês, Alemão e Latim, estabelecidas em menos séries. A disciplina Música (canto orfeônico era obrigatória nas três primeiras séries do curso fundamental (DALLABRIDA, 2009, p. 187).

As mudanças no currículo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes com a reforma de 1931, foram comentadas nas cartas de forma bem sucinta. Em dezembro de 1931 a narradora após descrever importantes momentos da formação espiritual ocorrido durante o ano, acrescentou que: “apesar da grande reforma dos programas dos estudos, com a benção de Deus as alunas fizeram grande progresso.” (CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1931, p. 6).

Desejamos ressaltar que na seara das discussões que envolvem a cultura escolar um aspecto relevante são as mudanças estatutárias e regimentais internos das instituições. São prescrições que de forma indireta ou direta orientam parte das práticas pedagógicas e administrativas de uma determinada instituição escolar e/ou educacional. Para tanto, passamos a discutir no próximo subitem as mudanças ocorridas no CNSL com a publicação dos seus novos estatuto e regimento.

4.3.1 Um novo estatuto e regimento para o Colégio Nossa Senhora de Lourdes: A produção de uma nova cultura escolar?

Durante quase duas décadas de atuação como instituição de ensino em Cajazeiras o Colégio Nossa Senhora de Lourdes consolidou suas atividades educacionais e administrativas pautadas em diretrizes e regulamentos instituídos pelo instituto das Dorotéias, contudo, a medida que foram se concretizando as reformas de ensino no Brasil republicano, o mencionado Colégio foi se adequando e adotando medidas de organização administrativa e pedagógicas exigidas pela nova conjuntura política-administrativa que se refletia no projeto educacional almejado pelo Estado para a sociedade brasileira. Nesse sentido, após 21 anos de seu funcionamento o Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Cajazeiras, elaborou em abril de 1949 o seu primeiro estatuto que ficou em vigência por 13 anos, ou seja, permaneceu em vigor até o ano de 1962.

Sua elaboração atendeu as exigências do Decreto 4.857 de 9 de novembro de 1939 que dispunha sobre a execução dos serviços concernente aos registros públicos estabelecidos pelo código civil. Todavia, o Estatuto de 1949 somente foi registrado em cartório em 10 de setembro de 1956, conforme podemos verificar no anexo D, deste trabalho. Somente a partir desse registro oficial é que a mencionada instituição passou a ter sua personalidade jurídica a denominação Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

No bojo da elaboração deste Estatuto, podemos observar que algumas mudanças na estrutura curricular do mencionado Colégio foi influenciada pelas orientações contidas tanto pelo Decreto Lei 4.244 de 09 de abril de 1942, também conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário,⁴⁹ quanto pelo Decreto Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, ambas produzidas no contexto das reformas promovidas por Gustavo Capanema.

Assim, segundo o mencionado Estatuto, no seu Capítulo 2, artigo 2º, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes oferecia cinco cursos:

⁴⁹ A partir dessa Lei Orgânica ensino secundário no Brasil era constituído por dois ciclos: O primeiro ciclo compreenderá um só curso - o curso ginasial, de quatro anos. O segundo terá dois cursos paralelos, cada qual com a duração de três anos, sendo qualquer dêles acessível aos candidatos que tenham concluído o curso ginasial. (BRASIL, 1942, p.1).

- 1º o Curso Infantil, para crianças de quatro a seis anos;
- 2º o Curso Primário, com quatro anos de duração;
- 3º o Curso de Admissão de um só ano, objetivando preparar para o exame de admissão ao 1º ciclo do curso secundário ou ginásio;
- 4º o Curso Ginásial, com duração de quatro anos, e o
- 5º o Curso Normal, com duração de três anos, objetivando formar professores primários. (ESTATUTO do Colégio, 1956, p. 2).

No que concerne ao Curso/ensino Primário a organização curricular era constituída pelas seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências, História do Brasil, Geografia do Brasil, Desenho e Canto Orfeônico, este último especialmente a partir da quarta série do 1º ciclo.⁵⁰

A partir das adequações realizadas tendo como fundamento os decretos acima mencionados, ocorreram mudanças significativas na estrutura curricular do colégio, uma das principais foi o aumento da duração dos cursos, que conseqüentemente aumentou o tempo de permanência das alunas tanto no curso ginásial quanto no curso normal.

Quanto ao Curso Normal, conforme já mencionado anteriormente, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes seguiu à risca a estrutura curricular contida no Decreto Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Normal. Acompanhemos:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música. 5) Música e Canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação e jogos.

Segunda série: 1) Biologia educacional. 2) Psicologia Educacional. 3) Higiene e Educação Sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos.

Terceira série: 1) Psicologia Educacional. 2) Sociologia Educacional. 3) História e Filosofia da Educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto, 8) Prática de ensino. 9) Educação física, recreação e jogos.⁵¹

As mudança processada que alterou a estrutura curricular do colégio exigindo uma formação mais específica para o magistério com inclusão de disciplinas preparatórias para o exercício da docência, não processou alteração no tocante as concepções de uma formação alicerçada em princípios religiosos. Percebemos através das Cartas da Casa de Cajazeiras que a introdução de novas disciplinas e o aumento do tempo de estudo das normalistas não os afastou dos exercícios diários de oração e atuação nos grupos e associações fundadas e coordenadas pela Congregação.

⁵⁰ Ver no anexo E, um histórico escolar da 4ª série do 1º ciclo de 1951.

⁵¹ Ver no anexo F, um histórico escolar da 1ª série do Curso Normal, 1951.

O currículo adotado nos colégios dirigidos pelas Irmãs Dorotéias, já apresentado neste trabalho, não foi substituído, as disciplinas lecionadas anteriormente as reformas do ensino normal e secundário permaneceram ou foram reestruturadas. No tocante as regras instituídas pela Congregação como parte da formação moral, ética, religiosa e cultural das alunas, permaneceu a mesma estrutura.

No que concerne ao primeiro Regimento do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, elaborado em 1956⁵², verificamos que muito do que nele se encontra está em consonância com aquele que foi publicado em 1918. Assim, nos seus primeiros dispositivos ficam evidenciados o seu compromisso com os princípios anunciados por Paula Frassinetti, seguindo, portanto, as normatizações da Congregação.

O primeiro Regimento do CNSL se preocupou com cada detalhe da formação intelectual e moral das jovens, desde a maneira de se vestir até o penteado que as alunas deveriam usar. A ordem, a disciplina, o silêncio e a obediência eram impostos às alunas como também as próprias *mestras* como princípio para entrada e permanência na escola Dorotéia.

Sousa (2018) em seu trabalho sobre a cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes destaca a partir das memórias de ex-alunas a importância daquele Regimento escolar que ainda se encontrava em vigor nas décadas de 1970 e 1980. Assim, se configurava como principal instrumento de orientação às alunas, sendo entregue aos pais no ato da matrícula para dar-lhes conhecimento das regras exigidas para as alunas internas e externas.

As práticas culturais que se consolidam numa instituição de ensino revelam um conjunto de representações que simbolizam as regras e normas que engendram as relações e ações do cotidiano escolar. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes a cultura escolar foi constituída numa conjuntura sócio-cultural determinadas por diretrizes já estabelecidas nas regras e normas do Instituto das Dorotéias, sendo as práticas religiosas um componente essencial que delimitava, direcionava e definia as práticas educativas.

Praticamente todos os aspectos concernentes as práticas culturais e religiosas foram retomadas no Regimento do CNSL, reforçando as suas marcas e peculiaridades.

Todavia, é interessante registrar que em 1960, o mencionado Regimento sofreu algumas alterações, a partir das recomendações contidas na Portaria Ministerial nº 294 de 15 de junho do mencionado ano. Entre outras alterações aqui destacamos a de adotar o sistema de dispensa de provas orais, especialmente àquelas relacinadas ao ensino da matemática, geografia e história do Brasil (Ver anexo H).

⁵²Ver Regimento completo no anexo G.

Desejamos concluir este capítulo retomando a ideia de que os estudos sobre a cultura escolar de uma determinada instituição, incluindo as confessionais, esbarram quase sempre em algumas dificuldades, conforme nos ensina Juliá (2001). Temos, portanto, a consciência que muitos outros aspectos que constituíram a cultura escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes não foram aqui analisados. Muito em virtude das fontes documentais que conseguimos até o momento acessar. Aspectos, por exemplo, referentes aos conflitos entre as alunas e delas para com as mestras, às punições, as metodologias de ensino, a identificação e utilização dos livros didáticos e de leituras, as formas de avaliação, os preconceitos sociais e raciais, a sexualidade entre tantos outros aspectos que não foram possíveis aqui de serem analisados. Nesse sentido, deixamos aqui anunciados um leque de possibilidades para tantos outros estudos sobre uma das mais significativas instituições escolares da Paraíba, mas especialmente para a cidade de Cajazeiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa sobre uma história do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras, tínhamos “certa” tranquilidade e a “certeza” da existência de um rico acervo documental nos arquivos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, da Biblioteca Municipal, da Cúria e no da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC, antigo Colégio Padre Rolim. Parte dessa certeza estava amparada nos discursos que difundiam (e ainda difundem!) que a cidade de Cajazeiras foi a pioneira no processo de educação do Alto Sertão paraibano. Tal perspectiva laudatória é contada em versos, romances, crônicas e na cultura social e/ou oral que procura manter viva uma história de fé e de determinação entrelaçada com as histórias em torno do Padre Rolim, considerado o precursor da educação nos confins da Paraíba. Esse sentimento, até hoje povoa o imaginário popular que é sintetizada na seguinte frase: “Cajazeiras, a terra que ensinou a Paraíba a ler”. Assim, pensávamos, ingenuamente, que nos arquivos acima mencionados encontraríamos tudo, ou quase tudo, sobre o mencionado Colégio. É certo que muitas das fontes aqui trabalhadas foram localizadas em Cajazeiras, mas foi necessário nos deslocarmos para a cidade de Olinda – PE onde está localizado o Arquivo da Província do Nordeste. No mencionado Arquivo estão uma significativa parte da documentação relativas a Congregação das Irmãs Doroteias e, por conseguinte dos colégios a ela vinculados, incluindo aí o Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Cajazeiras.

Quando nos propomos em construir uma história do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, considerando o interstício de 1928 a 1961, tínhamos em mente que nesse período havia acontecido fatos marcantes na história da educação brasileira, mais especificamente da educação da Paraíba. Então nos perguntávamos: qual(is) relações econômicas, políticas, sociais, culturais e religiosas influenciaram ou até mesmo condicionaram para a criação de um Colégio confessional em Cajazeiras? Assim, partir dessa primeira problemática surgiram concomitantemente as primeiras dificuldades metodológicas. Entretanto, elas terminaram por aguçar a curiosidade e a obstinação para dar continuidades à identificação e levantamento das fontes, nos arquivos acima mencionados. Assim, nessa trajetória nos defrontamos com um acervo que apontava para diversos caminhos em torno da investigação acerca da história de uma instituição escolar. Tivemos, portanto, que fazer escolhas, condicionadas as problematizações que havíamos formulado durante a elaboração do projeto de pesquisa. Para tanto, nos debruçamos na documentação que permitiram compreender as especificidades tanto da instituição quanto dos objetivos que culminaram com a fundação e a consequente organização do Colégio Nossa de Lourdes em Cajazeiras. Mas, era necessário “montar” uma

história, construir uma narrativa que nos exigiu percorrer trilhas, juntar fragmentos e compor um mosaico de ações que constituiriam uma história da instituição que analisamos nos capítulos que compuseram esse estudo.

A história do Colégio Nossa de Lourdes, em Cajazeiras-PB, fundado em fevereiro de 1928, tem como base principiadora a ação da Diocese através do Bispo Dom Moisés Coelho que estava conectado com processo de romanização da Igreja Católica no Brasil e, especialmente na Paraíba. Entre tantas outras ações estimuladas pelo Vaticano uma delas se destacou no Brasil, qual seja, a de expansão das escolas confessionais como um dos instrumentos de recuperação do poder da Igreja e de novas inserções na recente nação republicana que impunha uma reorganização social e urbana mediante as transformações do setor produtivo e inovador que desde os finais do século XIX vinha anunciando mudanças e consequentemente exigido uma nova forma de comportamento e de saber.

Dom Moisés tinha uma estreita relação com a Diocese de Olinda e com os padres romanizadores, essa relação de proximidade o colocou em contato com as irmãs da Congregação das Dorotéias e seu projeto educativo, assim, como Bispo de Cajazeiras conhecedor do projeto de educação do Padre Rolim e alinhado com o projeto de renovação da Igreja logo interagiu com as irmãs no sentido de trazê-las para sua cidade e implantar a proposta franssinetina de educação para as jovens. Educar as jovens da classe média dentro dos padrões culturais europeizado e religioso era a forma mais contundente para retomar e fortalecer os princípios cristãos-católicos na sociedade paraibana e, especialmente cajazeirense.

A partir da análise das fontes pesquisadas verificamos que a fundação do Colégio para a educação das meninas em Cajazeiras foi resultado de um longo processo de expansão do ensino promovido pelas Dorotéias que se iniciou no Nordeste do Brasil, em 1866, quando se instalaram em Olinda, implantando o seu projeto educativo e ao mesmo tempo atendendo as proposituras do cristianismo romanizado. O projeto se consolidou tendo como base política a aliança entre a Igreja Católica e as oligarquias regionais, com a anuência do Estado brasileiro. As famílias oligárquicas que se preocupavam com a educação e formação moral de suas filhas contribuíram, não raras vezes, financeiramente visando a implantação de escolas católicas. (ALMEIDA, 1996). Nesse sentido, o pioneirismo de Cajazeiras no desenvolvimento da educação, articulado aos interesses da sua oligarquia local, terminaram por criar as condições necessárias para a fundação de um Colégio para as meninas com o objetivo de atender as demandas das famílias da elite. Esses aspectos, consideramos, ficaram bem evidenciados a partir das análises das Cartas da Casa de Cajazeiras.

Como dito anteriormente o Colégio Nossa Senhora de Lourdes fundado em Cajazeiras-PB iniciou as suas atividades em 1928, destinado a instruir e a educar meninas/moças e mulheres, pautando-se nos princípios morais da Igreja Católica que reforçava o caráter conservador que via a mulher atuando no mundo público, uma vez que algumas delas se tornaram professoras de escolas públicas, inclusive de alguns grupos escolares, mas sobretudo destinadas a dirigirem o mundo doméstico, assumindo com desvelo o papel de mãe, esposa e de “rainha do lar”. Para tanto, precisavam ser disciplinadas, cultas, cordiais, sociáveis, perseverante na fé católica e responsáveis pela transmissão e consolidação do catolicismo na família e na sociedade. Nessa perspectiva a proposta educativa do mencionado Colégio esteve alicerçada no projeto educativo elaborado por Paula Frassinetti fundadora do Instituto e suas Intuições Pedagógicas, cujo objetivo era uma formação guiada pelos princípios religiosos a partir das lições, ações e devoções.

Para compreender e analisar o ensino doroteano no Colégio Nossa Senhora de Lourdes utilizamos como principal fonte, conforme já mencionamos anteriormente, as Cartas da Casa de Cajazeiras. Nelas identificamos as ações que consolidavam o ensino e instrução das alunas, mesmo quando os relatos não descreviam claramente as atividades pedagógicas, eles quase sempre terminavam especificando as ações e as atividades do cotidiano do Colégio especialmente no tocante à formação religiosa, cristã-católica, permeada pelos princípios que se encontravam nas Cartas e Constituições elaboradas por Paula Frassinetti. Também foram de fundamental importância para nossa pesquisa os relatórios e planos de trabalho elaborados pelas irmãs mestras da Congregação, inclusive a proposta curricular que abria espaço para incorporar as peculiaridades e realidades sociais, culturais do local onde os seus colégios estavam atuando.

Alguns fatos registrados nas cartas nos deram a convicção de que o Colégio representava para as autoridades locais, estaduais e federais um centro educacional de grande relevância do ponto de vista estratégico para os interesses políticos e econômicos. Pois supria em certa medida a ausência das ações governamentais no setor educacional. Uma forma de “cooperação” entre o público e o privado eram os repasses mensais ao Colégio que eram definidos como “subvenções”. A contrapartida que o Colégio dava ao Estado e a sociedade era a concessão de bolsas para algumas poucas alunas. Essa relação é bem retratada nas cartas desde o início da década de 1930 já apresentada no corpo do trabalho quando destacamos as frequentes visitas que o Colégio recebeu de governadores, tanto do estado da Paraíba quanto de outros estados. Também o presidente da República Getúlio Vargas, embaixadores e outras autoridades visitaram as instalações do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Essa relação de interesses mútuos era resultado também dos pactos e apoio da Igreja Católica ao governo de Vargas,

iniciado com o movimento de 1930. Naquele momento o Cardeal Dom Leme exerceu forte influência sobre o Presidente Washington Luís para que não resistisse e deixasse o poder.

Como parte da problematização que norteou esta investigação, na qual focalizamos a disposição da Diocese de Cajazeiras na instalação de um Colégio para as meninas no contexto das aspirações que norteavam o período republicano, essa relação da mencionada instituição escolar com as autoridades configurou-se como resultado da reciprocidade de interesses entre Igreja Católica, o Estado e a elite local. Para a Igreja a educação representava o âmago de seu projeto de reestruturação política e social, para o Estado representava a salvaguarda de seu absentismo no processo de expansão da educação, e, para a elite a oportunidade de inserção e conexão com a cultura letrada que refletia a modernidade.

Outro objetivo importante nesse percurso diz respeito ao ideário católico na constituição dos saberes, práticas educativas e religiosas aplicadas no processo educativo das alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e a caracterização dos preceitos e normas da instrução e educação implantada pelas Dorotéias. De acordo com os documentos levantados no Arquivo da Província do Nordeste em Recife-PE, ficou evidente que a prática educativa seguia as instruções da Congregação que foram alicerçadas e planejadas seguindo os princípios pedagógicos e religiosos definidos por Paula Frassinetti. Nas orientações a serem seguidas pelas irmãs mestras e dirigentes dos colégios, Paula determinava uma educação pela via do coração, do amor, praticada com humildade, serenidade e fé.

Assim, ela estabeleceu as diretrizes para o educador doroteano pactuando nas intuições pedagógicas as virtudes e valores como: diálogo, testemunho, humildade, amorosidade e paixão e coragem, com base nestas virtudes as *mestras* entravam em comunhão com as educandas.

Tendo como base as Intuições Pedagógicas de Paula Frassinetti, o Colégio das Dorotéias, em Cajazeiras assumiu localmente a tarefa de promover uma educação e instrução que permitiram as alunas absorver com convicção os ensinamentos morais e religiosos modeladores do caráter e da fé por meio da incorporação dos exemplos de vida dos santos, dos exercícios diários de penitência, organização dos espaços e das tarefas cotidianas no ambiente educativo. Nessa perspectiva a pedagogia de Paula Frassinetti deu a tônica primordial para a organização do projeto educativo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, o modelo pedagógico primava por um ensino de qualidade unindo a instrução intelectual a religiosa.

Ao optar pelo regime de internato para as jovens educandas as mestras assumiam o controle de sua formação integral, vigilantes nos cuidados com a moral, a virtude e a preparação para vida familiar. A temática ornamental muito incentivada no Colégio teve grande relevância na formação das jovens com destaque para os trabalhos manuais, a arte, o canto e a oratória,

além dos ensinamentos comportamentais e de obediência às regras de boas maneiras. Nesse sentido, as dirigentes do Colégio Nossa Senhora de Lourdes elaboraram várias táticas e estratégias para difundir e materializar o projeto pedagógico de Paula Frassinetti, conforme analisamos exaustivamente nos capítulos 3 e 4 deste estudo.

No que concerne aos materiais didáticos utilizados nas aulas eram selecionados com rigor, além do interesse em incentivar tanto os “lavors” quanto ao desenvolvimento das habilidades das alunas. Assim, estudos já realizados sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas de outros colégios das Irmãs Dorotéia foram de grande importância para chegarmos às conclusões de que as reformas pelas quais passaram o ensino médio e o ensino secundário na década de 1930 e 1940 não interferiram no modo como as atividades e as práticas educacionais eram realizadas no Colégio Nossa Senhora Lourdes. Os dados materializados nos documentos assinalam que essas reformas provocaram mudanças na organização curricular com a divisão dos cursos em ciclos na perspectiva de oferecer uma educação qualificada, sem alterar o método de ensino que tinha a religião como base da formação das alunas.

Ao ler e analisar as cartas, os “manuais” escritos pelas aspirantes e os livros produzidos pelas irmãs da Congregação Dorotéia, bem como outros documentos da Congregação conseguimos reconstituir, mesmo que parcialmente, a cultura escolar do Colégio Nossa Senhora Lourdes, especialmente no que se referenciava às estruturas curriculares. A primeira assentada no *Regolamento per le educande delle suore di Santa Dorotea*, publicado em 1918 e o segundo resultante das reformas (Leis Orgânicas) promovidas pelo Estado brasileiro, bem como dos novos estatuto e regimento publicados em 1956 e 1960, respectivamente. Assim, identificamos que os currículos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes tinham peculiaridades inerentes às especificidades do Instituto das Dorotéias, cuja prática educativa estava alicerçado na sua filosofia que tinha como missão principal a formação com ênfase no catolicismo romanizado.

Para finalizar desejamos aqui retomar que apesar da formação que muitas normalistas receberam para atuarem na pré-escola e no ensino fundamental muitas destas jovens cajazeirense não seguiram a carreira do magistério. O fato de sua grande maioria pertencerem às famílias ricas da cidade e região mantinham-nas em posição privilegiada não despertando nelas, por não haver necessidade econômica de abraçarem a profissão docente. Esse desinteresse era também resultado da rigorosa formação moral-religiosa que recebia no Colégio, pois uma parte significativa de sua formação era para manterem-se restritas ao espaço doméstico. Eram induzidas, durante toda a sua formação a considerarem que as atividades nos espaços públicos as deixavam vulneráveis, correndo riscos e perigos de perderem os seus

“valores” morais. Em contrapartida eram “adas” a acreditarem que os saberes e conhecimentos adquiridos no ambiente escolar seriam bem aproveitados no âmbito familiar.

Temos a plena consciência que muito ainda será necessário pesquisarmos no sentido de desvendarmos os múltiplos aspectos que envolvem o cotidiano, isto é, a cultura escolar do CNSL de Cajazeiras. Entretanto, considerando as condições objetivas que envolveram esta *operação historiográfica*, acreditamos ter evidenciado as características do projeto educativo da Congregação das Irmãs Dorotéias com suas peculiaridades e diretrizes consagradoras de uma formação cristã e de valorização da mulher no seio familiar, com uma *práxis* cultural fundamentada na fé e na formação moral previamente definida no projeto educativo da Congregação, o que nos permitiu compreender o processo de instauração e identidade da instituição em Cajazeiras em seus aspectos religiosos, histórico, políticos, sociais e culturais. Assim, pensamos ter contribuído com o amplo e complexo processo de construção da história da educação paraibana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1961)**. São Cristóvão, SE: NPGED, 2009. (Dissertação de Mestrado)

ALMEIDA, Custódio Luís Silva de. **Intuição Pedagógica de Paula Frassinetti**: Um olhar filosófico. Recife-PE: Congregação de Santa Dorotéia no Brasil, 2000.

ALMEIDA, Jane Soares de; SOUSA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. (orgs) **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 1-8.

ARAUJO, José Carlos Sousa. As Instituições Escolares na Primeira República ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. SANDANO, Wilson. LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANE, Dermeval. (orgs.) **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores associados. (HISTEDBR, Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007

ARAUJO, Rose Mary de Souza. Implantação da escola Normal da Parahyba do Norte Oitocentista: entre o real e o ideal de progresso social. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Claudia Engler. (Orgs). **Histórias da Educação da Paraíba**: Rememorar e comemorar. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2012. p. 65 – 75.

_____. A Gênese e a implantação da Escola Normal na Parahyba do Norte (1837-1885). *SÆculum - Revista de História*. [24]; João Pessoa, p.139 - 160, jan./jun. 2011.

ARAUJO. Rose Mary de Souza. Instrução primária e a formação de professores na Parahyba do Norte. **Revista Educare**. João Pessoa, PB: v. 1, n.1, jan./jun. 2017, p. 40-59.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso**: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

_____. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930)**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

AZZI, Riolando. Presença da igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no Período Republicano. In: SOUSA, Rogério Luiz de. OTTO, Clarícia (Org.). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008. p.(17-40)

_____. Educando pela via do coração e do amor: **História da Congregação de Santa Doroteia no Brasil**. V. II; Rio de Janeiro, RJ: Ed. Congregação da Irmãs Dorotéias, 2002.

_____. **Educando pela via do coração e do amor**: História da Congregação de Santa Doroteia no Brasil. V. I; Rio de Janeiro RJ: Ed. Congregação da Irmãs Dorotéias. 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROSO, João. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola. Princípios da Administração Escolar**. São Paulo, SP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2018. p. 20 - 12. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: Revista brasileira de História. São Paulo, SP: **ANPUH/Marco Zero**, v. 12, n. 23/24, 1991/92, p. 7-18.

BRASIL. **Decreto nº 4244 de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro-RJ, abril de 1924. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CAIXETA ISSA, Sílvia Aparecida; ALMEIDA BARROS, Aparecida Maria. **A cultura escolar materializada nas rotinas, práticas e espaço escolar**. In: Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, v. 2. São Paulo, SP: Blucher, 2015. p. 255-274.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KUSLEZA, Wojciech Andrzej. **Escola e modernidade na Paraíba (1910-1930)**. V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Évora, 2004. www.sbhe.org.br/novo. Acesso em: 24 abr. 2018.

CARVALHEIRA, Pe. Marcelo Pinto de. **Anuário-1961**. Faculdade de Filosofia. Recife-PE, p. 127-136, 1963.

CARVALHO, Carlos Henrique de; FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Impasses e desafios à organização da instrução pública primária no Brasil, (1890-1930)**. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista, SP: EDUSF 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo, SP: Unesp, 1997. (Prisma). p. 115-132.

_____. Nacionalismo e educação no Brasil das décadas se 1920 e 1930 In: NOVOA, António et all (eds.). **Para uma história da educação colonial - Hacia una historia de la educación colonial**. Porto e Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/ EDUCA, 1996, p. 267-274.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6), p. 255 – 251.

CASTANHO, Sergio. Institucionalização das instituições escolares: Final do Império e primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. SANDONO, Wilson. LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas, SP; Autores Associados, 2007. p. 39-58.

COLASSANTI, Marina. **A Moça tecelã**. São Paulo, Ed. Global, 2004.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação Católica, gênero e identidades**: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana. João Pessoa, PB: UFPB-PPGE, 2010. (Tese de Doutorado em Educação).

COSTA, Flávia Fernanda; OLIVEIRA, Karen Wolff de; CAMPANA, Luciane dos Reis; SIMON, Marinice Sousa. **Um olhar sobre a educação... de Paula Frassinetti a Paulo Freire**. Porto Alegre, RS: Sales editora, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. p. 14-31.

CUNHA, João Rolim da. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes**. João Pessoa, PB: A União, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação e a Primeira Constituição Republicana. In: FÁVERO, Osmar (Org.) **A educação nas constituições brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados. 1996.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 2. Porto Alegre, maio/agosto, 2009. p. 185 – 191.

DIAS, Roberto Barros (Padre). **Deus e pátria**: Igreja e Estado no processo de romanização na Paraíba (1894 - 1930). João Pessoa, PB: UFPB, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

ESCOLA para formação permanente de leigos educadores. Disponível em: <<http://www.escoladeleigos.com.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo, MG: UPF, 2000.

FERREIRA, Liliane Soares. **Educação & história**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2001.

GATTI JR., Décio. **A pesquisa histórico-educacional sobre as instituições educacionais brasileiras: reflexões teórico-metodológicas**. 1º Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Historiografia. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2000. p. 1-8.

GATTI JR., Décio; FILHO, Geraldo Inácio. (Orgs.) **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. São Paulo, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GONÇALVES, Irlen Antonio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológico. In: SOUSA, Rosa Fátima de. VALDEMARIN, Vera Teresa. (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP. Autores Associados, 2005. p. 31-58.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores**: saberes, identidade e profissão. Campinas, SP: Papirus, 2004.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1 jan./jun. 2001. p. 9-43.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Formação histórica da Escola Normal da Paraíba. In: ARAÚJO, José Carlos Sousa. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. (Orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império a República**. Campinas, SP: Alinea, 2008. p. 263-278.

_____. **Igreja e educação na Primeira República**. 25ª reunião anual da ANPED, 22 de setembro-02 de outubro. Caxambu-MG, 2002. Disponível em: <<http://25reuniao.anped.org.br>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, set/dez. 1998, p. 63-71.

LEITÃO, Deusdedit. **Vida e obra do Padre Rolim**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000.

_____. **O educador dos sertões: Vida e obra do Padre Rolim**. Teresina, PI: Gráfica Estado do Piauí. 1991. (Coleção Documentos sertanejos, 2).

LIMA, Geraldo Gonçalves de; GATTI JR., Décio. **Entre escolarização e instituições escolares na historiografia da educação: a emergência dos grupos escolares no Brasil da República Velha (1889-1930)**. Série-Estudo – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande, MS: nº 25, jan/jun. 2008. p. 67-84.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). Fontes, **História e Historiografia da Educação**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.141-176.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Da sagrada missão pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017.

MACHADO, Vânia Mara P. **Hegemonia e educação: A guerra de posição dos intelectuais católicos na luta pela restauração**. Curitiba, PR: Programa de Pós-graduação em Educação – PUC-PR. (Dissertação de Mestrado), 2006.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: História das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luiz; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **História da Educação: Perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. p. 67-72.

MANOEL, Ivam Aparecido. A criação de Paróquias e Dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica. In: SOUZA, Rogério Luiz de. OTTO, Clarícia (Orgs.). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.p. 41-60

_____. **Igreja e educação feminina (1859-1919) uma fase do conservadorismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCHI, Euclides. Pastoral coletiva do episcopado brasileiro – 1915: Há cem anos a construção de uma igreja. **Relegens Thréskeia estudos e pesquisa em religião**, v. 5, n. 1, 2016. p. 164-180.

MARTINS. Ângela Maria Sousa. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 173 - 182, set. 2009.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2011.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e Métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim Pereira; FABIANO, Juiz Hermegenildo. (Orgs). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2010. p. 13-34.

MELO, José Otávio de Arruda; RODRIGUES, Luiz Gonzaga (Orgs.). **Paraíba: conquistas, patrimônio e povo**. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 1993.

MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da igreja: Educação e os intelectuais orgânicos (1916 - 1940). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 31, set. 2008. p. 31-40.

MESQUIDA, Peri; LORENZETTI, Altair A. **O papel atribuído a educação no processo de romanização do aparelho religioso católico**. COMUNICAÇÕES. Caderno do Programa de Pós Graduação em Educação. Ano 8, nº 1, jun. 2001. p. 59-67.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. DESLANDES, Suely Ferreira. NETO, Otávio Cruz. GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas políticas na História: Novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. SANDANO, Wilson. LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANE, Dermeval. (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores associados. (HISTEDBR, Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NOSELLA, Paollo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2009.

_____. **As pesquisas sobre instituições escolares: Um balanço crítico**. HISTEDBR - 20 anos, UNICAMP, em 24/11/2005, interligado com o II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo. São Carlo-SP, 2006. p. 1-15. Disponível em: <<https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf->>. Acesso em: 12 jul. 2018.

NÔVOA, Antonio. **Por uma formação de professores construída dentro da profissão**. Universidade de Lisboa, 2010. p.1-10. Disponível em: <www.revistaeducacion.educacion.es/re350>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. **Formação de professor e profissão docente. Situação atual e perspectiva**. Porto: SPCE, 1991. p. 521-531. Disponível em: <<http://www.core.ac.uk>>. Acesso em 20 out. 2018.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

PALMA FILHO, J. C. A. **República e a educação no Brasil: Primeira república (1889-1930)**. Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação – História da Educação. 3. ed. São Paulo, SP: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

PAULILO, André Luiz. Mudanças na educação da capital da Velha República. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n 1 – jan./jun. 2014. p. 181 - 196.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar**. Educação Unisinos. Rio Grande do Sul-RS, maio/agosto 2007. p. 85 – 90.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo, SP: Cortêz, 1999. p.15-34

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A Instrução particular sob a égide do poder público na Província da Parahyba do Norte (1860 - 1873). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. (Orgs). **Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e comemorar**. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2012. p. 51-64.

_____. Instrução e cultura escolar: considerações sobre a cultura educacional no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro (orgs). **Múltiplas Visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa, PB: Universitária da UFPB, 2009. p. 101-122.

_____. **Da era das cadeiras isoladas a era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção educação Contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. (Orgs). **Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e comemorar**. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2012.

PIRES, Heliodoro, (Padre). **Padre Mestre Inácio Rolim: Um trecho da colonização no Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim**. Coleção documentos sertanejos. Gráfica Editora Grupo Claudino, 1991.

POL, Milan, HLOUSKOVÁ, Lenka, NOVOTNÝ, Petr, ZOUNEK, Jirí. Em busca do conceito de cultura escolar: Uma contribuição para as discussões actuais. **Revista Lusófona de Educação [en linea]** 2007, (Sin mes): [Fecha de consulta: 21 de junio de 2019]. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34911872006>>.

RIBEIRO, Emanuel Sousa. Identidade nacional e a escola católica na República Velha, segundo os intelectuais católicos: nela se educa o caráter, se forma o coração, se prepara o cidadão, se fortalece o crente. **REVTEO-Revista de Teologia e Ciências da Religião UNICAP-PE**, Nº 01, v. 01. dez. 2012. p. 4-23.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO Luiz Hermenegildo. (Org.) **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. Franca-SP. PPGH/UEP, 2011. (Tese de Doutorado).

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Saberes e incertezas sobre currículo**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre, RS: Penso Editora, 2013

SAMPAIO, Ângelo Augusto Silva. ANDERY, Maria Amália Pie Abid. Comportamento social, produção agregada e prática cultural: Uma análise comportamental de fenômenos sociais. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 26, n. 1, Brasília, DF, jan.-mar. 2010. p. 183-192.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Revista Série Estudos**. Periódico do Mestrado em Educação da UCD. Campo Grande, MS: nº 25, jan./jun. 2008. p. 11-17.

_____. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. SANDANO, Wilson. LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR; UEPB, 2007. p. 59-74.

SAVIANI, Dermeval. ALMEIDA, Jane Soares de. SOUSA, Rosa Fátima de. VALDEMARIN, Vera Teresa. (orgs.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

_____. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história brasileira. In: SAVIANI Dermeval. (Org). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória, ES: EDUFES, 2010. (Coleção Horizontes da Educação Brasileira, v. 2. p. 17-46.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedb>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. p. 152-180.

_____. História da formação docente no Brasil: Três momentos decisivos. In: CUNHA, Jorge Luiz da. (Org.). **Revista do Centro de Educação-Dossiê do Ministério Educação**, Santa Maria, RS. v. 30, n. 2, 2005. p. 11-28.

SENE, Luciana de Oliveira; COSTA, Alessandra David Moreira da. Cartas, constituições e regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia: Fontes de Pesquisa Histórica para o Estudo das Intuições Pedagógicas de Paula Frassinetti e da Constituição do Projeto Educativo dos Colégios Doroteanos. **Revista História**, v. 29, n. 1, São Paulo, SP: 2010. p. 196-210. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221018489012>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís, MA: Editora UEMA, 2015.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Cultura Escolar**: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. Educar. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 28, 2006. p. 201-216.

SILVA, Irismar Gomes da. **Os prefeitos de Cajazeiras**. Teresina, PI: Halley S. A Gráfica e Editora, 2014.

SILVA, Ramsés Nunes; SANTOS, Tatiane de Medeiros. Tessituras da instrução confessional: inquirições acerca da educação cristocêntrica na Parahyba do Norte (1890-1930). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. (Orgs). **História da educação da Paraíba**: Rememorar e comemorar. João Pessoa, PB: Editora Universitária-UFPB, 2012. p. 7 - 12.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Currículo como fetiche: a política e a poética do texto curricular**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

SOARES, Maria Lúcia Ferreira. Constantes no processo histórico das Dorotéias. **Vertentes atuais do trabalho**: linhas que não quebram. Saber e Educar. Estudos da criança. Curitiba, PR: 2016. p. 191-197.

SOUSA JUNIOR, José Pereira de. **Estado laico, igreja romanizada na Paraíba republicana**: relações políticas e religiosas (1890-1930). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. (Tese de Doutorado).

SOUSA, Débia Suênia da Silva. Colégio Nossa Senhora de Lourdes: **Culturas escolares em Cajazeiras-PB (1949-1983)**. Natal, RG: PPGE/UFRN, 2018. (Tese de Doutorado).

SOUSA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo SP: v. 14, n. 55, abr.-jun., 2006.

SOUSA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da Diocese de Florianópolis. In: SOUSA, Rogério Luiz de. OTTO, Clarícia. (org.) **Faces do catolicismo**. Florianópolis, SC: Insular, 2008. p.61-82.

SOUSA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 -1910). São Paulo, SP: UNESP, 1998.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. Paraíba, Imprensa oficial, v. II, 1910.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, SC: v. 15, n. 28, jan/jun. 2014, p. 175-199.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Um estudo sobre a gênese da profissão docente. **Revista Poiésis**, v. 2, n. 2, jan./dez, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. A escola e a República: O estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 11, n. 1, jan./abr. 2011. p. 143-178.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A educação na Constituinte de 1890-91 e na revisão Constitucional de 1925-26. In: FAVERO, Osmar. (Org.). **Educação nas Constituições brasileiras: 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p. 109-118.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil**. Vol. II. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016.

VIEIRA, Marli Moreira da Silva. **Tornar-se professor em uma escola confessional. Um estudo sobre a constituição identitária na perspectiva da dimensão da espiritualidade**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP; 2009. (Tese de Doutorado)

VILELLA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira escola normal no Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente do século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Sousa. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. (Orgs). **As escolas normais no Brasil**: do Império a República. Campinas, SP: Alinea, 2008. p. 29-46.

VILELLA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015. p. 95-134.

_____. **Da palmatória à lanterna mágica**: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876), São Paulo, SP: FEUSP 2002. (Tese de Doutorado).

_____. **A primeira Escola Normal no Brasil**: uma contribuição à história da formação de professores. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. 1990. (Dissertação de mestrado).

WERLE, Flávia Obino Corrêa. BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá. COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de História da Educação**, São Leopoldo, RS: Unisino, n. 3, jan./dez. 2004. p. 109-118.

FONTES

ACTOS praticados pelas alumnas dos 1º, 2º e 4º anos do Curso Normal em junho de 1932. (Manuscrito).

ATA de fundação da Associação das ex-alunas Dorotéia: 11 de fevereiro de 1956.

AZEVEDO, Fernandes et al. **Manifestos dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores. Educação – Brasil – História. I).

BRASIL. **Decreto Lei Nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. **Decreto de nº 19.941 de 30 de abril de 1931**. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. In: Diário Oficial [da] União de 05 de maio de 1931, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, abril de 1924. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_>. Acesso em 08 de junho. 2019.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1928. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1928.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1929. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1929.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1930. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 130.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1931. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1931.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1932. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1932.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1934. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1934.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1935. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1935.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1936. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1936.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1937. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1937.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1938. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1938.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1939. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1939.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1941. (Datilografada). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1941.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1944. (Datilografada). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1944.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1945. (Datilografada). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1945.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1946. (Datilografada). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1945.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1947. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1947.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1951. (Datilografada). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1951.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1952. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1952.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1953. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1953.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1954. (Manuscrito). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1954.

CARTA DA CASA DE CAJAZEIRAS, 1957. (Datilografada). Arquivo da Congregação Doroteia – Província do Nordeste, Recife, PE, 1957.

COLETÂNEA: **A serviço da Igreja, pela Educação:** Irmãs Dorotéias no Brasil – 1866-1966. (Datilografado).

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTÉIA. **Constituições e regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia.** Tradução da Província Brasil-Nordeste (Recife, 1969). Porto Alegre, RS, 1999.

CONGREGAÇÃO DE SANTA DOROTÉIA DO BRASIL. **Raízes de nossa missão educativa:** Questões e interpretações. Porto Alegre, RS: s/e. 2000.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTÉIA. **Paula e nossa pedagogia.** Recife, PE: Província Brasil-Nordeste, 1960.

DUTRA, M. B. **A educadora conforme a pedagogia da beata Paula Frassinetti.** Olinda, PE: 11-XII-1937 a 11- II-1938. (Manuscrito).

ESTATUTO DE 1949, DO GINÁSIO E ESCOLA NOSSA SENHORA DE LOURDES, CAJAZEIRAS – 1956.

FRASSINETTI, Paula. **Carta 191, Roma, 10 de janeiro de 1862.**

HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO E DIÁRIO DO COLLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (1928 - 1930). Cajazeiras, fev de 1928 - 1930. (Biblioteca do Colégio Nossa Senhora de Lourdes). 50 p.

JORNAL A IMPRENSA. João Pessoa, 12 de agosto de 1934.

_____. João Pessoa, 2 de março de 1921.

_____. **Echos do Sertão.** João Pessoa, 29 de agosto de 1918.

_____. **O Collegio Padre Rolim na cidade episcopal de Cajazeiras.** João Pessoa, 14 de julho de 1918.

OLIVEIRA, Maria Leopoldina de. **Paula e nossa pedagogia.** Faculdade de Filosofia de Recife-PE, 1982a.

_____. **Paula Frassinetti. Religiosa educadora.** Faculdade de Filosofia do Recife-PE, 1982b.

PASTORAL COLETIVA DOS SENHORES ARCEBISPOS, 1915, nº 112. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADO. **Decreto nº 4.857, de 9 de Novembro de 1939.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4857-9-novembro-1939->>. Acesso em: 06 de jun. 2019.

_____. **Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4857-9-novembro-1939->>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PORTAL DA HISTÓRIA DO CEARÁ. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart.** Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/ceareses>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

RAMALHO, “Sinhazinha”. As religiosas Dorotheas em Cajazeiras. In: **Revista Flor de Liz.** Revista mensal ilustrada. Cajazeiras, PB: Offinas Graphics D’O Rio do Peixe, agosto, 1927. p. 9.

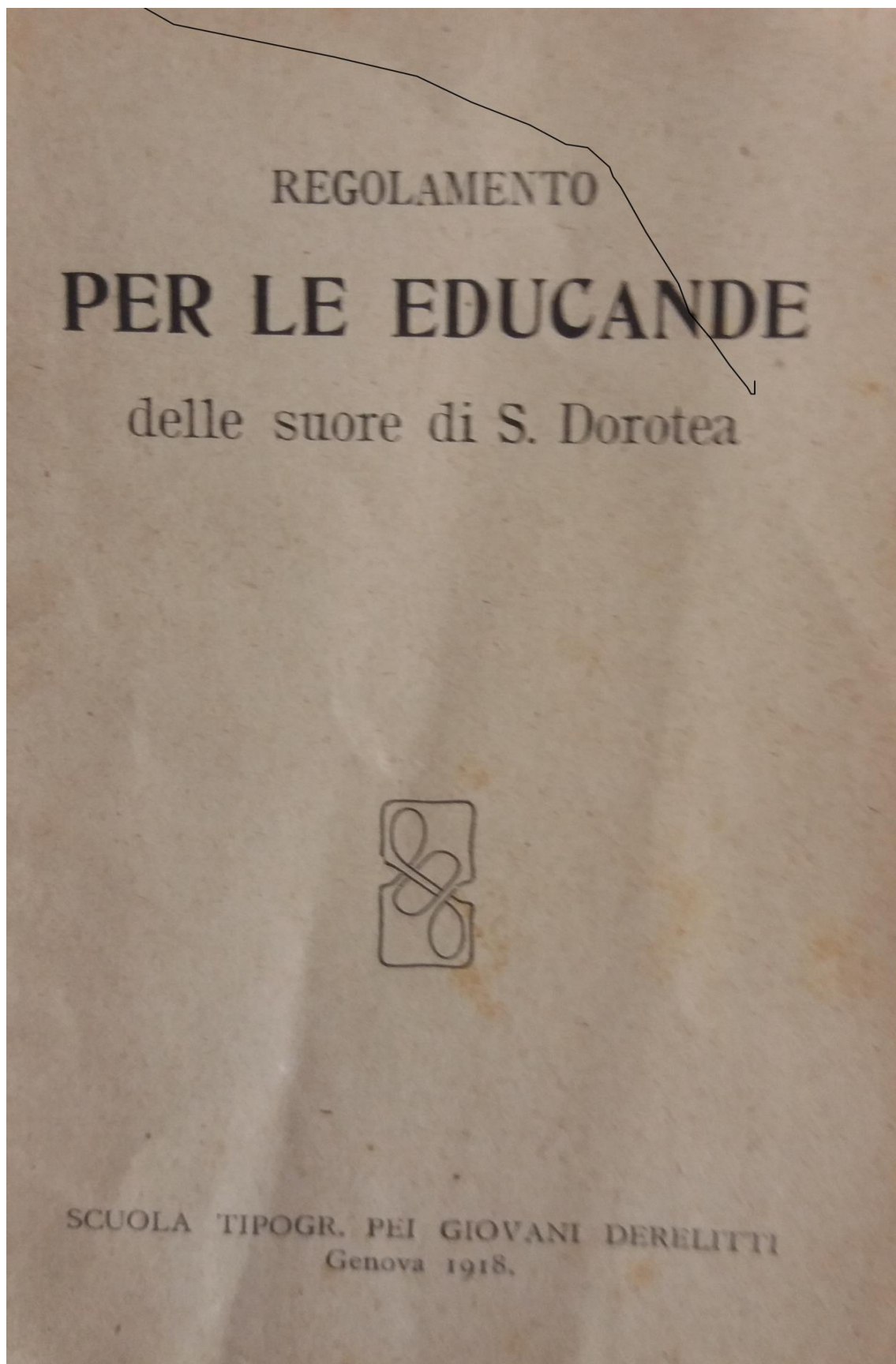
REVISTA FLOR DE LIZ. Revista mensal ilustrada Cajaseiras, PB: Offinas Graphics D'O Rio do Peixe, julho, 1928.

_____. Revista mensal ilustrada Cajaseiras, PB: Offinas Graphics D'O Rio do Peixe, julho, 1927.

REGOLAMENTO PER LE EDUCANDE DELLE SUORE DI SANTA DOROTEA. Genova, Itália: Scuola Tipogr. Pei Giovani Derelitti, 1918.

ANEXOS

Anexo A – Capa do regulamento para as professoras e educandas da congregação



I L fine dell'istituto è di educare cristianamente le fanciulle de signorile condizione e istruirle in ogni ramo d'insegnamento.

A ciò ottenute sono dirette le seguenti disposizioni:

Dovere religiosi

I. Tutte ogni giorno ascolteranno la S. Messa; reciteranno in comune il S. Rosario e le preghiere del mattino e della sera, alle quali verrà premesso un breve esame di coscienza. Ascolteranno volentieri un breve catechismo alle verità della Fede che le maestre faranno loro frequentemente.

II – potranno confessarsi ogni quindici o anche ogni giorno. Abbiano stima e si accostino frequentemente ai SS Sacramenti, essendo questi i mezzi più efficaci per correggere i propri difetti ed acquistare le virtù necessarie onde condurre una vita veramente cristiana. Nella devota e fervorosa preghiera troveranno l'aiuto e la forza di compiere giornalmente il loro dovere anche a costo di sacrificio.

III. Abbiano in somma stima la spiegazione del catechismo che verrà loro fatta secondo il programma; persuadendosi che ogni umana scienza non basta a soddisfare l'animo, se non è accompagnata dalla vera scienza di Dio, la quale sola può rendere felici in questo mondo e nell'altro.

Doveri verso le Maestre

IV. Ciascuna abbia e mostri il dovuto rispetto e la più esatta ubbidienza alla Superiore, alla Maestra Generale, alle Maestre e a qualsiasi Suora della Casa, Siano docili e ubbidienti nel prestarsi a qualunque ordine ed ufficio di casa che venisse loro imposto, offerendosi anche volentieri a prestar servizi;

V. Abbiano nelle Maestre confidenza filiale persuadendosi del vero affetto che esse loro portano, e del grande desiderio che hanno di renderle migliori. Si convincano che a tale scopo sono indirizzati gli avvisi, e se è necessario anche i castighi, che loro malgrado le Maestre sono costrette ad usare.

VI. Quindi se una maestra parla o riprende, non rispondano scortesemente o scusando le proprie mancanze, ma ringrazino rispettosamente come si addice a fanciulle che hanno buona volontà di correggersi e diventare migliori;

VII. Si guardino soprattutto dal giudicare le Maestre troppo severe ed ingiuste. Se sapranno dominare il primo moto suggerito sempre dall'orgoglio e dalla superbia, esaminando se stesse innanzi a Dio, dovranno riconoscere il proprio torto ed il grande vero bene che procurano loro le maestre, aiutandole a conoscere meglio i propri difetti.

Doveri verso le compagne

VIII – Considerino le compagne come altrettante sorelle, compatiscano i loro difetti, non dicano male l'una dell'altra, non si lascino vincere da piccole gelosie, invidie, antipatie e simpatie; non usino modi scortesi né termini di avvillimento. Siano pronte ad aiutarsi scambievolmente, e osservino sempre, a riguardo delle loro compagne, il detto evangelico: Non fare agli altri ciò che non vorresti fosse a te.

IX – Non facciano regali, anche di una semplice immagine, senza il permesso della maestra. Non parlino mai di cose riguardanti la propria famiglia e quella delle compagne, né di ciò che si è veduto o fatto fuori di collegio, che non avesse un utile scopo, molto peggio poi se si trattasse di cose che potesse recare poca buona impressione.

Doveri verso se stesse

X – Ponga ciascuna molta cura nel tenersi pulita e ordinata, si nelle vesti come in ogni altra cosa e conservi sempre quel decoro e quell'urbanità che si addice a giovinetta bene educata. Consideri quale principale dovere appicarsi seriamente allo studio e a qualsiasi altra scolastica disciplina voluta dai Genitori, essendo questo un necessàrio debito di riconoscenza verso chi fa per loro tanti sacrifici. Soprattutto poi ritenga quale sacro dovere la correzione del proprio carattere e l'acquisto di tutte quelle doti intellettuali e morali che portano formare la felicità dei propri Genitori e renderla da tutti stimata ed apprezzata.

XI- Tengan in ordine i propri cassetti, libri e qualsiasi oggetto di loro uso. Non facciano segno di sorta sui tavoline, sedie, muri, nè in iscuola, nè in chiesa, né in dormitorio, nè in altro luogo.

XII – Acciò si abbia riguardo alla sanità, non mangeranno mai fuore di oasto senza licenza della Maestra. Nel cambiamento delle stagioni niuna si alleggerirà di panne nella persona o nel letto senza licenza.

Se poi alcuna si sentisse indisposta di salute, ne avverta immediatamente la Maestra.

Norme disciplinari

XIII - In chiesa entrino adagio e com grande rispetto, genuflertano com decoro e non facciano

Rumore entrando nei banchi. In ginocchio o sedute, secondo l'uso e il segno dato dalla Maestra, stianocomposte; non voltino il capo, non guardino qua e là e osservino assoluto silenzio. Recitino ad alta voce e com le dovute pause le preghiere comuni, che sempre sono più accette a Dio della preghiera individuale. Durante la s. Messa si uniscano al S. Sacrificio offerto dal Sacerdote, recitando com lui le preghiere a ciò designate dalla S. Chiesa.

Quando si accostano alla S. Comunione (il che deve farsi non mai per rispetto umano od altro basso motivo) tutto il loro contegno mostri riverenza e devozione e sappiano approfittare di quei momenti preziosi per raccomandare tutti i loro cari e specialmente l'anima propria, domandando la forza de superare, lungo il corso della giornata, le difficoltà che loro presenterannola vincita del propria carattere e il costante adempimento del proprio dovere.

XIV – Quando sono chiamate al parlatório salutino e genitori o i parenti com affetto e gentilezza, mostrino volto ilare e sereno e nas condano certi piccoli malumori e inutili querele, che potrebbero impensierire e affliggere i genitori. Il maggior affetto si mostra col sapersi sacrificare mostrando vero desiderio di contentarli com la buona consotta e col profitto negli studi. Se ricevono dolci o frutta non li mangino in parlatorio, ma li consegnino alla portinaia che li darà alla Maestra affinche li distribuisca loro regolatamente. Discorrano a bassa voce e quando odono qualche segno comune, com buona maniera si licenzino e si rechino dove sono chiamate.

XV – Non è permesso uscire dall collegio, all'infuori delle vacanze natalizie e pasquali e, dall mattino alla sera nell'onomastico dei Genitori. Per le dette vacanze non si concedono le educande a persone che non siano parenti, a meno che i Genitori no abbiano espresso per iscritto il loro desiderio a questo riguardo, e, anche in tal caso, non dovranno pernottare fuori del collegii.

Per le visite si attengano ai giorni e alle ore stabilite e quando verranno persone per portare biancheria, misurare abiti, calzature ecc. Si tratterranno soltanto il tempo necessàrio e sempre sotto la sorveglianza della Maestra.

XVI – Nel tempo di studionon leggano, nè scrivano, nè facciano cosa non riguardante gli studi stessi. Non tengano libri, riviste, cartolinr, stampe o altro che non sai stato visto e permesso dalli Maestra, le quali devono ritirare ciò che non stimano conveniente.

XVIII – Non parlino com le compagne di altre camerate, nè com le allieve esterne della scuola, senza espressa licenza e tengano presente che è assolutamente proibido servirsi di loro per acquistarequalsiasi cosa, o in qualunque modo comunicare com persone esterne. Ogni infrazione a questo punto di regolamento serà severamente punita.

XIX – Dovrà evitarsi nel vestire ogni ricercatezza che denoti vanità e ambizione: quindi avranno sempre, anche in casa, abito uniforme, pettinatura pure uniforme e semplicissima; nè sarà loro concesso tenere oggetto d'ornamento come: anelli, braccialetti, spille, accetto um semplice orologio.

L' uso dello specchio, affatto inutile in collegio e specchio, affatto inutile in collegio e spesso occasione di vanità, è proibito.

XX – In ricreazione si facciano sempre giochi e conversazioni in comune, nessuna si apparti a parlare in segreto nè si allontani d'alla maestra. Non alzino la voce smoderatamente, non si mettano le mani addosso, nè si diano spinte e non cantino canzoni vietate dalle Maestre. Parlino di cose utili, piacevoli, allegre, ma senza offendere nessuno e molto meno parlino di cose vane e leggere.

XXI – Andando le camerate al passeggio, niuna potrà rimanere in casa senza licenza della Maestra Generale. Tutte procureranno che le vesti siano nette e ben aggiustate. Andranno sempre in fila e niuna potrà parlare se non com la compagna assegnata.

XXII – Per istrada parlino sotto voce e osservino de regole di educazione, non ridendo troppo forte, non trascinando i piedi, non dimenando le braccia nè volgendo il capo quà e là, ciò che sconviene assai a giovani bene educate.

XXIII – Non si fermino per istrada per alcun motivo, neppure se incontrano parenti od altre persone conoscenti, ma solo salutino cortesemente, e, se la necessità portasse di dire qualche parola, usino la maggiore possibile sollecitudine per non far attendere la camerata.

Vadano com passo moderato, avendo riguardo alle più deboli, e stiano sempre sotto gli occhi della maestra, anche quando si portano in qualche luogo di ricreazione, come giardini ecc.

XXIV – Ubbidiscano prontamente a tutti i segni comuni di orazione, di scuola ecc. Per casa vadano sempre in fila e osservino silenzio ed educazione, non solo quando vanno tutte insieme, ma ancora quando alcuna deve andare per uffizi, od altre cose necessarie. Debbono osservare il silenzio in ogni tempo e luogo fuori della ricreazione e del passeggio, e molto più in Chiesa scuola, refettorio e dormitorio.

XXV – Allorchè, andando per casa, incontrano la Superiora, la salutino rispettosamente, soffermandosi alquanto finchè sai passata. Se poi fossero tutte insieme in fila non si devono scomporre, ma procedere in ordine, salutando rispettosamente. Lo stesso praticheranno qualora incontrino persone che cisitino il locale o in altro modo siano per casa. Incontrando uma Suora qualsiasi, salutino cortesemente com um cnno di capo. L'uso di bacciar la mano quale segno d'ossequio è soltanto per la Superiora e la Maestra Generale.

XXVI – Non potranno mai star sole, tranne quando ne avranno ottenuto licenza dalla Maestra.

XXVII – Non si affaccino mai alle finestre nè gettino medesime cosa alcuna.

XXVIII – Nessuma potrà uscire dal dormitorio, dalla scuola e dalla ricreazione senza licenza della Maestra, a cui sono affidate, e niuna in tempo di studio e di lavoro vada al posto delle altre senza licenza, ma solo potrà recarsi dalla Maestra quando ne abbia bisogno.

XXIX – Non entrino nelle stanze a loro non destinate, nè nelle camera dele Soure, eccettuate quelle della Superiora e della Maestra generale quando abbiano bisogno di parlar loro. Non vadano neppure in giardino senza licenza, e, quando per qualche motivo l'abbiano ottenuta, è vietato severamente toccare frutta, Fiori ecc.

XXX – Non ritengano presso di sè denaro, francobolli, carta da lettere e cartolin, ma consegnino ogni cosa alla Maestra che la terrà in deposito per ogni loro bisogno. Neppure devono spedire o ricevere lettere o pacchi ad insaputa della Superiora o della Maestra Generle.

La corrispondenza com la Famiglia si farà soltanto la Dominica. Non è permesso scrivere a persone che non sieno Parenti, a meno che I genitori stressi manifestino di ciò desiderio; ma anvhe in questo caso non è permessa la troppa frequenza.

XXXI – Sappiano tutte che quando ricevono qualche regalo debbono consegnarlo alla Maestra che lo darà a suo tempo; e quando abbisogna loro qualche cosa, come libri ecc, non debbono chiederlo ai rispettiviparenti, o a chi ne fa le veci, senza intelligenze e consenso della maestra Generale.

Tutte leggano frequentemente il presente regolamento e con ogni impegno si sforzino di osservarlo esattamente. Si persuadano che questo è assolutamente necessario per mantenere in un collegio l'ordine e la disciplina, senza la quale invano si spererebbero buoni frutti di educazione.

Inoltre, l'abitundine di vivere sottoposte ad una regola, formerà il carattere di ciascuna a quella dipendenza e soggezione che dovranno avere nella loro famiglia, sai com i genitori come com tutte le altre persone com le quali dovranno vivere nel mondo; imprimerà pure nel loro animo lo spirito di vero sacrificio e abnegazione nel compiere il proprio dovere, ciò che rende a tutti grata e fruttuosa la missione della donna, a buon diritto chiamata l'angelo della famiglia e della società.

~~~~~

## REGULAMENTO

PARA AS EDUCANDAS DAS IRMÃS DE SANTA DOROTÉIA.

ESCOLA TIPOGRÁFICA, PEI GIOVANI DIRELITTE

## GENOVA – 1918

Os termos do Instituto para educar cristianamente as meninas do senhor e condição de como instruir todas os ramos de ensino.

Para isso são destinadas as seguintes disposições:

I – Todas os dias ouvirão a santa missa; rezarão o Santo Rosário e uma oração de manhã e noite, às quais vem sendo um breve exame de consciência. Ouvirão de bom grado um breve chamado às verdades da fé que as professoras farão frequentemente.

II - Poderão confessar-se a cada quinze ou também cada oito dias. Terão estima e poderão aproximar-se frequentemente do Santíssimo Sacramento, sendo estes os meios mais eficazes para corrigir os próprios defeitos e adquirir a virtude cristã necessária. Na oração dedicada e fervorosa encontrarão a ajuda e a força de realizar diariamente seus deveres também a custo de sacrifício;

III- Ter em soma estima a explicação do catecismo que será feito segundo o programa; convencendo que cada ciência humana não basta para satisfazer a alma, se não for acompanhada verdadeira ciência de Deus, a que sozinha pode fazer feliz nste mundo e no outro.

## Deveres para com as Mestras

IV - Todas devem mostrar ter respeito e a mais exata obediência a superiora e a Mestra Geral, as professoras e a qualquer freira da casa. Sendo dóceis e obedientes em prestar a qualquer ordem e ofício da casa que viesse por elas imposto, oferecendo-se também voluntária para prestar serviços;

V - Ter nas Mestras confiança convencendo-as do verdadeiro afeto que levam, e do grande desejo que tem de tornar-se melhores. E se convençam que os objetivos são dirigidos, e são necessários também os castigos, que a mestra está forçada a usar.

VI – Portanto se uma professora fala ou retoma, não respondam rudemente ou peça desculpa das próprias falhas, mas deem graças respeitosamente, como condiz a jovem que também dispõe de boa vontade de corrigir e tornar-se melhores;

VII – Pode a guardiã especialmente avaliar exonerar as professoras demasiadas rigorosas e injustas. Deverão controlar o primeiro impulso sugerido pelo orgulho e pela soberba, analisando a si mesma perante a Deus, deverão reconhecer o seu erro e o grande verdadeiro bem que deram-lhes suas mestras, ajudando a conhecer da melhor maneira suas próprias faltas.

### **Deveres com as colegas**

VIII - Considerando as colegas como irmãs, sentindo pena dos seus defeitos. Não digam mau uma da outra, não se pode deixar pecar pelo ciúme, inveja, antipatia, e simpatia; não usem modo brutos ou termos de degradação. Que sejam prontas de prosseguirem a ajudarem-se entre si, e respeito sempre, na relação com suas colegas, o dito evangélico: Não fazer aos outros tudo que não queres que seja feito a ti;

IX - Não façam presentes, mesmo de uma simples imagem, sem a permissão da Mestra. Não falem nunca de coisas relativo a própria família as companheiras, ou de tudo que viu e fez fora do colégio, que não tenha alguma utilidade e objetivo, muito pior se tratar de coisa que pudesse ostentar muito pouca boa impressão;

### **Deveres a si próprias**

X – Ponha todas as grandes curas em manter limpa e ordenada, comece as suas vestes combine cada coisa e conserve sempre aquela decência e aquele cerimônia que fica bem a jovem bem educada. Considere que o principal dever se aplica seriamente ao estudo e a todas as disciplinas escolares desejada pelos pais, sendo este um dever necessário de recompensa no sentido de quem faz pelos seus tanto sacrifício. Sobretudo depois considere quais sagrados deveres a correção da própria personalidade e a aquisição de todas aqueles dons intelectuais e morais que poderão formar a felicidade dos próprios pais e torná-la de todas estimada e valorizadas.

XI – Mantenham em ordem as próprias gavetas, livros e todos os objetos de seu uso. Não façam marcas de espécie sobre as mesas, cadeiras, paredes, ou nesta escola, ou na igreja, ou no dormitório, ou em outro lugar.

XII – Analisamos a própria ação que já tenha quanto à saúde. Não comerão nunca fora da refeição sem licença da professora. Durante a evolução da temporada não pode se aliviar da roupa na pessoa ou no quarto sem licença.

Caso depois qualquer uma sentisse indisposta de saúde, precisa avisar imediatamente a Professora.

### **Normas disciplinares**

XIII – Entrar na igreja devagar e com grande respeito, inclinar-se com decência e não façam barulho entrando nos bancos. Em Joelho ou sentadas, de acordo com o uso e ao sinal dado pela professora, estarem compostas; não comecem o capítulo, não olhem para cá e respeitem absoluto silêncio. Recitem em alta voz e com as devidas pausas as orações comuns, que sempre são mais acolhidas por Deus da oração individual. Durante a Santa Missa podem unir ao S. sacrifício oferecido pelo padre, recitando com ele a oração assim designada pela Igreja.

Quando começar a S. Comunhão (que não deve fazer para respeito humano ou outro pequeno motivo) toda a sua conduta mostre reverência e devoção e saibam aproveitar desses momentos preciosos para recomendar todos os seus entes queridos e especialmente a própria alma, pensando na força de superação, passa por prolongada jornada, as dificuldades que vão se apresentar a vitória do próprio caráter e de constante cumprimento do próprio dever.

XIV – quando são chamadas a sala para saudar os pais ou os parentes com afeto e gentileza, mostrem o rosto regozijado e sereno e escondam certos pequenos mal-estar e queixas inúteis, que podem perturbar e afligir os pais. O maior amor pode mostrar sermos capazes de sacrifícios mostrando verdadeiro desejo de contentá-los com a boa conduta e com proveito nos estudos. Se recebem doce ou frutas não comam na sala de visita, mas antes entregue a coordenadora que antes dará a professora para que antes distribua seus regulamentos. Discurse em voz baixo e quando ouvirem algum sinal comum, com boa maneira despeçam-se e se contenham onde são chamadas.

XV – Não é permitido sair do colégio, a não ser nas férias do natal e da páscoa e, pela manhã e a tarde, no dia do aniversário dos pais. Para as referidas férias não pode conceder as educandas a pessoa que não seja parente, a menos que os pais não tenha expresso por inscrito ao seu pedido quanto a isto, e, também neste caso, não devem pernoitar fora do colégio.

Para as visitas que diz respeito aos dias e as horas estabelecidas e quando virão pessoas para levar roupa, medir vestidos, calçados etc. para manter apenas o tempo necessário e sempre sob a vigilância da professora.

XVI – Nesse tempo de estudo não leiam, ou escrevam, ou façam coisa não relativo aos próprios estudos. Não tem livros, revista, cartões, impressões, ou outro que não seja visto e permitido pela professora, os quais devem retirar assim que não considerem conveniente

XVII – No refeitório pode entrar com ordem, pode observar um perfeito silêncio até que seja permitido conversar e se comece a prestar atenção a leitura que se fará normalmente.

O refeitório é o lugar onde mais se pode conhecer a educação da jovem. Todas, portanto pode esforçar de respeitar todas as regras de civilização, evitando de jantar com muita ganância, de fazer ruído ao mastigar, de reclamar dos alimentos, de recusar, de conversar em voz alta com as colegas sentadas em outras mesas, de atirar no chão migalhas etc.

XVIII - Não falem com as companheiras de outros dormitórios, ou com as alunas externas da escola, sem expressa licença e tem presente que é absolutamente proibido recorrer de delas para adquirir qualquer coisa, ou de algum modo comunicar com pessoas externas. Qualquer infração para este ponto do regulamento será severamente punida.

XIX – Deve evitar vestir qualquer requinte que denote vaidade e ambição: por isso devem ter sempre, mesmo em casa, vestido uniforme, penteado bem uniforme e muito simples; será concedido manter objetos de ornamento como: anéis, pulseiras, botões, agulhas e linhas, exceto um simples relógio.

O uso do espelho, de todo desnecessário no colégio e muitas vezes ocasião de vaidade, está proibido.

XX – No intervalo pode fazer sempre jogos e conversas em comum, ninguém aparece para falar em segredo ou afastasse da professora. Não levantem a voz escandalosamente, não ponha as mãos em cima ou podem dar pressão e não cantem canção proibida pela professora. Falem de coisas úteis, agradáveis, alegres, mas sem ofender nenhuma e muito menos falem de coisas vãs e leiam em voz alta.

XXI – Indo as casernas no passeio, não poderá ficar na casa sem autorização da Mestra Geral. Todas vão arranjar com vestes límpidas e bem ajustadas. Irão sempre em fila e nenhuma poderá falar se não com a companheira destinada.

XXII – Durante o caminho em voz baixa e cumpram as normas de educação, não rir muito forte, não arrastando os pés, não balançar os braços ou girar o corpo cá e lá, assim que convém bem a jovem bem educada.

XXIII – Não está pelas ruas por nenhum motivo, nem sequer se encontrar familiares ou outras pessoas conhecidas, mas apenas saudar educadamente, e, se a necessidade levar a dizer alguma palavra, use a mais possível solicitude para nunca deixar a camarada esperar.

Vão com passos moderados, quanto as mais fracas e estejam sempre debaixo dos olhos da professora mesmo quando estás conduzindo algum lugar de recreação como o jardim etc.

XXIV – obedeçam prontamente a todos os sinais comuns de oração, da escola etc. Vão para casa sempre em fila e respeitem silêncio e educação, não só quando vão todas juntas, mas ainda quando alguma for sair para ofício, ou outras coisas necessárias. Devem observar o silêncio em todo o tempo e lugar fora da recreação e do passeio, e muito mais na Igreja, escola, refeitório e dormitório.

XXV – Quando, caminhar para casa, encontrando a Superiora, saudar respeitosamente, se detendo ao passar. Se depois puderem estra todas juntas em fila não devem descompor-se, mas prosseguir em ordem, cumprimentando respeitosamente. O mesmo praticando sempre encontros pessoas que vem visitar seu local ou em outro modo devem cumprimento para casa. Encontrar-se com uma freira saudar gentilmente com uma referência de chefe, o uso de beijar a mão que marca a saudação apenas para a Superiora e a Mestra Geral.

XXVI – Não poderão nunca ficar sozinhas, exceto quando tiver licença da professora.

XXVII – Não podem ajoelhar-se nas janelas ou lançar pelas mesmas coisa nenhuma.

XXVIII – Não poderá sair do dormitório, da escola e da brincadeira sem licença da professora, a qual está confiada, e nem em tempo de estudo e de trabalho vai no lugar das outras sem licença, mas apenas poderá visitar a professora quando ninguém precisar.

XXIX – Não entrar nos aposentos não destinados a elas, ou nos quartos das freiras, com exceção daqueles da Superiora e da Mestra Geral quando tiverem precisão de falar com elas. Não devem nem sequer ir ao jardim sem permissão, e, quando por qualquer motivo tiverem obtido, é proibido severamente tocar frutas, flores etc.

XXX – Nunca considere por si só transportar dinheiro, selos, cartão de cartas e postais, mas entreguem cada coisa a Professora que pela manhã vai manter em depósito para todas que precisar. Mesmo devem enviar ou receber cartas ou encomendas submeter ao conhecimento da Superiora ou da Mestra Geral.

A correspondência com a família deve fazer aos Domingos. Não é permitido escreve a pessoas que não seja Parente, a menos que os próprios pais manifestem tal desejo, mas mesmo neste caso não é permitido com muita frequência;

XXXI – Saibam todas que quando receberem qualquer presente devem entrega-lo a Professora que o dará a seu tempo; e quando necessitar de qualquer coisa, como livro etc, não devem pedir aos parentes, ou a quem possa comparecer, sem aparecer inteligência e consentimento da Mestra Geral.

Todas leiam frequentemente o presente regulamento com o empenho de todas e esforço em observá-lo exatamente. Vai persuadir que este é absolutamente necessário para manter no colégio a ordem e a disciplina, sem a qual destruíam os bons frutos da educação.

Além disso, o hábito de viver submetidas a uma norma, formará o caráter de todas que devem ter a admiração de suas famílias, tanto dos pais como das outras pessoas com as quais deverão viver no mundo; impulsionará para o bem sua alma também o espírito de verdadeiro sacrifício e abnegação no fazer e no dever, assim que torna a todas grata e bem sucedida a missão da mulher, o bom direito, o chamado dos anjos da família e da sociedade.

## Anexo B – Atos praticados pelas alunas

Atos praticados pelas alunas dos 1.º, 2.º e 4.º  
anos do Curso Normal, em Junho de 1932.

(Missa ouvidas 587; Visitas ao S.º 52897; Comunhão 580;  
Orações 10.548; Terços 520; Horas de silêncio 35; Horas  
de Sida 82; Mortificações da vontade 37; Mortificações no  
modo de sentar-se 62; Mortificações dos sentidos 57.  
Supportei o calor do dia sem me queixar, pela consensão dos  
peccadores.

Por amor de Jesus Christo fiz uma hora de perfeito silencio.

Por amor do Coração de Jesus supportei em silencio uma grande  
reprehensão, que não merecia, tendo vontade de responder para  
me desculpar.

Lembrando-me da paciência de Jesus, não me movi durante  
uma hora de classe.

Não respondi a uma Collega, que me apanhou e maltratou,  
fazendo este acto pela consensão de um peccador.

Por amor do Coração de Jesus passei a lingua no chão.

Pela consensão de um peccador não comi sobremesa.

Pelo amor do Coração de Jesus passei 3½ horas de Sida.

Para honrar as chagas do Sag.º Coração de Jesus rezei 5  
jaculatorias com os braços abertos.

Procurei silenciar o meu genio num momento de muita ganga,  
p.º honrar o Coração de Jesus no S.º Sacramento do Altar  
dizendo: Jesus manso e humilde de Coração fazei o meu coração  
semelhante ao vosso.

Por amor do Coração de Jesus fiz algumas carichadas aos joelhos.

Pelo amor do Coração de Jesus passei uma aula toda sem  
me mover na carteira offerecendo este sacrificio, p.º obter de meu  
B.º Coração a graça de ser boa.

A graça que hoje pedi foi a consensão de um peccador e para  
isso rezei o terço apellada num joelho do.

Para mortificar a minha lingua, fiz com ella duas  
cruzes no chão.

Rezei o sobre mesa p.º minha mortificação.

Anexo C – Ata de fundação da Associação das Ex-Alunas Doroteias

Ata da 1ª sessão da Associação  
das Ex-alunas do Ginásio Escola Normal  
Nossa Senhora de Lourdes

Aos três dias do mês de Maio de mil novecentos e  
cincoenta e três no salão de festas do Ginásio Esco-  
la Normal Nossa Senhora de Lourdes, realizou-se  
a 1ª sessão da Associação das ex-alunas do Ginásio  
Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes. Presidiu es-  
ta sessão o Reverendo Mons. Abdon Pereira, M. D. Assisten-  
te da Associação, a quem nós as ex-alunas  
devemos a sua fundação e a quem estão entre-  
gues os destinos da mesma. Estive presente também  
a Reverenda Mãe Superiora Maria José Pereira, a quem  
as ex-alunas veneram muito, mesmo as que  
não foram beneficiadas pelo seu espírito de caridade.  
Por ser a 1ª sessão da Associação compareceram  
apenas 8 ex-alunas, não sendo possível tratar-se  
de assuntos de magna importância a não ser  
o dia e a hora, em que deviam se realizar a  
sessão mensal da Associação, segundo o modo  
criterioso de pensar do honro Assistente, e pare-  
cer de algumas (ex) ex-alunas, o dia excelente seria  
o 1º Domingo de cada mês, as 3 horas da tarde.  
Contudo ainda devíamos ouvir outras opiniões  
pois o primeiro presente era muita numerosa.  
A Assistente fez ainda alguns pontos do

Regulamento da Associação. Sendo o 1º, a conservação da educação recebida no collegio. Disse-nos ele, ser este ponto o mais importante da Associação, pois com a observância deste preceito nós as ex-alunas faríamos um bem extraordinário, em qualquer parte o pto, onde nos collocarmos, pois as oportunidades de fazermos o bem se succediam não menos importante que o primeiro é o segundo ponto que nos impõe: manter, alimentar, e ampliar as amizades adquiridas no collegio pois quase sempre são as mais duradouras por terem saído os seus princípios. Assim com semelhança de amigável palestra entre a assistente e as ex-alunas foi encerrada a sessão com um apelo do assistente para que trouxessemos á próxima sessão muitas outras ex-alunas.

E para constar lavrei a presente ata que se foi aprovada, será assinada por mim Maria Theza Valente como secretária, e pelo assistente e por todos os membros da Diretoria.

Assistente:  
 Presidente:  
 V. Presidente:  
 Secretaria  
 V. Secretaria  
 Tesoureiro  
 V. Tesoureiro

## Anexo D – Estatuto do Colégio Nossa Senhora de Lourdes

ANA SOBREIRA ANDRIÓLA, Oficial do Registro Especial de Títulos e documentos da Comarca de Cajazeiras, Estado da Paraíba, em -  
virtude da lei, etc.

CERTIFICO a requerimento verbal de pessoa interessada que do Livro numero nove, (9), do Registro Integral de Títulos e Documentos deste Cartório, às paginas-cinco (5) a seis (6), consta sob numero de ordem 917, o registro do teor seguinte: Numero de ordem 917- Abril- 25- PProtocolo numero dois (2). Numero de ordem 973- Paginas- 18 (18) Indicador Pessoal numero dois. Numero de ordem 973. Folhas 46. Apresentante: Dona Maria José Pereira - brasileira, de prêndas domesticas, reitôra do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, residente nesta cidade. Ilmo. Sr. Oficial do Registro de Títulos e Documentos desta Comarca de Cajazeiras. Maria José Pereira, abaixo assinada, brasileira, de prêndas domesticas, residente e domiciliada nesta cidade, na qualidade de diretora e representante legal do GINÁSIO E ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DE LOURDES, antigo Ginásio Escola Normal Padre Rolim, vem, nos termos do art. 122, combinado com os arts. 128 e 129, do Decreto nº 4.857, de 9 de Novembro de 1939, requerer no registro civil das pessoas jurídicas, a inscrição dos ESTATUTOS do mencionado estabelecimento de ensino, para o que junta a esta dois exemplares do Jornal " A UNIÃO" ( Diário Oficial do Estado do dia 21 do corrente mes, em que foi feita a citada publicação. Nestes Termos, Pede Deferimento. Cajazeiras, 24 de Abril de 1949. (a) Maria José Pereira. (Selada com três estampilhas estaduais de Cr\$ 1,00 cada, uma de saúde de 0,50 e uma penitenciária de Cr\$ 0,10. Reconheço a firma supra de Maria José Pereira; dou fé. Em testº D.S.A.) da verdade. Cajazeiras, 25 de abril de 1949. Bimas Sobreira Andrióla. Escrevente autorizado. Selada com uma estampilha federal de Cr\$ 1,00 e uma de educação e saúde de Cr\$ 0,80. ESTATUTOS DO GINÁSIO E ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DE LOURDES. TITULO I- Das bases de organização. do Educandario. Capitulo I- Dos seus fins. Art. 1º- O Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, antigo Ginásio Escola Normal Padre Rolim, dirigido pelas irmãs de Santa Dorotéia, tem as seguintes finalidades: 1º- dar as suas alunas formação moral completa e solidamente católica; 2º- preparar candidatas ao magistério primário; 3º colaborar com os estabelecimentos congeneres no ensino nacional. CAPITULO II- Dos cursos. Art. 2º. São ministrados cinco cursos : 1º o CURSO INFANTIL para crianças de quatro a seis anos, tem por fim desenvolver-lhes os sentidos e pô-las em contacto com o ambiente físico e social; 2º- o CURSO PRIMARIO.

compreendendo quatro anos, procura realizar a formação completa e harmoniosa da personalidade infantil; 3º- O CURSO DE ADMISSÃO- de um ano só, prepara ao exame de admissão ao 1º ciclo do curso secundário ou ginásio. 4º- O CURSO GINASIAL, com duração de quatro anos, destina-se a dar elementos fundamentais do ensino secundário; 5º- O CURSO NORMAL, de três anos, visa formar professoras primárias. TÍTULO II- Da vida escolar. CAPÍTULO I- Do ano escolar. Artº 3º- O ano escolar divide-se em dois períodos letivos e dois períodos de férias: a) os períodos letivos vão de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.; b)- Os períodos de férias são o mês de julho e 15, digo, Julho de 15 de dezembro a 1 de março. CAPÍTULO II- Da aceitação das candidatas. Art. 4º- Para aceitação de qualquer candidata são exigidas: a) registro civil; b)- atestado de sanidade geral; c)- atestado de vacinação anti-variolica; d)- certificado de exame de admissão, se candidata a 1a. série do ginásio; e)- guia de transferência, se candidata a 2a, 3a, ou 4a série de ginásio.; f)- certificado de conclusão do 1º ciclo de ensino normal ou do ginásio se a candidata a 1º ano normal; g)- atestado de bom procedimento, quando transferidas de outro educandário; h)- quitação com os cofres do estabelecimento, no caso de renovação de matrícula. CAPÍTULO III- Da matrícula. Art. 5º- A matrícula se faz: a)- no Jardim de Infância, cursos primários e de admissão, a partir de 15 de janeiro; b)- no Curso Normal de 1 a 10 de março. TÍTULO III- Da disciplina escolar. CAPÍTULO UNICO- Do regime disciplinar. Art. 6º- Exerce a disciplina: a)- a Diretora em todo o estabelecimento. b)- Os professores nas classes, quando em exercício e nos atos escolares a que presidem. Art. 7º A disciplina abrange os seguintes pontos: 1º- pontualidade na frequência; 2º- exatidão dos horários; 3º- aplicação e trabalho durante o período letivo; 4º- correção no modo de tratar-se e comportar-se; § único- As alunas que não se conformarem com as prescrições, incorrem nas penalidades seguintes: a)- advertência simples, particular ou pública do mestre; b)- admoestação da Diretora; c) suspensão por um ou mais dias de aula; d) exclusão definitiva do educandário. Cajazeiras, 3 de março de 1949. Maria José Pereira, Diretora. Anrélia Inez Teixeira Ferrer, Secretária. Está conforme ao original, o qual fiz entrega a apresentante devidamente registrado. Dou fé. Eu. Dimas Sobreira Andriola, Escrevente autorizado, o escrevi e subscrevo. Cajazeiras, 25 de Abril de 1949. Dimas Sobreira Andriola. Escrevente autorizado (Selado com Cr\$. 5,00 federal e Cr\$ 0,80 de educação e saúde federal). Está conforme ao original. Dou fé. Datilografei. Subscrevo e a s s i n o.

Cajazeiras, 10 de Setembro de 1958.

*Dimas Sobreira Andriola*

10956 10956 10956 10956 10956

CR\$ 3,00

DIMAS SOBREIRA ANDRIOLA

Cajazeiras

# Anexo E – Histórico Escolar da 4ª série do 1º ciclo de 1951.

1.º Ciclo QUARTA SÉRIE Ano letivo de 1951

| DISCIPLINAS                                        | EXERCÍCIOS |       |      |       |        |          |         | Média de exercícios | P. Parcial |        | Média de hab. aos exames de licença | Exames de licença |               |            |
|----------------------------------------------------|------------|-------|------|-------|--------|----------|---------|---------------------|------------|--------|-------------------------------------|-------------------|---------------|------------|
|                                                    | Março      | Abril | Maio | Junho | Agosto | Setembro | Outubro |                     | Novembro   | 1.º p. |                                     | 2.º p.            | Prova escrita | Prova oral |
| Português                                          | 81         | 86    | 86   |       | 87     | 91       | 86      |                     | 87         | 85     | 85                                  |                   | 9             | 87         |
| Latim                                              | 88         | 85    | 92   |       | 95     | 96       | 10      |                     | 93         | 9      | 9                                   |                   | 9             | 91         |
| Francês                                            | 9          | 81    | 95   |       | 95     | 8        | 95      |                     | 89         | 95     | 95                                  |                   | 8             | 89         |
| Inglês                                             | 9          | 95    | 98   |       | 10     | 83       | 10      |                     | 95         | 8      | 55                                  |                   | 63            | 4          |
| Matemática                                         | 82         | 95    | 9    |       | 92     | 6        | 8       |                     | 83         | 95     | 4                                   |                   | 95            | 85         |
| Ciências                                           | 97         | 98    | 95   |       | 9      | 95       | 83      |                     | 92         | 9      | 8                                   |                   | 10            | 9          |
| Hist. do Brasil                                    | 10         | 96    | 95   |       | 10     | 8        | 10      |                     | 9          | 9      | 45                                  |                   | 4             | 8          |
| Geog. do Brasil                                    | 10         | 10    | 10   |       | 10     | 10       | 98      |                     | 99         | 10     | 6                                   |                   | 10            | 88         |
| Desenho                                            | 8          | 9     | 9    |       | 9      | 7        | 9       |                     | 83         | 1      | 7                                   |                   | 9             | 67         |
| Conto Orfônico                                     | 10         | 10    | 10   |       | 8      | 9        | 4       |                     | 82         | 95     | 7                                   |                   | 8             | 8          |
| Média de habilitação aos exames de licença (.....) |            |       |      |       |        |          |         |                     |            |        |                                     |                   |               |            |
| Média Geral dos exames de licença (.....)          |            |       |      |       |        |          |         |                     |            |        |                                     |                   |               |            |

A aluna foi aprovada (8,5) até a três décimas do ano

Média geral Maria Olímpia Soares

Nome da aluna

7 de dezembro de 1951 (Data)

Maria José Pereira (Assinatura da Diretora)

(Assinatura do Inspetor)

Em maio de 1949, o nome do estabelecimento foi mudado de Padre Bolim para N. Senhora de Lourdes.

28 de fevereiro de 1952

Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Cajazeiras-PB.

# Anexo F – Histórico Escolar da 1ª série do Curso Normal.1951.

| 1ª SÉRIE                |                    | ANO LETIVO DE 1951 |       |      |        |          |         |                      |                  |             |      |       |                       |          |         |       |                     |
|-------------------------|--------------------|--------------------|-------|------|--------|----------|---------|----------------------|------------------|-------------|------|-------|-----------------------|----------|---------|-------|---------------------|
| NOME DO ESTABELECIMENTO | DISCIPLINAS        | ARGUIÇÕES          |       |      |        |          |         | Médias das Arguições | 1ª Prova Parcial | EXAME FINAL |      |       | Notas das disciplinas | 2ª ÉPOCA |         |       | Notas das Arguições |
|                         |                    | Março              | Abril | Maio | Agosto | Setembro | Outubro |                      |                  | Escrita     | Oral | Média |                       | P. esc.  | P. oral | Média |                     |
|                         |                    |                    |       |      |        |          |         |                      |                  |             |      |       |                       |          |         |       |                     |
|                         | Port. e Lit. Bras. |                    | 76    | 86   | 80     | 85       | 90      | 83                   | 85               | 85          | 90   |       | 85                    |          |         |       |                     |
|                         | Biog. Educacional  |                    | 95    | 90   | 85     | 97       | 80      | 89                   | 90               | 80          | 70   |       | 82                    |          |         |       |                     |
|                         | Matemática         |                    | 95    | 80   | 85     | 90       | 95      | 89                   | 90               | 90          | 95   |       | 91                    |          |         |       |                     |
|                         | Filosofia da Educ. |                    | 95    | 85   | 75     | 100      | 85      | 88                   | 95               | 90          | 100  |       | 93                    |          |         |       |                     |
|                         | Psicologia Geral   |                    |       |      |        |          |         |                      |                  |             |      |       |                       |          |         |       |                     |
|                         | Hig. e Ed. San.    |                    |       |      |        |          |         |                      |                  |             |      |       |                       |          |         |       |                     |
|                         | Metodologia        |                    | 70    | 80   | 90     | 100      | 97      | 87                   | 90               | 95          | 90   |       | 90                    |          |         |       |                     |
|                         | Hist. da América   |                    |       |      |        |          |         |                      |                  |             |      |       |                       |          |         |       |                     |
|                         | Música, C. Orfeon  |                    | 95    | 100  | 90     | 95       | 100     | 96                   | 95               | 100         | 100  |       | 97                    |          |         |       |                     |
|                         | Desenho e          |                    | 90    | 90   | 90     | 90       | 90      | 90                   | 90               | 100         | 100  |       | 95                    |          |         |       |                     |
|                         | Artes aplicadas    |                    | 90    | 90   | 90     | 90       | 90      | 90                   | 90               | 100         | 100  |       | 95                    |          |         |       |                     |
|                         | Educação Física    |                    |       |      |        |          |         |                      |                  |             |      |       |                       |          |         |       |                     |

A aluna foi aprovada.  
Média geral: setenta e dois (92)

Data 14 de Dezembro de 1951

DIRETORA (a) Maria José Pereira Inspetor (a) R. Aldemir Pereira

Histórico Escolar da 1ª série do Curso Normal.1951.

Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Cajazeiras-PB.

## Anexo G – Primeiro Regimento do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

### REGIMENTO

#### DA

### ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DE LOURDES CAJAZEIRAS PARAÍBA

#### Título I

##### Da Denominação, Propriedade e Fins

Art. 1º - A Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, é de propriedade da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia.

Art. 2º - Destina-se a dar sólida formação intelectual, técnica, cívica, moral e cristã a candidatas ao magistério primário. Para a consecução desse fim, empregará todos os esforços e recursos ao seu alcance.

§ 1º - Destinando-se a Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes à preparação de pessoal docente capacitado para as escolas primárias, há de ministrar conhecimentos especializados neste sentido.

§ 2º - Procurará desenvolver os programas, métodos e técnicas modernos relativos à educação da infância.

§ 3º - Visando ainda a formação de futuras mestras para a infância brasileira, participará em todas as comemorações patrióticas, preparando assim a futura mestra para os reais deveres cívicos. Não menos há de atender a formação moral e cristã, verdadeira base de cultura, oferecendo garantias à personalidade das mestras.

§ 4º - Para atingir tão elevado escopo e em face dos encargos e grandes responsabilidades que assume, a Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes se aparelhará de sábia e prudente direção e bem assim de eficiente corpo docente.

#### Título II

##### Da Administração

#### Capítulo I

Art. 3º - A direção da Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes será organizada dentro da Congregação que a dirige e se compõe de uma Diretora, de uma Vice-Diretora, de uma Secretária e de uma Economa.

Art. 4º - A designação da Diretora da Escola é da competência exclusiva da Revda. Madre Superiora Geral da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia.

Art. 5º - A nomeação da Vice-Diretora, da Secretária e da Economa, que agirão de comum acordo com a Diretora, na qualidade de auxiliares imediatas que são, é da alçada da Revda. Madre Provincial.

#### Capítulo II

##### Da Diretora

Art. 6º - A Diretora é responsável pelo estabelecimento, tendo a sua supervisão e superintendência, ao mesmo tempo que se constitui a superiora da comunidade religiosa.

Art. 7º - À Diretora compete:

- a) - Escolher dentre as suas religiosas as auxiliares da direção confiando às mais capazes os cargos de maior responsabilidade;
- b) - Presidir as reuniões do Conselho Técnico-Administrativo e da Congregação de Professores;

- c)-Presidir à abertura e ao encerramento dos trabalhos do ano letivo;
- d)-Superintender os negócios da Escola e as relações sociais da comunidade escolar com a vida externa;
- e)- Dirigir todos os serviços e atos da Escola, executando e fazendo executar as leis, regulamentos e instruções referentes a mesma;
- f)- Fiscalizar o ensino, zelando pela fiel, completa e eficiente execução dos programas;
- g)- Contratar os professores externos, cuja escolha deve ser criteriosa no que se refere à idoneidade moral, como a competência técnica;
- h)- Efetuar o pagamento dos professores externos, advertindo-os quando faltosos;
- i)- Designar os professores para as mesas examinadoras;
- j)- Providenciar a substituição de professores ou examinadores impedidos ou em falta;
- k)- Visitar diariamente todas as seções do prédio, zelando pela disciplina, meios educativos, higiene, etc.;
- l)- Suspender as aulas por motivos especiais, quando julgar necessários;
- m)- Velar com máxima solicitude pela saúde das alunas e de todo o pessoal da casa;
- n)- Fixar e modificar, quando necessário, o uniforme escolar, bem como o traje para os exercícios de educação física;
- o)- Promover atividades extra-escolares, visando o adiantamento das alunas e a eficiência do ensino;
- p)- Reunir quinzenalmente as suas auxiliares de direção e as professoras internas, a fim de, em conjunto, medirem o rendimento dos métodos de ensino e da prática educativa;
- q)- Presidir às reuniões do Círculo de Pais e Mestres e Associação das ex-Alunas e orientar o Conselho de Alunas da Escola.

Art. 8º - A Diretora residirá na Escola de onde não se ausentará sem a prévia licença da Reorda. Madre Provinzial, salvo casos de inadiável necessidade.

### Capítulo III

#### Da Vice-Diretora

Art. 9º - A vice-Diretora é a substituta legítima da Diretora nos casos de impedimento ou ausência desta, menos no que se refere ao superiorado da comunidade religiosa que depende do governo interno da Congregação.

Art. 10º - À vice-Diretora compete:

- a)-Zelar pela conservação do mobiliário escolar, do museu, dos gabinetes de Física e Química e História Natural e das Salas Especiais;
- b)-A execução dos dispositivos da legislação do ensino, em perfeita consonância com os seus legítimos representantes junto a este estabelecimento;
- c)-Elaborar os horários, programas e turnos;
- d)-De acordo com Inspetor organizar os horários das provas escritas e exames;
- e)-Promover em colaboração com a Diretora, as festas escolares, sociais e as comemorações cívicas;
- f)-Ouvir atenciosamente as queixas das alunas, a fim de, bem informada, solucionar os casos de disciplina sem quebra de autoridade nem de justiça;
- g)-Manter em boa ordem e em perfeito funcionamento a vida da Escola;
- h)-Cuidar especialmente com a enfermeira das alunas doentes.

Art. 11º - Terá como auxiliares de disciplina as mestras religiosas que cuidarão cada uma de uma classe ou turma.

### Capítulo IV

#### Da Secretária

Art. 12º - A Secretária é a responsável pelos documentos e papéis oficiais.

Art. 13º - À Secretária compete ainda:

- a) - Conservar em boa ordem a Secretaria e o arquivo do estabelecimento, trazendo em dia a escrituração dos livros a seu cargo;
- b) - Preparar a correspondência do Estabelecimento;
- c) - Lançar no livro de tomo os dados históricos referentes à vida da Escola;
- d) - Compor os documentos oficiais, elaborar os relatórios, etc.;
- e) - Prestar esclarecimentos aos inspetores de ensino junto à Escola, anotando para transmitir depois à vice-Diretora, as suas determinações oficiais.

## Capítulo V

### Da Econômica

Art. 14º - A Econômica é a responsável pela economia interna do estabelecimento, apresentando mensalmente à Diretora um relatório de suas atividades.

Art. 15º - À Econômica compete ainda:

- a) - Fazer, com prévio consentimento da Diretora, as compras, efetuando os pagamentos;
- b) - Velar pela mordomia e cozinha, a fim de certificar-se da exata confecção do cardápio, dispensando especial solicitude às alunas doentes;
- c) - Receber as prestações das alunas e passar os recibos.

## Título III

### Do Regime Disciplinar

Art. 16º - A Diretora velará no sentido da observação meticulosa, pelo corpo docente e pelo pessoal da administração, das normas pedagógicas disciplinares e de caráter de obrigatoriedade.

Art. 17º - O regime disciplinar visa sobretudo à ordem do estabelecimento e a completa formação moral das alunas, em que se procurará despertar o espírito de responsabilidade, iniciativa e cooperação.

Art. 18º - Será adotado o método preventivo e as penalidades serão aplicadas, segundo a natureza da falta, de acordo com o art. 7º § único do Estatuto.

## Título IV

### Do Regime Escolar

#### Capítulo I

#### Da Organização dos Cursos

Art. 19º - A Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes manterá um Curso Primário e Jardim da Infância.

Art. 20º - O ensino será ministrado em dois turnos: o da manhã e o da tarde.

#### Capítulo II

#### Do Horário

Art. 21º - Os horários serão previamente elaborados pela vice-Diretora e levarão o visto da Diretora e do Inspetor.

Art. 22º - Serão constituídos de maneira conveniente a facilitar o bom funcionamento das aulas e a perfeita ordem dos dois turnos.

§ 1º - O início das aulas será respectivamente às 7,30 e às 13,10.

§ 2º - O encerramento diário dos trabalhos escolares respectivamente às 11,40 e às 17 horas.

§ 3º - Haverá, em cada turno, entre as diversas aulas, uma pausa de dez minutos.

#### Capítulo III

#### Do Exame Vestibular

Art. 23º - Para a matrícula na 1ª série da Escola de Formação de Professores, será exigido o exame vestibular, realizado de conformidade com as prescrições legais.

§ 1º - Haverá uma só época para o exame vestibular, na 2ª quinzena de fevereiro, podendo ser convocada uma segunda chamada oito dias após, caso o número de alunas inscritas na primeira tenha sido inferior a quarenta;

§ 2º - A candidata deverá instruir o requerimento feito à Diretora, da Escola, com os seguintes documentos:

- a) - certificado de conclusão de um dos cursos: Ginásial, Comercial Básico, ou Normal de 1º ciclo;
- b) - atestado de sanidade e vacina;
- c) - prova de pagamento de taxa de inscrição;
- d) - atestado de idoneidade moral.

§ 3º - Não serão chamadas às provas as candidatas que não satisfizeram às exigências acima relacionadas.

Art. 24º - Terminado o exame, a Secretaria fará a classificação das alunas que prestaram todas as provas.

#### Capítulo IV

##### Da Matrícula, Frequência, Exercícios Escolares, Promoção e Transferência

Art. 25º - As matrículas serão feitas dentro do período de 15 a 28 de fevereiro, podendo prolongar-se até o quinto dia útil do mês de março.

§ único - As inscrições ao exame de habilitação tem início de 1 a 15 de fevereiro, e a realização das provas dar-se-á na 2ª quinzena do mesmo mês.

Art. 26º - A matrícula obedecerá as disposições regulamentares, observando-se, no entanto, as seguintes condições:

§ 1º - A matrícula à primeira série será efetuada se a candidata tiver satisfeito as condições de admissão, enquanto nas séries seguintes, é exigida a habilitação na série anterior;

§ 2º - A aluna transferida de outro estabelecimento deverá exhibir a guia de transferência e outros documentos legais.

Art. 27º - A frequência às aulas e aos exercícios escolares é de caráter obrigatório.

§ único - No caso de impedimento, deverá ser apresentada à Diretoria a justificativa da falta.

Art. 28º - Deverão ser bem executados todos os trabalhos escolares cabendo ao professor da respectiva disciplina a devida correção e a atribuição de nota de zero a cem.

Art. 29º - Os professores tomarão a iniciativa de promover por meio de exercícios apropriados e variados, o adiantamento de suas alunas, nas disciplinas que lhe forem confiadas.

Art. 30º - Será promovida à primeira série do Curso Normal a aluna que tenha satisfeito as condições de admissão.

Art. 31º - Serão promovidas à série imediatamente superior as alunas que tiverem obtido a média aritmética exigida pela legislação do Ensino Normal e satisfeito as condições de frequência para a devida habilitação.

Art. 32º - É facultada a qualquer aluna requerer transferência nas épocas legais, qualquer que seja a série que esteja frequentando.

Art. 33º - As alunas de outro estabelecimento congêneres para serem aceitas, deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) - guia de transferência;
- b) - Histórico escolar;
- c) - atestado de boa conduta.

§ 1º - Os documentos a que se referem as alíneas "a" e "b", serão visadas pelo Inspetor cujas firmas serão reconhecidas;

§ 2º - O documento a que se refere a alínea "c", será assinado pela Diretora da Escola de origem e com firma reconhecida.

#### Capítulo V

##### Das Práticas Educativas e outras atividades

Art. 34º - O ensino de Religião é de caráter obrigatório.

§ único - É facultativo para as alunas que professam outros credos.

Art. 35º - Cada semana, em dia determinado, será ministrada a cada turma separadamente, uma aula de moral e civismo.

Art. 36º - As datas cívicas serão comemoradas com preleções, hinos e canções patrióticas e folclóricas e encenação de alegorias referentes ao acontecimento nacional.

Art. 37º - A Escola manterá instituições de caráter educativo, como Círculo de Pais e Mestres, Associação de ex-Alunas, o Conselho de Alunas, Grêmio Literário, Grêmio Recreativo e de finalidade esportiva e uma Biblioteca para consulta dos professores e alunas.

Art. 38º - Ainda farão as alunas, dirigidas por uma ou mais membros do Corpo Docente, passeios de instrução, com o fim de observar as atividades relacionadas com os seus estudos, bem como excursões de recreio.

## Título V

### Do Corpo Docente

Art. 39º - A Diretoria da Escola fará a mais rigorosa seleção de elementos para constituir o seu corpo docente, a fim de que possa atingir a alta finalidade a que se propõe.

Art. 40º - Os professores serão investidos no cargo pela Diretora, sendo para os professores externos o contrato previamente ajustado, consoante a Legislação específica que rege a matéria.

Art. 41º - Os direitos dos professores consistirão no seguinte:

- a) - A Diretoria dispensará aos professores todo o acatamento e atenções condignas da alta função de que serão investidos;
- b) - O estabelecimento não poderá normalmente exigir dos professores mais de seis horas de aula por dia;
- c) - Em casos excepcionais, remunerar o professor com uma importância correspondente ao número de aulas dadas.

Art. 42º - São deveres dos professores:

- a) - Cooperar com a Diretoria da Escola para realização de suas nobres finalidades;
- b) - Incentivar nas alunas, por meio adequados, o amor à obediência e aos estudos, inspirando-lhes uma acendrada devoção ao dever;
- c) - Executar integralmente os programas de ensino referentes às disciplinas ao seu cargo;
- d) - Dirigir, fiscalizar, corrigir e julgar as provas de sua turma;
- e) - Tomar parte nas mesas examinadoras para que forem designados pela Diretora;
- f) - Comparecer às reuniões para que forem convocados;
- g) - Ter completa autonomia doutrinária nas matérias que lecionarem, respeitados os direitos incontestáveis de Deus e da Pátria;
- h) - Dar, em cada disciplina, as alunas, ao menos mensalmente, uma nota resultante da avaliação dos seus aproveitamentos por meio de exercícios.

## Capítulo I

### Do Conselho Técnico-Administrativo

Art. 43º - O Conselho Técnico-Administrativo, órgão de consulta da Diretoria, será constituído de 4 professores em exercício, eleitos pela Congregação, e renovado de um terço, cada dois anos, no dia quinze de março.

§ 1º - Para a constituição, renovação ou preenchimento de vagas do Conselho, a Congregação devidamente convocada pela Diretora procederá à eleição dos seis membros, que será feita em escrutínio secreto.

§ 2º - Em caso de renúncia, ou afastamento, o membro do Conselho, que venha substituir ao que se retira, desempenhará as funções até se completar o período do mandato.

Art. 44º - O Conselho Técnico-Administrativo reunir-se-á, em sessão ordinária, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretora, ou seu substituto legal, ou mediante solicitação escrita de dois terços de seus membros.

§ 1º - O membro do CTA que deixar de comparecer a três sessões consecutivas, sem motivo justificado, será considerado resignatário e deverá ser substituído, nas condições do § 2º, do artigo anterior.

Art. 45º - O Conselho sómente poderá funcionar com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º - As decisões do CTA serão tomadas por maioria dos membros presentes.

§ 2º - O Presidente do CTA só terá direito a voto de qualidade.

Art. 46º - Ao CTA, órgão consultativo da Diretora, compete:

- dar parecer sobre questões de inscrições, matrículas, exames e trabalhos escolares e pedidos de transferências;
- propor horários, ouvidos os respectivos professores;
- bancas examinadoras, aprovação de livros, didáticos, revisão de programas, encaminhar à Congregação representações contra atos dos professores;
- praticar todos os atos de sua competência, em virtude da lei, ou por delegação de órgãos superiores.

## Capítulo II

### Da Congregação dos Professores

Art. 47º - A Congregação dos Professores será reunida pelo menos duas vezes por ano: antes do início e antes do encerramento dos trabalhos letivos.

§ 1º - No início do ano letivo e em cooperação com a Diretoria, a Congregação dos Professores estudará as melhores condições de uma disciplina regular e perfeita, sugerindo a experimentação de mais algum meio ou recurso educativo, de que se possa esperar maior rendimento; tratará, principalmente da distribuição das matérias e da organização do horário escolar, segundo as normas pedagógicas da aprovação dos programas, da concessão de títulos e da seleção de livros didáticos.

§ 2º - No fim do ano letivo, tratará das disposições dos exames e da solenidade do encerramento dos trabalhos escolares, devendo reunir-se obrigatoriamente para entrega dos diplomas, quando poderão usar beca.

## Título VI

### Do Corpo Discente

## Capítulo I

### Dos Direitos e Deveres das Alunas

Art. 48º - Terão direito as alunas à formação completa que a Escola se propõe a dar, assumindo igualmente o dever de cumprir o regime escolar e as demais determinações da Diretoria, no sentido de garantir a perfeita ordem e disciplina na vida do estabelecimento.

Art. 49º - São direitos das Alunas:

- a) - Apresentar, oralmente ou por escrito, quaisquer solicitações relativas à vida escolar;
- b) - Frequentar, mesmo fora das horas de aula, a Biblioteca, a Discoteca, Laboratórios, Campo de Esportes, (desde que obtenham licença da Diretoria);
- c) - Organizar o Conselho de Alunas, entidade de classe, Estatutos e Regimento próprios, o qual tem a finalidade de criar e desenvolver o espírito de coleguismo e tornar simpático o ambiente escolar;
- d) - As saídas para o internato serão normalmente uma vez por mês, podendo a Diretoria dar outras saídas a título de prêmio e bem assim impedir as saídas ordinárias quando julgar necessário como castigo de alguma falta cometida.

Art. 50º - São deveres das alunas:

- a) - Comparecer pontualmente às aulas, provas, reuniões, ensaios, organizados pela Escola;
- b) - Comparecer às aulas e aos exercícios físicos com o uniforme adotado pela Escola;
- c) - Prestar a devida atenção às lições e exercícios e cumprir fielmente as recomendações dos mestres;
- d) - Zelar pelo asseio e conservação do edifício;
- e) - Aceitar com inteligente submissão as diretrizes da Diretoria.

Art. 51º - Haverá duas categorias de alunas: internas, e externas.

Art. 52º - As alunas internas devem ter nesta cidade, correspondente que façam as vezes dos pais, enquanto das alunas externas se exige que residam em casa dos pais ou de pessoa de comprovada idoneidade moral.

## Capítulo II

### Da Amizade Escolar

Art. 53º - A amizade escolar a ser paga pelas alunas será regulada pelas normas da legislação do ensino em vigor.

Art. 54º - A amizade escolar será dividida em quatro prestações para facilitar o pagamento, podendo, no entretanto, a Diretoria, por conveniência da administração, adotar outros critérios de cobrança.

## Título VII

### Disposições Gerais

Art. 55º - Este Regimento desde que satisfaça às exigências oficiais, será definitivamente aprovado pela Revda. Madre Provincial da Congregação das Irmãs de Sta. Dorotéia.

§ Único - Elaborado em linhas gerais, este Regimento irá recebendo as sucessivas determinações da legislação estadual do ensino.

Art. 56º - As penalidades disciplinares respeitarão as rigorosas disposições oficiais.

Art. 57º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Diretoria do Estabelecimento, sob consulta a fiscalização.

Art. 58º - Esforçar-se-á a Diretoria pela criação dos prêmios escolares e pela instalação de uma caixa escolar, de uma cooperativa escolar e de uma cantina, permitam assim as circunstâncias.

Art. 59º - Ainda será organizado o Orfeão da Escola, assim como será instituído o cinema educativo, podendo para tanto a Diretoria travar acordo com os Serviços estadual e federal.

Art. 60º - O disposto no presente Regimento, em tudo o que se referir ao Regime didático, só terá aplicação, a partir da data de aprovação pela autoridade superior do ensino normal.

Cajazeiras,

Aprova .....

Noemi Gonçalves Guerra  
Diretora

## Anexo H – Documento de alteração do Regimento Interno.

Atendendo às disposições da Portaria Ministerial nº 294 de 15 de junho de 1960, a Diretoria do Ginásio-Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, de Cajazeiras, Estado da Paraíba, resolve incluir no regimento interno do mesmo Estabelecimento os seguintes itens:

- a) adotar o sistema de dispensa de provas orais.
- b) a referida dispensa será concedida ao aluno que tenha alcançado 42 pontos, ou seja, média 6, com os graus obtidos na nota anual de exercícios, nas 1ª e 2ª provas parciais.
- c) estender esta dispensa a todas as disciplinas em que o aluno tiver alcançado a nota fixada e a todas as séries.
- d) o aluno requererá a dispensa após a realização da 2ª prova parcial.

Com relação à Portaria Ministerial nº 325 de 13 de outubro de 1959, que regulamenta os exames de admissão, o Estabelecimento resolve suprimir as provas orais de Matemática, Geografia e História do Brasil.

Cajazeiras, 26 de Setembro de 1960.

*Madu Maria Lima Figueira*

Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Cajazeiras-PB.